

O RURAL E O URBANO EM PAUTA

Cristina M. Macêdo de Alencar
Maina Pirajá Silva
Luis Henrique Couto Paixão
Organizadores



**O RURAL E
O URBANO
EM PAUTA**

Universidade Católica do Salvador

Grão-Chanceler
Dom Sérgio da Rocha

Reitora
Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Dr. Moacir Santos Tinoco

Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. Deivid Carvalho Lorenzo

Pró-Reitora de Extensão e Ação Comunitária
Profa. Msc. Maria Gorete Borges Figueiredo

Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Prof. Dr. Giorgio Borghi



UCSalPRESS

Copyright © Editora da Universidade Católica do Salvador

Conselho Editorial

Amilcar Baiardi
Felipe Ferreira de Almeida Rego
Marcellus Caldas
Ana Thereza Meirelles Araújo
Geraldo Moura
Miguel Mahfoud
Ângela Maria Carvalho Borges
Gisela Cunha Viana Leonelli
Moacir Santos Tinoco
Antônio Alberto da Silva M. de Freitas

Inaiá Maria Moreira e Carvalho
Neysi Palmero Gomez
Antônio Marcio Buainaim
Laila Nazen Mourad
Smuel Piña Fernandez
Carmen Chirinos Garcia
Lúcia Vaz de Campos Moreira
Zander Navarro
Edilson Machado de Assis
Marcelo Raimundo Chamusca Pimentel

**Projeto
VI SINARUB / V
SNPD / V EMPURD**



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DO SALVADOR



**an
pur**



O RURAL E O URBANO EM PAUTA

Cristina Maria Macêdo de Alencar
Maina Pirajá Silva
Luis Henrique Couto Paixão
Organizadores

Salvador, UCSAL, 2021

2021, Autores.

Editoração
Cristina Maria Macêdo de Alencar
Maina Pirajá Silva
Luis Henrique Couto Paixão

Capa, projeto gráfico e diagramação
Maina Pirajá Silva

Arte da capa
Maina Pirajá Silva

Revisão e normalização
Marize Marques Pitta
Luis Henrique Couto Paixão

Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

R948 O rural e o urbano em pauta [recurso eletrônico] / organizadores, Cristina Maria Macêdo de Alencar, Maina Pirajá Silva, Luis Henrique Couto Paixão. – Salvador: UCSalPRESS, 2021.
452 p.

Modo de acesso: <http://ri.ucsal.br>

ISBN 978-65-87378-12-1

1. Ruralidade 2. Urbanidade 3.Território - Planejamento 4. Cidade
I. Alencar, Cristina Maria Macêdo de – Organizadora II. Silva, Maina Pirajá – Organizadora III. Paixão, Luis Henrique Couto – Organizador
IV. Título.

CDU: 711.4

SUMÁRIO

- 9 **APRESENTAÇÃO**
- CONFERÊNCIAS**
- 13 **O rural e o urbano na obra de Milton Santos**
 Pedro de Almeida Vasconcelos
- 37 **Movimentos populares na invenção de outros brasis**
 possíveis
 Pedro Lima Vasconcellos
- 51 **Rural e urbano na formação territorial brasileira: entre**
 temporalidades históricas e formas espaciais
 Júlio César Suzuki
- PARADÍGMAS COMPREENSIVOS, DISPUTAS E**
 CONFLITUALIDADES SOCIOAMBIENTAIS EM: UMA
 VITRINE DE EXPRESSÕES E EMPIRIAS RURAL-URBANAS
- 65 **Modorus: método cosmográfico multiescalar fractal**
 tórico como ferramenta para etnomapeamento de Terras
 Indígenas
 Orivaldo Nunes Junior

Análise sobre a articulação entre educação ambiental e CTSA na promoção do ensino em território escolar	97
<i>Solange A. Neves da Rocha, Marcos Paulo Sales do Nascimento, Frederico Loureiro, Laila Nazem Mourad</i>	
Apontamentos sobre os espaços de interação rural-urbana: agricultura urbana no Rio de Janeiro/RJ	123
<i>Gustavo Bezerra de Brito</i>	
Influência do turismo nas recentes dinâmicas espaciais da Região Metropolitana de Salvador: a notoriedade de Mata de São João	139
<i>Mariana de Oliveira Santana, Maina Pirajá Silva, Dante Severo Giudice, Silvana Sá de Carvalho</i>	
Vazios urbanos e escorpionismo: uma combinação perigosa	163
<i>Priscila Tamie F. Barbosa, Sônia Lucia M. Zampieron</i>	
RURALIDADES E URBANIDADES EM POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA	
Não sabiam que margarida era semente: perspectivas a partir da VI Marcha das Margaridas	179
<i>Cristiano Kerber, Josué Miguel Ruppenthal</i>	
Ensino médio com intermediação tecnológica (EMITec): análise dos impactos educacionais nas comunidades do território de identidade do Velho Chico (BA) - 2017/2019	203
<i>Silvana de Oliveira Guimarães, Aparecida Netto Teixeira</i>	
Diagnóstico das áreas periurbanas no município de Angra dos Reis	227
<i>Rita de Cássia S. de Souza, Leni do N. Q. Monteiro, Nathany Pinto da C. Alves, Paulo José S. de Alcantara</i>	
Políticas públicas, agroecologia e desenvolvimento rural: reflexões sobre o PRONAF agroecologia a partir do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR	253
<i>Janete Stoffel, Grasieli de Fátima Rode, Anelise G. Rambo</i>	

- 277** **O direito à cidade e a população em situação de rua um estudo de caso sobre Santarém-PA**
*Jenna Valéria S. de Sousa, Fabiana Letícia C. de Sousa,
Poliana N. Santana, Ana Beatriz O. Reis*
- 295** **Breve análise histórica da política nacional de recursos hídricos no Brasil**
Carlos Martins Cardoso Lima
- INTERCESSÕES ENTRE AS QUESTÕES AMBIENTAL, RURAL-URBANA E AGRÁRIA NO DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS E MÉDIOS MUNICÍPIOS**
- 309** **Silvicultura familiar em área de desertificação nos municípios de Glória e Uauá situados no Polo de Jeremoabo-BA**
Ákila Soares de Britto
- 333** **Modificação das vazões do Rio Sapão em função da evolução do agronegócio em Formosa do Rio Preto, Bahia**
*Daise Araújo dos Santos, Mário Jorge de S. Gonçalves,
Antônio Puentes Torres*
- 357** **A reestruturação produtiva dos cerrados baianos: os casos das cidades de Luís Eduardo Magalhaes e São Desidério no Oeste da Bahia**
Elton Andrade dos Santos, Agripino Souza Coelho Neto
- 381** **A produção do espaço da cidade de São Felipe - BA e sua relação com o espaço rural**
Maiara Cerqueira Leandro, Ana Emília de Quadros Ferraz
- 399** **Agricultura familiar, novo rural e a produção de hortaliças hidropônicas na Comunidade do Jenipapo em S. Felipe/BA**
Edmare Correia dos Santos, Matheus da Silva Ribeiro

Relações campo-cidade e rural-urbano em cidades médias nos programas de doutorado na área Planejamento Urbano, Regional e Demografia	417
<i>Valter Luiz dos Santos Marcelo, Cristina Maria Macêdo de Alencar</i>	
SOBRE OS AUTORES	443

APRESENTAÇÃO

O ano de 2020, sem que algum evento político anunciasse, data um momento histórico marcado pela experiência do desconhecido para a imensa maioria da população: a vivência de uma pandemia. Estamos falando da pandemia do COVID19 que, enquanto escrevemos esta apresentação da coletânea *O rural e o urbano em pauta*, é registrada como *causa mortis* de 564 mil pessoas no Brasil e 4,31 milhões no mundo. E porque haveríamos de falar deste assunto para apresentar a coletânea? Trata-se do registro do que, no início da pandemia, levou a comissão organizadora do VI SINARUB e V SNPD, a optar pela modalidade virtual para a realização conjunta dos eventos. Foi uma opção pela vida que se sobrepunha às atividades profissionais de realização presencial de amplo encontro de pesquisadores, pautando o rural e o urbano com o objetivo de dar visibilidade a estas construções sociais como relacionais e necessárias de assim serem contempladas nas problemáticas do planejamento e do desenvolvimento.

A coletânea está estruturada em quatro conjuntos de produções científicas. A primeira delas reúne conferências de abertura e encerramento do evento, proferidas pelos Professores Doutores, Pedro de Almeida Vasconcelos sobre *O rural e o urbano na obra de Milton Santos*, Pedro Lima Vasconcelos, com resgate histórico que demonstra *Movimentos populares na invenção de outros brasis possíveis* e Júlio César Suzuki sobre *O Rural e urbano na formação territorial brasileira*.

O segundo conjunto, de cinco artigos, transita em torno de paradigmas compreensivos, disputas e conflitualidades socioambientais que

expressam diversas possibilidades analíticas e interpretativas de múltiplas empirias rural-urbanas, carregando consigo conteúdos que vão sendo agregados pelos pesquisadores da temática na direção da configuração da problemática rural-urbana como campo de estudo. Questões étnicas, de segurança alimentar, de educação ambiental, de práticas rurais em espaços urbanos, de influências setoriais em escala regional, e de desequilíbrio de ecossistema em vazios urbanos, integram uma vitrine de empirias deslindadas por diferentes abordagens metodológicas.

E porque as relações rural-urbanas não são circunscritas, a América Latina é destacada como espacialidade que reúne seis artigos onde se pode reconhecer ruralidades e urbanidades em Políticas Públicas quer emergjam das sociedades civis quer das instâncias governamentais. Assim é que situamos a VI Marcha das Margaridas, tecnologias educacionais, políticas públicas para desenvolvimento rural e agroecologia ou o direito das populações de rua à cidade e retrospectiva histórica sobre política de recursos hídricos. Os autores e autoras desses artigos trazem diferentes relações entre sociedade e natureza que, no contexto do VI SINARB e V SNPD são reconhecidas como experiências de ruralidades e urbanidades em suas peculiaridades em não como expansão de uma sobre a outra.

Por fim, mais um conjunto de seis artigos agrupa discussões de intercessões entre problemáticas ambiental, rural-urbana e agrária no contexto de pequenos e médios municípios em diferentes eixos de desenvolvimento nos espaços municipais. E porque os municípios materializam a presença do rural e do urbano em cidades, distritos, povoados e vilas, com suas sedes e entornos, motivaram os pesquisadores questões sobre silvicultura familiar, impactos do agronegócio nas vazões de rios, olhares sobre a cidade a partir de reestruturações produtivas e produção do espaço, inserção de tecnologias para produção alimentar na agricultura familiar e, inserção científica da temática rural-urbana em intercessão na formação de doutores em Planejamento Urbano, Regional e Demografia.

Resta-nos agradecer.

E agradecimentos não faltam ao PPG em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e ao PPG em Planejamento Ambiental, realizadores VI SINARUB/ V SNPD/ V EMPURD, pelo apoio recebido de vários parceiros para realização do evento com a magnitude de interações e de produção científica que se conseguiu concretizar, e da qual apenas uma mostra ilustra nesta coletânea a riqueza de discussões científicas.

O evento, na modalidade virtual, foi inicialmente organizado para modalidade presencial; a opção pela vida que mencionamos no início desta apresentação foi pactuada por todos os envolvidos, em real sentido de coletividade por parte dos Programas de Pós-graduação na área de geografia, trazendo também o Programa de Integração da América Latina – PROLAM/USP, historicamente realizadores do Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil; e da área Planejamento Urbano, Regional e Demografia, historicamente realizadores do Seminário Nacional Planejamento e Desenvolvimento. Mas, nada teria acontecido se não tivéssemos contado com a confiança acadêmica de pesquisadores e pesquisadoras de todas as regiões brasileiras que também pactuaram pela vida e submeteram um total de 147 artigos.

O rural e o urbano estão em pauta! Enfim, com sentimento de realização científica comprometida com a vida dos diversos segmentos populacionais na América Latina, O PPG Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador lança esta coletânea e deseja a todos e todas, boa leitura!

Salvador, 10 de agosto de 2021
Organizadores

O rural e o urbano na obra de Milton Santos

Pedro de Almeida Vasconcelos

APRESENTAÇÃO

Não é simples fazer um balanço da vida e da produção deixada por Milton Santos, que contabiliza a publicação de mais de 40 livros e 300 artigos. Deve ser considerado, ainda, que a sua rica e original produção de noções, conceitos e categorias resultou num conjunto teórico articulado. Milton Santos, porém, teve que enfrentar vários obstáculos, não só o de ser negro numa sociedade que guarda um grande peso do passado escravista; como de ser nordestino, num país em que o preconceito regional também é forte; e de ser geógrafo por opção, numa academia que, na época, desconsiderava a disciplina. Porém, Milton conseguiu levantar a autoestima dos negros, na medida em que se destacou como intelectual; como nordestino, impôs-se como Professor Titular da maior universidade brasileira, a Universidade de São Paulo; e como geógrafo, teve o reconhecimento internacional, com

o recebimento do Prêmio Internacional de Geografia Vautrin-Lud, o equivalente ao Nobel na área da Geografia¹.

INTRODUÇÃO

I PARTE: VIDA E OBRA

Sua vida e obra podem ser divididas em três partes que correspondem aos três primeiros capítulos do meu livro sobre o autor, publicado em 2020, que serviu de base para este texto.

I – AS RAÍZES BAIANAS E OS ESTUDOS REGIONAIS

Milton Santos nasceu em Brotas de Macaúbas, na Chapada Diamantina, em 1926, em virtude da nomeação dos seus pais, professores primários, para aquele município.

Após a formatura em 1947, com apenas 21 anos, ele realizou concurso para Professor Catedrático do Colégio Municipal de Ilhéus, tendo, para tanto, escrito a tese *O povoamento da Bahia*, seu primeiro livro, que foi editado no mesmo ano de 1948.

Pode ser destacada, a publicação, em 1953, do texto *Os estudos regionais e o futuro da geografia*, tese de concurso para docência livre apresentada à cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia. No capítulo 1º o autor afirmou “[...] a principal característica da geografia em sua fase atual, pois ela quer ser, antes de tudo, uma ciência de relações, uma ciência integral”. Na terceira parte, o capítulo 2º tem o título de “Os quadros pré-estabelecidos”, quando o autor afirma que “A geografia somente deve interessar o estudo das relações atuais [...]”².

Em texto do jornal A Tarde, “O comum e o complexo”, de 11/12/1953, o autor afirmou que “A Geografia é, pois e por excelência a ciência do complexo, traço aliás, que a diferencia dos outros ramos independentes do saber humano”³, definição bastante avançada para o período.

Em 1954 Milton Santos publicou em Salvador o seu primeiro estudo sobre a Geografia Urbana: *Ubaitaba: estudo de geografia*

¹ VASCONCELOS, 2001, p. 369-370.

² VASCONCELOS, 2020, p. 32

³ Ibid., p. 216.

urbana. O pequeno livro está dividido em cinco partes: na 4ª parte, A função da cidade, Milton afirmou que “Ubaitaba é mais uma cidade rural (vila-cidade) ou cidade em meio rural”⁴.

Também em 1954, foi publicado o livro *Zona do cacau, introdução ao estudo geográfico*, republicado em 1957. O capítulo 5º tem o título de “‘Habitat’ rural (Problemas)”, com duas partes. Na primeira, sobre o ‘Habitat’ rural, ele cita a definição de Max. Sorre: “é o modo de ocupação do solo em vista da exploração agrícola [...]”⁵.

O ano de 1956 foi importante para o autor, pois começou a dar aulas, como professor de Geografia Humana, na Faculdade Católica de Filosofia, iniciando a sua carreira de professor universitário. Nesse ano, ele participou do Congresso Internacional da Geografia da União Geográfica Internacional, realizado no Brasil. Foi convidado, em seguida, para realizar seu curso de doutorado em Estrasburgo, na França, e teve o professor Jean Tricart como orientador.

Concluiu seu doutorado com a tese *O Centro da Cidade de Salvador*, em 1958, publicada em 1959. No 2º capítulo, “As funções do centro de Salvador”, Milton Santos fez a relação entre Salvador e o Estado da Bahia como uma réplica de “Paris e o deserto francês”, pois ocorria a macrocefalia e a correspondente pobreza rural.

O segundo estudo publicado em 1959 foi intitulado *A rede urbana do Recôncavo*. Na Conclusão, o autor constatou a existência, no Recôncavo, de cinco grupos de aglomerações urbanas: (1) cidades da zona fumageira; (2) cidades da zona do açúcar; (3) cidades do Recôncavo sul (mandioqueiro, ceramista e fruticultor); (4) cidades dormitório do Recôncavo Norte e (5) cidades marginais.

Milton Santos foi convidado para trabalhar na Universidade Federal da Bahia, tendo o Reitor Edgar Santos criado o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, cujos trabalhos tiveram inícios em janeiro de 1959.

Em 1960, Milton realizou o Concurso de Livre-Docência para a Universidade Federal da Bahia, com a tese *Os Estudos Regionais e o Futuro da Geografia*, tornando-se, no ano seguinte, Professor Catedrático de Geografia Humana.

Com o golpe militar de 1964, ficou mais de três meses na prisão, quando foi nomeado para ensinar como *Maître de Conference Associé*

⁴ Ibid., p. 34.

⁵ Ibid., p. 35.

na Université de Toulouse, a convite de Bernard Kayser, tendo conseguido permissão para sair do país em dezembro de 1964.

II – O EXÍLIO E OS ESTUDOS SOBRE O TERCEIRO MUNDO

O exílio será de fundamental importância para Milton Santos, apesar da experiência dolorosa da ausência forçada do país, pois, segundo suas palavras, “o fato de haver perdido a empiricidade do meu país é que me levou a essa preocupação teórica”⁶. Por outro lado, a sua estada no exterior foi excepcionalmente rica, tendo vivido experiências acadêmicas, em contextos bastante diversificados, tanto em países centrais, da Europa (França) e da América do Norte (Canadá e Estados Unidos), como em países periféricos, da América do Sul (Venezuela e Peru) e da África (Tanzânia).

Dos finais de 1964 até 1967 passou a ensinar Geografia, na Université de Toulouse.

Em 1965, foi publicado o livro *A cidade nos países subdesenvolvidos* (escrito antes do exílio). Na primeira parte, “As grandes cidades do mundo subdesenvolvido”, o autor inicia afirmando que “o que caracteriza as grandes cidades nos países subdesenvolvidos é o seu papel de traço de união entre o mundo industrial [...] e o mundo rural”⁷.

Com o término do seu período de três anos em Toulouse, Milton Santos se transferiu, em 1967, para a Université de Bordeaux, também como *Maître de Conference Associé* em Geografia, ficando nessa instituição por um período de um ano. Nesse ano foi publicado, pelo Centre de Documentation Universitaire – CDU, de Paris, o volumoso manual *Croissance démographique et consommation alimentaire dans les pays sous-développés*. Ainda em 1967, foi nomeado Professor do Institut d'Etudes du Développement Economique et Social (IEDES), da Université de Paris. Foi também promovido a Professor de Geografia na mesma universidade (Sorbonne), no mesmo período.

Em 1969 foi publicado o manual *Aspects de la géographie et de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Saiu uma versão ampliada em espanhol com o título de *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados* em 1973. Esse trabalho, após atualização, foi publicado em português, em 1981, com o título de

⁶ Ibid., p. 47.

⁷ Ibid., p. 48.

Manual de Geografia Urbana. O livro é dividido em três partes. A primeira parte é dividida em três capítulos. No capítulo 1º, “Industrialização, revolução demográfica e urbanização”, o autor trata: das características da urbanização dos países subdesenvolvidos, quando faz a relação entre urbanização e nova economia internacional e comenta as formas de êxodo rural. O capítulo 3º tem o título de “A população urbana e as estruturas sociais”, quando o autor aborda: (1) o crescimento demográfico das cidades e destaca que as migrações eram causadas pela atração das cidades, assim como pela repulsão dos campos; (2) a composição demográfica da população urbana, quando ele comenta que nas cidades, a mortalidade era mais fraca do que no campo e a natalidade era mais elevada⁸.

A terceira parte é composta por três capítulos. No capítulo 1º, “A cidade e seu entorno em meio subdesenvolvido”, o autor comenta: (1) a especificidade das relações cidade-entorno nos países subdesenvolvidos; (2) o grau de integração e os tipos das relações cidade-região, momento que destaca que a cidade e a região aparecem como “dois organismos econômicos distintos quando não autônomos”⁹. Questiona, a seguir: (3) as cidades depredadoras ou impulsoras, quando menciona o parasitismo urbano, pois as cidades atraíam os jovens do campo, os proprietários gastariam a maior parte das rendas da terra nas cidades e haveria também a retirada fiscal. Conclui com: (4) as relações cidade campo e alternativa econômica¹⁰.

Em 1970, foi publicado o livro *Dix essais sur les villes des pays sous-développés*. Quando o autor propõe uma tipologia de grandes cidades: cidades embrionárias; cidades regionais; cidades incompletas; e cidades completas¹¹.

Em 1971 foi publicado, pela editora Ophrys, o livro *Le métier du géographe en pays sous-développés*, que foi traduzido em português apenas em 1978. A preocupação do autor em destacar as especificidades dos países subdesenvolvidos é ampliada, agora, com uma maior preocupação conceitual, sobretudo com várias qualificações do conceito de espaço.

Ainda em 1971 foi editado o livro *Les villes du Tiers Monde*, no qual o autor consolida seus estudos sobre a questão urbana,

⁸ Ibid., p. 51.

⁹ Ibid., p. 53.

¹⁰ Ibid., p. 53-54

¹¹ Ibid., p. 56.

considerando as especificidades do Terceiro Mundo. A quarta parte é sobre a “Especificidade do fenômeno urbano nos países subdesenvolvidos: a urbanização desigual”. O 13º capítulo tem o título de “Os processos socioeconômicos da urbanização”. Para o autor, a cidade nos países subdesenvolvidos seria uma “[...] intermediária entre os países dominantes e o campo duplamente dominado”, sendo mais um local de passagem do que um local de produção. A última parte é sobre Problemas de método, e é formada por dois capítulos. No 15º, “A articulação Cidade-Região”. O autor lembra que as relações que as cidades de países ou de regiões dominantes manteriam com o campo seriam relações de dominação¹².

Em 1971, terminando sua estada de sete anos na França, Milton Santos seguiu para os Estados Unidos, para trabalhar no prestigioso Massachusetts Institute of Technology - MIT durante o período de 1971 a 1972.

No período de 1972 a 1973, Milton Santos se transferiu para o Canadá, como *Full Visiting Professor* do Departamento de Geografia da Toronto University. Após o Canadá, em 1973, ele viajou para a Venezuela, e de lá ele foi contratado, como Professor, na Universidad Nacional de Ingeniería, de Lima, Peru. Em seguida, foi convidado por Ruth Glass, como professor, no Center of Urban Studies, do University College, em Londres, mas ficou apenas nove dias, devido às dificuldades de encontrar alojamento, tendo em vista o racismo vigente entre os ingleses¹³. Em 1974, foi convidado novamente para ensinar na Universidad Central de Venezuela, tendo atuado como Professor da Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Em paralelo, no mesmo ano, foi nomeado membro do Comitê Diretor do Programa de Emprego e de Urbanização da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Colegas ingleses e australianos o indicaram para implantar a pós-graduação em Geografia na University of Dar es Salaam, na Tanzânia, onde ele ficou no período de 1974 a 1976.

Em 1975, Milton tentou, por procuração, inscrever-se no concurso para Professor Titular na Universidade Federal da Bahia, tendo escrito a tese *Industrialização, metropolização e organização do espaço*, mas sua iniciativa foi bloqueada por argumentos burocráticos, em pleno regime militar.

¹² Ibid., p. 61.

¹³ Ibid., p. 63.

Ainda em 1975, foi publicado, na França, um dos seus livros mais importantes, *L'espace partagé*, resultado de mais de oito anos de preparação. No prefácio à edição francesa, o livro é considerado pelo autor como “[...] uma nova contribuição à busca de uma teoria do espaço e da urbanização, que faz tanta falta no Terceiro Mundo”¹⁴. Na conclusão, Milton Santos lembra que o circuito inferior é a estrutura que acolhe as pessoas expulsas do campo e que deveria ser preservado¹⁵.

Após a Tanzânia, foi, mais uma vez, para a Venezuela, em 1976, como Professor Convidado da Facultad de Humanidades y Educación, da Universidad Central de Venezuela, em Caracas, e da Facultad de Arquitectura y Urbanismo, da Universidad del Zulia, em Maracaibo. Em seguida, no período de 1976 a 1977, esteve na Columbia University, em Nova York, como Professor de Geografia e Planejamento Urbano. Milton Santos ainda recebeu um convite para criar um Departamento de Geografia na Nigéria, mas recusou o mesmo para voltar ao Brasil em 1977.

III – O RETORNO AO BRASIL, O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL E OS ESTUDOS TEÓRICOS EM ESCALA GLOBAL

Milton Santos veio para o Brasil, em 1977, a convite de Maria Adélia de Souza, para trabalhar como Consultor da EEMPLASA. Entre 1978 e 1982, deu cursos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como Professor convidado.

Em 1978 participou da reunião da Associação Brasileira de Geógrafos - AGB em Fortaleza, espécie de “divisor de águas”, mudando os rumos da Geografia brasileira, com a entrada da corrente da “Geografia Crítica”, colocando em xeque o paradigma concorrente neopositivista, em paralelo com as mudanças na direção da associação.

Nesse ano de 1978 foram lançados quatro livros em português. O primeiro, um dos mais importantes e que veio a impactar a Geografia brasileira, é intitulado *Por uma geografia nova*, cujo subtítulo é revelador: *da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. O segundo foi *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*, tradução do original em francês, datado de 1971. O terceiro foi o livro *Pobreza Urbana* lançado em concorrido Seminário Nacional sobre a Pobreza Urbana realizado

¹⁴ Ibid., p. 64.

¹⁵ Ibid., p. 69.

em Recife. O livro é dividido em duas partes. No 2º capítulo, “Explicações da pobreza urbana”, o autor critica as explicações parciais da pobreza urbana, através do êxodo rural e conclui pela necessidade de uma explicação sintética e válida¹⁶. O quarto foi a tradução para o português do livro com o título de *O espaço dividido*.

No ano seguinte, 1979, Milton Santos foi convidado para trabalhar no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como Professor Titular visitante, tendo ficado na instituição durante o período de 1979 a 1983.

Em 1979 foram lançados mais três livros. O primeiro *Espaço e Sociedade*, com 10 capítulos, em que foram traduzidos ou republicados importantes textos dispersos. O segundo, *Economia espacial: críticas e alternativas*, que reúne as traduções de vários estudos realizados nos anos 1970 e publicados no exterior, quatro em inglês e três em francês. O capítulo 7º é denominado “A totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas geográficas”, pois, segundo o autor, as formas atuam sobre o mundo rural através da modernização da economia rural e atuam também no meio urbano, através do planejamento urbano, que “constitui muitas vezes meramente uma fachada científica para operações capitalistas”¹⁷.

Em 1980, Milton Santos recebeu sua primeira honraria e reconhecimento internacional, através do título de Doutor *Honoris Causa*, da Université de Toulouse, a primeira que o recebeu no início do exílio. No mesmo ano, publicou o livro *A urbanização desigual*, que corresponde à tradução da quarta parte do livro *Les villes du Tiers Monde*, de 1971.

No ano seguinte, em 1981, foi publicada a tradução em português do seu curso de 1969, *Aspects de la géographie et de l'économie urbaine des pays sous-développés*, após atualização, com o título de *Manual de geografia urbana*.

Em 1982, foram publicados dois livros. O primeiro, *Pensando o espaço do homem*, e o segundo, *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*.

A partir de 1983, Milton Santos, agora no auge de sua carreira, estabelece-se no Departamento de Geografia da USP, através de concurso, como Professor Titular.

¹⁶ Ibid., p. 78.

¹⁷ Ibid., p. 85.

Em 1985 Milton lançou um livro eminentemente metodológico, *Espaço e método*. O capítulo 3º, “Espaço e Capital: o meio técnico-científico”, foi publicado originalmente em 1981. Nesse capítulo, Milton discute as Fases na produção do espaço produtivo: a fase atual, com a afirmação de “[...] todos os espaços são espaços de produção de consumo e a economia industrial [...] ocupa praticamente todo o espaço produtivo, urbano e rural”¹⁸. O capítulo 6º, “Uma discussão sobre a noção de região”, é concluído com Regiões urbanas e agrícolas: mudanças do conteúdo, quando o autor afirma que “O que distinguirá a região urbana e a região agrícola não será mais a especialização funcional, mas a quantidade, a densidade e a multidimensão das relações mantidas sobre o espaço respectivo”¹⁹.

Em 1987, Milton Santos recebeu o título de *Doutor Honoris Causa*, da Universidade Federal da Bahia, um primeiro reconhecimento nacional, uma espécie de retratação da recusa de sua participação no concurso de 1975. Nesse ano, ele publicou o livro *O espaço do cidadão*. No capítulo 2º, “O cidadão mutilado”, o autor destaca que “A cidadania que falta não é apenas urbana, mas também e sobretudo a cidadania rural [...]”²⁰.

Em 1988 foi nomeado *Directeur d'Etudes*, da École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, na França. Data também desse ano a publicação do livro *Metamorfoses do espaço habitado*. No capítulo 4º, “Categorias tradicionais, categorias atuais”, o autor tratou das Novas relações cidade-campo, quando afirmou que “Quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo o seu alcance”²¹.

Em 1989 Milton Santos foi o homenageado do 1º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, tendo realizado a conferência de abertura, “Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX”. Nesse mesmo ano, foi publicada sua primeira entrevista importante, na revista *Geosul*, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Em 1990 foi publicado o livro *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*, quando o autor discute a metrópole paulista.

¹⁸ Ibid., p. 93.

¹⁹ Ibid., p. 95.

²⁰ Ibid., p. 97.

²¹ Ibid., p. 101.

Em 1991 Milton Santos foi eleito Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, para o período 1991-1993. Em 1992 recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* da Universidad de Buenos Aires. Nesse ano, ele organizou e presidiu o Encontro Internacional “O Novo Mapa do Mundo”, na USP, que contou com a presença de geógrafos de várias nacionalidades, e resultou na publicação de quatro livros. Após o término do mandato na ANPUR, Milton foi eleito Presidente da nova Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE, para o período 1993-1995.

Em 1993 Milton Santos publicou o livro *A urbanização brasileira*. Logo no Prefácio/Introdução, o autor faz a distinção entre “um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas)”. O capítulo 3º “A evolução recente da população urbana, agrícola e rural” é iniciado com a informação da inversão da taxa de urbanização: de 26,35% em 1940, passa para 68,86% em 1980. O texto trata, também, da evolução da população agrícola, que cresce entre 1970 e 1980 (de 17.581.964 para 21.163.729), enquanto a população rural diminui no mesmo período (41.054.053 para 38.566.297). O autor informa que a população agrícola estava mais concentrada no Nordeste (9.333.166 em 1980)²², a população rural diminuiu no Sudeste entre 1970 e 1980 (de 10.888.897 para 8.894.044), porém ela aumentou e continuava concentrada no Nordeste no mesmo período (de 16.358.950 a 17.245.514), o que levou o autor a afirmar que “O Brasil moderno é um país onde a população agrícola cresce mais depressa que a população rural” e explica “A população agrícola torna-se maior que a rural [...] porque uma parte da população agrícola [...] (os bóias-frias) é urbana na sua residência”. O capítulo 5º vai tratar de “A nova urbanização: diversificação e complexidade”, quando o autor comenta que “A cidade torna-se o locus da regulação do que se faz no campo”, e as mudanças recentes fazem com que a cidade local “[...] deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo”²³. O 7º capítulo tem o longo título de “Brasil urbano e Brasil agrícola e não apenas Brasil urbano e Brasil rural”, quando o autor discute o par espaços inteligentes e os espaços opacos e faz a diferença entre regiões agrícolas e regiões urbanas. O autor conclui o capítulo afirmando que “nas regiões agrícolas é o campo que [...] comanda a vida econômica e

²² *Ibid.*, p. 107.

²³ *Ibid.*, p. 107-108.

social do sistema urbano [...] enquanto nas regiões urbanas são as atividades secundárias e terciárias que tem esse papel”²⁴.

No ano de 1994 Milton Santos recebeu a maior honraria da disciplina, o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin-Lud, no Festival Internacional de la Géographie, em St-Dié des Vosges, França, sendo o primeiro geógrafo laureado oriundo de um país não-central. No mesmo ano Milton Santos recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidad Complutense de Madrid e a Medalha de Mérito da Universidad de la Habana, Cuba. Publicou, no mesmo ano, o livro *Por uma economia política da cidade*. No 1º capítulo, “A primazia de São Paulo metrópole”, apresenta as especificidades de São Paulo, entre outras a de que a cidade seria a única, entre as grandes do Terceiro Mundo, a ter uma zona agrícola dinâmica²⁵.

Ainda em 1994, Milton Santos publicou *Técnica, espaço, tempo*. O capítulo 12º, “O período técnico-científico e os estudos geográficos”, corresponde a um texto datado de 1985. Comenta A modernidade e seus indicadores geográficos, que são agrupados em: problemas gerais; relações cidade-campo; relações interurbanas; e a organização interna das cidades e os novos papéis da metrópole. Quando discute as relações cidade-campo, o autor trata de “novas formas de rurbanização”²⁶. O capítulo 9º, “O espaço: sistema de objetos, sistemas de ações” é datado de 1991, quando conclui com a relação cidade / campo, quando afirma que “A cidade não é mais o locus por excelência dos capitais novos. Esse locus do capital hegemônico [...] é o campo, onde as horizontalidades [...] têm como base material a ciência, a tecnologia e a informação”²⁷.

Em 1995 Milton Santos recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e da Universidade Federal de Sergipe. Nesse ano foi reintegrado na Universidade Federal da Bahia.

Nos últimos anos, as homenagens a Milton Santos se multiplicaram: em 1996 ele recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* da Universidad de Barcelona, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Estadual do Ceará, da Universidade de Passo Fundo e da Universidade Federal de Santa Catarina. Para comemorar

²⁴ Ibid., p. 108.

²⁵ Ibid., p. 112.

²⁶ Ibid., p. 115.

²⁷ Ibid., p. 116.

os seus 70 anos, em 1996, foi organizado, por Maria Adélia de Souza, o livro *O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo*, lançado no encontro internacional com o mesmo título. No mesmo ano foi lançado o livro *De la totalidad al lugar*, traduzido para o português em 2005.

Ainda em 1996, Milton Santos publicou o seu livro mais importante, *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. No capítulo 13º trata de “Os Espaços da Racionalidade”. Conclui o capítulo com a emergência do espaço racional, quando o autor menciona os “espaços do mandar e os espaços do obedecer” e comenta os limites da racionalidade no campo e na cidade. O capítulo 14º trata de “O Lugar e o Cotidiano”. Passa a discussão de Os pobres na cidade, comentando que a cidade “pode atrair e acolher as multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e dos serviços”²⁸.

No ano seguinte, 1997, Milton Santos recebeu o título de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e os títulos de Doutor *Honoris Causa* da Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina, e da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Entre 1997 e 1998 esteve na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, como *Visiting Professor*, sua última estada prolongada no exterior desde o seu retorno ao Brasil.

Em 1998 Milton Santos recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, 1999, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Pernambuco.

Os últimos títulos de Doutor *Honoris Causa* foram distinguidos, no ano 2000, pela Universidade Federal do Paraná, pela Universidad Nacional del Sur, Bahia Blanca, Argentina e pela Universidad de la Republica, Montevideo, Uruguai. Nesse ano Milton publicou o livro *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Nesse mesmo ano ainda foi publicada uma longa entrevista, em forma de livro, intitulado *Território e Sociedade*, também muito rica em informações. Na primeira parte, “O território da Geografia”, foram discutidos temas como, cidade e campo, quando Milton deu esta declaração à pergunta “Como o senhor pensa a divisão campo/cidade?”:

²⁸ Ibid., p. 134.

Primeiro não sou fã do campo. Acho um negócio horrível condenar o sujeito a morar no campo. É a maior perversidade que pode existir. Na verdade, pode-se viver na cidadezinha e trabalhar no campo, que é a tendência brasileira mais recente. [...] O fundamental são as pessoas e suas necessidades e direitos e não onde elas estão²⁹.

Finalmente, sua última publicação, *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI* (2001), foi escrito em conjunto com a geógrafa argentina Maria Laura Silveira. Nesse livro os autores dão um grande destaque às questões agrícolas. No capítulo 3º – A constituição do meio técnico-científico-informacional e a renovação da materialidade no território, no item 8, “Semoventes e insumos do solo”, os autores destacam a difusão pelo campo de “tratores, arados, grades, semeadeiras, cultivadores, ceifadores e colhedoras de tração mecânica”³⁰. Eles comparam, por exemplo, a existência de um trator por 5,36 habitantes agrícolas em São Paulo e um trator para 172,65 habitantes em Pernambuco em 1996³¹. Esta parte é concluída com o destaque para a concentração de consumo de fertilizantes na região Sudeste, que reunia 43,93% 1995³². Em seguida, no item 9, “Geografia da pesquisa e da tecnologia”, os autores destacam o trabalho da EMBRAPA, criada em 1972³³, e a difusão de seus diferentes centros de especialização em todo território nacional. Os autores também comentam a produção de plantas transgênicas (soja, milho, feijão, batata e trigo)³⁴. No capítulo 5º - Uma reorganização produtiva do território, no item 5, “A modernização da agricultura”, a questão é aprofundada. Segundo os autores, “Trata-se [...] da produção de uma nova geografia feita de belts modernos e de novos fronts no Brasil”³⁵, e que seria “[...] uma modernização em manchas. No campo nordestino desenvolvem-se áreas descontínuas e especializadas [...]”. Por outro lado, as culturas de exportação “acabaram por invadir [...], áreas antes destinadas às produções domésticas. Houve uma desvalorização das agriculturas alimentares básicas e de tradição nacional (como arroz, feijão e mandioca)”, e isto, segundo os autores, “com a colaboração do

²⁹ SANTOS, 2000, p. 57-58.

³⁰ SANTOS E SILVEIRA, 2001, p. 86.

³¹ Ibid., p. 87.

³² Ibid., p. 89.

³³ Ibid., p. 90.

³⁴ Ibid., p. 92.

³⁵ Ibid., p. 119.

crédito público, da informação, da propaganda e dos novos consumos”³⁶. Finalmente, no capítulo 9º – (Re) Distribuição da população, economia e geografia do consumo e dos níveis de vida, os autores trataram, no item 3, de “A população não-urbana”, quando destacaram que no Brasil “a população agrícola incorporou, entre 1970 e 1985 um contingente equivalente a 5.812.830 pessoas”, enquanto “entre 1985 e 1996, a referida população agrícola do Brasil perdeu 5.464.029 trabalhadores”³⁷. A Bahia perdeu, no mesmo período, 700.000 trabalhadores agrícolas, mas o Nordeste ainda reunia 45% da população agrícola do país. Segundo os autores, “A mecanização e, depois, a cientificação do mundo rural, contribuíram [...] para a queda da participação da população rural [...] que passou de 68,76% em 1940 [...] para 21,64% em 1996”, enquanto o Nordeste contava com um percentual de 34,79% no mesmo ano, e a população rural do Sudeste caiu para 10,71% (com São Paulo com 7% e o Rio de Janeiro com 4,47%). No total do Brasil, a população rural caiu de 40 milhões em 1970 para 34 milhões em 1996³⁸. Enquanto o Sudeste perdeu 3,8 milhões de habitantes, o Nordeste perdeu 1,2 milhão. Só houve crescimento na região Norte, com o acréscimo de 1,8 milhão de pessoas. Enquanto no livro de 1983 o autor ainda registrou o aumento da população agrícola brasileira em 1980, no livro de 2001 ficou registrado o decréscimo da população agrícola e a continuidade do decréscimo da população rural brasileira.

Após uma longa enfermidade, Milton Santos faleceu em 24/06//2001, em S. Paulo.

II PARTE: IDEIAS CIENTÍFICAS E CONTRIBUIÇÕES AO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

IV – PRINCIPAIS CONCEITOS E CATEGORIAS

A proposta de novos conceitos e sistematização de um sistema de noções, conceitos e categorias pode ser considerada como a maior contribuição de Milton Santos para a Geografia. Em livro de 1985 o autor definiu “conceito” como “significando uma abstração extraída da observação de fatos particulares” (1985b, p. 9). Em texto de 1991,

³⁶ Ibid., p. 120.

³⁷ Ibid., p. 210.

³⁸ Ibid., p. 211.

publicado em 1994, Milton Santos escreveu: “A história é o hoje de cada atualidade, que nos fornece os conceitos, da mesma forma que a natureza, natural ou artificial, nos dá categorias” (1994b., p. 90). Na sua obra magna, as “categorias analíticas” devem dar “conta da respectiva superfície do real própria a tal fração do saber e [...] permitam a produção de instrumentos de análise, retirados do processo histórico. Os conceitos assim destacados, devem [...] ser internos ao objeto correspondente, isto é, ao espaço, e ao mesmo tempo constitutivo e operacionais” (1996b, p. 18). Em entrevista publicada em 1999 Milton Santos afirmou que “A teoria é um sistema de conceitos”, e, em outra entrevista, em 2002, precisou que conceito “é a atualização, historização presente da categoria” (2004c., p. 32).

No livro *Os Estudos Regionais e o Futuro da Geografia*, de 1953, a “geografia” é definida como a ciência das relações³⁹. Em 1996, cabe à geografia “estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que foram o espaço” (1996b, p. 51).

O conceito de “região” aparece em livro de 1953 como “O pedaço de território onde se exerce essa teia de relações recíprocas [...]” (1953b, p. 42). No livro de 1993, o autor fez a diferença entre “regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais” (1993a, p. 66).

No livro *Zona do Cacau* de 1954 [1957], Milton Santos avançou uma definição de “cidade”: como “um núcleo populacional que, para sua subsistência não depende do meio que a cerca” (1957, p. 71). Em outros textos foram propostas adjetivações à palavra cidade: em 1971 a “cidade embrionária”, que corresponderia à cidade industrial, a cidade rural⁴⁰ e a cidade em construção (1978a, p. 74). A “cidade regional” seria considerada como “menos vinculada ao meio imediato” (p. 226-227) e “cuja função é comandar uma zona agrícola” (p. 389).

Na sua tese *O Centro da Cidade de Salvador*, de 1958, publicada no ano seguinte, o conceito de “paisagem” foi discutido. Em 1988, ela aparece como “domínio do visível” (p. 61)⁴¹. Nesse livro foi efetuada a distinção entre a paisagem artificial, “a paisagem transformada pelo homem” e a paisagem natural “aquela não mudada pelo esforço humano” (p. 64). Em trabalho posterior, aparecem os “elementos do

³⁹ In VASCONCELOS, 2020, p. 145. Em artigo publicado no jornal A Tarde de 21/07/1950 Milton Santos já mencionava a Geografia como “ciência das relações” (Ibid., p. 145).

⁴⁰ Em princípio as duas noções são incompatíveis.

⁴¹ Em 1988 o autor afirmou que “a Geografia não é mais o estudo da paisagem” (1988, p. 63).

espaço”, que seriam “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas” (1985b, p. 6); [...] as infraestruturas seriam “o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc.” (1985b, p. 6). No mesmo livro, “estrutura” implica uma “inter-relação de todas as partes com um todo” (1985b, p. 50).

O livro *Les villes du Tiers Monde* foi publicado em 1971. Na tradução do manual de 1969, as “migrações” seriam causadas tanto pela atração das cidades, assim como pela repulsão do campo (1971b, p. 59). Posteriormente, a migração vai ser referida como um processo de desterritorialização (1987, p. 62).

O livro *L'espace partagé* é de 1975. O conceito de “espaço” é central na produção de Milton Santos, e aparece com maior número de desdobramentos. O conceito de espaço, não adjetivado, tem uma série de definições ao longo do tempo: o espaço é “uma realidade relacional: coisas e relações juntas” (1988, p. 26); que é resumido como “um conjunto de objetos e relações que se realizam sobre esses objetos” (p. 71). Finalmente, no livro de 1996, “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (1996b, p. 50-51).

Em 1978, no importante livro *Por uma geografia nova*, a importante categoria “lugar” foi definida, inicialmente, como uma “porção discreta do espaço total”; (1978c, p. 121). A noção de universalização perversa antecipou a de globalização (1978c, p. 170). Noções semelhantes foram desenvolvidas ao longo do tempo: “mundialização” (do campo) (1971b, p. 308). O importante conceito de “território”, que é visto “como um conjunto de lugares” (1987, p. 121)⁴². A noção de “configuração territorial” é mais ampla. Em 1996 o autor precisou que “A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem da materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (1996b, p. 51).

No livro *Espaço e Sociedade* foi comentado o conceito de “tempo”. Em texto de 1993, publicado no ano seguinte, o tempo como par do espaço foi considerado como “transcurso e a sucessão de eventos e sua trama” (1994b, p. 41). No outro livro do mesmo ano, o

⁴² Em entrevista no ano 2000 Milton Santos fez a importante afirmação “eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território [...] Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles” (Ibid., p. 159).

autor discutiu as categorias de “estrutura, função, forma e processo”, sendo as mesmas indissociáveis (1979d, p. 163-164).

No livro *Economia espacial: críticas e alternativas*, também de 1979, foi proposto, em texto traduzido de 1975, o par “especialização horizontal” (tendo como exemplo o campo) e “especialização vertical” (exemplificado pela rede urbana). Em texto de 1991, publicado em 1994, os pares passaram a ser denominados “horizontalidades”, ou seja, as áreas produtivas, e “verticalidades”, que corresponderiam aos sistemas urbanos (1994b, p. 93). Em 1996 as horizontalidades passaram a ser vistas como “os espaços de contiguidade, como as regiões” e as verticalidades como “‘espaço’ de fluxos formados por pontos, dotado de um papel regulador em todas as escalas geográficas [...]” (1996b, p. 22).

Em *Ensaio sobre a urbanização latino-americana* (1982b) já aparecem as noções de fixos e fluxos. Os fatores “fixos” correspondem ao “capital constante fixo representados por objetos geográficos” e os “fluxos” seriam “de pessoas, de capital e da mais-valia, de produtos e mercadorias, de mensagens e de ordens” (1982b, p. 117). Em entrevista de 1991, publicada em 1994, os exemplos de fixos são “casa, porto, armazém, plantação, fábrica” e os fluxos são “os movimentos entre os fixos” (1994b, p. 165).

No livro *Espaço e Método*, de 1985, as “instâncias da produção” seriam a produção, a circulação, a distribuição e o consumo (1985b, p. 47).

No outro livro, *A urbanização brasileira*, de 1993, pode ser destacado o uso do par “tecnoesfera e psicoesfera”, que seriam resultantes do meio técnico-científico (1993a, p. 47).

No outro livro, do mesmo ano, *Técnica, espaço, tempo*, podemos destacar, em texto de 1993, publicado nesse livro, as “zonas luminosas” seriam “áreas de densidade” (p. 51). As “zonas opacas” seriam “áreas praticamente vazias” (p. 51). Já o “cotidiano” seria “a quinta dimensão do espaço” (p. 69), e é em seguida afirmado: “É um recorte” (p. 184).

No livro *De la totalidade al lugar* (1996c; republicado em 2005) uma proposta de uma noção mais complexa apresentada em texto de 1994 é a de “acontecer solidário”⁴³, que é considerado, posteriormente, como sinônimo de evento (1996b, p. 130) e de espaço banal (p. 205). O acontecer solidário é dividido em (1) “acontecer

⁴³ Em entrevista publicada em livro de 1994 acontecer é definido como “o encontro de muitas ações num objeto” (Ibid., p. 167).

homólogo”, ou seja “é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada e levam os comportamentos a uma racionalidade [...] que cria uma similitude de atividades, gerando contiguidades funcionais que dão contornos da área definida”; em (2) “acontecer complementar”, que seria “[...] aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades [...]”; e em (3) “acontecer hierárquico”, que seria “[...] um dos resultados da tendência a racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrado [...]” (2005, p.140). Em outro texto do mesmo ano, publicado no mesmo livro, o acontecer homólogo e o acontecer complementar “supõe uma extensão contínua, na cidade e no campo, a contiguidade sendo o fundamento da solidariedade”, enquanto, no caso do acontecer hierárquico, “as relações podem ser pontuais” (2005, p. 158). Em livro de 1996 o acontecer homólogo é exemplificado pela modernização da área agrícola; o acontecer complementar é confirmado com o exemplo das relações cidade e campo ou entre cidades; e o acontecer hierárquico traz como referência a racionalização das atividades e o comando (1996b, p. 132).

No livro *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*, Milton Santos realiza um agrupamento de noções, conceitos e categorias. As “categorias analíticas internas do espaço” seriam: “a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo”. Os “recortes espaciais” seriam a região, o lugar, as redes e as escalas. “Os processos básicos externos ao espaço” seriam: “a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e a totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia” (1996b, p. 19). Podemos destacar outras noções propostas na mesma obra: o “evento” seria “um veículo de uma ou algumas [...] possibilidade existentes no mundo” ou “o vetor das possibilidades existentes numa formação social [...], numa região ou no lugar [...]” (p. 115), ou ainda “o tempo se fazendo empírico para poder encontrar os objetos” (p. 126); “duração” seria “o lapso de tempo em que um dado evento, guardando suas características constitucionais, tem presença eficaz” (p. 118).

Nos anexos do livro organizado por Maria de Azevedo Brandão (2004) foi publicado um rascunho elaborado por Milton Santos com as “Principais Categorias de Análise”, com a ordem seguinte: Território Usado; Dois Circuitos da Economia; Objetos e Ações; Paisagem x

Espaço; Configuração Territorial x Sociedade; Fixos e Fluxos; Forma-Conteúdo; Inércia dinâmica; Eventos; Acontecer solidário; Densidades: técnica, informacional, comunicacional; Tecnosfera e Psicofera; Cotidiano como 5ª dimensão do espaço; Meio técnico-científico-informacional; Verticalidades e Horizontalidades; Rugosidades; Tempo empírico, empiricizado; Alargamento dos contextos; Produtividade espacial; Espaços da racionalidade; Tempo(s) lento(s) e rápido(s) e Ordem global e ordem local (p. 297).

Em texto de 2009 tentei reconstruir uma possível hierarquia a partir dos principais conceitos propostos por Milton Santos⁴⁴: o espaço seria equivalente à organização espacial, à estrutura espacial, à organização do espaço e a estrutura territorial (1988, p. 25). Mas o espaço também seria composto pela configuração territorial e pela dinâmica social (p. 111). O conceito de espaço geográfico em seguida foi nivelado ao de território usado (1994d). A configuração territorial, por sua vez, seria formada pelo território e o conjunto de objetos existentes sobre ele (1988, p. 75). A paisagem, por outro lado, seria uma porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão (1996b, p. 16). Já o território seria composto por lugares contíguos e lugares em rede (1994d, p. 16). Finalmente, os lugares tanto poderiam ser vistos como uma porção discreta do espaço total (1978c, p. 121), ou como uma combinação específica de temporalidades diversas (1996b, p. 109).

CONCLUSÕES

Comentar a relação entre o rural e o urbano na obra de Milton Santos não é uma tarefa fácil. Primeiro, pela enorme produção do autor. Por outro lado, Milton sempre teve como prioridade o estudo das cidades. Também, quando se examina seu “universo conceitual”, o número de conceitos dedicados à cidade e ao urbano é bem superior ao campo e ao rural. Porém, em dois livros, Milton deu maior destaque às questões agrárias e do campo: a *Urbanização Brasileira* e *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, escrito com Maria Laura da Silveira. Neste último, porém, fica difícil separar qual a participação de cada um dos dois autores.

⁴⁴ Ibid., p. 170.

Certamente, a pouca prioridade dada às questões do campo e do rural teriam muito a ver com a declaração dada sobre o campo, pelo autor, em sua entrevista do ano 2000.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Maria (Org.) **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Milton Santos. Geógrafo e Cidadão do Mundo (1926-2001). **Afro-Ásia**, v. 25-26, p. 369-405.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. O Universo Conceitual de Milton Santos. Curitiba: Editora CRV, 2020.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Bibliografia selecionada de textos de Milton Santos

1948. **O povoamento da Bahia: suas causas econômicas**. Salvador: Imprensa Oficial.

1952. 'Geografia antiga e moderna', **Revista da Educação e Cultura**, Salvador.

1953a. **Estudos sobre geografia**. Salvador: Tipografia Manú.

1953b. **Os estudos regionais e o futuro da geografia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia. 1960a. **Os Estudos Regionais e o Futuro da Geografia**. Tese para o Concurso de Livre Docência, Faculdade de Filosofia, Universidade Federal da Bahia.

1954a. **Ubaitaba, estudo de geografia urbana**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia.

1954b. **Zona do cacau, introdução ao estudo geográfico**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia; Artes Gráficas. 1957. 2. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, Col. Brasileira, vol. 296.

1958a. **Estudos de Geografia da Bahia**. Salvador: Livraria Progresso Editora.

1958b. (com D. Jacobina), **Localização industrial**. Estudos e Problemas da Bahia. Salvador: CPE (Mimeo).

1959a. **O Centro da Cidade de Salvador**. Salvador: Livraria Progresso Editora.

- 1959b. **A cidade como centro de região**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais; Imprensa Oficial.
- 1959c. **A rede urbana do Recôncavo**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais; Imprensa Oficial; 1997 *In*: M. Brandão (Org.). **Recôncavo da Bahia. Sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, p. 59-100.
- 1959d. 'Quelques problèmes géographiques du centre de la ville de Salvador'. **L'Information Géographique**, No. 3, Paris.
- 1960b. **Marianne em Preto e Branco**. Salvador: Livraria Progresso Editora; 2010. 2. ed. Salvador. A.L.E.B.
1965. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
1967. **Croissance démographique et consommation alimentaire dans les pays sous-développés**. I) Les données de base; II) Milieux géographiques et alimentation. Paris : Centre de Documentation Universitaire (CDU).
1968. 'La région du Nordeste'. In CNRS. **La régionalisation de l'espace au Brésil**. Paris : ECNRS, [1968] 1971, p. 87-89.
1969. **Aspects de la géographie et de l'économie urbaine des pays sous-développés**. 2 fasc. Paris: Centre de Documentation Universitaire (CDU); 1973a **Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados**. Barcelona: Oikos-Tau; 1981. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec.
1970. **Dix essais sur les villes des pays sous-développés**. Paris: Ed. Ophrys.
- 1971a. **Le métier du géographe en pays sous-développés**, Paris: Ed. Ophrys;
1978a. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Hucitec, AGB.
- 1971b. **Les villes du Tiers Monde**. Paris: Ed. Génin, Librairies Techniques ; 1980. **A urbanização desigual**. Petrópolis: Vozes.
- 1971c. 'La ville et l'organisation de l'espace dans les pays sous-développés'. **Revue Tiers Monde**, No. 45, Presses Universitaires de France.
1972. 'Modernisations et espaces dérivés'. **Revue Tiers Monde**, No. 50, Presses Universitaires de France.
- 1973b 'La urbanización dependiente en Venezuela' *in* M. Castells (Ed.). **Imperialismo y Urbanización en América Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, p. 97-110.

1975a. 'Brazil: underdeveloped industrialized country' in **Underdevelopment and poverty: a geographer's view**. Toronto: The Latin American in Residence Lectures, University of Toronto, 1972-1973.

1975b. **L'espace partagé**. Paris: Editions Librairies Techniques, M.-Th. Génin;

1978b. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Liv. Ed. Francisco Alves; 1979a. **The Shared Space: The Two Circuits of the Urban Economy in Underdeveloped Countries**. London: Methuen.

1975c. **Industrialização, metropolização e organização do espaço**. Tese escrita para Concurso de Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia.

1977a. '**Underdevelopment in the Third World**: I, *Socio-Economic Formation and Space*'. *Antipode*, v.9, No 1, Worcester, Mass., USA.

1977b. '**Underdevelopment in the Third World**': 'II, *Mode of Production and Third World Urbanization*'; 'III, *Geography and Planning*', *Antipode*, v.9, No 3, Worcester, Mass., USA.

1978c. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec-Edusp; 1985a. **Pour une géographie nouvelle**. Paris: Publisud; 1990a. **Por una geografía nueva**. Madrid: Espasa-Calpe.

1978d. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Hucitec.

1979b. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes.

1979c. 'Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado', in H. Rattner (Org.), **Brasil 1990, Caminhos alternativos do desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, p.143-160.

1979d. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec.

1982a. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec.

1982b. **Ensaios sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec.

1982c. (como Organizador), **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec.

1982d. 'Geografia, marxismo e subdesenvolvimento', in R. Moreira (Org.), **Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, p.13-22.

1985b. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel; 1986a, '**Espacio y método**', **Geocrítica No 65**, Universidad de Barcelona; 1990b. **Espace et méthode**. Paris: Publisud.

- 1986b. (Org. com Maria Adélia de Souza), **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel.
- 1986c. (Org. com Maria Adélia de Souza), **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel.
1987. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel.
1988. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec; 1996a **Metamorfosis del espacio habitado**. Barcelona: Oikos-Tau.
- 1990c. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel.
- 1993a. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec.
- 1993b. (Org. com Maria Adélia de Souza, Francisco C. Scarlato e Mónica Arroyo), **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec-ANPUR.
- 1993c (Org. com Maria Adélia de Souza, Francisco C. Scarlato e Mónica Arroyo), **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec-ANPUR.
- 1993d. (Org. com Maria Adélia de Souza, Francisco C. Scarlato e Mónica Arroyo), **Globalização e espaço latino-americano**. São Paulo: Hucitec-ANPUR.
- 1994a. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, Editora PUC-SP.
- 1994b. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec.
- 1994c. 'Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX', in A. F. A. Carlos (Org.). **Os Caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p.17-26.
- 1994d. (Org. com Maria Adélia de Souza e Maria Laura Silveira), **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec-ANPUR.
1995. (Org. com Maria Adélia de Souza, Francisco Scarlato e Mónica Arroyo), **Problemas geográficos de um mundo novo**. São Paulo: Hucitec-ANPUR.
- 1996b. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec; 1997. *La nature de l'espace*. Paris: L'Harmattan; 2001a. **La Naturaleza del Espacio**, Madrid: Ariel.
- 1996c. **De la totalidad al lugar**. Barcelona: Oikos-Tau; 2005. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp.
- 2000b. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record. 2017. **Toward an Other Globalization: From the**

Single Thought to Universal Conscience. Cham: Springer; 2015. 2016. **Por uma nuova globalizzazione**. Salerno: Arcoiris.

2000c. **Território e Sociedade**. Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

2001b. (Com Maria Laura Silveira). **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record.

2002. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. In RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). São Paulo: Publifolha.

2004c. **Testamento intelectual/Milton Santos**. Entrevistado por Jesus de Paula Assis; colaboração de Maria Encarnação Sposito. São Paulo: Editora UNESP [2002].

2011. **O espaço da cidadania e outras reflexões / Milton Santos**. In: SILVA, Elisiane; NEVES, Gervásio N. e MARTINS, Liana B. (Org.). Brasília: Fundação Ulysses Guimarães.

2019. **Milton Santos**: correspondente do Jornal A Tarde: 1950-1960. In: SILVA, Maria Auxiliadora da; ANTUNES, William (Org.). Florianópolis: IIR/GCN/CFH/UFSC.

Movimentos populares na invenção de outros brasis possíveis

Pedro Lima Vasconcellos

O titubeio não foi pequeno até a definição do caminho que pretendo trilhar frente à honrosa e desafiadora tarefa que me foi confiada nesta oportunidade, dada a largueza de possibilidades indicadas no título da mesa para a qual este texto foi pensado, aliada ao fato de que não sou propriamente um estudioso de nenhuma delas que se me delineavam no horizonte¹. Mas, enfim, começo ancorado num porto em que me julgo razoavelmente seguro, e apelando a Ariano Suassuna, este genial escritor e pensador do Brasil e da gente que o habita e faz, em sua penetrante síntese sobre o perpetrado ao Belo Monte de Antonio Conselheiro, que passou para a história como a “guerra de Canudos”. De observações sobre suas notas trato de alargar o olhar, para alcançar

¹ Exposição na mesa de encerramento do V SINARUB / V SNPD / V EMPURD com o título “O rural e o urbano na história resiliente dos movimentos sociais na formação do Brasil”. Nos nomes da professora Cristina Maria Macedo de Alencar (UCSal), coordenadora dos trabalhos, e do professor Julio César Suzuki (USP), também componente da mesa, agradeço a toda a equipe responsável pela realização, em condições adversas como as que ora atravessamos, do referido evento, bem como pelo convite a mim dirigido.

movimentos sociais em continuidades e metamorfoses num Brasil rural-urbano que se forma e vem sendo formado há mais de meio milênio. São seis as pontuações com que espero somar-me ao tanto que neste evento foi tematizado e discutido.

Eis então: o que ali, no Belo Monte, se montou, desde o fim de 1896 e ao longo do ano seguinte “e continua a acontecer hoje, no campo como nas grandes cidades brasileiras, foi o choque do Brasil ‘oficial e mais claro’ contra o Brasil ‘real e mais escuro’”; é assim que começa Ariano.² A lógica da guerra atravessa e rasga campos e cidades no território que hoje conforma o Brasil, num processo de bem longa duração. E que não foi iniciado pela gente que aqui habitava quando ele começou: é o que insistem, em vozerio incômodo a tantos ouvidos e sensibilidades, que não admite ser calado, os povos que se identificam como descendentes dela e continuam a resistir. Uma guerra por ocupação de território e pilhagem de seus recursos com muitas faces e cenários, mas que, *grosso modo*, tem os lados da contenda identificados na coloração da tez. Uma lógica que impõe traços decisivos e transversais a uma particular configuração do rural e do urbano, atravessada da dialética senhorio-escavidão, neste território desde logo nomeado Brasil. Sim, porque, na perspectiva de colonização, as cidades nascem mais feitorias que outra coisa, e, em vias à rapinagem do já disponível e ao transporte do aqui produzido por corpos feitos cativos, assim se estruturam de maneira geral pelo menos até fins do século XVIII (e mesmo do XIX). E, com as devidas ressalvas, não se poderia identificar a mesma dinâmica mesmo em tempos contemporâneos? É que pensar em “formação do Brasil” nos coloca numa perspectiva diacrônica que exige a consideração de um feixe de processos em que, ao final, tantas vidas não importam. E, a despeito de vários pormenores e especificidades que o matizam e complexificam, não há que se menosprezar um “sentido da colonização” (expressão de Caio Prado Júnior), realizada totalmente em proveito do comércio exterior; no caso, destinada ao mercado europeu. Pelo menos esse era o projeto, que se há de distinguir dos processos que entre violências e negociações lograram efetivar-se; Celso Furtado começa seu clássico

² Ariano Suassuna. “Euclides da Cunha, Canudos e o exército”. In: Rinaldo de Fernandes (org.) *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração, 2002, p.21. Ao fazer referências ao “agora”, Ariano se referirá ácida e criticamente às mistificações produzidas pelo governo FHC em torno do tal “Plano Real” e sua agenda privatista. A respeito do Belo Monte, tomo a liberdade de remeter a meu trabalho *O Belo Monte de Antonio Conselheiro: uma invenção “biblada”* (Maceió: Edufal, 2015).

explicitando-o: “a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa”.³ E, quando vemos o que ora ocorre com o inominável e criminoso, implacável e incendiário avanço da fronteira agrícola sobre a Amazônia – assim denominado com um toque eufêmico que não disfarça o cinismo –, não podemos pensar que estamos diante de um desdobramento deste mesmo processo, com os devidos ajustes para abranger mercados além dos europeus?

Parece-me então possível dizer de uma configuração do rural a partir da cidade-feitoria, entreposto comercial que não deixa, obviamente, de assumir algumas conformações de que se costuma associar à urbanidade, na medida em que se fazem também das invenções de outros segmentos sociais, pessoas pobres livres ou libertas. Delineia-se aí, então, um traço fundamental das configurações urbanas no processo pelo qual o Brasil se vai formando: a caracterizada distinção, mais que geográfica – entre centro e periferia –, entre gente que é central e gente que é periférica. Nas palavras ácidas de Darcy Ribeiro,

os interesses e as aspirações do seu povo [referindo-se ao Brasil] jamais foram levados em conta, porque só se tinha atenção e zelo no atendimento dos requisitos de prosperidade da feitoria exportadora. [...] Nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. Nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar.⁴

É a este ingrediente indigesto de nossa formação histórica que a arguta reflexão de Ariano está atenta; por isso, prossigo com ele, a despeito de sua condescendência – que reputo injustificada – para com a obra de Euclides da Cunha.⁵ Ele assevera, com justeza, que a

³ Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 27 ed., Companhia Editora Nacional/Publifolha, SP, 2000, p.3.

⁴ Darcy Ribeiro. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2 ed., São Paulo: Companhia das Letras, p.447.

⁵ *Os sertões*, não tenho dúvidas em reconhecer, de um lado contribuiu para impedir que a saga conselheirista fosse soterrada sob o pó da história e de tantos interesses inconfessáveis; mas, de outro, questiono, só teria podido, segundo pensa Ariano, “além da corajosa denúncia contra o crime, pregar uma ‘modernização’ que consistiria, finalmente, em conformar o Brasil real pelos moldes [...] do Brasil oficial” (Ariano

modernização do Brasil de sua gente – adjetivado por uma combinação de rural, arcaico e dado a misticismos e superstições de todos os matizes – tal modernização preconizada pelo autor de *Os sertões* é, ao final,

falsificadora e falsa, e [...], como a que estão fazendo agora é talvez pior do que uma invasão declarada. Esta apenas assola e destrói, enquanto que [sic] a falsa modernização, no campo como na cidade, descaracteriza, assola, destrói e avilta o povo do Brasil real.

Tal projeto se ancora numa visão dicotomizada da realidade social articulada no espaço brasileiro, em que o atraso está associado ao rústico e a ambos seria preciso ultrapassar; não é à toa que, para a sensibilidade de Euclides, e a de tantos outros antes e depois dele, o recurso é a luta (o choque, dizia Ariano), na qual os armamentos a serem usados até podem ser discutidos (o mestre-escola em vez do canhão, sugeria ele no caso do Belo Monte, omitindo convenientemente a informação de que ele, ou melhor, elas, as professoras, já estavam lá). É que justamente tal modernização, a perpetrada pelo Brasil oficial (que é o país “do real e do mercado”), era emblemática, no Rio de Janeiro de Euclides, pela Rua do Ouvidor, “centro de nossa cultura urbana, de segunda mão, e com pretensões a cosmopolita”; já o sertão se constituiria no “emblema bruto e poderoso” do Brasil real.⁶

Até aqui Euclides, na interpretação instigante de Ariano. Mas este prossegue, reconhecendo que o transcórre do século XX lhe exigia mais que repetir o escritor que tanto admirava. Isto porque, nas conjunturas mais próximas de nosso tempo, o Brasil real se lhe ia mostrando mais complexo, sendo assim portador, não de um, mas de dois emblemas. Dou-lhe novamente a palavra, tomando a liberdade de trazer para o presente os tempos verbais que nela aparecem remetidos ao passado:

Suassuna. “Euclides da Cunha, Canudos e o exército”..., p.22)? Seguramente haveria outras opções a serem pensadas. Para uma apreciação mais crítica do feito euclidiano, remeto a meu *Canudos: de Antonio Conselheiro a Lula da Silva*. Curitiba/São Paulo: Kotter/247, 2020, p.127-149.

⁶ Ariano Suassuna. “Euclides da Cunha, Canudos e o exército”..., p.22.

[...] os arraiais do Sertão têm seus equivalentes urbanos nas favelas das cidades; e se o povo do Brasil real é aquele que habita as Favelas urbanas e os Arraiais do campo, o Brasil oficial tem seus símbolos mais expressivos nos Bancos e no Palácio do Governo.⁷

E Ariano se fixa aí, quando então, ele recorda, começou a se “perguntar de onde surgira o nome ‘favela’ aplicado aos lugares onde moram os pobres das nossas grandes cidades”. Diz se haver recordado “de que ‘favela’ é uma planta típica das caatingas e carrascais do nosso sertão do Nordeste [...] e de que o grosso da artilharia que atirava sobre o arraial conselheirista ficava num certo ‘Morro da Favela’”. E, após registrar que boa parte da soldadesca, ao retornar do massacre, recebeu como recompensa morros em torno do centro da então capital do país para ali construir suas habitações, com madeira e com as sobras das demolições de vários casarios velhos, derrubados em nome da modernização da urbe e do afastamento dela daquela gente perigosa e de maus hábitos, a ser invisibilizada para que se pudesse levantar, enfim, uma cidade que pudesse merecer o qualificativo de “maravilhosa”, Ariano conclui dizendo ter sido “importantíssimo descobrir, através da ‘favela’, a ligação entre os dois emblemas do Brasil verdadeiro: o emblema urbano e rural; a ‘favela’ da cidade, e o ‘arraial’ do sertão”.⁸

II

Eis, enfim, rural e urbano clamorosamente cruzados, fundidos e articulados, de modo a não poderem mais dissociar-se, a se refazerem em configurações que, se variam na nomenclatura, não disfarçam a lógica de fundo que as perpassa e inspira: como de outra forma entender a construção, à pavorosa moda do que seriam os campos de concentração na Alemanha nazista, dos chamados “currais do governo” ou “dos bárbaros” (!) para impedir que multidões flageladas pelo latifúndio e pela seca acessem à capital do Ceará, nas primeiras décadas do século passado? São eles, os currais e as pessoas, rurais ou urbanos, na periferia de Fortaleza e em pleno sertão causticante?⁹

⁷ Ariano Suassuna. “Euclides da Cunha, Canudos e o exército”..., p.23.

⁸ Ariano Suassuna. “Euclides da Cunha, Canudos e o exército”..., p.23.

⁹ A respeito do tema pode-se ler: Kênia Souza Rios. *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. Para

Impossível o corte, mas a lógica que confere coerência a estes currais se patenteia. E mais, vemo-la reiterar-se em outras paragens: afinal de contas, tal política de represamento ou contenção de indesejáveis e descartáveis pode ser percebida nos processos pelos quais vieram a ser erguidas, em processos bem “planejados” (não é assim que se diz?), cidades como Brasília e Palmas. E por que a prática contestadora, do avanço da linha férrea, do despejo de contingentes que haviam tecido a sobrevivência pelo trabalho em sua construção, da destruição em massa da vegetação autóctone; por que tais movimentos contestatários, ao edificarem em meio à mata um sem-número de vilas santas cheias de mistério, alternativas à ordem estabelecida a mando do latifúndio e do capital internacional, precisaram ser destroçadas, as memórias a respeito silenciadas, a gente que sobreviveu invisibilizada, bem como quem dela nasceu? Refiro-me a segmentos que, já que existem, é bom que não apareçam, gentes que habitam as periferias de centros urbanos médios da serra e do planalto catarinenses, caboclas e caboclos, descendentes de quem sobreviveu ao massacre do sertão do Contestado, ocorrido faz um século.¹⁰ O que são o rural e o urbano num cenário assim amplo e complexo, pensando tanto na sincronia daquele momento e do de hoje como na diacronia que os separa? E não nos esqueçamos: esta divisória na geografia centro-periferia tem sua correspondência na cor da pele, mais clara e mais escura.

III

Mas a favela do sertão transplantada para a periferia da urbe não há de ser pensada em termos de sina ou destino, como fatalidade inescapável. Uma historiografia que não se restringe a nomear indivíduos e datas, ou mesmo feitos de heroicidade mais que discutível, há de considerar em seu protagonismo e capacidade inventiva os

um cenário amplo das mobilizações populares, contra o que a política dos currais há de ser pensada, Frederico de Castro Neves. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

¹⁰ Algumas destas cidades carregam nomes em homenagem a próceres da repressão que vitimou antepassados de gente que hoje habita suas periferias. Triste ironia, que nem de longe é exclusividade destas paragens catarinenses. Sobre a trajetória da gente do Contestado, duas obras servem de referência: Duglas Teixeira Monteiro. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado* (São Paulo: Edusp, 2011) e Paulo Pinheiro Machado. *Lideranças do Contestado* (Campinas: Editora da Unicamp, 2004).

itinerários de gente anônima – que fique claro, gente cujos nomes não ecoaram ou até nós ou para serem registrados em documentos. Então, a favela emblema do Brasil real será vista enquanto presença inquietante na cidade que segrega, marco que perfura grades e muros com que a urbe civilizada se pretende ver, protegida de gente tomada por perigosa e assim aparecer e se oferecer, vistosa e atrativa, aos olhares e cobiças que efetivamente lhe importam, aqueles de além-mar e/ou de terras acima da linha do Equador.¹¹ A favela enquanto emblema desafia ao cravar, em pleno coração da metrópole carioca, a poucos metros da sede do legislativo municipal, uma ocupação de gente em luta por seu teto, afirmando seu direito à cidade, com o mais que expressivo nome de Manoel Congo, líder quilombola do sul-fluminense cafeeiro do século XIX.¹² Para onde aponta a recuperação de nome e trajetória que não costumam constar do retrato que, em geral, o Brasil se faz de si mesmo? A que obrigaria a pensar uma tal constatação, ainda mais quando se leva em conta que a mirada rumo à cidade por gente que inventava a fuga como afirmação da vida destinava-se, mesmo que não o pretendesse, a dar a ela contornos não pensados, muito menos desejados, pelos agentes da modernização denunciada por Ariano?

Sim, os quilombos, do açúcar, do ouro, do café. Mas, se nossas vistas vão ficando acostumadas, mesmo que ainda de maneira insuficiente, a identificar estes aldeamentos alternativos e contestadores da ordem escravista nucleada nas várias cidades-feitorias, como se há de conter o espanto diante dos registros, que paulatinamente nos vão aparecendo ao conhecimento, de quilombos entranhados nos próprios espaços das cidades, como o do Leblon no Rio de Janeiro, os do Jabaquara e do Pai Felipe em Santos, o do Cupim em Recife? E o que dizer do Senna, quilombo situado a poucos metros da Quinta da Boa Vista, residência imperial?¹³

¹¹ Não é a outra coisa que se refere o conceito “lógica do condomínio”, elaborado pelo psicanalista Christian Dunker (veja seu *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre-muros*. São Paulo: Boitempo, 2015).

¹² Para uma apresentação do movimento quilombola liderado por Manoel Congo e Mariana Crioula, veja Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de quilombolas*. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.144-247.

¹³ Para uma apresentação de peculiaridades destes quilombos, cujos habitantes souberam “tirar vantagem da moderna rede de transportes urbanos que se implantou na segunda metade do século XIX”, veja Eduardo Silva. *As camélias do Leblon: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.19-34.

Quilombos de ontem e quilombolas que hoje se evidenciam pontilham aos milhares o território brasileiro, desafiando, com suas presenças e memórias múltiplas, a lógica uniformizadora e redutora das potencialidades sociais e ambientais aos interesses de metrópoles de além que teimam em continuar impondo, pela via das modernas feitorias, a dinâmica da monocultura, a secundarização das demandas internas, a apropriação barata e rasteira dos recursos de que aqui se dispõe. Comunidades quilombolas rompem o manto do silêncio até então protetor e proclamam, a plenos pulmões, suas histórias de existência e resistência, ocupações de terras no campo e na cidade para inventar novas sociabilidades e complexificar a pluralidade cultural que nos constitui; são movimentos que, por toda parte, recriam espaços em que as recuperações do que vem do mundo das ancestralidades se articulam criativamente com as potencialidades que novos meios proporcionam.

IV

Os quilombos tradicionalmente identificados são, talvez, a mais evidente mostra de como as invenções tecidas pelos sujeitos constitutivos do Brasil real trataram de delinear traços alternativos também no mundo que chamaríamos rural, em enfrentamento, ruptura e alternativa à ordem homogeneizadora e autoritária de matriz colonial, da cidade-feitoria. Mas estão longe de serem as suas únicas expressões. Recordo aqui as chamadas “santidades” indígenas do século XVI e inícios do seguinte, plenas de rebeldia contra os projetos civilizatórios oriundos de além-mar.¹⁴ Aliás, convergências entre nações autóctones e etnias sequestradas pelo tráfico transatlântico (bem entre as gerações que delas descendem), e ainda de outros segmentos empobrecidos, e mesmo descartáveis dentro da lógica e da ótica hegemônicas do Brasil oficial, serão marcos importantes das criações que efetivam alteridades destas que estou abordando.¹⁵

¹⁴ Entre elas deve ser destacada a de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, aquela da qual se tem maior conhecimento; veja Ronaldo Vainfas. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹⁵ A partir de achados arqueológicos, Pedro Paulo Funari abre a possibilidade de se pensar Palmares também na perspectiva de uma mescla cultural afro-indígena (veja seu “A arqueologia de Palmares – sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana”. In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes [org.] *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.26-51).

Também aqui, mirar o empreendimento conselheirista pode mostrar-se interessante e promissor. No artigo ao qual me referi, Ariano também confessa sua admiração ao se encontrar, na leitura de um livro que editava pela primeira vez textos escritos pela pena de Antonio Conselheiro, a referência ao termo “indústria” para a caracterização de uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no Belo Monte. O vocábulo, que tão imediatamente nos remete ao mundo urbano, aqui se vê aplicado aos trabalhos com a pele de cabra. É a indústria do curtume.¹⁶

Poder-se-ia tomar por menos a observação, apelando à potencial amplitude semântica do termo. Mas Ariano não o faz, e com ele também eu, apelando agora a Max Weber, cujo centenário de morte ora se rememora, para uma discussão que, com certeza, muito avançou em amplitude e complexidade. Se, para este autor, do ponto de vista sociológico uma das marcas da cidade seria a falta do conhecimento pessoal mútuo de seus habitantes¹⁷, não se pode desconsiderar que, naquele que o próprio Antonio Conselheiro denominou em seus escritos “povoado” e em outros lugares era designado “arraial”, se congregou uma população que terá chegado à casa de pelo menos dez mil pessoas, oriundas de vários cantos do sertão, e mesmo de além dele, desafiadas na tessitura de novas sociabilidades e relações. E se um político baiano da época tinha razão ao constatar que “nada de extraordinário se passava com Antônio Conselheiro e aqueles que o acompanhavam” e que “ninguém ignora que gênero de vida levavam os canudenses: plantavam, colhiam, criavam, edificavam e rezavam”¹⁸, seria ainda mais certo se notasse que a cidade conselheirista emergiu reconfigurando radicalmente todo um cenário, ao minimizar e eventualmente conter o assédio de fazendeiros e de impostos sobre aquele contingente humano historicamente aviltado. Uma *urbs* que reinventa o sertão e rompe com a tão citada lógica homogeneizadora e reducionista de tudo aos interesses do Brasil oficial ali representado por coronéis, em

¹⁶ Ariano Suassuna. “Euclides da Cunha, Canudos e o exército”..., p.23. A referência é ao trabalho de Ataliba Nogueira (*Antonio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974).

¹⁷ Max Weber. *Economía y sociedad*. Esbozo de sociología comprensiva. 2 ed., México: Fondo de Cultura Económica, 2004, p.938.

¹⁸ César Zama. *Libelo republicano acompanhado de comentários sobre a guerra de Canudos*. Salvador: Tipografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1899, p.23 (edição fac-símile pelo Centro de Estudos Baianos, 1989).

indispensável aliança com a alta hierarquia católica¹⁹; uma invenção que, em seus trabalhos e dias, tratou de instituir dupla cidadania, na medida em que, concebida por seu líder assentada em terra assim libertada e referida a um céu inspirador de referências e pelo qual tanto se ansiava, patenteava-se uma autêntica, quase inimaginável *civitas*, em que seus habitantes bem poderiam proclamar a inversão daquilo que Sérgio Buarque de Holanda apresentou como característica decorrente de nossa formação histórica, a de sermos “desterrados em nossa terra”.²⁰ É que, no horizonte daquele peregrino, bem como da gente que o seguia, não constava, como se faria na sua Quixeramobim um século depois de seu nascimento, recolher e represar, nos já mencionados “currais de bárbaros”, pobres aos milhares que fugiam da seca e acabavam por encontrar, sob o mesmo sol escaldante, a exploração do restante de forças que tinham em troca de mísera ração. A agenda era outra, assim como em tantos lugares e cenários em que as invenções populares, animadas e ancoradas num sem-número de ideais e valores, santos e orixás, espíritos e ancestralidades, lograram fazer história e inscrever no vasto e diversificado território possibilidades tais que proporcionariam que delas ecoasse o que de um veterano do Belo Monte ressoou como memória, saudosa e triste:

Grande era o Canudos do meu tempo. Quem tinha roça tratava de roça, na beira do rio. Quem tinha gado tratava do gado. Quem tinha mulher e filhos tratava da mulher e dos filhos. Quem gostava de reza ia rezar. De tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino.²¹

V

Memórias deste teor que, repito, bem se poderiam e podem recolher em variadas latitudes e longitudes desta imensidão que se formou como Brasil ressaltam os tantos inusitados que nossa história, na medida em que se vai em busca daquele “Brasil que não está no

¹⁹ Paulo Emílio Matos Martins. *A reinvenção do sertão: a estratégia organizacional de Canudos*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

²⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.31.

²¹ Depoimento de Honório Vilanova, afileado de Antonio Conselheiro, a Nertan Macedo, autor de *Memorial de Vilanova* (2.ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983, p.67).

retrato”²². No entanto, memórias assim remetem também a um desdobramento daquela lógica a que venho fazendo menção desde o começo: aquela guerra de ocupação de território, que antes chamavam colonização, depois denominaram modernização e, eventualmente, hoje nomeiam – já o disse – de alargamento da fronteira agrícola, tem por traço persistente a inviabilização do dissenso, garantida a ferro e fogo: ontem Palmares e tantos quilombos, Belo Monte/Canudos e as vilas santas do Contestado; hoje o perpetrado ao Pinheirinho de São José dos Campos (SP)²³, à aldeia Kariri Xocó nas imediações da cachoeira de Paulo Afonso, na Bahia²⁴, bem como ao Acampamento Quilombo Campo Grande, em Minas Gerais. Com efeito, o que os unifica, além de serem invenções populares na contramão do hegemônico, em meio a tanto que, além de tempos e espaços, os diversifica e distingue? Unifica-os particularmente a brutalidade da repressão advinda da oficialidade que tratou de inviabilizá-los. Quanto avança a colonização-modernização tanto o território se vê tensionado (e com esta expressão faço referência a uma das exposições que pude acompanhar neste seminário): o tensionamento, que em tantos momentos assume a forma da provocação e mesmo da molecagem, é dos produtos que, com mais eficácia, vêm sendo aplicados ao largo de nosso processo histórico em seu eixo transversal. A diversidade de horizontes e de alternativas é tratada na perspectiva do inimigo interno, dos tantos inimigos internos a serem combatidos e destrocados, com o devido apagamento dos rastros de seus inventos e das monstruosidades que os truncaram. Afinal de contas, quilombos eram marcos no território cujos habitantes “estão e perseveram em pecado contínuo e atual, de que não podem ser absoltos [...] sem se restituírem ao serviço e obediência de seus senhores”²⁵; a “grande

²² Expressão provocativa da letra do enredo da escola de samba Mangueira, vencedor do desfile de carnaval carioca de 2019.

²³ “Oito anos depois, onde estão os principais envolvidos no caso Pinheirinho”. In: <https://www.brasilefato.com.br/2020/01/29/oito-anos-depois-onde-estao-os-principais-envolvidos-no-caso-pinheirinho> (matéria de 29/01/2020; acesso em 18/09/2020).

²⁴ “Aldeia é destruída e incendiada durante o despejo de 67 famílias Kariri Xocó na Bahia”. In: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/aldeia-e-destruida-e-incendiada-durante-o-despejo-de-67-familias-kariri-xoco-na-bahia/> (matéria de 27/05/2017; acesso em 18/09/2020).

²⁵ Dizeres de Antonio Vieira ao rei de Portugal, referido à gente palmarina, que recolho de Ronaldo Vainfas. “Deus contra Palmares: representações senhoriais e ideias

aldeia do rio sagrado”²⁶ que foi o Belo Monte de Antonio Conselheiro ficou caracterizado na pena venenosa de Euclides como *urbs*, sim, mas monstruosa; *civitas* certamente, mas sinistra; e acampamentos, no campo e na cidade, de sem-terra e sem-teto se quer a todo custo criminalizar e inserir na tipologia dos empreendimentos terroristas. Afinal de contas, por que mesmo foram presas algumas das lideranças mais expressivas da Ocupação 9 de julho, no coração da metrópole paulistana? E por que mesmo, não faz muito tempo, tropas da Força Nacional foram acionadas contra assentamentos rurais no sul da Bahia, associados a um popular que tem jogado papel fundamental no acesso a alimentos a enormes parcelas da população ignoradas pelos agentes do Brasil oficial em suas carências mais básicas e imediatas?²⁷

E não nos enganemos: se os agentes do morticínio e da barbárie, numa guerra permanente que, em termos atualizados, diriam ser “por Deus e pela família”, tiveram como alvo, a que obsessivamente se dedicaram, uma igreja no Belo Monte, a maloca de reza na aldeia indígena, a escola no acampamento de sem-terra, vê-se, então, como o território brasileiro precisa ser pensado considerando as marcas dos “deuses do povo”²⁸ que nele fez e faz suas invenções, imprimindo-as. Tais “deuses”, nas expressões tão variadas que assumem em nossa multiforme formação sociocultural, bem como os saberes a eles associados, nunca deixaram de estar na mira dos promotores desta modernização que nos vem sendo imposta há quinhentos anos.

jesuíticas”. In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.) *Liberdade por um fio...*, p.76.

²⁶ Emídio Dantas Barreto. *Destruição de Canudos*. Recife: Jornal do Recife, 1912, p.11.

²⁷ Veja, entre tantas matérias que poderiam aqui ser citadas, as seguintes: “Marielle Vive! contra a lógica do condomínio”. In: <https://racismoambiental.net.br/2019/09/19/marielle-vive-contra-a-logica-do-condominio> (matéria de 19/09/2019; acesso em 19/09/2020); “Vitória histórica dos Sem-Teto: reintegração da Ocupação 9 de Julho é extinta”. In: <https://jornalistaslivres.org/vitoria-sem-teto-reintegracao-9-de-julho-e-extinta/> (matéria de 17/07/2019; acesso em 18/09/2020); “Edson Fachin determina e Força Nacional deixa assentamentos do MST na Bahia”. In: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/18/edson-fachin-determina-e-forca-nacional-deixa-assentamentos-do-mst-na-bahia> (matéria de 18/09/2020; acesso em 18/09/2020).

²⁸ Título de um clássico da antropologia brasileira, de Carlos Rodrigues Brandão (3 ed., Uberlândia: Edufu, 2007).

VI

Os dois Brasis não são aqueles que Euclides divisoou, entre litoral e sertão, urbano e rural, associados respectivamente e *grosso modo* à civilização e barbárie, modernidade e atraso. O que em geral se qualifica como moderno reedita o atraso, atualiza-lhe o núcleo fundamental, na medida em que não representa ruptura com a lógica impressa desde a colonização. É só ver como o 7 de setembro se impôs sobre as lutas populares pela independência para a manutenção da estrutura escravista, como a proclamação da República se fez à moda de golpe para que, abolida a escravidão, se pudesse reprimir com mais eficácia as diversificadas demandas por cidadania. E é por isso que Jessé Souza pôde qualificar como “do atraso” a elite que encarna e faz acontecer, por todos os meios que lhe estão à disposição, bem como por outros que ela trata de inventar, a agenda regressiva, excludente e antipopular do Brasil oficial.²⁹

Portanto, é preciso calibrar a bússola: os dois Brasis continuam a ser, fundamentalmente, os que Ariano pôde divisar lendo Machado de Assis (que lhe emprestou o binômio oficial-real relacionado ao país) e mergulhando no entendimento do significado da saga conselheirista, seja no empreendimento que fez surgir a *civitas*, seja na cruel repressão infligida a ela:

[...] o ruim aqui, e efetivo fator causal do atraso, é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus. Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente.³⁰

²⁹ E se na primeira edição de seu conhecido trabalho Jessé colocava como subtítulo “da escravidão à Lava-jato” (São Paulo, Leya, 2017), nas mais recentes (a partir de 2019) ele não precisou de mais que a adição de um capítulo para alterar a segunda parte dele e atualizá-lo: “... a Bolsonaro”.

³⁰ Darcy Ribeiro. O povo brasileiro..., p.452.

Felizmente isso não é tudo, e Darcy o sabia muito bem. As invenções populares, atravessando de forma irreverente, atrevida e incômoda as dicotomias estabelecidas por muros ou por conceitos, são as mais promissoras garantias para aquela civilização mestiça e tropical com que o antropólogo se entusiasmava por antecipação: “orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidade”.³¹ Com santos e Deus, deusas e deuses, espíritos encantados e orixás a inspirá-la. Nas circunstâncias que se lhe impuseram, entre vírus e verme, quando a fome volta a ser tema de mapas³² e a academia se vê compelida a retomar as pautas da geografia de um Josué de Castro, a realização de um evento como este, ao fazer visualizar a resiliência inventiva dos movimentos sociais, é bem expressão de sintonia com o que se pode vislumbrar de melhor, a despeito de tanto pior.

³¹ Darcy Ribeiro. O povo brasileiro..., p.455.

³² “O Brasil já está dentro do Mapa da Fome’, denuncia ex-presidente do Consea”. In: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/23/o-brasil-ja-esta-dentro-do-mapa-da-fome-denuncia-ex-presidente-do-consea> (matéria de 23/06/2020, que inclui entrevista com Francisco Menezes; acesso em 19/09/2020).

Rural e urbano na formação territorial brasileira: entre temporalidades históricas e formas espaciais

Júlio César Suzuki

A formação territorial do Brasil é marcada pelo permanente confronto entre o tradicional e o moderno, em que a diversidade e contemporaneidade de tempos históricos é a sua principal evidência, conforme permite a reflexão de José de Souza Martins (1997), em sua análise sobre o tempo da fronteira, retomando o debate sobre a frente pioneira e a frente de expansão, inicialmente discutidos em texto de 1971, publicado em sua coletânea autoral *Capitalismo e Tradicionalismo* (MARTINS, 1975).

Assim, objetivamos discutir a relação entre a formação territorial do Brasil, os movimentos sociais e as mudanças dos sentidos e

significados do rural e do urbano no Brasil em seus vínculos históricos e sociais com o campo e a cidade.

Este é exatamente o debate que orienta as 3 décadas de reflexões que construímos sobre a produção do espaço brasileiro, o que permitiu expandir as preocupações para as sociedades tradicionais, particularmente as caíçaras e as quilombolas nas duas últimas duas décadas, com ênfase nos últimos 15 anos.

Nossa preocupação, estará centrada na história do Brasil, incursionando pela relação entre agricultura e urbanização, nas mediações com o rural e o urbano, e com foco na violência e na perda de direitos de populações que são postas em exploração econômica e social.

O elemento fundamental para iniciar o debate se refere a uma discussão tão cara a José de Souza Martins (2000), um dos maiores sociólogos brasileiros e que tem uma larga produção acerca da sociedade que vivemos, em que afirmar ser o Brasil fundamentalmente tradicional, ainda que permeado pelo moderno, em que se pode reconhecer que as primeiras fissuras se iniciam com o processo colonizatório.

Em sua longa obra, José de Souza Martins tratou deste mundo complexo de hibridizações entre o tradicional e o moderno na sociedade brasileira, mas duas de suas publicações podem ser tomadas como referência e já mencionadas até aqui; a primeira, de 1975, *Capitalismo e Tradicionalismo* e a outra de 25 anos depois: *A sociabilidade do homem simples*. Essas duas obras reforçam o argumento de que o tradicional é marca representativa da sociedade brasileira e da formação territorial do Brasil.

O argumento da clivagem do tradicional pelo moderno, apresentado no início do último quartel do século XX, vai sendo desenvolvido no pensamento de José de Souza Martins como algo fundamental para compreender a diversidade de temporalidades históricas existentes no Brasil, mas que podem ser base da leitura da realidade latino-americana, conforme defendemos em artigo publicado, em 2016, em *Brazilian Journal of Latin American Studies – Cadernos PROLAM* (SUZUKI, 2016).

O caso brasileiro de que fala José de Souza Martins é representativo para discutirmos realidades históricas similares, como é o da situação espacial dos países latino-americanos. Assim, o debate de Martins é extremamente potente, principalmente no que concerne à possibilidade de construção de uma teia conceitual que oferece

categorias de análise que instrumentalizam a compreensão para além da realidade brasileira, como a da renda capitalizada, densamente aprofundada por José de Souza Martins (1979) a partir do diálogo com a obra de Karl Marx, particularmente nos *Grundrisse* (MARX, 1989a, 1989b e 1988a) e em *O Capital* (MARX, 1988b).

A obra de José de Souza Martins nos ajuda a ler o Brasil e a América Latina como realidades formadas a partir de um processo colonizatório marcado por extrema violência, em que a destruição cultural, a destruição física das pessoas e a destruição étnica se constituíam como suas marcas mais contundentes, em que a colonização ibérica, tanto a portuguesa quanto a espanhola, foi marcada por esse elemento central que é a violência, tendo o assassinato como sua expressão mais evidente, de indígenas e de africanos escravizados.

No caso brasileiro, a população indígena, em termos absolutos, foi reduzida em, ao menos, 60% em relação ao que se previa existir na área hoje identificada como Brasil (WILL, 2014). Isso evidencia o quanto este processo foi violento, genocida e etnocida no sentido de destruir populações, suas línguas, suas culturas. Ainda que sejamos um dos países com maiores diversidades linguísticas do mundo, com mais de 300 línguas ainda faladas no território nacional (MORELLO, 2016), essa diversidade se dá, em grande medida, em razão da permanência das sociedades indígenas que conseguem manter a sua língua original, representando, aproximadamente, 80% do total das línguas faladas no país.

Além do elemento da violência, para ainda pensar essa nossa história, um outro elemento para análise está em consonância ao que já existia no caso europeu, que é a existência do campo e da cidade, que são duas realidades históricas que foram constituídas com muitas transformações desde a antiguidade até a idade moderna, momento em que ocorre o processo colonizatório. Mas outro elemento muito importante é também a migração dessas formas espaciais para o continente americano com contornos muitos próximos aos que existiam no caso Europeu, onde estava ocorrendo a desagregação do feudalismo em relação à constituição da modernidade. No caso brasileiro, conforme leitura de José de Souza Martins (1979), o que pode ser estendido para a realidade latino-americana, não houve a existência do feudalismo, especificamente quando se separam as culturas agrícolas em suas duas dimensões econômicas (produção e comercialização), pois ainda que a produção se valesse de relações de

produção não-capitalistas, fundamentalmente o trabalho escravo de indígenas (negros da terra) ou de africanos, a lógica comercial era capitalista.

Nesse universo colonial, mas também durante quase todo o Império, o campo se definia fundamentalmente como locus prioritário de produção da riqueza, marcado pela apropriação relativa da terra. Já a cidade se define como um núcleo administrativo, comercial e religioso, em que a junção destas dimensões aparecia em várias oportunidades da vida social, como a das festas religiosas, em que as hierarquias sociais, as trocas mercantis e os ritos religiosos estavam presentes. De qualquer maneira, campo e cidade se constituíam num universo eminentemente rural, não pela produção da riqueza estar no campo, mas também pela apropriação do tempo estar marcada pelas estações do ano e pela alternância do dia e da noite; havendo a primazia do tempo cíclico na regulação da vida.

No caso brasileiro, tem-se um elemento muito peculiar que se espalha com alguma similaridade para a realidade latinoamericana em geral que é a presença do trabalho escravo, talvez aqui haja mais semelhanças com os EUA que com o resto da América Latina, onde outras formas eram mais predominantes em relação à subordinação do trabalho. Assim, no Brasil, o que mais se evidencia é a presença do trabalho escravo, efetivado com o deslocamento forçado de pessoas do continente africano para o americano.

A escravidão africana e o tráfico negreiro são bases importantes para formação da riqueza no período colonial brasileiro, informação que contribui na identificação do campo como espaço em que se dava a produção da riqueza, enquanto a cidade era para onde migrava essa riqueza e não o locus de sua produção.

Durante o Império, no transcurso do século XIX, no Brasil, é quando acontece uma transformação muito incidente do significado do que seja campo e cidade, ocorrendo a gênese da cidade moderna. Uma cidade em que não se tem mais a lógica de uma apropriação relativa da terra, tendo em vista a formação e consolidação da propriedade absoluta, com a terra legalmente reconhecida como mercadoria, posta como foco prioritário da reprodução das relações sociais, como objeto fundamental de entesouramento da riqueza.

Em relação ao uso e apropriação da terra, ainda que haja restrições legais, com a absolutização da propriedade privada, é possível vender frações dessa apropriação, bem como a extensão que

se coloca quanto a totalidade de todas as propriedades de um mesmo proprietário.

Relacionada à absolutização da propriedade privada, outro elemento importante que, no último quartel do século XIX, se estabelece é a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, cuja análise se mostra de maneira muito densa na obra de José de Souza Martins, particularmente em *O Cativo da Terra* (MARTINS, 1979), em que trabalhadores imigrantes mantinham sua existência parcialmente com salários oriundos de contrato familiar, e prioritariamente a partir de ganhos advindos de práticas agrícolas realizadas para si em terras dos fazendeiros, o que definia que os maiores rendimentos eram oriundos dos ganhos extra-salariais, definindo estes trabalhadores, então, como livres, mas não necessariamente assalariados, em que pese o contrato ser familiar e não individual como é a regra do contrato assalariado.

Na primeira metade do século XX, ocorre a expansão do trabalho assalariado nas cidades com a construção civil e o trabalho fabril (PEREIRA, 1988; 2004). No campo, o processo é mais lento, em que o crescimento na utilização do assalariamento como forma de subordinação só se estabelece de maneira mais contundente, tendo como força motriz mais relevante a intensificação da base técnica na agricultura, como o demonstrou, para o caso de São Paulo, José Graziano da Silva (1981b), o estado de onde se expandiu com mais expressão a industrialização da agricultura da década de 1950.

No bojo da industrialização da agricultura, no estado de São Paulo, ocorre, como o discutiu Maria Aparecida de Moraes Silva (1999; 2004), a transição do trabalho do colono (descrito por Martins, em 1979, como livre, mas não assalariado) para o trabalho assalariado.

Assim, entre o último quartel do século XIX e o terceiro quartel do século XX, há uma transição do trabalho escravo para o trabalho livre e depois a permanência do trabalho assalariado, articulando densamente agricultura e indústria, o que coloca a cidade em nova situação, no sentido da moderna cidade (SUZUKI, 2004), como centro importante na produção da riqueza e não mais apenas como locus da administração, do comércio e da religião, como se estabelecia no Brasil do passado (ABREU, 1996; 1997).

A transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado, no entanto, não aportou a conquista das promessas da modernidade, com o alcance da igualdade e das plenas condições de cidadania tanto no campo quanto na cidade.

Nessa perspectiva de ausência dos ganhos prometidos no projeto de modernidade, há ainda uma situação densa de exploração dos trabalhadores na cidade e no campo, como o demonstrou José Graziano da Silva (1981a) no debate sobre a modernização dolorosa, sobre as relações de trabalho no campo, com o aviltamento da subordinação do trabalhador com o trabalho do bóia-fria no cultivo da cana-de-açúcar.

Na transição do trabalho escravo ao trabalho livre e, depois, assalariado, José de Souza Martins (1979) também apresenta um outro elemento fundamental da transformação social que é a permanência do poder das oligarquias agrárias e, a partir do final do século XIX, mas depois, principalmente no século XX, das oligarquias urbano-industriais; movimento também em relação à gênese da moderna cidade no Brasil, como locus prioritário da produção da riqueza. Logo, não é mais só o campo que produz riqueza, mas também a cidade, com sua lógica fabril, em que se institui de maneira muito densa não mais a presença do tempo cíclico que dava o sentido da produção no campo, mas o tempo linear, o tempo da reprodução ampliada do capital.

José de Souza Martins (1979), com sua discussão acerca do cativo da terra, contribui para a compreensão das oligarquias que ainda iriam dominar as populações no campo e na cidade e que vão manter poderes que estavam constituídos anteriormente junto às oligarquias agrárias desde o momento das sesmarias e depois vão transitar para a lógica que se estabeleceria densamente no final do século XIX que é o da terra mercantilizada, que é o da terra absoluta, da propriedade privada.

Permanência, criação e recriação de oligarquias no Brasil é o movimento compreendido por José de Souza Martins (1994) como o poder do atraso, cujos resultados são encontrados facilmente no Congresso Nacional, em que representantes destas forças econômicas e políticas gestam e aprovam leis e regras que regulam a vida social. Esse é o poder que constitui lógicas extremamente tradicionais nesse mundo que se quer moderno, que se quer tecnificado; nesse mundo da legislação trabalhista que tinha até chegado ao trabalhador rural mas que, de maneira geral, não foi aquela que permitiu igualdade e nem condições de usufruto daquilo que se colocava com fundamento inicial da cidadania para além do voto, parâmetro básico de debate da cidadania, este cada vez mais controlado, inclusive pelas *fake news*, tão utilizadas para desestabilizar governos e permitir ascensão de monstros.

Nesse sentido, é possível dialogar com David Harvey (2004) quando trata da acumulação por despossessão, similar ao que já havia cunhado o próprio Karl Marx (1988b) acerca da acumulação primitiva, em que as bases da formação da riqueza estão na subordinação do trabalho por meios distintos do assalariamento, como instrumento de dominação. Trata-se de um mundo que verdadeiramente se mantém sobre o tradicional, ainda que imbricando o moderno e marcando esse mundo que é de diversidades e de temporalidades históricas variadas (MARTINS, 1997).

De certa maneira, constituindo a diversidade de temporalidades, estão os sujeitos que vivem em imbricamentos distintos na forma de ver, representar, viver o mundo e as suas relações, como se percebe em relação ao agricultor mediado pelo tempo cíclico e ao trabalhador da indústria inserido nos vínculos do tempo linear. Esses são percursos possíveis que estão na base dos liames e das imagens construídas sobre a sociedade e suas relações e até mesmo para definir os significados que se colocam com elementos básicos da vida, como, por exemplo, a natureza.

A natureza não é a mesma para quem vive as dimensões da metrópole e para as sociedades indígenas. Martins (1997), no livro *Frenteira*, coloca que a ideia de humano é distinta para as sociedades indígenas e para a sociedade nacional. Nas sociedades indígenas, o humano não é aquele que destrói a natureza, a base da vida social, mas é aquele que respeita a natureza; já para a sociedade nacional, a natureza é recurso, é elemento para ser apropriado. Isso já revela a distância que separa estes dois polos que se constituem em temporalidades históricas diversas no viver, conceber e representar o mundo.

A diversidade de temporalidades posta em disputa, ainda, permite pensar o quanto existe de complexidade para discutir o que é campo e o que é cidade e o que é rural e o que é urbano e também para discutir e avaliar o que existe em termos de violência e de conflitualidade como base das compreensões sobre o mundo e seus elementos, em que se destacam sujeitos tentando viver, com base no direito consuetudinário, como se marca na voz dos movimentos sociais no Brasil e tentam ainda manter a terra como elemento de vida e fundamento para a reprodução social; distinto daqueles em que a concepção de terra se coloca como elemento de subordinação do trabalho de outrem; a diferença, encontrada por Martins (1980), entre terra de trabalho e terra de negócio, respectivamente.

As diferentes temporalidades, também, estão presentes na distinção e até contraposição fundamental entre o direito positivo que está na base do judiciário e o direito consuetudinário que é aquele transmitido de geração à geração que estava presentes na voz de importantes movimentos sociais messiânicos, como o de Canudos e o de Contestado, cuja busca essencial estava calcada na terra como elemento fundamental de vida. É o que agora está na voz dos movimentos sociais de luta pela terra, iniciados no final dos anos 1970 e aprofundados nos anos 80, principalmente a partir de 1984 com o movimento dos Sem Terra no Brasil (FERNANDES, 1996; 2000), cujo anseio central está fundado no direito consuetudinário, esse direito da terra como elemento de vida e fundamento da própria reprodução social.

Campo e cidade, duas formas espaciais, possuem elementos importantes para o debate dos sujeitos distintos tratados anteriormente que vivem temporalidades históricas diversas. Os sujeitos mais próximos do tempo linear estão predominantemente na cidade, mas também no campo, ou seja, eles estão nessas duas realidades espaciais se apropriando das possibilidades que se colocam para a reprodução de suas vidas. Enquanto que aqueles que vivem sob a influência mais determinante do tempo cíclico estão principalmente no campo, mas podem estar nas cidades.

É possível pensar nesses sujeitos a partir de suas temporalidades históricas, como tipologias, mas podemos pensar em um marco mais diminuto que é exatamente o do indivíduo presente na mescla dos tempos linear e cíclico, cujos matizes estão postos de maneiras distintas para cada indivíduo em relação à sua perspectiva social, assim, para cada sujeito. Nesse sentido de diversidades de temporalidades que coexistem até mesmo no parâmetro do indivíduo, ler o rural e o urbano, o campo e a cidade, torna-se um exercício mais complexo, já que requer levar em conta a diversidade de matizes que compõem os indivíduos, os sujeitos, a população em geral, em suas compreensões de mundo que as vezes não podem ser apreendidas para além daqueles que falam, pois são discursos que vão se constituir como representantes de representações da própria vida, intransponíveis na comunicação, porque são incompreensíveis para quem ouve.

Michael Lowy (1978), em *Método Dialético e Teoria Política*, aprofunda a dificuldade de comunicação entre os sujeitos ao tratar da impossibilidade de um sujeito que vem das classes dominantes compreender o lugar de onde fala aqueles que são submetidos a esse

poder, porque aqueles que vivem os dilemas, por exemplo, da fome não podem ser compreendidos por aqueles que nunca vivenciaram qualquer dificuldade social. É superando exatamente a dificuldade compreensiva do mundo que se coloca para relativizar o real a partir do ponto de vista de um sujeito que vive uma temporalidade histórica diversa de quem estuda que se torna fundamental transitar e se deslocar. É o que foi realizado por intelectuais, cuja origem de classe estava entre as oligarquias presentes no Brasil, e que buscaram compreender os sujeitos que vivem em situações espaciais completamente distintas e complexas, dando-lhes voz; aos empobrecidos e aos subordinados como prática fundamenta da atividade acadêmica.

No fim e ao cabo, traduzir vozes subalternizadas, na busca da conquista por direitos fundamentais de reprodução da vida, é o que deveria estar na prática de todos que usufruem de uma cadeira numa instituição pública, já que é o direito ao respeito à vida o que deve ser o sentido da investidura de um cargo público. Dar voz, ainda que mediada por quem não tem o direito de fala por sua origem, é fundamental, em que pese o crescimento no número de intelectuais, no Brasil, oriundos das classes subalternas. Mas é fundamental ainda ouvir a voz direta dos que vivem os impactos da opressão e da exploração.

José de Souza Martins é um dos exemplos de intelectual oriundo das classes subalternas, filho de operários, ele mesmo operário da atividade fabril não só pesquisou o mundo da subalternização em suas várias formas, mas é alguém que pode falar a partir de sua vida das dificuldades que se colocam para os sujeitos nesse mundo, marcado pela opressão.

Mais uma vez se evidencia a dificuldade de compreender o campo e a cidade nesse mundo de diversidades históricas, sociais e de representação, em que o campo não é só lugar e locus do tempo cíclico, e nem a cidade é só locus do tempo linear, pois estamos falando de realidades espaciais com sujeitos híbridos, conforma fora tão discutido por João Rua (2005; 2006) nos seus estudos sobre a realidade carioca para tratar das ruralidades na cidade e as urbanidades no campo.

Não estamos falando, como discutiu João Rua, apenas da técnica que vai para o campo e transforma esse mundo em urbano e que também não se limita a técnica, mas são formas de representar o mundo, formas de viver o mundo e formas de praticar esse mundo. É isso que nos permite pensar o quanto temos de limitador em relação

aos levantamentos sobre esse imbricamentos e sobre esses mundos complexos, os quais, como intelectuais, precisamos intervir e discutir pra superar aquilo que ponderava Pierre George (1963) quando, na década de 1960, falava de atividades urbanas no campo, mas é importante ter em foco que não são apenas atividades urbanas, são sujeitos que vivem esse mundo a partir das mediações do tempo linear e que aí complexificam ainda mais a própria análise que os intelectuais precisam realizar desses imbricamentos e mesclas com matizes variados e diversos.

É nesse sentido que se precisa observar o quanto existe de rural na cidade para além da agricultura urbana, pois estamos falando de sujeitos que realizam essas práticas, que pensam utopicamente uma outra cidade, que pensam utopicamente a própria agricultura e as próprias sociabilidades urbanas que pensam em construir, a partir daquilo que está no cerne da definição de camponês, a solidariedade: doação de parte do que se produz mesmo em tempo de restrição; conforme o discutira Antonio Candido (1971) em sua tese doutoral, defendida em 1954 para compreender o fim da sociedade caipira, e que pode ajudar a discutir as formas de campesinatos existentes no mundo e, particularmente, na América Latina.

A solidariedade está registrada em vários filmes que tratam do campesinato e da vida difícil e complexa que se estabelece no campo como, por exemplo, o filme *Tapete Vermelho* que fala do sujeito em sua dificuldade de viver esse mundo que muitas vezes é de restrição e outras vezes é de fartura. Um mundo em que há dificuldades tecnológicas, mas que existe a possibilidade do compadrio e de experienciar a vizinhança com alguém com quem se tem quase uma relação familiar, como o padrinho que ajuda o outro a criar o filho em um momento de dificuldade.

São análise complexas e finas que se requer ao se tratar das mesclas de temporalidades históricas presentes nos indivíduos, ou de ruralidades e urbanidades nas categorias de João Rua (2005; 2006), mas importantes para discutir políticas públicas que impactam os sujeitos sociais, cuja diversidade de concepção, vida e representação devem ser respeitadas como direito universal do humano, mas ainda longe do que se espera como necessário no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. *In*: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.197-245.
- ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. *In*: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Orgs.). **Brasil**; questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.145-184.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades 1971.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra)**; formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GEORGE, Pierre. **Précis de géographie rurale**. Paris: PUF, 1963.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Ubirajara e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.
- LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. 2.ed. Tradução de Reginaldo di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade de homem simples**: Cotidiano e História na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**; a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, José de Souza. **Frenteira**: A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: LECH, 1979.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**; ensaios de Sociologia da História lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política**; borrador 1857-1858. 9.ed. Tradução de José Aricó, Miguel Murmis e Pedro Scaron. México: Siglo XXI, 1988a. V.3. (Grundrisse)

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política**; borrador 1857-1858. 12.ed. Tradução de José Aricó, Miguel Murmis e Pedro Scaron. México: Siglo XXI, 1989a. V.1. (Grundrisse)

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**; borrador 1857-1858. 9.ed. Tradução de José Aricó, Miguel Murmis e Pedro Scaron. México: Siglo XXI, 1989b. V.2. (Grundrisse)

MARX, Karl. **O Capital**. 3.ed. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988b. 5v.

MORELLO, Rosângela. Censos nacionais e perspectivas políticas para as línguas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População** [online], v.33, n.2, p. 431-439, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-30982016a0041>. Acesso em: 05 ago. 2020.

PEREIRA, Paulo César Xavier. **Espaço, técnica e construção**. São Paulo: Nobel, 1988.

PEREIRA, Paulo César Xavier. São Paulo, a construção da cidade, 1872-1914. São Paulo: Rima, 2004.

RUA, João. A ressignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, v.1, n.1, p.45-66, 2005. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6611>. Acesso em: 5 ago.2020.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-Território*; Revista de Geografia Agrária, v.1, n.1, p.82-106, fev.2006. Disponível: <https://repositorio.observatoriodocuidado.org/bitstream/handle/handle/1823/11781-43706-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 ago. 2020.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981b.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**; experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

SUZUKI, Júlio César. Avanços teóricos e metodológicos na leitura da América Latina: contribuições de José de Souza Martins. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v.15, n.29, p.136-157, jul./dez.2016. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/133912>. Acessado em: 05 ago. 2020.

SUZUKI, Júlio César. Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo. *In*: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; CARLOS, Ana Fani Alessandri (Orgs). **Geografias de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2004. p.131-156.

WILL, Karhen Lola Porfirio. **Genocídio indígena no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas) – Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/28713/1/Genocidio%20indigena%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 05 ago.2020.

Modorus: método cosmográfico multiescalar fractal teórico como ferramenta para etnomapeamento de terras indígenas

Orivaldo Nunes Junior

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos o fluxograma do processo de regularização de Terras Indígenas no Brasil e sua relação com conceitos de cadastro territorial preconizado pela Federação Internacional de Geômetras (FIG). No Brasil, o Direito Indígena à terra segue a originariedade e indigenato, desenvolvido por João Mendes Júnior no início do século XX (MENDES JÚNIOR, 1912), que considera o direito dos Povos Indígenas às suas terras, tradicionalmente ocupadas, como anterior à própria criação do Estado brasileiro, devendo este último apenas demarcar e declarar os limites espaciais deste território. Ela parte da compreensão de que os Povos Indígenas são os originais senhores de suas terras sem a necessidade de legitimação de sua posse (FREIRE;

OLIVEIRA, 2006). Esta tese foi incorporada pela Constituição Federal de 1988 (CF88), no artigo 231, que assegura aos indígenas os “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Para tanto, o processo de regularização fundiária de uma Terra Indígena é previsto em várias normativas Federais, em múltiplas instâncias e instituições. Deve se alicerçar em estudo elaborado por equipe técnica com participação indígena, considerando-se tempos passado, presente e futuro dos usos, costumes e tradições indígenas, como rege o art. 231 da CF88. Além dos aspectos antropológicos, ambientais e geográficos, devem ser apresentadas as descrições dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc., explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto, conforme Portaria MJ 14/96. A sequência do processo de regularização da Terra Indígena segue fluxograma de publicação pela Funai de relatório técnico para contraditório; vencida essa etapa, deve passar para declaração, pelo Ministério da Justiça, dos limites como posse permanente ao grupo Indígena estudado, cabendo-lhes o usufruto exclusivo, porém com propriedade da União, que torna nulos os títulos e indeniza as benfeitorias, cabendo ao titular indenizar a terra nua ao ocupante de boa-fé. O Presidente da República homologa o processo e os títulos são levados a cartório e passado registro ao SPU, encerrando o fluxograma com a posse plena aos Indígenas.

Deste modo, o reconhecimento ao Direito Originário no Brasil segue padrões científicos, de forma multidisciplinar, respeitando o direito ao contraditório, conforme Decreto 1.775 de 1996, que rege

§8º Desde o início do procedimento demarcatório até noventa dias após a publicação de que trata o parágrafo anterior, poderão os Estados e municípios em que se localize a área sob demarcação e demais interessados manifestar-se, apresentando ao órgão federal de assistência ao índio razões instruídas com todas as provas pertinentes, tais como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de testemunhas, fotografias e mapas, para o fim de pleitear indenização ou para demonstrar vícios, totais ou parciais, do relatório de que trata o parágrafo anterior. (SILVA, 2008, p. 153)

Apesar dos avanços jurídicos da Constituição brasileira de 1988 quanto aos Direitos Territoriais dos Povos Indígenas, há ocorrência de

demora processual devido ao excesso de judicialização dos processos executivos por parte de interessados na renda e especulação financeira das terras no Brasil. Por outro lado, resolvidos os conflitos judiciais, dá-se sequência aos processos no Poder Executivo, o que tem demorado de 20 a 30 anos para sua conclusão.

DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Histórico dos direitos territoriais indígenas no Brasil

No livro "Land Administration for Sustainable Development" de Ian Williamson et al. (2010), temos que

A posse da terra é o conceito genérico usado em teoria administração da terra para explicar como as pessoas se aproximam e pensar sobre terra. Embora a posse cair em vários tipos ou classificações gerais, cada um é único. O que é tratada como terra em um mandato particular varia entre as nações e entre as comunidades dentro dessas nações. Terreno para uma comunidade pode ser apenas sua superfície (Indonésia), com construções realizadas em propriedade separada (Rússia), um cubo do espaço aéreo, em condomínios em muitas cidades, as oportunidades de pastagem do Masai colonizado da África Oriental, produtos de florestas, ou o Europeia, e agora global, norma de tudo acima e abaixo da superfície, com a posse alternativa para vários depósitos de minerais e de petróleo. A posse da terra pode abranger praticamente qualquer arranjo de terra que os seres humanos são capazes de criar. (WILLIAMSON et al 2010, p. 41).

Para Williamson et al., o Sistema de Administração de Terras (Land Administration Systems - LAS) em cada país ou nação deve ter a inclusão de todas as relações entre pessoas e a terra.

O tema por trás de novos caminhos de melhoria incrementadas na segurança das propriedades e inclusão de terras indígenas gerenciadas sob vários sistemas normativos concorrentes. Novas ferramentas cadastrais, como o Modelo de Domínio Cadastral da Propriedade Social (Augustinus, Lemmen e Van Oosterom 2006), e oportunidades de identificação de terras pela Global Positioning Systems (GPS) e sistemas habilitados

especialmente, auxiliam essas abordagens mais amplas e não baseadas em parcelas. (WILLIAMSON et al, 2010, p. 42)

No Brasil, a categoria jurídica Terra Indígena é um conceito que tem sua origem na definição de direitos territoriais indígenas. Tais direitos foram reconhecidos ao longo da história desde o período colonial, conforme Quadro 1, e posteriormente aos períodos Constitucionais, conforme Quadro 2.

É no Decreto nº. 1.318 de 1854 que temos o princípio de procedimento de regularização de áreas para Povos Indígenas no Brasil. Vejamos:

Art. 72 – Serão reservadas terras devolutas para colonização e aldeamento de indígenas nos Districtos onde existirem hordas selvagens.

Art. 73 – Os inspetores e Agrimensores, tendo notícia da existência de tais hordas nas terras devolutas que tiverem de medir, procurarão instruir-se do seu gênio e índole, do número provável de almas que elas contém, e da facilidade, ou dificuldade, que houver para o seu aldeamento, de tudo informarão ao Diretor Geral das Terras Públicas por intermédio dos Delegados indicando o lugar o mais azado para o estabelecimento do aldeamento, e os meios de o obter; bem como a extensão da terra para isso necessária.

Art. 74 – À vista de tais informações, o Diretor Geral proporá ao Governo Imperial a reserva das terras necessárias para o aldeamento, e tôdas as providências que êste se obtenha.

Art. 75 – As terras reservadas para a colonização de indígenas, e por eles distribuídas, são destinadas ao seu usufruto; e não poderão ser alienadas enquanto o Governo Imperial por ato especial não as conceder o pleno gôzo delas, por assim o permitir o seu estado de civilização. (AZANHA, 2001, p. 2)

Quadro 1 – Povos indígenas e termos jurídicos coloniais

Termo Jurídico	Descrição
-----------------------	------------------

Regimento de 1548, elaborado por Dom João III	Recompensou indígenas com terras pelo apoio na defesa dos portugueses contra outras etnias indígenas.
Alvará Régio de 1º de abril de 1680	Reconheceu aos povos indígenas um direito abstrato e geral relacionado com a posse imemorial de suas terras.
Lei de 6 de junho de 1775	Findou a escravização indígena nos Estados do Grão-Pará e Maranhão.
Carta Régia de 5 de novembro de 1808	Declara guerra e ocupação das terras dos indígenas Botucudos (Kaingang) das regiões de Curitiba e Guarapuava.
17 de julho de 1822	Independência e fim do regime de sesmarias, que acabaram por aumentar o poder da elite rural brasileira, que não tinha qualquer interesse efetivo em solucionar as questões que assolavam os povos indígenas que viviam conforme suas próprias crenças.
Constituição de 1824	Não cita indígenas por considerar todos cidadãos iguais perante a lei, conforma ideais da Revolução Francesa.
Decreto nº. 426, de 24 de julho de 1845	Regulamentaram-se as missões de catequese e civilização dos índios e, assim, procurou-se estabelecer diretrizes sérias, mais administrativas do que políticas, para o governo dos índios aldeados. A partir daí, fixou-se a dicotomia entre "indígenas colonizados" e "hordas selvagens".
Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850 - Lei de Terras	Referendou a transformação das antigas sesmarias e áreas de posse em propriedades privadas, instituindo áreas devolutas que poderiam ser vendidas a colonos, ou (Art. 12) instituídos aldeamentos indígenas, fundação de povoações, abertura de estradas e assento de estabelecimentos públicos.
Decreto nº. 1.318 de 30 de Janeiro de 1854	No Capítulo VI, com o título "Das Terras Reservadas", trata especificamente dos indígenas pertencentes a "hordas selvagens" nos artigos 72, 73, 74 e 75.

Fonte: Mamed; Caleiro; Bergold (2016).

Quadro 2 - Constituições brasileiras e terras indígenas

Carta Magna	Texto de artigo
--------------------	------------------------

Constituição Federal de 1934	Art. 129 – Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.
Constituição Federal de 1937	Art. 154 – Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.
Constituição Federal de 1946	Art. 216 – Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem.
Constituição Federal de 1967	Art. 186 – É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes
Emenda Constitucional número 1/1969	Art. 198 – As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos em que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas e de todas as utilidades nelas existentes
Constituição Federal de 1988	Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Fonte: Mamed; Caleiro; Bergold (2016).

Na atualidade, temos que o conceito de Terra Indígena (Quadro 3) recebe subcategorias conforme sua origem, definidas na Lei 6.001 de 1973, Art. 17.

Reputam-se terras indígenas:

I - as terras ocupadas ou habitadas pelos [indígenas]; II - as áreas reservadas; III - as terras de domínio das comunidades indígenas. (SILVA, 2008, p. 45)

Quadro 3 – Categorias de áreas indígenas

Categoria	Definição Jurídica	Descrição
Terra Indígena	Ocupação Tradicional, CF88 art. 231, L6001/73 art 23.	Ocupação efetiva da terra que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil.
Áreas Reservadas	Áreas destinadas à posse e ocupação L6001/73 art 26.	Onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais e dos bens nelas existentes, respeitadas as restrições legais.
	Reserva Indígena L6001/73 art 27.	Área destinada a servir de habitat a grupo indígena, com os meios suficientes à sua subsistência.
	Parque Indígena L6001/73 art 28.	Área contida em terra na posse de índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região.
	Colônia Agrícola Indígena L6001/73 art 29.	Área destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, onde convivam tribos aculturadas e membros da comunidade nacional
Território Federal Indígena	Unidade administrativa subordinada à União L6001/73 art 30.	Instituída em região na qual pelo menos um terço da população seja formado por índios.

Fonte: Silva (2008).

Segundo informações oficiais da Funai, os dados sobre Terras Indígenas somam 118.236.637,90 hectares, totalizando 13,89% do

território brasileiro que é de 851.100.000 hectares. Destes dados, temos o detalhamento em cada etapa do processo.

Figura 1 – Terras indígenas tradicionalmente ocupadas

FASE DO PROCESSO	QTDE	SUPERFÍCIE(ha)
DELIMITADA	43	2.183.990,4500
DECLARADA	75	7.612.681,3759
HOMOLOGADA	9	334.546,3127
REGULARIZADA	440	106.936.192,6108
TOTAL	567	117.067.410,7494
EM ESTUDO	116	32,4868
PORTARIA DE INTERDIÇÃO	6	1.080.740,0000

Fonte: Disponível em:

<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso 4. jun. 2020.

Figura 2 – Reservas indígenas

RESERVA INDIGENA	QTDE	SUPERFÍCIE(ha)
REGULARIZADA	39	73.817,9272
ENCAMINHADA RI	13	14.636,7388
TOTAL	52	88.454,6660

Fonte: Disponível em:

<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 4 jul. 2020.

Entre as várias formas de proteção dos Povos Indígenas diante dos ataques de colonizadores sem controle do Estado na ocupação das terras no Brasil, temos as instituições conforme Quadro 4. Atualmente, sobre o sistema de proteção destas Terras, temos a Lei 6.001/73, Art. 18, que rege

As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas.

§ 1º Nessas áreas, é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa. (SILVA, 2008, p. 45)

Quadro 4 – Instituições indigenistas no Brasil

Instituição	Descrição
Igreja Católica, Paris, 15 de agosto de 1534. (Indigenismo religioso)	Criação da Companhia de Jesus (Jesuítas) para combate à Reforma Protestante com a Contrarreforma.
Império Português, Laguna, 1538. (Indigenismo religioso)	Franciscanos em Santa Catarina em missões com os Guarani.
Governador-geral Tomé de Sousa em 1549. (Indigenismo religioso)	Vinda dos Jesuítas ao Brasil liderados por Manoel da Nóbrega.
Império Portugal, Lei do Diretório dos Índios de 1757. (Indigenismo Estatal)	D. José I, rei de Portugal, através de seu ministro, o Marquês de Pombal, que dispunha sobre os aldeamentos indígenas, elevando estes à condição de vilas ou aldeias, administradas por um diretor.
Império Portugal, Expulsão dos Jesuítas em 3 de setembro 1759. (Indigenismo Estatal)	Lei de Extermínio, Proscrição e Expulsão dos seus Reinos e Domínios Ultramarinos dos Regulares da Companhia de Jesus.
Império Portugal, Extinção do Diretório dos Índios em 1798. (Indigenismo Estatal)	Os indígenas aldeados foram emancipados e equiparados aos outros habitantes do Brasil.
Império Brasil, Decreto n. 426, de 24 de julho de 1845. (Indigenismo Estatal)	Criou uma estrutura de aldeamentos indígenas, dispersando-os por todo o território do Império, sob a administração de um Diretor Geral de Índios, que era nomeado por sua majestade o Imperador para atuar em cada província. Cada um desses aldeamentos, teria um Diretor de Aldeia, e um pequeno quadro de funcionários; ficando os missionários responsáveis pela catequese e educação dos indígenas aldeados.
República Brasil. Decreto-Lei n.º 8.072, de 20 de junho de 1910. (Indigenismo Estatal)	Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILT/N).
República Brasil. Lei n.º 5.371 de 5/12/1967. (Indigenismo Estatal)	Fundação Nacional do Índio.

Fonte: Sposito (2009, p.85-112).

O órgão competente para tal é a Fundação Nacional do Índio, conforme Decreto 9.010/2017, que aponta a finalidade da Funai: "I - proteger e promover os direitos dos povos indígenas, em nome da União". Algumas ações são estendidas a outras instituições em níveis estadual e municipal, conforme Lei 6.001/73 Art. 2º que rege: "Cumpra à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos."

Terra indígena tradicionalmente ocupada

O processo de demarcação segue o previsto no art. 231 da Constituição Federal de 1988, regulamentado conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Identificação e demarcação de terras indígenas

Dispositivo Jurídico	Descrição
Decreto nº 1.775 de 8 de janeiro de 1996	Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências
Portaria/Ministério da Justiça nº 14 de 09 de janeiro de 1996	Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas a que se refere o parágrafo 6º do artigo 2º, do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996.

Fonte: Silva (2008).

O Decreto nº 1.775/96 é o meio administrativo para identificar e sinalizar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos Povos Indígenas. Nos termos do Decreto, a regularização fundiária de terras indígenas tradicionalmente ocupadas compreende as seguintes etapas, de competência do Poder Executivo:

- i) Estudos de identificação e delimitação, a cargo da Funai;
- ii) Contraditório administrativo;
- iii) Declaração dos limites, a cargo do Ministro da Justiça;
- iv) Demarcação física, a cargo da Funai;
- v) Levantamento fundiário de avaliação de benfeitorias implementadas pelos ocupantes não-índios, a cargo da Funai,

- realizado em conjunto com o cadastro dos ocupantes não-índios, a cargo do Incra;
- vi) Homologação da demarcação, a cargo da Presidência da República;
- vii) Retirada de ocupantes não-índios, com pagamento de benfeitorias consideradas de boa-fé, a cargo da Funai, e reassentamento dos ocupantes não-índios que atendem ao perfil da reforma, a cargo do Incra;
- viii) Registro das terras indígenas na Secretaria de Patrimônio da União, a cargo da Funai; e
- ix) Interdição de áreas para a proteção de povos indígenas isolados, a cargo da Funai. (SILVA, 2008, p. 153)

Quadro 6 – Regras sobre a elaboração do relatório circunstanciado de identificação e delimitação de terras indígenas conforme Portaria 14/MJ/96

Etapa	Descrição
I - PRIMEIRA PARTE Dados gerais	a) informações gerais sobre o(s) grupo(s) indígena(s) envolvido(s), tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição; b) pesquisa sobre o histórico de ocupação de terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido; c) identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios causais, temporais e espaciais;
II - SEGUNDA PARTE Habitação permanente	a) descrição da distribuição da(s) aldeia(s), com respectiva população e localização; b) explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência da(s) aldeia(s), a área por ela(s) ocupada(s) e o tempo em que se encontra(m) as atual(ais) localização(ões);
III - TERCEIRA PARTE Atividades Produtivas	a) descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim; b) descrição das características da economia desenvolvida pelo(s) grupo(s), das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processaram tais alterações; c) descrição das relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente;
IV - QUARTA	a) identificação e descrição das áreas imprescindíveis à

PARTE Meio Ambiente	preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena; b) explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias;
V - QUINTA PARTE Reprodução Física e Cultural	a) dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo; b) descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc., explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto; c) identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim;
VI - SEXTA PARTE Levantamento Fundiário	a) identificação e censo de eventuais ocupantes não índios; b) descrição da(s) área(s) por ele(s) ocupada(s), com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ões) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s); c) informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem; d) informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.
VII - SÉTIMA PARTE Conclusão e delimitação, contendo a proposta de limites da área demarcada	Art. 3º. A proposta de delimitação far-se-á acompanhar de carta topográfica, onde deverão estar identificados os dados referentes a vias de acesso terrestres, fluviais e aéreas eventualmente existentes, pontos de apoio cartográfico e logísticos e identificação de detalhes mencionados nos itens do artigo 1º.

Fonte: Silva (2008).

Quanto às primeiras partes da Portaria MJ 14/96, Dados Gerais, Habitação Permanente, Atividades Produtivas, e Meio Ambiente, há indicação de metodologia no livro "Orientações básicas para a caracterização ambiental de terras indígenas em estudo: leitura

recomendada para todos os membros do grupo técnico" (TEMPESTA, FERREIRA; NOLETO, 2013, p.20).

Tabela 1 – Correspondência entre as Partes da P14/96 e Caracterização Ambiental

PARTES DA PORTARIA 14	DIMENSÕES DA CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL
(1) Dados Gerais	(2) História ambiental, ocupação e habitação
(2) Habitação Permanente	(2) História ambiental, ocupação e habitação
(3) Atividades Produtivas	(3) Uso e manejo dos ambientes e dos recursos naturais
(4) Meio Ambiente	(1) Conhecimentos e Práticas indígenas (3) Uso e manejo dos ambientes e dos recursos naturais (4) Impactos e conflitos socioambientais
(5) Reprodução Física e Cultural	(1) Conhecimentos e Práticas indígenas (3) Uso e manejo dos ambientes e dos recursos naturais (4) Impactos e conflitos socioambientais (5) Gestão ambiental e territorial
(6) Levantamento Fundiário	(4) Impactos e conflitos socioambientais (5) Gestão ambiental e territorial
(7) Conclusão e delimitação	Áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar

Fonte: Tempesta; Ferreira; Noleto (2013, p. 20).

Segundo os autores das orientações, há linhas mestras para uma boa caracterização ambiental de áreas em processo de identificação e delimitação para Terra Indígena tradicionalmente ocupada como "territorialidade", "sustentabilidade", "transversalidade" e "diálogo intercultural e intercintífico". Em acordo com "Land Administration for Sustainable Development" (IAN WILLIAMSON et al., 2010), Tempesta et al. afirma que é necessário "compreender a territorialidade desenvolvida por determinado povo indígena e as possibilidades de sustentabilidade de sua terra e dos recursos nela existentes, diante da conjuntura socioeconômica específica" (TEMPESTA et al., 2013, p. 13). Assim, as orientações para as primeiras partes da Portaria MJ 14/96 são:

Empregar a abordagem da territorialidade, buscando as imbricações entre as categorias indígenas e as noções ocidentais, a fim de demonstrar quais recursos naturais são utilizados pelos índios, onde (em que ambientes) e como são utilizados. As relações de apropriação do espaço (regimes de uso comum e familiar, dinâmicas históricas da paisagem,

ecocosmologia, conhecimentos etnoambientais, redes sociais, produção do lugar, da paisagem e da memória coletiva, entre outras) são aspectos fundamentais do estudo ambiental, fornecendo referências para a compreensão dos critérios que regulam a distribuição do espaço e dos recursos ambientais entre o povo indígena envolvido. (TEMPESTA; FERREIRA; NOLETO, 2013, p. 13).

Quanto a "territorialidade", as orientações afirmam que:

[...] pode ser considerada como um processo coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, delimitando-o por e a partir de relações de poder e dos significados socioculturais. Outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, de tipos de territórios e de processos de territorialização, cada um com suas particularidades socioculturais. (TEMPESTA; FERREIRA; NOLETO, 2013, p. 13).

As orientações afirmam que um estudo etnoambiental pode utilizar técnicas como oficinas participativas para confecção de mapas temáticos, diagramas temporais e históricos, a realização de caminhadas guiadas com uso de GPS para mapear e conhecer a área e a realização de diálogos semiestruturados e observação direta (TEMPESTA; FERREIRA; NOLETO, 2013, p. 34).

Tabela 2 – Fases da caracterização ambiental

FASES DA CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL	
FASES	AÇÕES E ATIVIDADES
(1) Formação do GT e Planejamento	a) Cabe à CGID selecionar os profissionais da área ambiental e orientar o GT (contextualização da área em estudo). b) Definir a metodologia e cronograma de trabalho. c) Prever estratégia para o trabalho de campo, que terá logística organizada pela CGID em colaboração com as Coordenações Regionais e com os demais membros do GT.
(2) Trabalho de campo	a) Coletar dados por meio de técnicas da etnoecologia e dos diagnósticos participativos. b) Organização e análise dos dados.
3) Apresentação dos resultados e adequações	a) Redação do Relatório Parcial. b) Apresentar e debater os resultados com o antropólogo-coordenador, complementando e corrigindo quando necessário.
(4) Levantamentos dos temas de gestão ambiental	b) Com os dados em mãos, levantar as problemáticas e potencialidades em termos ambientais.
Entrega do Relatório Ambiental	

Fonte: Tempesta; Ferreira; Noletto (2013, p. 31).

Tabela 3 – Potencial de uso de mapas, diagramas e tabelas

MAPAS TEMÁTICOS	DESCRIÇÃO
Habituação	Refere-se aos lugares, residências, espaços coletivos, infraestrutura, trilhas, centros de cultura, estradas/caminhos, portos etc. É elaborada por meio da interpretação dos mapas mentais, da imagem do satélite e dos dados georreferenciados sobre os ambientes, e caracterizada durante os diálogos.
Ambientes	Refere-se aos ambientes percebidos e habitados, indo desde a casa até os ambientes florestais, costeiros e fluviais, dentre outros, envolvem fitofisionomias, agroecossistemas, corpos d'água. São elaboradas por meio da interpretação dos mapas mentais, da imagem do satélite e dos dados georreferenciados sobre os ambientes, e caracterizados durante os diálogos.
Solos	Representam a espacialização dos tipos de solos presentes na terra indígena. O método utilizado para o mapeamento dos tipos de solo se baseia na correlação entre vegetação, aptidão agroextrativista, relevo e dados qualitativos (descrição dos atributos do solo) registrados em campo ao percorrer o território e em cruzamento com a literatura especializada.
Usos dos ambientes e dos recursos naturais	Este mapa expressa a relação dos usos atuais dos recursos de cada ambiente mapeado. O mapa de uso somado com informações de projetos existentes e projetos futuros faz referência ao "zoneamento" territorial que ocorre segundo regras internas. Este mapa permite visualizar a diversidade de atividades e possibilidades econômicas. Cruzadas com informações dos ambientes, relacionam os tipos de usos específicos, e cruzados com os dados de impactos ainda possibilitam analisar o quão vulnerável é o ambiente.
Redes econômicas	As redes econômicas são desenhadas partindo dos dados de campo e informações dos diálogos semiestruturados, relacionando famílias e aldeias entre si, e com outros lugares, pessoas e centros urbanos onde escoam sua produção e de onde vêm os suplementos necessários. As redes econômicas e fluxos envolvem tanto a troca e o comércio quanto a reciprocidade de dídivas.
Impactos e conflitos socioambientais	O mapa de impactos e conflitos consiste na compilação de informações obtidas durante a elaboração dos mapas e das práticas de mapeamento em campo. Durante o estudo as categorias de conflitos e impactos socioambientais são inseridas no mapa e caracterizadas.
Áreas imprescindíveis	Mapa que cruza os mapas da habitação, ambientes, usos e iniciativas, impactos e conflitos e redes, delineando a área em termos da territorialidade e da sustentabilidade.
Locais de Importância Simbólica	Mapa que localiza espacialmente os locais míticos e de importância simbólica. Cemitérios, locais de rituais, pontos de referência ancestral e elementos da paisagem relevantes do ponto de vista simbólico.

DIAGRAMAS	DESCRIÇÃO
Calendário	Diz respeito ao calendário ecológico, econômico e social do povo indígena. Pode ser ilustrado na forma cíclica ou na forma de tabelas-quadrados.
Linhas do tempo	Representam os principais eventos sociais e ambientais que ocorreram na área estudada.
Fluxos e interação	Indicam as relações entre organismos, atividades, eventos ecológicos e sociais ou processos como migrações, fluxo de produtos no mercado e na comunidade.
Venn	Ilustram relações entre atores internos e externos (indivíduos, família, instituições etc.) importantes para a família, aldeia ou comunidade. Expressam relações de poder, conflitos potenciais, interações e articulações em termos de parceria e tomada de decisões.

TABELAS*	DESCRIÇÃO
Relação relevo, ambientes, solos e potencial econômico	Tabela (correlacionando classificação indígena com literatura especializada) que relaciona tipo de relevo, com o ambiente, os tipos de solo e seu potencial econômico.
Coleta e extrativismo vegetal	Apresenta nome indígena do organismo, nome científico, ambiente, época de coleta, técnica, usos, seletividade (Preferencial, Apreciada, Ocasional) e quantidade.
Coleta e captura animal	Apresenta nome indígena do organismo, nome científico, ambiente, época de coleta, técnica, usos, seletividade (Preferencial, Apreciada, Ocasional) e quantidade.
Pesca	Apresenta nome indígena do organismo, nome científico, ambiente, época de coleta, técnica, usos, seletividade (Preferencial, Apreciada, Ocasional) e quantidade.
Plantas Cultivadas	Apresenta nome indígena da espécie e variedade cultivada, nome científico, ambiente cultivado, época (preparo, plantio, colheita, processamento), usos, seletividade (Preferencial, Apreciada, Ocasional) e quantidade.
Criação de animais	Apresenta nome indígena do animal, nome científico, ambiente de criação, usos, seletividade (Preferencial, Apreciada, Ocasional) e número de indivíduos.

Fonte: Tempesta; Ferreira; Noleto (2013, p. 42).

Cosmografia indígena e valores espirituais

A Convenção 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, promulgada no Brasil pelo Decreto 5.051 de 2004, quanto a terra rege sobre o respeito que se deve ter tanto à cultura quanto a valores espirituais. Vejamos:

PARTE II - TERRAS, Artigo 13

1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.(SILVA, 2008, p. 54).

No item a) do Artigo 5º da referida Convenção, está claramente especificado que "deverão ser reconhecidos e protegidos os valores e

práticas sociais, culturais religiosos e espirituais". A diferenciação entre espiritual e religioso, neste artigo, nos remete ao conceito de "dono-mestre" como espírito, usado aqui como ferramenta para pensar - no sentido etimológico de "pesar" - e/ou pensar - no sentido etimológico de "anexar" - para que possamos cumprir a Constituição Federal, em seu art. 231, e regularizar Terras tradicionalmente ocupadas por indígenas. Pensar seria comparar, colocar dois conceitos em uma balança e analisar se equivalem ou não. Apensar seria abandonar a busca por equivalência e simplesmente reconhecer, anexando ao processo. Tendo a Convenção 169 caráter de Lei no Brasil, bem como outros, a equipe técnica responsável por elaborar relatório de identificação de terra deveria, por força da lei, compreender, mas, sobretudo, anexar ao processo de identificação os apontamentos indígenas sobre a relação espiritual e territorial.

Na Parte V da Portaria MJ 14/96, sobre "Reprodução física e cultural", em seu item b) temos "descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc., explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto" (SILVA, 2008, p. 155). Para tanto, as orientações sugerem o conceito de Cosmografia:

O conceito de "cosmografia" ajuda no entendimento da relação particular que um grupo social mantém com o território. Cosmografia se refere, segundo Paul Little (2002), aos "saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criados e historicamente situados que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele". (TEMPESTA; FERREIRA; NOLETO, 2013, p. 13).

Tal cosmografia, para ser realizada por equipe técnica, esta deve respeitar as categorias nativas da "propriedade" ao longo do território que a Terra Indígena será delimitada. Para tanto, seguindo a Convenção 169, que rege sobre o respeito aos valores espirituais quanto a terra ou território, um conceito utilizado como ferramenta de apensamento processual desta relação é o de "dono-mestre", conforme aponta Carlos Fausto em "Donos demais: maestria e domínio na Amazônia" (2008). Segundo o autor,

O mundo pós-mítico que surge dessa dinâmica inicial é um mundo de múltiplos domínios. Esses domínios são constitutivos da estrutura do cosmos, de tal modo que um dos pressupostos a reger a ação humana sobre o que chamamos de mundo natural é o de que *tudo tem ou pode ter um dono*. Como mostrou Descola (1986), a natureza é doméstica porque é sempre o *domus* de alguém. (FAUSTO, 2008, p. 339).

O mundo estaria, segundo Fausto, dividido em domínios, "[...] em diferentes espaços de domesticidade pertencentes a humanos e a não-humanos, cada qual com os seus donos-mestres" (FAUSTO, 2008, p. 339).

Em suma, tudo em princípio tem ou pode ter um dono: a floresta, os animais, os rios e as lagoas, mas também uma espécie animal, outra espécie vegetal, ou ainda aquele bambuzal, aquela curva de rio, determinada árvore, uma montanha particular. (FAUSTO, 2008, p. 340).

Diante do exposto, para realizar uma Cosmografia, conforme Little, é necessário respeitar a Convenção 169 e dialogar com indígenas, incluí-los com radicalidade nas metodologias de mapeamento temáticos e buscando registrar cartograficamente o cosmos na percepção da tradição indígena estudada.

Como ferramenta conceitual para pensamento no processo cadastral de Terra Indígena, o mapeamento cosmográfico que respeite valores espirituais, tendo como referência o conceito de "dono-mestre", buscaremos alguns conceitos que o antropólogo Carlos Fausto recolheu na bibliografia antropológica demonstrada em seu artigo "Donos Demais" (FAUSTO, 2008).

Quadro 7 - Alguns conceitos sobre donos-mestres na antropologia

Autor	Povo	Conceito	Descrição
-------	------	----------	-----------

	(Tronco)		
SEEGER, Anthony. 1981. <i>Nature and society in Central Brazil: the Suyá indians of Mato Grosso</i> . Cambridge, MS: Harvard University Press.	Suyá (Gê)	Kande	<p>“A maioria das coisas tem donos-controladores: aldeias, cerimônias, cantos, casas, roças, bens, animais de estimação e assim por diante. A importância de <i>kande</i> é bem difusa” (1981:182). O termo <i>kande</i> (“dono-controlador”) aplica-se não apenas à posse de bens tangíveis e intangíveis (como o conhecimento ritual), mas também à habilidade potencial para produzi-los. Ele forma ainda expressões para designar funções de prestígio e poder político: assim, os líderes beligerantes eram denominados <i>weropakande</i>, “donos de nossa aldeia”, enquanto o especialista ritual é conhecido como <i>mërokinkande</i>. Seeger afirma que <i>kande</i> é “o conceito mais importante no pensamento suyá sobre poder” (1981:181).” (p. 330)</p>
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002a. “Esboço de cosmologia yawalapiti”. In: <i>A inconstância da alma selvagem</i> . São Paulo: Cosac & Naify. pp. 25-85.	Yawalapiti	Wököti	<p>"Designa o patrono ritual, o mestre especialista de cantos, o senhor de espécies animais ou vegetais, o chefe representante, ou o proprietário em sentido ordinário. Em todas essas denotações, está se definindo a relação de um sujeito com um recurso: o dono seria o mediador entre esse recurso e o coletivo ao qual pertence." (p. 330).</p>
FAUSTO, 2008	Kuikuro (Karib)	Oto	<p>"Envolve controle e proteção, é marcada pela oferta alimentar: os pais são “nossos donos” (<i>kukoto</i>),</p>

			pois cuidam de nós e nos alimentam. De mesmo modo, ser dono de estruturas coletivas — há donos do caminho (<i>ama oto</i>), da casa dos homens (<i>kuakutu oto</i>), da praça central (<i>hugogó oto</i>), da aldeia (<i>eté oto</i>) — implica cuidado, pois cabe ao dono manter essas estruturas e alimentar as pessoas que trabalham para esse fim." (p. 331).
BRIGHTMAN, Marc. 2007. Amerindian leadership in Guianese Amazonia. Doctoral thesis, Department of Social Anthropology, University of Cambridge.	Trio (Karib)	Entu	"Possui o sentido tanto de 'dono' como de 'patrão'" (2007:83). Ele não se aplica a qualquer relação de posse, mas sim ao que o autor denomina <i>temporary controlled possession</i> . O fundador e líder de uma aldeia é seu <i>pata entu</i> , assim como aquele que controla o funcionamento do rádio comunicador é <i>radio entu</i> . <i>Entu</i> significa ainda "tronco de árvore" e "piemonte", cujos traços semânticos "estar na origem de" e "ser a base de" aparecem também em outros contextos etnográficos." (p. 331)
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1992. <i>From the enemy's point of view: humanity and divinity in an amazonian society</i> . Chicago: University of Chicago Press	Tupi-guarani Araweté Parakanã	-jarñã -jara	"Liderança, controle, representação e propriedade de certo recurso ou domínio" (p. 331)
DÉLÉAGE, Pierre. 2005. Le chamanisme sharanahua: enquête sur l'apprentissage et l'épistémologie	Sharanahua (Pano)	ifo	"Designa o genitor em relação a seus filhos, o chefe em relação ao seu pessoal, o proprietário em relação aos objetos de sua posse, o dono em relação

d'un rituel. Thèse de doctorat, Paris, EHESS.			aos animais domésticos." "O dono está na origem daquilo que possui, pois o fabricou, seja este artefato pessoa ou coisa: na Amazônia, a noção de fabricação não se aplica apenas aos objetos, mas também aos corpos de parentes e de animais familiares. <i>Ifo</i> designa ainda um tipo de entidade: os mestres de animais e vegetais com os quais os xamãs interagem" (p. 332).
HULTKRANTZ, Ake. 1961. "The owner of the animals in the religion of north american Indians". In: A. Hultcrantz (org.), <i>The supernatural owners of nature</i> . Stockholm: Almqvist and Wiksell. pp. 53-64.	--	--	"A literatura restringiu-se a essas figuras ao falar de donos ou mestres, apresentando-as como hipérboles da espécie que representam ou a forma antropomórfica pela qual se apresentam aos xamãs"
CESARINO, Pedro N. 2008. Oniska – A poética do mundo e da morte entre os Marubo da Amazônia ocidental. Tese de doutorado, PPGAS-Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Marubo (Pano)	Ivo	"Os donos dos animais "replicam a mesma configuração que caracteriza os donos de maloca (<i>shovõ ivo</i>) marubo: ambos são chefes de suas casas, nas quais habitam com suas famílias e seus costumes [...] (2008:25). Os mestres dos animais, portanto, são donos em seu próprio meio, contendo em si um coletivo: eles representam e contêm uma espécie." (p. 332)
COSTA, Luiz Antonio. 2008. "Our body is our owner and our chief". Séminaire des Américanistes. EHESS, Paris. Ms.	Kanamari (Katukina)	- <i>warah</i>	"Designa o dono, o chefe, o corpo, o tronco, o rio principal." "O termo é sempre afixado a um sujeito, de tal maneira que "uma pessoa sempre será 'chefe/corpo/dono' em

			<p>relação a alguma coisa, a alguém ou a algumas pessoas".</p> <p>"Esta estrutura replica-se em diferentes escalas: entre a alma e seu corpo, entre as pessoas e seu chefe, entre o chefe de aldeia e o chefe de uma área hidrográfica e assim por diante." (p. 332)</p>
--	--	--	--

Fonte: Fausto (2008, p.329-366).

Para Fausto, a relação entre os donos-mestres e sua "posse" é a assimetria, onde "os donos controlam e protegem suas criaturas, sendo responsáveis por seu bem-estar, reprodução, mobilidade" (FAUSTO, 2008, p. 333). Fausto (2008, p. 334) define que tal relação não implica controle, mas o cuidado que o dono-mestre tem com suas crias. A assimetria, segundo o autor, "[...] é muitas vezes concebida como uma forma de englobamento e pode se expressar como uma relação conteúdo-continente". Isto é, os donos-mestres dos animais costumam manter suas criaturas "[...] em um cercado ou em um recipiente, liberando-os paulatinamente para serem caçados pelos humanos".

Como ferramenta visual desta assimetria entre dono-mestre e suas criaturas, bem como seus criadores, alguns antropólogos propõem a forma "fractal" como ferramenta, sendo esta definida por Benoit B. Mandelbrot (1983) como objetos que reproduzem as mesmas propriedades em diferentes escalas.

O caráter múltiplo e fractal das relações de domínio requer pessoas internamente compósitas, "diferentes de si mesmas" (Viveiros de Castro 2002b:377). O modelo do agente não é, assim, o do proprietário que anexa coisas a um Si imutável, mas o do mestre que contém múltiplas singularidades. (FAUSTO, 2008, p. 341).

Método multiescalar fractal tórico

Segundo Benoit B. Mandelbrot, "[...] nuvens não são esferas, montanhas não são cones, litorais não são círculos [...] e relâmpagos não viajam em uma linha reta" (MANDELBROT, 1983, p. 1).

Figura 3 – Mapa de Rede de Drenagem do Ribeirão Marmelo que

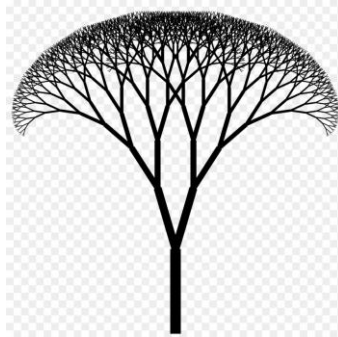
pertence à bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul estudado por metodologia fractal



Fonte: Marques (2013).

Tal ferramenta conceitual, o fractal, permite-nos visualizar no ambiente indígena sua referência, como em árvores que reproduz no todo a forma das partes.

Figura 3 – Fractal

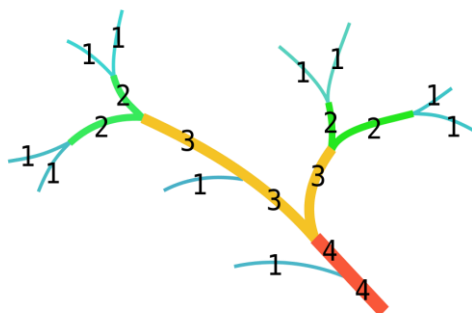


Fonte <https://www.gratispng.com/png-v7t833/>. Acesso em: 4 jul. 2019.

A partir da imagem visual do fractal, podemos pensar territorialmente a dimensão fractal de redes de drenagem de bacias hidrográficas, estudada por Tarboton et al. (1988) em "Fractal Nature of river network" (1988). As bacias hidrográficas conformam geograficamente o padrão fractal e, analisadas num mapa, servem como referência para possível identificação dos fluxos entre rios menores e maiores, em relação assimétrica. Esta relação foi classificada por R. E. Horton (1945), modificada por A. N. Strahler (1964) como uma classificação que reflete o grau de ramificação ou bifurcação dentro de uma bacia hidrográfica (GUIMARÃES, 2017).

Nesta classificação atribui-se um número de ordem a cada curso de água sendo classificadas como cursos de água de 1ª ordem aqueles que não apresentem afluentes. A linha de água formada pela junção de duas linhas de água com a mesma ordem tomará uma ordem maior em um. Assim, a junção de dois rios de ordem n dá lugar a um rio de ordem $n + 1$. Por exemplo, $1 + 1 = 2$; $3 + 3 = 4$; $2 + 2 = 3$, etc. A linha de água formada pela junção de duas linhas de água de ordens diferentes tomará a ordem maior das duas. Assim, a junção de um rio de ordem n com um rio de ordem $n + 1$, dá lugar a um rio de ordem $n + 1$. Por exemplo, $1 + 2 = 2$; $1 + 3 = 3$; $2 + 3 = 3$, etc. (GUIMARÃES, 2017, p.12).

Figura 4 – Classificação dos cursos de água segundo Horton-Strahler



Fonte: Guimarães (2017, p. 13)

Obtém-se, deste modo, um padrão fractal que pode ser visualmente utilizado em cosmografia de territórios indígenas referenciando-se aos donos-mestres na cosmologia tradicional, devido a sua disposição multiescalar, sendo: o 4 dono-mestre de 3, 2 e 1; 3 dono-mestre de 2 e 1; 2 dono-mestre de 1. A busca da equipe técnica de identificação e delimitação deve ser, portanto, alcançar o mapeamento do maior dono-mestre possível de bacias hidrográficas e registrar os limites propostos para a Terra Indígena, cumprindo a Sexta Parte da Portaria MJ 14/96 (ver Quadro 6), com a identificação e censo de eventuais ocupantes não-indígenas; a descrição das parcelas a serem desocupadas e indenizadas, a descrição das benfeitorias realizadas; identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem.

Subsequentemente, realizar-se a Sétima Parte com a carta topográfica concluindo o Relatório Circunstanciado. Tal procedimento técnico cumpre o Decreto 1.775/96, o Decreto 5.051/04 e a Constituição Federal de 1988, Art 231.

Seguindo o Método Multiescalar Fractal para identificação de Terras Indígenas, partimos para análise do Torus estudado pelo Físico Nassim Hamein, cuja tese propõe a Teoria Unificada dos Campos, analisando as escalas micro e macrocósmicas, unindo a Física Subatômica com a Astrofísica. Hamein propõe que o universo, tanto micro quanto macro, se comportam como a água numa bacia, que é levada a sair por um ralo, onde inicia torção criando um modelo similar ao furacão.

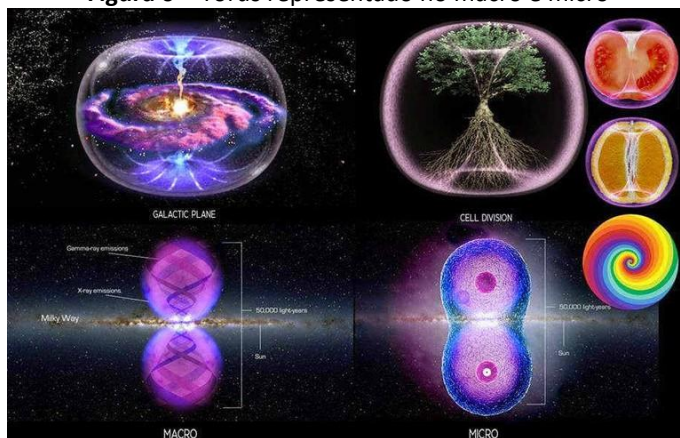
Figura 5 – Torção da água



Fonte: <https://www.shutterstock.com/search/water+drain>. Acesso em 4 jun. 2019.

Segundo Hamein (2005), o universo reproduz o padrão de torção que se expande e contrai sem cessar, que é encontrado em buracos negros, galáxias, sistemas solares, árvores e frutos no macro, e, no micro, em células, átomos e partículas subatômicas.

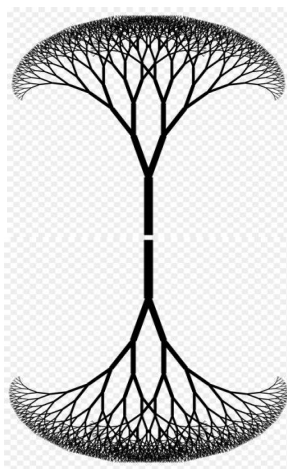
Figura 6 – Torus representado no macro e micro



Fonte: Disponível em: <https://resonance.is>. Acesso em: 4 jun. 2020.

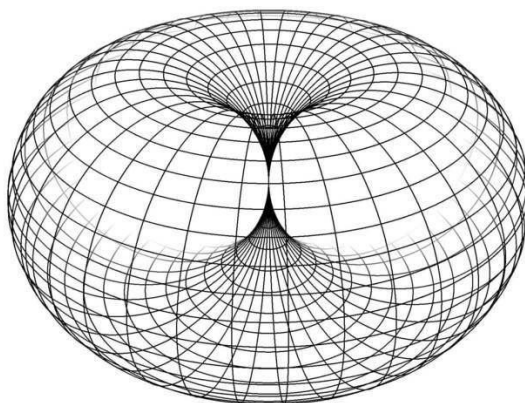
Duplicando a figura de árvores fractal (Fig. 3) podemos posicioná-las em forma de Torus.

Figura 7 – Fractal duplo



Fonte: Disponível em: <https://www.gratispng.com/png-v7t833/>.
Acesso em: 4 jun. 2020.

Figura 8 – Torus



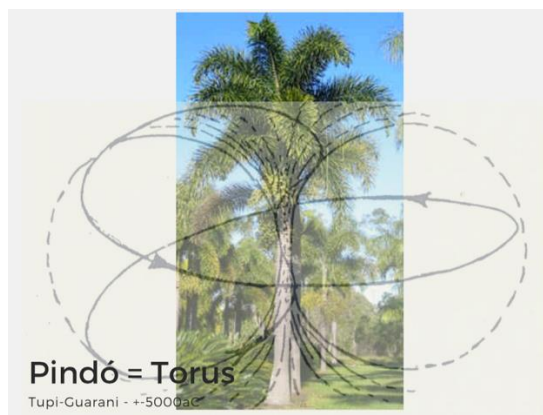
Fonte: Disponível em: <https://resonance.is>.
Acesso em: 4 jun. 2020.

A Figura 8 mostra o Torus, o que chamamos de Ontoforma, como forma ôntica (existente e perceptível) ou molde natural, que os

indígenas Guarani, por exemplo, chamam Pindovy. Como resumo geral sobre “Pindo” trazemos a dissertação de GALANTE (2011, p. 103), que afirma:

O Pindó (Jerivá) é considerado a palmeira eterna, muitas vezes denominada Pindovy, a palmeira sagrada que formou os sustentáculos da terra. Também acreditam que é no centro da terra (yvy mbyte), lugar onde viveu originariamente a “nossa avó”, mãe de Kuaray e Jaxy, que se ergue a palmeira milagrosa (Cadogan, 1959:72). As palmeiras também podem representar a nervura do nosso corpo (Godoy, 2003), nos dando um exemplo que parece próximo ao conceito de analogismo. Cadogan (1968 apud Godoy, 2003) relata que para os Guarani, foram cinco as palmeiras eternas que asseguraram a morada terrena, uma fixada no centro da terra e as outras representando os quatro pontos cardeais: karaí – leste; tupã (trovão) – oeste; yvyty porã (ventos bons) – norte; e ara yma rapyta (tempo originário) – sul. Godoy (ibidem) também atenta para a expressão pindó rupy gua, que traduzida literalmente como “seguir o pindó”, mostra o quanto esse vegetal espelha a sabedoria e a conduta Guarani. (GALANTE, 2011, p. 103).

Figura 9 – Montagem do Jerivá com Torus



Fonte: Elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, desde o histórico do processo de regularização de Terras Indígenas no Brasil do período colonial até o atual, com as regulamentações do Art. 231 da Constituição Federal de 1988, cabe nos perguntar: como representar graficamente a cosmografia indígena? Segundo Paul Little (2002), os “saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criados e historicamente situados que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (LITTLE, 2003, p. 254), e, ainda, como o “grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (LITTLE, 2003, p. 254) poderia ser representado, é nossa proposta neste artigo, por meio do método multiescalar fractal teórico, que chamaremos de Modo Torus ou, simplificada, Modorus.

Por Modorus gostaríamos de incluir os conceitos de método como “modo” ou “caminho” percorrido, que não necessariamente precisa ser o caminho histórico que parte de perguntas e respostas, ou mítico que parte de narrativas legendárias. O Modorus proposto aqui parte de vários caminhos em forma fractal, que podem reproduzir as mesmas propriedades em diferentes escalas, percebendo neles o fluxo a visualizável pela ontoforma (molde natural) Torus.

Este Modorus buscado aqui nada mais do que uma ferramenta (WITTGENSTEIN, 1996) para cumprimento das exigências normativas para identificação de Terras Indígenas para além das parcelas territoriais da FIG e dos Sistemas de Cadastramento Territoriais. Percebendo o fractal duplo que gera o Torus, cruzando com informações coletadas pela Antropologia, poderíamos dialogar (RORTY, 1994) com diferentes conhecimentos e visualizar os Donos-mestres (FAUSTO, 2008) em suas mais diversas escalas até alcançarmos um consenso (Convenção 169/OIT) (SILVA, 2008) perceptível em mapas, nas atividades de etnomapeamentos sugeridas para identificação de Terras Indígenas pela Funai.

REFERÊNCIAS

AZANHA, Gilberto. **A Lei de Terras de 1850 e as terras dos índios. Brasília.** 2001. Disponível em: https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/wp-content/uploads/sites/5/2018/06/terra_0.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

- FAUSTO, Carlos. Donos demais: maestria e domínio na Amazônia. **Mana**, v. 14, n. 2, p. 329-366, 2008.
- GALANTE, Luciana. **Investigação etnobotânica na comunidade Guarani Mbya de Tekoa Pyau**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PUC-SP, 2011.
- GUIMARÃES, R. C. Capítulo 2 - Bacia Hidrográfica. In: Guimarães, R. C., Shahidian, S. e Rodrigues, C. M. (Editores). **Hidrologia Agrícola**. 2. ed. Évora: ECT e ICAAM, 2017.
- HARAMEIN, Nassim, RAUSCHER, E. A. The origin of spin: A consideration of torque and coriolis forces in Einstein's field equations and grand unification theory. **Beyond The Standard Model: Searching for Unity in Physics**, 1, 153-168, 2005.
- LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.
- MAMED, Danielle; CALEIRO, Manuel; BERGOLD, Raul. **Os avá-Guarani no oeste do Paraná:(re) existência em tekoha guasu guavira**. Curitiba: Arte e Letra, 2016.
- MANDELBROT, Benoit B. **The fractal geometry of nature**. New York: W. H. Freeman, 1983.
- MARQUES, Luísa Santana; BORTONI, Samanta Ferreira; GOMES, Maria Helena Rodrigues. Determinação da dimensão fractal de redes de drenagem de bacias hidrográficas: estudo de caso. **Principia: Caminhos da Iniciação Científica**, v. 17, p. 99-106, 2013.
- MENDES JUNIOR, João. **Os indígenas do Brazil, seus direitos individuais e políticos**. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1912.
- RORTY, Richard, **Filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- SILVA, Luiz Fernando Villares. **Coletânea da legislação indigenista brasileira**. Brasília, FUNAI, CGDTI, 2008.
- SPOSITO, Fernanda. As guerras justas na crise do antigo regime português análise da política indigenista de D. João VI. **Revista de História**, n. 161, p. 85-112, 2009.
- TARBOTON, David G.; BRAS, Rafael L.; RODRIGUEZ-ITURBE, Ignacio. The fractal nature of river networks. **Water Resources Research**, v. 24, n. 8, p. 1317-1322, 1988.
- TEMPESTA, Giovana Acácia; FERREIRA, Igor Nicolau R.; NOLETO, Juliana A. (orgs.) **Orientações básicas para a caracterização ambiental de terras**

indígenas em estudo: leitura recomendada para todos os membros do grupo técnico. Brasília: Funai/GIZ. 2013.

WILLIAMSON, Ian; ENEMARK, Stig; WALLACE, Jude; RAJABIFARD, Abbas. **Land Administration for Sustainable Development**. Publisher - ESRI Press Academic, Sydney, Australia, 2010.

WITTGENSTEIN. Ludwig. **Investigações filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Análise sobre a articulação entre educação ambiental e CTSA na promoção do ensino em território escolar

Solange A. Neves da Rocha
Marcos Paulo Sales do Nascimento
Frederico Loureiro
Laila Nazem Mourad

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas, as quais vêm se consolidando na atual crise ambiental, oriunda de um modelo civilizatório essencialmente consumista e de apropriação ilimitada dos recursos naturais e expropriação do trabalho, tem conduzido a sociedade a buscar soluções para a degradação socioambiental, a qual se constituiu sobre a fragilização dos valores que orientam a relação ser humano e natureza e vem se potencializando aceleradamente, tendo como resultado a miséria, a exclusão social e econômica (PLANO NACIONAL

DE MUDANÇA DO CLIMA – PNMC/DF/2008; CARVALHO, 2004; LOUREIRO, 2009; BAIARDI et al., 2016).

Estas constatações servem para ilustrar o efeito cascata nos diversos segmentos que lutam para traçar estratégias para o enfrentamento da crise ambiental que se desdobra e intensifica-se na crise social que assola o planeta, daí o termo socioambiental.

Os impactos ambientais geraram uma grande insatisfação social, motivando a formação de grupos para questionar os avanços da Ciência e da Tecnologia (AULER, 2002, 2003). A modelagem de Ser Humano sofreu tanto impacto com a forma de ver o mundo com as lentes da ciência e tecnologia, que a lógica da eficácia tecnológica passou a ser, também, a do comportamento humano, bem como suas razões passaram a ser as mesmas da ciência (BAZZO, 1998 apud SANTOS; MORTIMER, 2002).

Para tanto, definiu-se, a partir de uma compreensão de mundo que legitimou a separação entre sociedade e natureza (reduzida à condição de matéria-prima), a fragmentação do conhecimento como meio de se garantir a eficiência produtiva, e a hierarquia entre saberes e culturas de distintos grupos e classes sociais. E foi este modo de fazer ciência que esteve na base de sustentação da educação instituída e dos conteúdos aceitos como relevantes nas escolas (ProEASE, 2010).

É neste cenário que uma proposta de convergência entre a educação ambiental associada à base de pressupostos metodológicos gerados por reflexões sobre Ciência, tecnologia, sociedade e ambiente – CTSA – na perspectiva da melhoria do ensino em território escolar, se coadunam.

Neste contexto, a escola, local privilegiado de reflexão e promoção do ideário denominado de Sociedades Sustentáveis, precisa romper com as barreiras pragmáticas, historicamente construídas sobre o fazer pedagógico que isolou e fragmentou o conhecimento científico numa estrutura de sistema que inviabiliza o diálogo interno e, conseqüentemente, as construções coletivas (LOUREIRO, 2006), comprometendo a formação de cidadãos críticos socioambientalmente e cientificamente educados.

A escola, enquanto território de disputas de ideias e de empoderamento sociocientífico e socioambiental, constitui o lócus de investigação de diferentes pesquisadores e teóricos na perspectiva de contribuir com a formação de cidadãos que integram o tecido social. Vale destacar que a realidade das escolas públicas brasileiras é expressa por um contexto de violência verbal e física com índices de

baixo rendimento no letramento sociocientífico (HODSON, 2011; HEMPEL, 2014).

Nesta perspectiva, refletir sobre a concepção do conceito de território, no espaço e no tempo, poderá contribuir para melhor entendimento da finalidade desse equipamento social, bem como, das escolhas de estratégias educacionais a serem delineadas para aplicação no território escolar.

Para tanto, esse artigo tem como objetivo a elaboração de uma revisão bibliográfica para saber das tendências e propostas de encaminhamentos daqueles que transitam no campo teórico da EA e da CTSA, na perspectiva de responder ao questionamento: “Existe pertinência teórica em se integrar educação ambiental e pressupostos CTSA para contribuir com a melhoria da qualidade do Ensino em território escolar?”.

DIRECIONAMENTO METODOLÓGICO

Foi realizada pesquisa de referenciais teóricos nas plataformas da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e no Portal de Periódicos e banco de dados Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de abril a maio de 2019, a fim de dar consistência e embasamento teórico ao questionamento que norteia essa pesquisa. Para além das plataformas da CAPES e da SCIELO, foram escolhidos, também, os dois eventos mais consolidados da área: o Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) e o Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC).

Quanto aos critérios de seleção, foram definidos: a busca no idioma em português, com a delimitação de período de publicação de 1995 a 2019; e a busca por palavras-chave: Alfabetização científica, Educação Ambiental, Ensino, CTS e CTSA juntos e isoladamente, considerando as controvérsias quanto ao uso destes acrônimos. Do resultado preliminar (68), foram retirados os títulos repetidos e aqueles que não integravam, ao menos, 2 dos campos que são objeto dessa pesquisa, resultando, assim, num total de 42 títulos. Desse quantitativo, foi feita uma última análise, com a leitura dos resumos dos trabalhos, no intuito de selecionar apenas aqueles que se tratavam de pesquisa empírica com alunos da educação básica e traziam a convergência dos campos da EA e CTSA, cujo resultado foi de 10

trabalhos, destes sendo 1 tese, 2 dissertações e 7 artigos para compor essa pesquisa. Conforme Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Elenco de teses, dissertações e artigos selecionados para esta pesquisa

CÓD.	TÍTULO	AUTORES	TIPO
1	Questões Sociocientíficas na Educação CTSa: contribuições de um modelo teórico para o letramento científico crítico	Dália M. Conrado	Tese (UFBA) 2018
2	Um panorama do enfoque CTS no ensino de ciências na educação básica no Brasil	Sabrine Lino Pinto e Sônia Cristina S. D. Vermelho	Artigo (anais XI ENPEC) /2017
3	CTS ou CTSa: O Que (Não) Dizem as Pesquisas sobre Educação Ambiental e Meio Ambiente?	Rodrigo Luz, Marcelo B. A. de Queiroz e Christiana A. V. Prudêncio	Artigo (Revista Alexandria)/ 2019
4	Avaliação Processual Pela Metodologia IBSE (Inquiry Based Science Education) na Formação Ecocidadã: Contribuições Para o Ensino de Ciências	Mayra da Silva e Cutruneo Ceschini	Dissertação (UNIPAMPA)/ 2018
5	O admirável na educação ambiental e no ensino de biologia: o valor à vida é um <i>summum bonum</i> ?	Adriana Ribeiro Ferreira e Carlos Eduardo Laburu	Artigo/Sevilla/ 2017
6	Abordagem de questões socioambientais por meio de tema CTS: análise de prática pedagógica no ensino médio de química e proposição de ativ.	Eliana S. de Vasconcelos	Dissertação UNB/2008
7	Educação Química no Projeto Escolar “Quixaba”: Alfabetização Científica com Enfoque CTSa no Ensino Fundamental a Partir de Temas Sociocientíficos	Rodrigues, L. do N. et al	Artigo Orbital/ 2015
8	Educação Ambiental no Ensino Fundamental I: a construção de uma proposta curricular a partir da abordagem CTSa	Dolores A. de Souza, Edgar M. da Silva, Rita V. Prata e Jurema R. Lopes	Artigo RECM/ 2018
9	Educação Ambiental em uma perspectiva CTSa: orientações teórico-metodológicas para práticas investigativas	Danielle Grynszpan	Artigo Fiocruz/ 2014
10	A convergência da educação ambiental, sustentabilidade, ciência, tecnologia e sociedade (CTS) e ambiente (CTSa) no ensino de ciências	Jacinta Lourdes, Weber Bourscheid e Maria Eloisa Farias	Artigo Revista Thema/2014

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na perspectiva de realizar tratamento metodológico aos materiais selecionados, utilizamos a Análise Textual Discursiva – ATD -

(MORAES; GALIAZZI, 2011), a qual apresenta três etapas básicas: 1) unitarização, em que ocorre a desconstrução do *corpus*, fragmentando-o em unidades de análise. Importante ressaltar que o *corpus* consiste nos artigos analisados; 2) categorização, nas quais as unidades de significado são relacionadas e agrupadas por suas semelhanças; e 3) comunicação, em que as categorias produzidas em processo de indução ou dedução possibilitam uma nova compreensão das partes e do todo. Para este trabalho foram usadas duas das etapas elencadas.

Concordando com Luz et al., (2017, p. 35):

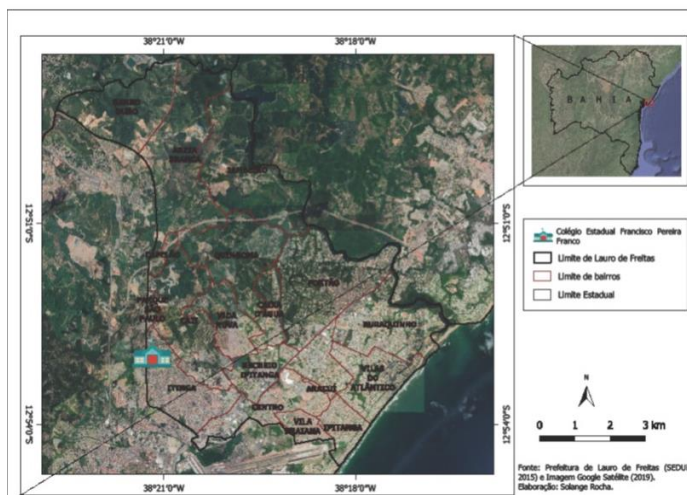
[...] a ATD foi escolhida como ferramenta para a análise dos dados porque permite uma menor rigidez no processo de construção das categorias e possibilita ao pesquisador uma análise subjetiva que vai além do que está aparente nos dados, podendo revelar as verdadeiras intenções presentes no discurso.

Ela possibilita, também, que uma mesma unidade representativa possa ser utilizada em diferentes categorias de acordo com os sentidos que esta consegue expressar (MORAES; GALIAZZI, 2011).

Área de estudo para aplicação da pesquisa preliminar em território escolar

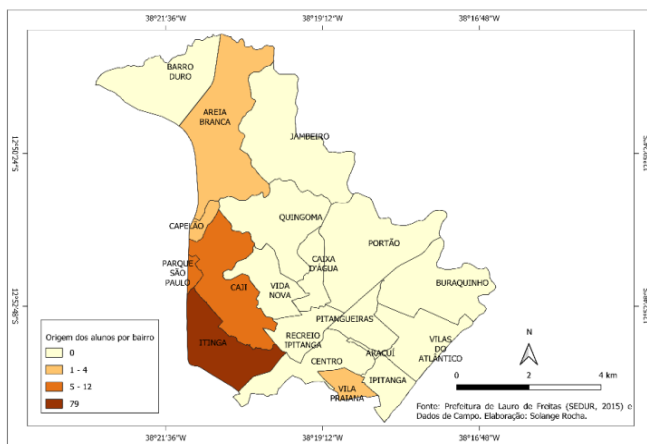
Localizado no Município de Lauro de Freitas (Figura 1), no bairro de Itinga, O Colégio Estadual Francisco Pereira Franco acolhe 523 (quinhentos e vinte e três) estudantes. Dentre estes, 232 estão cursando a 1ª série, a qual será campo de pesquisa deste objeto de investigação. A escolha da série atendeu aos critérios de maior índice de reprovação (18,2%), abandono (14,7%) e distorção idade/série (55%). Esta escolha se fundamenta na perspectiva de que conteúdos socioambientais associados à abordagem CTSA podem contribuir, de forma significativa, para melhoria nos índices de aprendizagem e redução da distorção idade série, bem como servir como motivação para redução dos índices de abandono escolar (SOUZA, Dolores *et al*, 2018).

Figura 1 – Vista aérea da localização do Colégio Est. Francisco Pereira Franco em Lauro de Freitas



Vale destacar que, dos 114 estudantes que integram as turmas A, B e C do turno matutino, 79 (44,3%) residem no bairro de Itinga, onde se localiza a unidade escolar. O bairro de Itinga se insere num contexto de pouco acesso a amenidades socioambientais. Esta informação é relevante para o desenvolvimento e a escolha de estratégias metodológicas que aproximem o conteúdo à realidade dos estudantes.

Figura 2 – Bairro de Origem dos estudantes da 1ª série do ensino médio do Colégio Estadual Francisco Pereira Franco em Lauro de Freitas



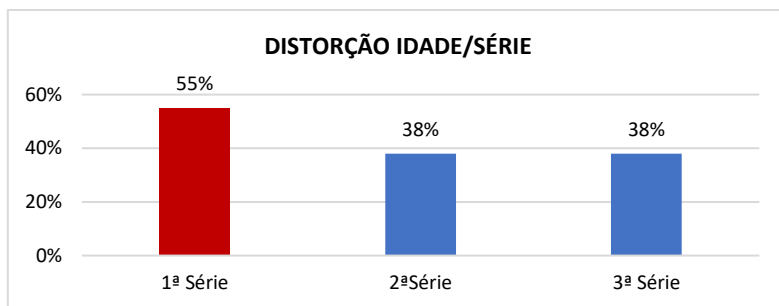
Fonte: Prefeitura de Lauro de Freitas (SEDUR,2015). Dados de Campo: Solange Rocha

Tabela 1 – Comparação de índice de reprovação, abandono e aprovação do Ensino Médio do Colégio Est. Francisco Pereira Franco

Ensino Médio	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EM	18,2% 43 reprovações	14,7% 35 abandonos	67,1%156 aprovações
2º ano EM	8,6% 15 reprovações	8,1% 15 abandonos	83,3%145 aprovações
3º ano EM	11,9% 14 reprovações	9,3% 11 abandonos	78,8%93 aprovações

Fonte: Dados do INEP/2018 obtidos no Site do Colégio Estadual Francisco Pereira Franco. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/114843-ee-colegio-estadual-francisco-pereira-franco/sobre>. Acesso em: 28 nov. 2019.

Gráfico 1 – Distorção idade/série no Ensino Médio do Colégio Est. Francisco Pereira Franco



Fonte: Dados do INEP/20018 obtidos no Site do Colégio Estadual Francisco Pereira Franco. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/114843-ee-colegio-estadual-francisco-pereira-franco/sobre>. Acesso em: 28 nov. 2019. Elaborado pelos autores.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CTS(A) NO ENSINO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PROPOSTA

O mundo contemporâneo exige a reunião e a integração de forças teóricas metodológicas que, unidas, possibilitem o desenvolvimento de estratégias educacionais que facultem a apropriação de conteúdos sociocientíficos por parte dos educandos e atue de forma indutora ao desenvolvimento de uma educação para a cidadania planetária (LUZ *et al*, 2019; CONRADO, 2018; SOUZA *et al*, 2018; FERREIRA *et al*, 2017; PINTO *et al*, 2017; RODRIGUES *et al*, 2015; VASCONCELOS, 2008; BOFF, 1998; GUTIÉRREZ & PRADO, 1999). Esta educação tem como finalidade a formação de valores e atitudes para o desenvolvimento sustentável, o que contrasta com os valores consumistas que imperam na sociedade atual (LAYRARGUES *et al.*, 2014; LOUREIRO, 2012)

Nascida no âmago do movimento ambientalista, a Educação Ambiental surge como uma possibilidade educacional para envolver os cidadãos e as cidadãs em ações ambientais que contribuam para consecução de sociedades sustentáveis, surgindo, assim, fora do ambiente escolar, por impulso social e defesa de comportamentos em sintonia com a sustentabilidade (LAYRARGUES *et al.*, 2014; LOUREIRO, 2009; ZAKRZEWSKI, 2003).

Layrargues et al. (2014, p. 25) destaca a educação ambiental enquanto campo social e evidencia uma dicotomia desse campo refletir que a Educação Ambiental pode ser entendida, simultaneamente, como um subcampo derivado do campo ambientalista e como um campo relativamente autônomo. Isso porque, historicamente, a Educação Ambiental retirou do campo ambientalista os elementos simbólicos e institucionais mais significativos de sua identidade e formação. Ressalta, também, que, ao analisarmos a relação da EA com o campo educacional, seus propósitos, cultura, saberes, espaços escolarizados e práticas, constataremos que a Educação Ambiental tem particularidades próprias que lhe atribuem um ethos específico, relativamente diferenciado do campo ambientalista (LIMA, 2011).

Zakrzewski (2003, p. 93), ao analisar a trajetória da história da Educação Ambiental no Brasil, descreve que: “[...] mesmo sendo praticada desde a década de 50, de ser objeto de Conferências Internacionais a partir da década de 70, da resolução do Conselho Federal de Educação em 1987, de não constituir a EA como disciplina, ela torna-se prática oficial no Sistema de Ensino”.

Ainda no Brasil, Loureiro (2006, p. 131) destaca que as discussões referentes à educação ambiental assumem caráter público abrangente em meados da década de 1980, com a realização dos primeiros encontros nacionais e a ampliação da produção acadêmica específica. Sua importância para o debate educacional explicita-se formalmente na obrigatoriedade constitucional, em sua inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na publicação da Lei Federal que define a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9795/1999), instrumentos legais e documentos governamentais que asseguram à temática um caráter transversal, indispensável e indissociável da política educacional brasileira. Importante ressaltar que os entes federados têm elaborado suas legislações específicas em Educação Ambiental, a exemplo da Lei 12056/2011, que dispõe sobre a Política de Educação Ambiental no Estado da Bahia.

Considerando que a ciência ecológica sempre atuou como eixo norteador da educação ambiental, que a sua origem conceitual nasceu no seio do movimento ambientalista e que a educação ambiental se situa na confluência dos campos ambiental e educativo, não emergindo, necessariamente, das teorias educacionais, os princípios e valores éticos e políticos que são propagados na educação ambiental possuem uma forte carga inclusiva, cultural e uma força criadora que vem dos povos que compõem o planeta, na busca de uma educação

que promova os nexos sistêmicos do conhecimento em contraponto à fragmentação historicamente implementada nos sistemas educativos (LOUREIRO, 2006).

Para que a EA contribua para a transformação da práxis educativa e ocorra na perspectiva que inclua aspectos sociais e ambientais, faz-se necessária a distinção das variações político-ideológicas da Educação Ambiental. Neste contexto, Loureiro (2006, p. 3) destaca que, desde a década de 1970, em que surgem as primeiras experiências denominadas de educação ambiental, dois grandes blocos político-pedagógicos começaram a se definir e disputar hegemonia no campo das formulações teóricas, na academia, nas articulações internas às redes de educadores ambientais e na definição da política nacional, com vertentes internas e interfaces complexas e diferenciadas: um denominado conservador ou comportamentalista, o outro chamado de transformador, crítico ou emancipatório. Tais blocos dinâmicos se assentam em concepções pedagógicas distintas, fundadas sob modos específicos de se entender a educação e suas finalidades sociais. Em termos gerais, o primeiro bloco mencionado está fortemente influenciado pela Teoria dos Sistemas Vivos, pela Teoria Geral dos Sistemas, pela visão holística, pela cibernética e pelo pragmatismo ambientalista da proposta de “alfabetização ambiental” norte-americana. E o segundo, mais inserido nos debates clássicos do campo da educação propriamente dita, pela dialética em suas diferentes formulações de orientação marxista ou em diálogo direto com esta (LAYRARGUES; LIMA, 2014; LOUREIRO, 2006).

Carvalho (2004, p. 152) trata como vertente naturalista/conservacionista que centra a práxis pedagógica ao ensino da biologia/ecologia e preservação da natureza com visita a parques, praias; focada no comportamento individual das pessoas, que prega uma visão da natureza intocável e humanidade como vilã; sem vincular as causas dos problemas ambientais aos aspectos políticos, sociais e econômicos, e sem promover antes articulação entre conteúdos das diferentes áreas do conhecimento com vista à superação da dicotomia sociedade X natureza, se constitui numa concepção simplista para uma educação que tem como gênese e motivo de ser um contexto de crise social e ambiental.

Por outro lado, a vertente socioambiental, lastreada por visão transformadora, crítica e emancipatória, orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar, e pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de

interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente. Esta concepção parte de uma práxis pedagógica que inclui propostas na perspectiva inter, multi e transdisciplinar, que promove, estimula e qualifica a participação dos educandos e o despertar de uma leitura crítica para tomada de decisão sobre a realidade, em âmbito local e global (CARVALHO, 2004).

A Importância de integrar as abordagens e os valores da EA com os processos de ensino e aprendizagem na Educação formal tem sido ressaltada em pesquisas acadêmicas, por diferentes autores (FERREIRA et al., 2017; COSENZA; MARTINS, 2011; VASCONCELOS, 2008; MARTINS et al, 2008;). Esses autores apresentam possibilidades integradoras que podem, quando bem estruturadas e adaptadas às diferentes realidades, qualificar e (re)significar o ensino.

Ferreira et al. (2017) destaca que:

Supor um ensino relevante e consistente para modificar as formas de pensar nas relações dos seres humanos com a natureza por meio de uma apropriação do conhecimento científico, ou sócio científico, articulado às discussões ambientais, amplia o alcance e os propósitos da ciência tradicional e da educação científica. (FERREIRA et al., 2017, p.3387).

Muito embora sejam comumente utilizados diversos sinônimos, como alfabetização ambiental, educação para a sustentabilidade, educação para o desenvolvimento sustentável, resguardadas algumas diferenças filosóficas de tais abordagens, e que contribuem para compor os discursos da Educação Ambiental, o fato é que as propostas conclamam os indivíduos a se portarem como cidadãos globais, imbuídos de uma responsabilidade e uma cidadania universal.

Rubba e Wiesenmayer (1988, p. 42), ao discutirem os objetivos dos currículos CTS em relação à educação ambiental, identificaram como principal meta desses currículos a de “[...] auxiliar o aluno a desenvolver conhecimentos, habilidades e qualidades afetivas necessárias para tomar decisões responsáveis sobre questões de CTS”. Santos e Mortimer (2001, p. 103) ao abordar o currículo em CTS, no item Ação Social Responsável no Ensino de Ciências, revela que:

[...] na vinculação dos cursos de educação ambiental com o processo de tomada de decisão, podemos destacar a necessidade do desenvolvimento de valores relativos à

consciência ecológica, resultando em compromisso com a educação para a cidadania planetária. (BOFF, 1998; GUTIÉRREZ; PRADO, 1999 apud SANTOS; MORTIMER, 2001, p. 103).

Vale destacar que a sigla que referenda e originou o movimento é CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade. No processo de transposição do campo de pesquisa CTS para o ensino de ciências, a sigla ganhou mais uma letra, o “A” de CTSA, em alusão ao ambiente. Para Invernizzi e Fraga (2007, p. 2)) embora a dimensão ambiental fosse um dos tópicos fundantes do campo CTS a explicitação do “A” na sigla denota, por um lado, a importância crescente que a dimensão socioambiental vem conquistando no sistema de ensino por meio da Educação Ambiental e, por outro, o desafio de integrar essa última com o enfoque CTS. (TOMAZELLO, 2009).

Luz et al. (2017, p. 32) destacam que, no contexto da Educação em Ciências, temos encontrado duas denominações para caracterizar o campo que estuda as inter-relações entre a ciência, a tecnologia e a sociedade: a perspectiva CTS e CTSA. Ressaltam, ainda, que a adjetivação da sigla pelo “A”, referente a Ambiente, chama atenção para possibilidades significativas de integração com a EA. Considerando que as discussões na área sobre CTS podem tomar direcionamentos difusos, nem sempre contemplando a dimensão ambiental, Santos (2007) afirma que “o movimento CTSA surgiu para que fossem incluídas de forma obrigatória nas inter-relações CTS as questões ambientais”. Assim, SANTOS (2007, p. 1) considera que “o movimento CTSA vem resgatar o papel da educação ambiental (EA) do movimento inicial de CTS”.

Conrado (2017, p. 35), em sua tese, destaca o trabalho de Pedretti e Nazir (2011) no mapeamento de vertentes das CTSA no ensino de Ciências. Das vertentes elencadas, ressalta que a Justiça Socioambiental e Ativismo se caracterizam por promover a formação de ativistas, no sentido de cidadãos capazes de agir para transformar a sociedade em direção a maior justiça social e ambiental, a partir de ações sociopolíticas.

Cabe, aqui, destacar que O Pensamento Latino Americano sobre CTS (PLACST), em sua aproximação com a educação Freiriana, deu maior ênfase no combate aos mitos do cientificismo (como o mito da neutralidade científica, ou o mito do salvacionismo tecnológico), em direção a uma compreensão crítica das relações entre CTSA, a partir de uma educação problematizadora (CONRADO, 2017). Este pensamento

corroborar com os pressupostos da EA na perspectiva da Macrotendência Crítica, transformadora e emancipatória, descritos por Layrargues (2014) e Loureiro (2012).

Na perspectiva de estabelecer um contraponto na confluência da EA com as CTSA, evidencia-se aqui o pensamento de Farias e Freitas, (2007, p. 12), ao considerarem que as pesquisas nesses campos são incipientes, recomendam investigações que busquem inter-relacionar essas áreas do saber, e afirmam que as mesmas estão pautadas em ideais críticos visando à emancipação do ser no mundo. Ponderam, ainda, que algumas pesquisas classificam essas tendências como incompatíveis entre si e as que buscam fazer essa relação permanecem na periferia do problema, havendo, nesse caso, uma superficialidade que pode reforçar utilitarismos no tratamento das questões ambientais.

Correlato a essa ideia, Conrado (2017) esclarece a importância de definição das vertentes pedagógicas adotadas e que incoerências entre fundamentos, métodos e finalidades podem resultar em dificuldades de compreensão, aceitação e aplicação de propostas de ensino baseadas nos diferentes contextos da educação científica, além de prejudicar a formação de cidadãos socioambientalmente responsáveis. A autora destaca a importância do alinhamento dessas etapas e exemplifica:

[...] no caso de uma educação científica que busca formar cidadãos socioambientalmente responsáveis, porém que não adota estratégias que promovam discussão de dimensões sociais, éticas e políticas dos problemas que afetam a natureza, podemos notar, com maior clareza, incoerências, frequentemente não percebidas, entre tais meios e fins. Ou seja, a expectativa, neste exemplo, é que apenas o ensino e a aprendizagem do conhecimento científico resultarão nos fins pretendidos, de formação de cidadãos engajados politicamente, mas, os fins escapam à ciência, dizendo respeito também a aspectos sociais e éticos, de naturezas bastante distintas da ciência. (CONRADO, 2017, p.24).

A proposta metodológica focada em pressupostos CTSA sugere um comportamento e um olhar crítico no sentido de ressaltar a real concepção de ciência que pressupõe a observação, reflexão e investigação da realidade. Santos (2008, p. 114 apud PINTO et al. 2017, p. 3) destaca que o olhar ingênuo sobre a ciência, conduz “ o cidadão

para saber lidar com essa ou aquela ferramenta tecnológica ou desenvolver no aluno representações que o preparem a absorver novas tecnologias” sem necessariamente o induzir a um comportamento reflexivo e crítico sobre sua real finalidade.

Conrado, Nunes-Neto e El-Hani (2013, p. 79) consideram que o uso de abordagens e metodologias tradicionais que elegem a memorização e apreensão volumosa de conteúdo não promovem o pensamento crítico, sociopolítico que implicam habilidades cognitivas e socioemocionais para a resolução de problemas socioambientais presentes no cenário de vida do/da estudante. Destacam, ainda, a relevância em se estabelecer conexão entre o que se ensina no contexto escolar/acadêmico com as situações do cotidiano do estudante, a fim de tornar a aprendizagem significativa, instigante e valorosa, do ponto de vista prático. Essas afirmações encontram amparo teórico também em autores como (LOUREIRO, 2009; JACOBI, 2005; STROBEL; BARNEVELD, 2009).

Essas constatações intrínsecas ao processo de ensino encontram viabilidade didática por meio da adoção de abordagens e pressupostos pedagógicos que permitam que o arcabouço curricular possa transitar de maneira contextualizada, adicionada de reflexão crítica da realidade. Essas condições, segundo a descrição dos autores aqui citados, podem ser alcançadas por meio da EA e da CTSA integradas ao cotidiano da práxis pedagógica.

Assim, este artigo teve como premissa refletir a pertinência da convergência da EA e da CTSA no ensino por meio da adoção dos pressupostos do movimento CTSA empregados como mecanismo para promover a alfabetização científica e tecnológica e da abordagem da EA que permite ultrapassar o conteúdo meramente científico, relacionando aos aspectos controversos socialmente construídos, dependentes de um contexto histórico e cultural, ou ainda, político e econômico. Proporcionando aos estudantes uma compreensão atual e mais ampla da natureza da Ciência e da Tecnologia, com desenvolvimento da consciência ecológica, criticidade social e cidadania planetária (FERREIRA, 2017).

O planejamento escolar na perspectiva da educação ambiental e dos pressupostos CTS(A)

O planejamento é uma necessidade constante em todas as áreas da atividade humana. Em geral, entende-se que planejar é analisar uma

realidade e prever as formas alternativas da ação para superar as dificuldades ou alcançar os objetivos desejados. De acordo com Libâneo (2013) “o planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino” (LIBÂNEO, 2013, p.1).

Planejar o ensino, ou a ação didática, consiste em prever as ações e os procedimentos que o professor vai realizar junto a seus alunos, e a organização das atividades discentes e da experiência de aprendizagem, visando atingir os objetivos educacionais estabelecidos. Nesse sentido, o planejamento de ensino torna-se a operacionalização do currículo escolar.

A educação escolar deve ser pensada e construída por meio de processos. Por isso, o planejamento é uma ferramenta essencial para a obtenção de um processo educacional articulado, democrático e eficiente. Mas, o que é e quando surgiu a ideia de planejamento?

Historicamente, a ideia de planejamento surgiu há aproximadamente um século, com o objetivo de tentar controlar o futuro com documentos chamados planos. Inicialmente, surgiu como planejamento espacial, no campo de planejamento de cidades, no final do século XIX e início do século XX, na Inglaterra. Posteriormente, uma segunda vertente surgiu com a criação da União Soviética, no final da década de 1910, o planejamento econômico centralizado, caracterizado pela ausência de democracia, onde se destacava o controle completo do Estado sobre os recursos que eram distribuídos de acordo com planos e metas determinados por políticos ou burocratas (OLIVEIRA, 2006).

Na década de 1950, a ideia de planejamento migra de uma visão linear, demarcada pela previsibilidade e controle dos fatos, para uma perspectiva flexível, de idas e voltas. Passou a se reconhecer as limitações do planejamento em ter informações para prever, imprimindo-se um caráter de avançar, pouco a pouco, nas decisões e ações, e com isso lidar com situações muitas vezes inesperadas e imprevisíveis. Muito embora a visão de instrumento técnico permanecesse (OLIVEIRA, 2006).

A partir de 1970, o conceito de planejamento teve a inclusão de uma perspectiva social mediada pelo campo político, no que se refere às políticas públicas. Daí em diante foi sofrendo várias modelagens, com a ampliação do componente social, fruto da contribuição de

diferentes autores (DAVIDOFF, 1965; SUSSKIND; KRUIKSHANK, 1987; CASTELLS, 1997; BRINKERHOFF, 1996; HIBBARD; LURIE, 2000; OLIVEIRA, 2005 apud OLIVEIRA, 2006).

Surgiu, então, o “conceito de planejamento colaborativo”, que buscava um processo de construção de confiança nas decisões do planejamento de políticas públicas (HEALEY, 1997). Desta forma, o planejamento passou a ser um aprendizado, visto o enriquecimento dessa ferramenta nas interações e processos de decisão.

Assim, a concepção de planejamento evoluiu para um processo de decisão política que depende de informações precisas, transparência, ética, temperança, aceitação de visões diferentes e vontade de negociar e buscar soluções conjuntamente, que sejam aceitáveis para toda a sociedade e, principalmente, para as partes envolvidas.

No Brasil, segundo Oliveira (2006), a concepção de planejamento ainda está associada à confecção de Planos, com a intencionalidade de controle de políticas públicas. Muito embora, essa não seja a prática em todos os segmentos. Assim, destacaremos, a seguir, o planejamento no ambiente da escola.

Planejamento no ambiente escolar: uma proposta de direcionamento e articulação curricular

Na perspectiva histórica descrita, de avanço da concepção de planejamento, onde a forma de se pensar e delinear a realidade transitou de uma elaboração isolada e verticalizada com vistas ao controle para um processo de decisão política que integra aspectos horizontais de cunho democrático e participativo. Libâneo (2013), consoante a esta visão, compreende e caracteriza o planejamento escolar enquanto um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. Entende que a dinâmica das relações sociais é composta pela escola, os professores e alunos. Destaca que tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais, componentes do contexto social, e que todos esses aspectos caracterizam a sociedade de classe. Portanto, o planejamento escolar precisa contemplar e articular as questões sociais.

O planejamento, no ambiente escolar, não é qualquer tipo de reflexão que se pretende, mas uma ferramenta fundamental ao

processo pedagógico, que não pode prescindir de uma articulação entre os elementos e componentes curriculares. De acordo com o professor Nélio Parra (1972, *apud* OLIVEIRA, 2006), planejar consiste em prever e decidir sobre: o que pretendemos realizar; o que vamos fazer; como vamos fazer e o que e como devemos analisar a situação a fim de verificar se o que pretendemos foi atingido.

O planejamento escolar inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é, também, um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação.

Para que os planos sejam efetivamente instrumentos para a ação, devem ser como guia de orientação e devem apresentar ordem sequencial, objetividade, coerência, flexibilidade. Existem vários níveis de planejamento que se completam, se interpenetram e compõem o plano de currículo da escola: Planejamento de um Sistema Educacional, Planejamento de Currículo e Planejamento Didático e de Ensino (LIBÂNEO, 2013). Dentre estes, nos deteremos no planejamento de Currículo e o planejamento de ensino, visto que integram o objeto deste artigo.

Planejamento curricular e de ensino

O problema central do planejamento curricular é formular objetivos educacionais a partir daqueles expressos nos guias curriculares oficiais. Nesse sentido, a escola não deve simplesmente executar o que é prescrito pelos órgãos oficiais. Embora o currículo seja mais ou menos determinado em linhas gerais, cabe à escola interpretar e realizar estes currículos, adequando à sua realidade. De acordo com Castro, (1987), o que o professor deverá distinguir, ao elaborar um currículo, são os conteúdos significativos, funcionais, dos conteúdos carentes de significado e de funcionalidade e de mera informação sem outro objetivo que é o de ser memorizado por tanto tempo quanto possível. A escola deve procurar adaptar os conteúdos às situações concretas, selecionando aquelas experiências que mais poderão contribuir para alcançar os objetivos dos alunos, das suas famílias e da comunidade.

Nessa perspectiva, o planejamento curricular deve integrar todas as áreas com seus conteúdos clássicos e prioritários. No que se refere ao objeto desse artigo, abordagens e articulação curricular entre CTSA

e Educação ambiental no ensino, Conrado (2017) considera que um dos objetivos gerais da educação CTSA é a inserção de discussões éticas, a qual também é arcabouço de princípios presentes na EA. Outra característica comum na educação CTSA é o incentivo a habilidades relacionadas à comunicação científica, a partir de argumentação e lógica. As abordagens holísticas e sociocríticas são grandes categorias que têm influenciado o desenvolvimento de inovações didáticas, incluindo interdisciplinaridade, contextualização socioambiental e política, e aumento de participação ativa do estudante na mobilização de conteúdos para a resolução de problemas socioambientais do cotidiano (CONRADO, 2017).

O planejamento de ensino configura-se como um roteiro organizado de unidades didáticas para um ano ou semestre composto dos seguintes elementos: justificativa da disciplina; conteúdos; objetivos gerais e específicos; metodologia e avaliação, todos ligados à concepção que a escola e os professores têm como princípio básico a função da educação, da escola, das especificidades das disciplinas e sobre seus objetivos sociais e pedagógicos. Tais elementos visam assegurar a racionalização, a organização e a coordenação do trabalho docente, de modo que a previsão das ações docentes possibilite a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e a rotina.

Pode-se dizer que o planejamento de ensino é a especificação do planejamento de currículo. Onde traduz, em termos mais concretos e operacionais, o que o professor fará na sala de aula, para conduzir os alunos a alcançar os objetivos educacionais propostos. É preciso assumir que é possível e desejável superar os obstáculos colocados pelo tradicional formulário, previamente traçado, fotocopiado ou impresso, onde são delimitados os “objetivos, conteúdos, estratégias e avaliação”. Um planejamento de ensino deverá prever: Objetivos (para que ensinar e aprender?); Conteúdos (o que ensinar e aprender?); Métodos (como e com o que ensinar e aprender?); Tempo (quando e onde ensinar e aprender?) e Avaliação (como e o que foi efetivamente ensinado e aprendido?).

Conrado (2017) sugere atividades alinhadas com as vertentes: 1) valores e desenvolvimento moral; e 2) justiça socioambiental e ativismo. Porém, também considera elementos das correntes baseadas em raciocínio lógico e argumentação; sociocultural e multiculturalismo; e histórica (PEDRETTI; NAZIR, 2011 *apud* CONRADO, 2017). Na vertente centrada nos valores e no desenvolvimento moral, buscou-se explicitar, no planejamento do ensino, o reconhecimento dos valores

relacionados à ciência e a importância da ética. Recomenda atividades relacionadas ao diálogo, à negociação, à investigação e à criticidade na tomada de decisão sobre problemas socioambientais que envolvam ciência.

De acordo com Hart (2012, p. 692) visibilizar os discursos e as premissas da EA para alunos e alunas é uma forma de fazê-los aprender um pensamento crítico diante de valores e crenças sociais subjacentes e provocar professores e *experts* na área de currículo para pensar a EA e a educação científica de forma mais profunda e articulada. Neste sentido, a necessidade de integrar os pressupostos CTSA às discussões ambientais mais complexas no planejamento escolar envolve preocupações sociais, políticas, econômicas, culturais; visto que a insustentabilidade planetária instalada decorre, inclusive, do conhecimento científico, das tecnologias e dos modelos de consumo gerados nessas áreas (FERREIRA, 2017).

Quanto à questão que envolve a implementação, Oliveira (2006) afirma que, “Na realidade, o estudo de implementação requer um entendimento de sua complexidade e de sua interação com o processo de planejamento.” Considera que o resultado de um processo de planejamento, incluindo sua implementação, tem que ser visto como uma série de eventos aparentemente simples, mas que dependem de uma cadeia complexa de interações recíprocas para que obtenham o resultado esperado, e, muitas vezes, esta cadeia não pode ser prevista ou controlada. Nesse sentido, é fundamental que a comunidade escolar seja sensibilizada para a elaboração de um planejamento curricular articulado e dialogado, a fim de que este reverbere nos planos de ensino das diferentes áreas e seja explicitado no cotidiano da escola.

O planejamento, de um modo geral, é uma ferramenta imprescindível para uma satisfatória gestão do tempo, de materiais de ensino, de profissionais e também de espaços, uma vez que, ao planejar todos os eventos e atividades que a escola irá desenvolver ao longo do ano, de forma detalhada, existe a possibilidade de possuir um panorama do cenário e alocar os recursos e materiais conforme as necessidades dos períodos do ano letivo, além de favorecer o alcance das pretensões de ensino e aprendizagem de docentes e discentes, respectivamente.

A ESCOLA NA PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO

A palavra “território” remete, usualmente, a uma área do espaço delimitada por fronteiras demarcadas por uma relação de posse ou propriedade seja essa animal ou humana. Essa última apresenta aspectos de cunho político, cultural, econômico, regional, entre outros. O termo território vem do latim “*territorium*”, expressão que se referia a uma terra delimitada ou sob uma dada jurisdição (PENA, 2019).

Segundo Raffestin (1993), o território não é estabelecido apenas pela construção e delimitação de fronteiras. Para que um território seja estruturado, são necessárias a sua afirmação e a apropriação a partir de uma relação de poder.

Souza (2013) define o território como um espaço previamente delimitado em virtude das relações de poder e em consequência das mesmas. “[...] há diferenças entre a força e poder. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos [...] (ARENDR, 1983, p. 212-13).” (SOUZA, 2013, p.80)

Concepção ratificada por Santos (2006), que alerta sobre uma análise de território, não como espaço neutro, mas enquanto *locus* de constante disputa de poder, seja sob uma perspectiva de terra (*Territorium*), onde predomina a dominação de natureza jurídico-política do recurso “terra” para fins de reprodução econômica; seja sob uma concepção de terror/terrorizar (*Terreo/Territor*).

Para Foucault (1992), o poder assume faceta negativa. Em seus trabalhos, o poder assume a forma “demonizada” ao utilizar com o significado de algo abominável, e instrumento de subjugação do outro. Castoriadis (1992), por sua vez, contrapõe e enxerga o poder como essencial para a sobrevivência em uma sociedade.

Um conceito que está muito atrelado ao de território e que, por fim, resume e é consequência de todas as dimensões envolvidas é o de “pertencimento”: os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual seus símbolos identitários, em múltiplos aspectos, estão atrelados àquele espaço geográfico, ou seja, há um sentimento e crença de pertencerem àquele território.

Um outro conceito importante para este trabalho é o de Territorialidade. Territorializar significa manifestar um poder em uma área específica. Esse comportamento é muito comum em ambiente escolar. Em uma ESCOLA, podemos encontrar grupos de jovens reunidos antes da aula, sempre no mesmo espaço e no mesmo horário.

Mas, se voltarmos no mesmo espaço em outro horário do dia, encontraremos um outro grupo, com outras características. Cada um dos grupos deixa perceber o que os caracteriza, tornando claro que um objetivo comum a todos os integrantes os une, ou seja, um tipo de poder é reconhecido sobre este espaço em determinados horários do dia. Isto é a “territorialidade”.

Um dos aspectos que se pretende com a valorização do território escolar é a promoção do “empoderamento” local com vista ao desenvolvimento de uma ambiência espacial e social que permita o estabelecimento da aprendizagem e melhoria da qualidade de vida de seus ocupantes.

Pensar em ações no Território é pensar, também, sobre o local onde as pessoas moram, trabalham, se divertem, estudam, namoram, se relacionam das mais diversas maneiras e, principalmente, onde criam e recriam novas possibilidades para melhoria das condições de vida e para o enfrentamento concreto das desigualdades sociais e da pobreza. A importância de se pensar em ações de investigação e resolução de problemas no território escolar fortalece o sentimento de pertencimento a este, e a tomada de decisão coletiva para sua melhoria, conduzindo a um processo de qualificação do equipamento social, que reverbera na contribuição para uma educação sociocientífica e socioambiental (SANTOS; MORTIMER, 2001).

Nesta perspectiva, a escola, enquanto espaço de difusão e aquisição de saberes, também se constitui num território de disputas onde as relações são tecidas. É nesse espaço de empoderamento socioambiental que o indivíduo é oportunizado a construir a sua formação com vista a valores éticos, responsabilidade e compromisso social com a edificação da cidadania planetária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos investigar o que pensam diferentes pesquisadores sobre a pertinência da articulação entre Educação Ambiental, CTSA e ensino. Percebemos, conforme transitávamos sobre as ideias emitidas pelos autores, que, muito embora a gênese da EA e do movimento CTSA partam de contextos diferentes, estes apresentam pontos de convergência profícuos que favorecem a sua articulação em processos de ensino e aprendizagem.

Na perspectiva da adjetivação à sigla, os autores explicitam ideias diferentes, no entanto, concordam com a convergência entre EA e

CTSA em função da complementariedade que esses campos podem integrar quando articulados no currículo.

Vale destacar que essa proposta de convergência não é unanimidade entre o *corpus* da pesquisa. Necessitando de mais investigação e intervenções que atestem a viabilidade positiva dessa integração. Importante destacar que, dos trabalhos investigados, apenas dois consideraram a proposta como ainda incipiente.

Importante ressaltar que, conforme a definição dos autores sobre a concepção e aplicação do Planejamento, este se torna adequado ao uso no processo de integração entre CTSA e EA, visto que apresenta, conforme a evolução do conceito, consonância com a perspectiva dialógica e participativa presentes nos pressupostos da educação CTSA e da EA, sendo fundamental enquanto lastro operacional das atividades, tornando possível inferir sobre o favorecimento para a efetividade da convergência entre Educação ambiental e os pressuposto CTSA no ensino das ciências.

Dos materiais selecionados, a maioria discorre sobre a associação da EA e CTSA no ensino de ciências do Fundamental. Enquanto apenas dois dos trabalhos aportavam sua pesquisa em componentes do ensino Médio, explicitando a necessidade de investigações dessa articulação nessa modalidade de ensino.

De modo geral, a pesquisa nos conduziu a perceber que a Educação CTSA, em articulação com a EA, enriquece, de forma significativa, as pesquisas e práticas relacionadas a temáticas ambientais e ao Meio Ambiente, sempre que essas discussões facultarem processos de ensino e aprendizagem no entendimento e interpretação da realidade.

REFERÊNCIAS

AULER, Décio. e DELIZOICOV, Demétrio. **Interações entre Ciência-Tecnologia-Sociedade**: Relações Estabelecidas por Professores de Ciências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 4, Bauru. Atas. Bauru: 2003.

AULER, DÉCIO. **Interações entre Ciência-Tecnologia-Sociedade no Contexto da Formação de Professores de Ciências**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BAHIA. **Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia – ProEASE – BA**, Secretaria Estadual da Educação, 2009.

- BAIARDI, A, et al. **Que estado?** Para qual modelo de desenvolvimento? In: BAIARDI, A. & MACEDO FILHA, J. F.A. (org.) Estado Sociedade e Território: abordagens interdisciplinares. Salvador: Quarteto Editora, 2016.
- BAZZO, W. A.; LINSINGEN, I. V.; PEREIRA, L. T. V. (Ed.). **Introdução aos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Madrid: Organização dos Estados Ibero- Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003. (Cadernos de Ibero-América).
- BOFF, Leonardo. **Nova era: a civilização planetária**, 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- BRINKERHOFF, Derick. W. Coordination issues in policy implementation networks: an illustration from Madagascar’s environmental action plan. **World Development**, v. 24, n. 9, p. 1497-1510, 1996.
- Colégio Estadual Francisco Pereira Franco**. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/114843-ee-colegio-estadual-francisco-pereira-franco/sobre>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental e a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CASTELLS, Manuel. **La era de la información**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto 3: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CASTRO, Amélia Domingues de. **Didática para escola de 1º e 2º graus**. 9 ed. São Paulo: Pioneira, 1987.
- CONRADO, D. M.; EL-HANI, C. N.; NUNES-NETO, N. F. Sobre a ética ambiental na formação do biólogo. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA)**, v.30, n.1, p.120–139, 2013.
- CONRADO, D.M. **Questões Sociocientíficas na Educação CTSA: contribuições de um modelo teórico para o letramento científico crítico**. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- COSENZA, A.; MARTINS, I. **Contribuições da abordagem CTS para a Educação Ambiental: Os “lugares” do ambiente na produção científica sobre CTS**. In: EPEA, 6, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto, 2011.
- DAVIDOFF, Paul. Advocacy and pluralism in planning. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 31, n. 4, p. 331-338, 1965.

FARIAS, Carmem Roselaine O.; FREITAS, Denise. **Educação Ambiental e Relações CTS: uma Perspectiva Integradora**. *Revista Ciência & Ensino*, n.1, volume especial, 2007.

FERREIRA, Adriana Ribeiro., LABURU, Carlos Eduardo, **O admirável na Educação Ambiental e no ensino de biologia: o valor à vida é um Summum Bonum?**, X Congresso Internacional sobre Investigación em Didáctica de Las Ciências, Sevilla, p. 3387-3392, ISSN 2174-6486, setembro 2017. Disponível em:
https://ddd.uab.cat/pub/edlc/edlc_a2017nEXTRA/42_O_ADMIRAVEL_NA_ED UCACAO_AMBIENTAL_E_NO_ENSINO_DE_BIOLOGIA.pdf. Acesso em: 28 nov. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, a genealogia e a história**. In: *Microfísica do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GUTIÉRREZ, Francisco.; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 1999.

HART, P. **Environmental Education**. In: Abell, S. K.; Lederman, N. G. *Handbook of research on science education*. New York, 2012.

HEALEY, Patsy. **Collaborative planning: shaping places in fragmented societies**. London: Macmillan, 1997.

HEMPEL, M. **Ecoalfabetización: el conocimiento no es suficiente**. *Gobernar para la sostenibilidad. La situación del mundo 2014*. Barcelona: Icaria editorial, 2014.

HIBBARD, Michael; LURIE, Susan. *Saving land but losing ground: challenges to community planning in the era of participation*. **Journal of Planning Education and Research**, v. 20, n. 2, p.187-195, 2000.

HODSON, D. **Looking to the Future: Building a Curriculum for Social Activism**. Sense Publishers, 2011.

INVERNIZZI, N.; Fraga, L. Estado da arte na educação em Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente no Brasil. *Ciência & Ensino*, v. 1, n. especial, 2007.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n.2, p.233-250, 2005.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 23-40, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **O Planejamento escolar**. 2013. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4452090/mod_resource/content/2/Planejamento%20-%20Lib%C3%A2neo.pdf. Acesso em: nov. 2019.

- LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares. **Educação Ambiental no Brasil: Formação, Identidades e Desafios**. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- LOUREIRO, C. F. B.; LIMA, J. G. S. Educação ambiental e educação científica na perspectiva Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS): pilares para uma educação crítica. **Scientiae**, v. 11, Actan. 1, p. 88-100, 2009.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortês, 2012.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 131-152, 2006
- LUZ, RODRIGO; QUEIROZ, Marcelo Bruno Araujo., PRUDÊNCIO, Christiana. A. V. **CTS ou CTSA: O Que (Não) Dizem as Pesquisas sobre Educação Ambiental e Meio Ambiente?** **Educ. Ci. Tec.**, Florianópolis, v. 12, n. 1 p. 31-54, 2019.
- MARTINS, Isabel.; OLINISKY, Maíra Jansen.; ABREU, Teo Bueno.; SANTOS, Laisa Maria Freire. Contribuições da análise crítica do discurso para uma reflexão sobre questões do campo da educação ambiental: olhares de educadores de ciências. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 3, n. 1, 2008.
- MORAES, Roque. Educação em Ciências: produção de currículos e for-mação de professores. 2. ed. Ijuí-RS: Editora Ijuí, 2006.
- MORAES, Roque.; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2011.
- OLIVEIRA, José Antônio Puppim. Desafios do Planejamento em Políticas Públicas: Diferentes Visões e Práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 273-287, 2006.
- PENA, Rodolfo F. Alves. **"O que é território?"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-territorio.htm>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- PINTO, Sabine Lino.; VERMELHO, Sônia Cristina S. Dias, **Um Panorama do Enfoque CTS no Ensino de Ciências na Educação Básica no Brasil**, XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC de julho de 2017.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.
- RODRIGUES, L. do N. et al. Educação Química no Projeto Escolar "Quixaba": alfabetização científica com enfoque CTSA no ensino fundamental a partir de temas sociocientíficos. **Orbital: The Electronic Journal of Chemistry**, v. 7, n. 1, p. 59-80, 2015.

RUBBA, P. A.; WIESENMYER, R. L. Goals and competencies for precollege STS education: recommendations based upon recent literature in environmental education. *Journal of environmental Education*, v.19, n.4, p.38-44, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 260 p, 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/16391201/Santos-Milton-a-Natureza-Do-Espaco>. Acesso em: 16 jan. 2020.

SANTOS, W. L. P. Contextualização no ensino de ciências por meio de temas CTS em uma perspectiva crítica. **Ciência & Ensino**, v. 1, p. 1-12, 2007.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MORTIMER, Eduardo Fleury. Uma análise de pressupostos teóricos da abordagem C-T-S (Ciência – Tecnologia – Sociedade) no contexto da educação brasileira. **Revista ENSAIO – Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 2, n. 2, 2001.

SANTOS, Wildson.L.P.; MORTIMER, Eduardo.F. Tomada de Decisão para a ação responsável no Ensino de Ciências. **Revista Ciência & Educação**, v.7, n.1, p.95-111, 2001.

SOUZA, D. A.; SILVA, E. M.; PRATA, R.V.; LOPES, J. R. Educação Ambiental no ensino fundamental: a construção de uma proposta curricular a partir da abordagem CTSa. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v.8 n.1 p. 73-89, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

STROBEL, Johannes; Barneveld, Angela Van. When is PBL More Effective? A Meta-synthesis of Meta-analyses Comparing PBL to Conventional Classrooms. **Interdisciplinary Journal of Problem-Based Learning**, v. 3, n. 1, p.44-58, 2009.

SUSSKIND, Lawrence; KRUIKSHANK, Jeffrey. **Breaking the impasse.** New York: Basic Books,1987.

TOMAZELLO, Maria Guiomar Carneiro. **O Movimento Ciência, Tecnologia, Sociedade - Ambiente na Educação em Ciências.** Cascavel – PR. Anais do I Seminário Internacional de (CTS) de 28 a 30 de abril de 2009. UNIOESTE, Cascavel- Paraná.

VASCONCELOS, E. S. de. **Abordagem de questões socioambientais por meio de tema CTS: análise de prática pedagógica no ensino médio de química e proposição de atividades.** 2008, 216 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ZARKRZEWSKI, Sônia Balvedi (Org.). **A Educação Ambiental na Escola: Abordagens Conceituais.** Erechim: Ed. eDIFaPeS, 2003.

Apontamentos sobre os espaços de interação rural-urbana: agricultura urbana no Rio de Janeiro - RJ

Gustavo Bezerra de Brito

INTRODUÇÃO

Atualmente é comum verificar o reconhecimento da agricultura nas cidades ao redor do mundo, em especial nos espaços de interação rural-urbana. Organizações como a FAO/ONU e autores ligados a temas da segurança alimentar, a exemplo de Mougeot (2000), preconizam que a agricultura urbana (AU), especialmente nas últimas décadas, vem contribuindo no sentido de enfrentar e, em alguns casos, resolver diversos desafios do desenvolvimento, sejam aqueles ligados

à pobreza urbana ou à insegurança alimentar. Além disso, a atividade também recebe reconhecimento por seu caráter cultural, distinguindo-a enquanto traço identitário de diferentes grupos sociais.

No espaço urbano, a presença da atividade agrícola é bastante complexa e digna de aprofundamento. Podemos destacar lógicas distintas do que é usualmente imaginado para as grandes cidades, como distintos usos da terra, comercialização de gêneros primários, preservação do ambiente natural e criação de animais. É no ambiente urbano que a atividade agrícola recebe grande destaque, uma vez que participa ativamente da dinâmica urbana e de seus mercados.

É neste sentido que verificamos o rural e o urbano, longe de uma perspectiva dicotômica, existindo em proximidade, com estreito relacionamento em termos de funcionamento dos ecossistemas naturais, das atividades econômicas e em suas organizações sociais, culturais e políticas. É nos espaços de interação rural-urbana que identificamos fluxos de pessoas, mercadorias, serviços, informação e energia que ligam estas duas dimensões do espaço, tão próximas à ciência geográfica.

Não obstante, podemos dizer que, no campo de discussões que envolvem a relação cidade-campo, as temáticas que envolvem os limites entre o rural e o urbano, bem como as atividades que transcorrem nestes espaços apresentam um campo frutífero de debate, mesmo que muitas vezes pareçam ter seu significado diminuído nos debates públicos. Apesar das barreiras, a temática em tela vem sendo promovida em diferentes partes do planeta, em diferentes países, pobres ou ricos. Em muitos destes, as teorizações tocam em temas como sustentabilidades, conservação e manutenção da natureza.

Desta maneira, o objetivo deste trabalho é apresentar apontamentos conceituais e analíticos sobre os espaços de interação rural-urbana no município do Rio de Janeiro. Estes foram realizados a partir da pesquisa de mestrado intitulada “Conflitos socioespaciais nos espaços de interação rural-urbana: o exemplo do bairro de Vargem Grande no Rio de Janeiro/RJ”. Justificamos o trabalho por colocar uma região da cidade em foco: o espaço onde atividades urbanas e rurais se encontram e mantêm relações, ponto central na gestão territorial das cidades.

A metodologia do trabalho inclui revisão de literatura, em especial as discussões que privilegiam a questão cidade-campo e a agricultura

urbana. Neste sentido, são revisitadas as definições de rural e urbano, bem como debatidas as noções que envolvem a agricultura na cidade. Além disso, foram analisados dados secundários dos últimos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), bem como do Instituto Pereira Passos (IPP), em especial o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) da Prefeitura do Rio, de forma a interpretar e clarificar a realidade municipal.

Na primeira parte, discutimos alguns dos aspectos envolvendo as noções de rural e urbano, de forma a construir teoricamente as bases do trabalho em tela. Neste momento, buscamos contribuir para uma leitura relacional no espaço, enxergando as diferentes possibilidades analíticas dos espaços de interação rural-urbana.

Na segunda parte, nosso olhar é direcionado à importância das noções de agricultura urbana (AU), notadamente aquelas que ecoam a diversidade de possibilidades e práticas que a atividade imprime. Ademais, as contribuições se concentram no amadurecimento conceitual que, no mesmo sentido da discussão anterior, constrói a ideia da atividade enquanto possuidora de expressiva relevância social.

A título de conclusão, na última parte realizamos uma análise sobre a realidade do município do Rio de Janeiro no que tange à agricultura desenvolvida nos espaços de interação rural-urbana, destacando o bairro de Vargem Grande como exemplo na leitura de indicadores sobre o uso do solo, a produção agrícola e desenvolvimento social. No fim, são apresentadas considerações finais de forma a recapitular o trabalho e indicar novos direcionamentos para a pesquisa.

ESPAÇOS DE INTERAÇÃO RURAL-URBANA E A HIBRIDEZ NAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE

O debate acerca das relações entre o rural e o urbano na Geografia remete a diferentes momentos na história do pensamento geográfico. A ideia de que estes são ambientes distantes e com realidades distintas, que não se entrecruzam, fez-se presente durante boa parte da história do pensamento geográfico e, em especial, nos estudos desenvolvidos da Geografia Agrária.

Em boa parte destes estudos as distinções entre os dois ambientes eram praticamente dadas, assumidas pelas mais diferentes correntes de pensamento. De tal maneira que os estudos urbanos eram

exclusivamente urbanos e os rurais, na mesma medida, também apresentavam exclusivamente a realidade rural. As teorias propostas também tiveram papel central, com destaque para o desenvolvimento da “geografia regional” nos dois primeiros terços do Século XX, além do desenvolvimento de abordagens nos anos de 1960, que aplicavam princípios positivistas e quantitativos para identificar padrões e leis da organização espacial.

Compartilhamos aqui da inquietação de Araújo (2017), que compreende os termos rural e urbano como “construções sociais, diretamente relacionados com as formas físicas de campo e cidade, respectivamente” (p. 75). Assinalamos que, para a delimitação desses termos, inexistem uma definição oficial, cabendo a cada Estado-nação utilizar critérios que julguem mais oportunos para sua realidade.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o responsável por essa delimitação. Tomando como exemplo o censo demográfico de 2010, são consideradas áreas urbanas as áreas internas do perímetro urbano de uma cidade ou vila, urbanizada ou não, e que esteja definida por uma lei municipal, enquanto que área rural se configura a partir dessa primeira definição, como a área do município externa ao perímetro urbano.

Contudo, essa delimitação apresenta algumas restrições, a saber: 1) a definição dessas áreas acontece de forma arbitrária pelo poder público municipal, que não leva em consideração aspectos geográficos, econômicos e culturais das áreas limítrofes; 2) o limite de atuação dos serviços públicos, tais como limpeza pública, iluminação, transporte público, que não chegam a toda a área pré-estabelecida como urbana, às vezes por questões de falta de infraestrutura adequada para a realização plena desses serviços; e 3) a definição ainda imprópria de rural, quando observada a carência de prestação de serviços em determinada área e que não configura como aspecto ideal ou único para se definir um espaço rural.

A esse respeito, muito nos ajuda a perspectiva de Sposito (2006), notadamente no que tange à construção dos argumentos sobre o que a autora chama de “questão cidade-campo”. Observamos que, na origem das cidades, durante o longo processo da urbanização brasileira, se observam “atributos” que sempre estiveram associados ao espaço urbano. Estes “atributos” são a i) concentração demográfica, 2) diferenciação social e 3) unidade especial.

Segundo a autora, o primeiro destes atributos, concentração demográfica, seria a forma mais usual dos atributos utilizados para

definir o que é a cidade e o que é o campo. Marcada pela concentração em si, uma forma ampla que compreende o adensamento de pessoas, obras, objetos, edificações, acontecimentos, ideias, valores, etc.

Nesta perspectiva, uma vez que se escolhe o adensamento das cidades como referencial único, se estabelecem definições excludentes e simples. Entretanto, enxergamos a urbanização como um processo complexo, que não pode ser reduzido apenas à dimensão populacional, dicotômica por si, sendo o motivo pelo qual esta questão pode ser compreendida por outras óticas.

Por outro lado, a diferenciação social é apontada como um avanço nessa perspectiva. Pautada no estabelecimento da divisão social do trabalho e de relações de poder, a constituição de papéis diferentes – cidades e campo – corresponde, de fato, a papéis díspares desempenhados no âmbito das sociedades, “bem como formas distintas de relações entre as sociedades e os espaços apropriados e transformados por elas” (SPOSITO, 2006, p. 115). Sob essa ótica, o campo e a cidade são contemplados por uma relação de complementaridade, dialeticamente. A autora comenta:

No caso deste atributo, portanto, não é importante distinguir ou diferenciar os dois espaços, mas compreender seus sentidos e papéis, assim como analisar as relações políticas, econômicas e os valores culturais que, em cada espaço-tempo, orientam as articulações entre cidade e campo. (SPOSITO, 2006, p. 116)

Assim, é desta forma que compreendemos a cidade e o campo nos termos de papéis e funções diferentes desempenhadas, que se confundem e se complementam. Estas articulações se dão nas realizações que requerem encontro, especialização de papéis e funções, bem como outras nas funções técnicas e econômicas.

Já no que diz respeito ao último atributo, unidade espacial, Sposito (2006) comenta que a morfologia das cidades já foi mais integrada e sua fisionomia urbana mais definida dos campos que a circundavam. Tendo em vista o momento atual, é mister observarmos uma maior dificuldade de distinguir as formas espaciais da cidade e do campo. Em outras palavras:

Tem se ampliado consideravelmente, a área de transição entre o que se apreende como cidade e o que se compreende como campo, gerando um nível maior de indefinição ou de dificuldade de distinção entre espaços urbanos e rurais. (SPOSITO, 2006, p. 121).

Dessa maneira, a constituição de um contínuo cidade/campo não pressupõe um desaparecimento da cidade e do campo enquanto unidades especiais diferentes, mas aqui argumentamos que as áreas de transição e contato entre estes espaços existem e se caracterizam, notadamente, pelo compartilhamento do uso do solo, de práticas socioespaciais – a agricultura urbana, a ser abordada na próxima seção - e de interesses políticos e econômicos. Logo, são as interações associadas aos mundos urbano e rural que são privilegiadas nesta argumentação.

Aqui fica explícita uma perspectiva multidimensional nestes espaços de interação, de forma que podemos enxergar as diferentes espacialidades presentes na interação sob uma lógica híbrida. Rua (2005), nos dá pistas dessa discussão. Pesquisar as interações urbano-rurais, em que espaços híbridos são gerados como frutos particulares de tais interações, “desafia os pesquisadores a explicarem as relações urbano-rural em situações marcadamente metropolizadas, como ocorre no estado do Rio de Janeiro” (RUA, 2005, p. 46).

Nesta perspectiva relacional do espaço, o rural se inter-relaciona com o urbano sem deixar de ser rural. As práticas sociais são transformadas e não se extinguem. Por conseguinte, as características locais, fortemente influenciadas pelas diferentes verticalidades e horizontalidades, desenvolvem leituras específicas e produzem realidades particulares. Vivências complexas e desiguais nos espaços de interação se diferenciam, dependendo do grau de envolvimento com determinado aspecto da realidade nestes espaços.

A hibridez, então, é essencial para repensar a relação entre o rural e o urbano. Essa concepção auxilia na busca da identidade do rural na contemporaneidade, especialmente por esta abordagem permitir reconhecer a diversidade de redes e fluxos que entrecruzam os espaços de interação rural-urbana. A hibridez que resulta da constituição desses espaços é refletida em diferentes dimensões, seja na paisagem, nas atividades econômicas ou nas práticas culturais, como veremos a seguir.

A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA URBANA

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), atualmente, há aproximadamente 821 milhões pessoas no mundo passando fome (dados de 2017). Segundo o mais

recente levantamento da agência da ONU, a América Latina e o Caribe acompanharam a tendência global, apresentando na região 39,3 milhões de pessoas vendo subalimentadas, valor que representa um crescimento de 400 mil em relação ao ano anterior. Barry et al (1988) (apud Boukharaeva et al., 2011) comentam que alguns dados mostram que mais da metade das pessoas classificadas como “afetadas pela fome” habitam nas cidades.

Isto nos leva a refletir sobre a produção de alimentos nas cidades, realidade que dialoga com as leituras espaciais já citadas, não é exatamente uma novidade nos tempos atuais. Carvalho (2007) afirma que, em todas as partes do mundo, a força da agricultura se encontra na origem da maioria das cidades, e que, a cada período de crise, essa mesma agricultura se revitaliza (p. 1). A atividade, assim, encontra representações de diferentes partes do mundo, sob diferentes configurações.

Esta questão dialoga com o fato de a agricultura urbana e a atividade agrícola, de maneira geral, virem recebendo uma revalorizada atenção, conforme registrado em materiais como “Criar cidades mais verdes”, elaborado pela FAO em 2017. Assim, são desenvolvidas, cada vez mais, políticas de promoção da AU, além de materiais informativos que, e em alguns casos, promovem o desenvolvimento de ONGs e *start-ups* de biotecnologia.

Esta situação foi estabelecida a partir do momento em que o aumento da preocupação com o crescimento das cidades e a pobreza urbanas, que retirou a AU do campo das ações desimportantes. Assim, a urbanização descontrolada e acelerada, que até então determinou o declínio da atividade, é está hoje na origem da renovação do interesse pela AU (2007, p. 35).

Mas, como podemos começar a compreender a agricultura urbana? Uma primeira aproximação pode ser realizada a partir do conceito bastante difundido de AU da Comissão para Agricultura da FAO (1999), onde a AU, e sua diferenciação para Agricultura Periurbana (AP), é definida a partir de sua localização espacial. O texto define Agricultura Urbana como “pequenas superfícies situadas dentro de uma cidade e destinadas à produção de cultivos e criação de pequenos animais para consumo próprio ou para a venda em mercados” (ARRUDA, 2011, p. 25).

Mais especificamente na literatura anglo-saxônica, o trabalho de Chiara Tornaghi (2014) utiliza a definição do Comitê de Agricultura Urbana da Community Food Security Coalition (CFSC). A AU

é definida “como o crescimento, processamento e distribuição de alimentos e outros produtos através do cultivo de plantas e animais nas cidades e seus arredores” (TORNAGHI, 2014 p. 551). Inclui, ainda:

[...] pequenas fazendas urbanas intensivas, produção de alimentos em conjuntos habitacionais, compartilhamento de terras, jardins e colméias no telhado, estufas nas escolas, produção de alimentos em espaços públicos, jardinagem de guerrilha, loteamentos, cultivo de hortaliças em sacadas e janelas e outras iniciativas. (TORNAGHI, 2014, p. 551).

Neste sentido, a compreensão da AU se amplia, verificando a atividade em diferentes espaços dentro e ao redor das cidades, em espaços públicos e privados de produção. A compreensão também amplia o conceito no sentido de entender outras atividades cotidianas como agricultura urbana: iniciativas em sacadas de janelas, jardins nos telhados, em terrenos compartilhados, etc.

Verificamos, assim, que as abordagens sobre AU são agrupadas em torno de duas definições: 1) AU é a produção agrícola das zonas urbanas e periurbanas e 2) a AU engloba conjuntos diversificados de produção agropecuária (vegetal e animal), resultado das atividades de habitantes urbanos.

Isto nos leva a concluir, sobremaneira, que a diversidade caracteriza agricultura urbana, abrangendo um variado campo de práticas. Estas possuem escalas de produção diferentes – mini-hortas, pequenos terrenos, estabelecimentos agropecuários de diferentes tamanhos – e abrange uma série de técnicas de produção. Ademais, a atividade é praticada por diferentes motivos, podendo ser por motivações culturais, ambientais, econômica, etc.

Apesar da grande diversidade, as atividades agrícolas urbanas possuem um denominador comum em todas as definições: um grau elevado de integração com a economia e ambientes urbanos verificamos nos espaços de interação rural-urbana. Percebemos a AU em espaços densamente habitados, próximos dos mercados consumidores, que dependem intensamente de recursos humanos e materiais localizados no espaço urbano.

RIO DE JANEIRO: EXEMPLO DE AGRICULTURA URBANA EM ESPAÇOS DE INTERAÇÃO

Tendo isso em vista, indicamos o município do Rio de Janeiro, situado no estado homônimo (Mapa 1), como possuidor de interessantes exemplos da coexistência da atividade agrícola, mesmo frente à expansão urbana e à especulação imobiliária. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município faz parte da segunda maior região metropolitana do país (RMRJ), bem é como considerado em sua totalidade urbano (IBGE, 2010). Apesar disso, é notório que a agricultura é fundamental em diversas regiões da cidade, desde as mais adensadas àquelas com grandes vazios urbanos.

Mapa 1 – Estado do Estado de Janeiro: Regiões de Governo e Municípios 2019



Fonte: Fundação CEPERJ - Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Mapa das Regiões de Governo e Municípios do Estado do Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br>. Acesso em: 22 dez. 2019.

Ainda sobre o município, é também significativa a existência de uma gama de áreas produtoras por toda a cidade, de contextos diferentes, com características distintas. Estas se

reproduzem em áreas sob linhas de transmissão de energia, em unidades de conservação da natureza (UCs) ou em terrenos privados. Também é comum, no imaginário carioca, a existência de áreas com certa aptidão agrícola na cidade, de tradição produtora de alimentos mais duradoura¹.

Podemos citar o bairro de Vargem Grande – localizado na zona oeste do município - por exemplo, onde, segundo o portal Bairros Cariocas da Prefeitura, apresenta 16% de área urbanizada e 84% de área não urbanizada, sendo o terceiro no ranking dos bairros do município neste quesito, logo atrás de Grumari e Alto da Boa Vista. Apesar disso, o portal da Prefeitura não apresenta nenhum percentual de área agrícola, apesar desta ser uma das principais atividades desenvolvidas no bairro – a Feira da Roça do bairro, por exemplo, acontece todos os domingos.

Tabela 1 – Uso do solo no bairro de Vargem Grande - 2017

Área	Total
Área Urbanizada	16%
Área Não Urbanizada	84%
Zona Agrícola	0%

Fonte: INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/ipp>. Acesso em: 22 nov. 2017.

Podemos identificar a predominância de usos residenciais no bairro – 95% de casas e 5% de apartamentos, estes últimos restringidos pela legislação da região. Ademais, há algumas grandes áreas destinadas ao comércio e indústrias de transformação, bem como grandes trechos de vazios urbanos apresentando vegetação primária, contrastando com áreas urbanas, em especial condomínios de alto padrão e favelas, mais uma vez, tão característicos da urbanização do Rio.

Assim, vale a pena indicar que este comportamento no uso do solo no bairro é um aspecto que merece grande destaque. Este contrasta com o que tem sido a orientação espacial do município do

¹ O conhecido “Sertão Carioca” dos trabalhos de Maurício de Abreu (notadamente o reconhecido “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”, de 2006) ainda é tratado como existente por moradores da cidade, que identificam em partes da Zona Oeste do município espaços privilegiados da produção agrícola municipal.

Rio de Janeiro. Segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), a área destinada à colheita tem diminuído desde a década de 80 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Área plantada ou destinada à colheita (hectares) no município do Rio de Janeiro – 1988/2018

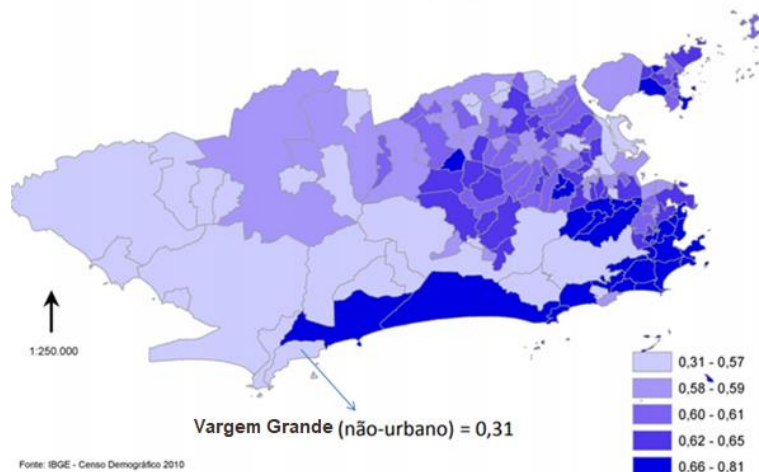


Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM, Censo Agropecuário - IBGE (2019).

Observamos, a partir da leitura do gráfico, que o espaço destinado à produção no Rio de Janeiro vem sendo um dos principais aspectos afetados pelo aumento da densidade e infraestrutura urbana. Destacamos a urbanização fortemente concentrada na Região Metropolitana, notadamente na capital, fator importante para a diminuição da área que, apesar do ritmo mais lento de queda desde 2006, ainda atinge em alto grau a agricultura na cidade.

Na mesma questão, a desigualdade — compreendida enquanto traço significativo das cidades brasileiras — também é refletida na relação de Vargem Grande e bairros próximos, como a Barra da Tijuca. A diferença da renda entre os dois chega a 328%. A Barra tem rendimento médio de R\$ 5.463,66 (IBGE, 2010). Neste sentido, chama a atenção o Índice de Desenvolvimento Social – IDS³, elaborado pelo Instituto Pereira Passos – IPP em 2008. Este estudo sintetiza algumas dimensões para análise e fomento de políticas públicas, de forma a compreender a realidade municipal através de dados quantitativos. Algumas dessas dimensões são conhecimento, recursos monetários, saúde e sobrevivência. O Mapa 2 indica algumas dessas diferenças.

Mapa 2 – Índice de Desenvolvimento Social (IDS) por bairro - 2010



Fonte: Instituto Pereira Passos (IPP), 2019.

A análise do mapa é fortuita e apresenta Vargem Grande numa das últimas colocações no índice – para ser mais exato, a colocação 156ª, dentre 158 bairros do município. Apesar da leitura negativa, a própria Prefeitura, em documento elaborado em 2008, indica que há certas nuances na análise que devem ser pontuadas:

Esses bairros [da XXIVRA – Barra da Tijuca], bem como Guaratiba e Barra de Guaratiba, estavam em franco crescimento (exceção de Grumari) e em transição de situações rurais para urbanas. Esse caráter “rural” fez com que seu IDS fosse puxado para baixo, sobretudo em função dos índices relativos aos serviços de infraestrutura, cujos parâmetros de medição adotados nesse estudo nem sempre são adequados para caracterizar o grau de desenvolvimento ambiental dos seus domicílios. (IPP, 2008, p. 11).

Ou seja, a variação de dados relacionados à infraestrutura urbana - cobertura de esgoto, domicílios com acesso à água tratada, coleta de lixo – tal qual a associação com dados sociais (taxa de analfabetismo, porcentagem de domicílios com rendimento do responsável até 2 SM) fortalece a perspectiva de que esta é uma região onde a urbanização

não é dominante. Ademais, podemos inferir que, acima de tudo, o investimento em urbanização é recente e acelerado.

No bojo desta investigação, há dois apontamentos que podemos destacar: 1) fica marcada a necessidade de elaboração de indicadores mais representativos das diferentes realidades dos bairros do Rio de Janeiro, notadamente os bairros localizados em espaços de interação rural-urbana. A compreensão da totalidade de bairros como totalmente urbanos dificulta a investigação, bem como demonstra a falta de atenção por parte do poder público com esta região da cidade, especificamente. Uma pesquisa mais apurada, por exemplo, pode indicar maior satisfação dos moradores do bairro com outras dimensões da vida cotidiana, como segurança e contato com a natureza

Isto também nos leva a refletir sobre: 2) a utilização de tais índices, que levam em conta a disponibilidade de renda, grau de escolaridade e acesso a saneamento básico, como justificativa para realização de grandes obras de “desenvolvimento urbano” ou massivos investimentos em adensamento populacional, como veremos adiante. De forma a fundamentar o número de aportes a serem alocados para a Região das Vargens, são utilizados índices que possam representar a região como “atrasada” ou ainda “pouco integrada” a malha urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa, podemos traçar, a partir desse momento, breves considerações sobre os resultados obtidos na investigação proposta. De forma a fomentar uma leitura significativa do trabalho, é necessário dizer que os aspectos e as dimensões envolvidas no texto estão longe de abranger toda a amplitude dessa problemática e a profundidade teórica desejada, mas sim tem por pretensão colaborar, ao aproximar e solidificar as bases da em desenvolvimento.

Ademais, verificamos que há uma grande complexidade nas relações espaciais que abrangem as dimensões do urbano e rural. Longe de reduções simplistas, pudemos compreender que a hibridez e o olhar relacional são marcas dos espaços de interação rural-urbana que, em sua multiplicidade de trajetórias e atividades, fortalecem a manutenção da atividade agrícola na cidade.

O município do Rio de Janeiro, por sua vez, possui interessantes exemplos para esta discussão e se configura enquanto um objeto de

estudo tempestivo em tempos de revalorização da agricultura urbana. Vimos que, apesar de enxergada enquanto uma atividade residual por parte do poder público, a agricultura ainda é uma atividade pujante e que envolve uma série de sujeitos que cumprem um papel significativo na metrópole fluminense.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Joé Silvan Borborema. **Formação do espaço periurbano de Campina Grande-PB, Brasil:** modificações no uso do solo e suas complementariedades rural/urbanas. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro:** sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias. 2011. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BOUKHARAEVA, Louiza, CHIANCA, Gustavo, MARLOIE, Marcel. Agricultura Urbana como fenômeno universal. In: CARVALHO, Sonia,; KNAUSS, Paulo (org.). **Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual.** Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007. p. 11-30.

CARVALHO, René Louis. **A dimensão econômica da agricultura urbana.** In: CARVALHO, Sonia.; KNAUSS, Paulo (org.). **Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual.** Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

Fundação CEPERJ - Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. **Mapa das Regiões de Governo e Municípios do Estado do Rio de Janeiro.** 2019. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br>. Acesso em 22 dez. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000:** resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010:** resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/ipp>. Acesso em: 22 nov. 2018.

MOUGEOT, Luc J. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: BAKKER, M.; DUBBELING, M.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Org.). **Growing Cities Growing Food:** urban agriculture on the policy agenda: DSE, Feldafing, Germany. 2000. p. 1-42.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**. v. 2, n. 02, p. 45-65, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão.; WHITACKER, Arthur Magon. (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

TORNAGHI, Chiara. Critical geography of urban agriculture. **Progress in Human Geography**. v. 38, n. 4, p. 551–567, 2014.

Influência do turismo nas recentes dinâmicas espaciais da Região Metropolitana de Salvador: A notoriedade de Mata de São João

Mariana de Oliveira Santana
Maina Pirajá Silva
Dante Giudice Severo
Silvana Sá de Carvalho

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, conforme apontam diversos estudos e os relatórios do Ministério do Turismo, o turismo vem crescendo de maneira exponencial no Brasil, sobretudo na região Nordeste, por causa de suas potencialidades paisagísticas. Porém esse crescimento, que está atrelado a projetos e programas de desenvolvimento federais, estaduais e municipais (Programa de Aceleração do Crescimento; Programa de Desenvolvimento do Turismo; Programa de Regionalização do Turismo; Programa de Acessibilidade Aérea, Terrestre Marítima e Fluvial; Programa Estadual de Gerenciamento

Costeiro e outros), ocasiona transformações aceleradas e profundas, tanto em termos espaciais, como em termos sociais, demográficos, culturais, econômicos e ambientais. Com ênfase, de acordo com Cruz (2002), esta é uma das atividades econômicas modernas que mais “consome” espaços.

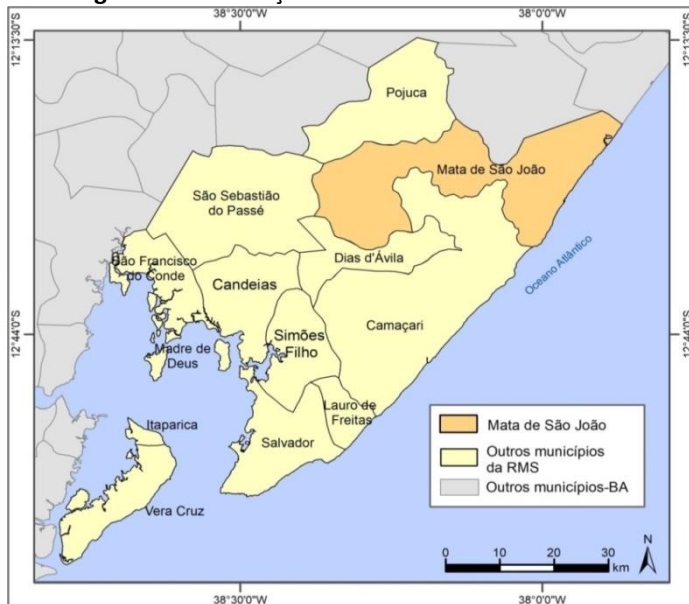
Conseqüentemente, os fluxos de capitais e pessoas geram implicações no que diz respeito à produção de espaços que são pensados para atender às necessidades dos visitantes, especificamente localidades onde a principal fonte de renda advém da atividade turística. Assim, o turismo produz novas conformações geográficas, desterritorializando e expropriando, para dar lugar às segundas residências, os resorts, pousadas, hotéis, restaurantes e demais equipamentos turísticos.

Nesse sentido, a produção de espaços por meio dessa atividade, enquanto alternativa de desenvolvimento, pode ser evidenciada em todo o litoral da Região Metropolitana de Salvador e, sobretudo, em Mata de São João, município que mais vem sofrendo transformações socioespaciais na região, inclusive em áreas de preservação ambiental. Segundo o Observatório de Turismo da Bahia, em 2011, Mata de São João foi o terceiro município baiano a receber o maior fluxo internacional de turistas. A proximidade com a capital Salvador, atrelada à infraestrutura existente, são fatores que contribuem para esse dado (BAHIA, 2011).

Diante deste contexto, o objetivo central desta pesquisa foi analisar como ocorreu a produção do espaço da borda atlântica da Região Metropolitana de Salvador (RMS) tendo como enfoque o turismo, estudando o caso do município de Mata de São João (Figura 1), em uma análise temporal e espacial.

Com finalidade de sistematizar a pesquisa, o presente artigo foi dividido em seis seções: além da introdução (primeira seção), a segunda traz os aspectos conceituais que norteiam o trabalho; a terceira descreve a metodologia; a quarta descreve e pondera os processos, agentes e práticas espaciais que ocorreram no litoral da Região Metropolitana de Salvador; a quinta seção traz uma análise da produção do espaço através das atividades turísticas em Mata de São João; e, por fim, a sexta seção finaliza com algumas considerações acerca do estudo.

Figura 1 – Localização de Mata de São João na RMS



Fonte: Os autores.

ASPECTOS CONCEITUAIS PARA COMPREENSÃO DO ESPAÇO E DO TURISMO

No que tange aos aspectos que fundamentam a pesquisa, dois conceitos-chave se destacam: espaço e turismo, uma vez que estes contribuem para explicar a produção do espaço por meio das atividades turísticas no litoral da Região Metropolitana de Salvador, sobretudo, no litoral de Mata de São João.

Em relação ao conceito de espaço geográfico, Santos (1978, p. 122) considera-o como o “[...] conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”.

O espaço é mutável e está em constante transformação. Essas mudanças são humanamente intencionais e se dão em um determinado tempo. É o produto de relações sociais que, ao longo dos anos, pode ter tanto sua forma como sua função modificada. É um campo de forças cuja aceleração é desigual e sua produção não se faz

de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS 1978). Ainda, segundo esse autor, o espaço é:

Algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 46).

Outro autor que merece destaque no entendimento do espaço é Corrêa (2000, p. 36), que destaca que o espaço é produzido por diferentes agentes. Vale ressaltar que a produção do espaço, por esses agentes, está condicionada às relações de trabalho.

A configuração da Geografia como mundo circundante decorre do fato de que a existência humana é garantida pelo trabalho dos homens. Pelo seu trabalho, os homens transformam a natureza em objetos para consumo e para lhes aumentar a sua capacidade de trabalho. A natureza fornece o material, que o trabalho do homem transformará nos objetos com os quais satisfará a suas necessidades variadas. (MOREIRA, 1985, p. 68).

Por conseguinte, o turismo, que é outro conceito fundamental da pesquisa, é um forte indutor da produção do espaço. Essa prática exerce forças em determinada área e a transforma, a fim de atender aos seus objetivos. Assim, enquanto o espaço é produto das atividades humanas, o turismo é uma das atividades que contribui para a conformação desse espaço.

De acordo com Coriolano (2001, p. 29), o turismo é uma “[...] forma mais elitizada de lazer, uma modalidade do uso do tempo livre que exige viagens, deslocamentos [e ainda] é, para alguns, um modo de vida e uma dinâmica social”.

No entanto, conforme estudou Fonteles (2004, p. 87), “[...] embora comecem a se organizar em meados do século XIX, só a partir de 1950 os serviços turísticos se consolidam como fenômeno bastante significativo”.

Outros autores também se empenharam na conceituação deste fenômeno. De La Torre (1992, p. 19 apud FONTELES, 2004, p. 81), por exemplo, examina o turismo como um deslocamento voluntário e temporário de pessoas por motivos que geralmente giram em torno do

lazer. O turista, nesse tempo e lugar, não exerce atividades remuneradas.

Assim, para a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo é:

Uma atividade humana intencional que envolve deslocamento temporário de pessoas, onde o indivíduo permanece por mais de 24 horas e menos de 1 ano fora do local de sua residência, para a realização de qualquer atividade e satisfação de qualquer necessidade, sem intenção de lucro e se utiliza de meios de transporte, hospedagem e alimentação, dentre outros. (OMT, 2001, não paginado).

Então, na concepção da OMT, é necessário hospedar-se para ser considerado turista, ou seja, um indivíduo que realiza uma migração pendular para uma cidade que se encontra a cerca de 80 km de seu ponto de origem e ali realiza atividades turísticas e contribui para a economia daquele local, mas retorna no mesmo dia, não é considerado turista.

Porém, para esta pesquisa, o turismo é considerado uma atividade humana que constrói e altera tanto o espaço em que se estabelece quanto a dinâmica da vida social da população que vive nesses lugares, acarretando, por vezes, impactos econômicos, demográficos e ambientais de ordem positiva e negativa. Nessa atividade, o turista é o indivíduo humano que alimenta essa cadeia de consumo e reprodução do espaço.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Do ponto de vista metodológico, o trabalho foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa, baseando-se nos métodos de procedimentos analítico-descritivo e histórico, utilizando como base as discussões sobre a produção do espaço geográfico através do turismo, em um estudo de caso em Mata de São João. Para a execução da pesquisa, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

- Levantamentos bibliográficos — artigos, livros, dissertações e teses. A investigação foi realizada utilizando palavras-chave, como: produção do espaço geográfico; uso e ocupação do solo no Litoral Norte do Estado da Bahia; Região Metropolitana de

Salvador; turismo; e Mata de São João. Este levantamento levou a pré-seleção de mais de 90 documentos.

- Leitura e fichamento dos documentos pré-selecionados.
- Coleta de dados, para diferentes períodos, no *site* do Ministério do Turismo, referentes ao número de unidades de hospedagem, tipos de hospedagens, localização dos empreendimentos, etc.
- Levantamento de dados demográficos da área de estudo no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Levantamento de imagens de satélites temporais no Google Earth Pro.
- Observação semiestruturada in loco simples em Mata de São João, visando corroborar as informações mencionadas anteriormente e obter outras informações relevantes para a pesquisa.
- Agrupamentos e construção de um banco de dados.
- Análise crítica dos dados coletados.
- Construção de gráficos, tabelas e mapas de análise que permitem representar e sintetizar os resultados da pesquisa.
- Redação do artigo.

O LITORAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: PROCESSOS, AGENTES E PRÁTICAS ESPACIAIS

Historicamente, o processo de expansão urbana no país ocorreu de maneira rápida e concentrada na faixa litorânea, sobretudo em algumas cidades como Salvador, que foi capital do Brasil. Em 1872, por exemplo, Salvador concentrava 129.109 habitantes, ficando apenas atrás do Rio de Janeiro, segundo o IBGE (2010d).

Porém, essa população estava concentrada no centro da cidade, ou seja, em direção oeste, sobretudo próximo às bordas da Baía de Todos-os-Santos. Por outro lado, na faixa litorânea atlântica, a expansão de Salvador sempre esteve ligada ao veraneio (turismo), ou seja, na construção de segundas residências (uso ocasional). Ressalta-se que isso também ocorreu na ilha de Itaparica, principalmente após a implantação do *ferry boat*, em 1970.

Diante desse contexto, Silva, Silva e Carvalho, em sua obra intitulada “Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-Bahia” e de sua região de influência”, de 2009, adaptaram

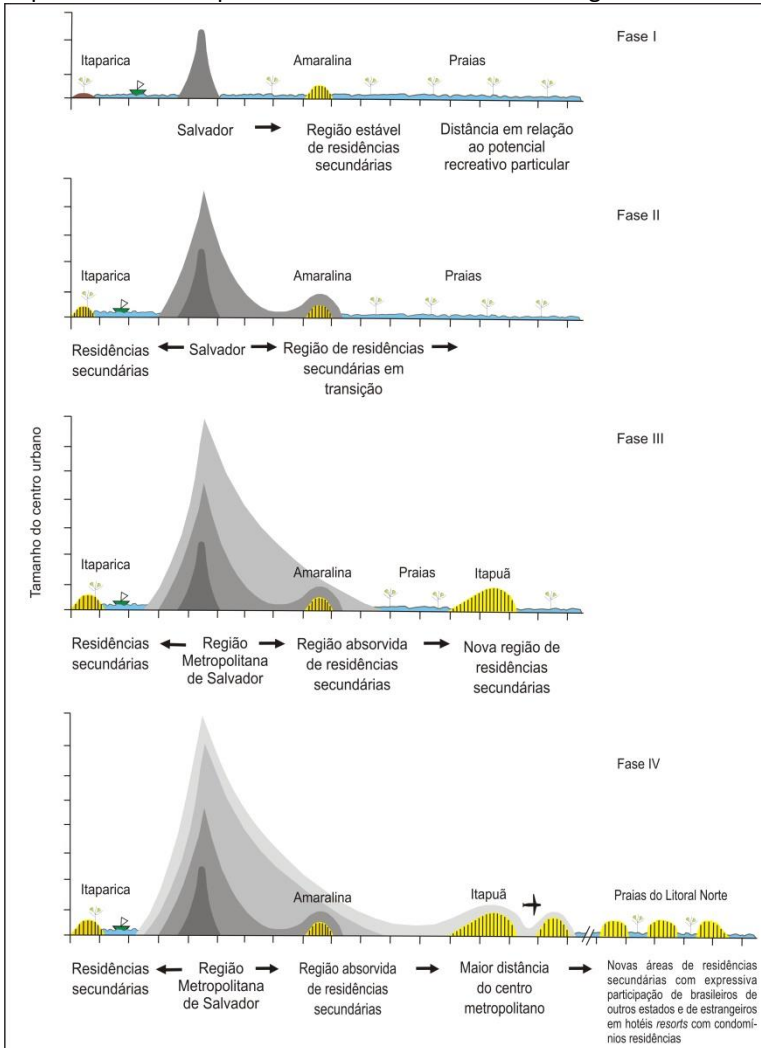
um modelo criado por Lundgren, em 1974, no Canadá, que destacava as transformações ocorridas nas relações espaciais entre as residências secundárias e metrópoles. Nesta adaptação, os autores trabalharam com Salvador e encontraram quatro fases importantes de mudanças espaciais envolvendo essa relação. O modelo pode ser evidenciado na Figura 2.

Assim, analisando o modelo e de acordo com suas apreciações, Silva, Silva e Carvalho (2009, p. 11-12) identificaram que, nas fases I, II e III, a mancha urbana de Salvador, concentrada no centro da cidade, começou a expandir-se no litoral. Isso por causa da implantação, em 1897, das linhas de bonde. Em 1920, começaram a ser criados loteamentos de segundas residências no Rio Vermelho e Amaralina. Após a construção da estrada Amaralina-Itapuã, em 1949, a ocupação litorânea foi avançando em direção norte, as antigas residências secundárias passaram a ser primárias, e outras novas residências secundárias vão surgindo até Itapuã. Na década de 1970, já em Lauro de Freitas, município limítrofe a Salvador, alguns loteamentos como Vilas do Atlântico eram principalmente voltados a esse tipo de ocupação, porém, com o dinamismo de Salvador e Camaçari, a expansão urbana de Salvador abrange Lauro de Freitas (Fase IV), processo conhecido como conurbação.

Por outro lado, as áreas do Litoral Norte do Estado mantiveram-se pouco acessíveis até meados do século XX, pela falta de rodovias. Seu acesso se dava, principalmente, por meio de balsa pelo rio Pojuca.

Havia, em Mata de São João, pequenos núcleos de pescadores, mas as mudanças ocupacionais mais significativas são observadas com as famílias do empreendedor Sigisfred Sigismundo Schindler, do coronel Otacílio Nunes de Souza e de Garcia D'Ávila, que concentravam grandes extensões de terras na região e exerciam atividades extrativistas e de pecuária extensiva (coco e gado). Além desses, a Construtora Norberto Odebrecht também se caracteriza como grande latifundiária, pois, em uma negociação com o governo do Estado, adquiriu cerca de 1.700 ha de terras em Mata de São João e Entre Rios (FARIA, 2013).

Figura 2 – Modelo modificado e ampliado de Lundgren para a expansão urbana e para residências secundárias na região de Salvador



Fonte: Silva, Silva e Carvalho (2009, p. 13).

Nesse período, ainda ocorreu a abertura da exploração de petróleo nessa região, e, com sua posterior decadência, na década de 1970, foram introduzidas as culturas de pinheiro e eucalipto (FARIA, 2013).

Com a construção da rodovia BA-099 (Estrada do Coco), na década de 1970, que vai de Salvador até Praia do Forte, em Mata de São João, e mais tarde com sua ampliação na década de 1990 (Linha Verde), ligando o Estado da Bahia (trecho Praia do Forte a Mangue Seco) ao Estado de Sergipe, possibilitou e influenciou a ocupação do litoral metropolitano e norte do Estado. Com isto, o potencial turístico e imobiliário logo foi estimulado, tornando-se um importante vetor de expansão do Estado da Bahia.

A partir da implementação desta rodovia, tornou-se favorável para que a classe média alta de Salvador iniciasse o processo de produção desse espaço através das segundas residências, como pode ser observado na fase IV do modelo anteriormente mencionado.

Ressaltam-se, ainda, os projetos Tamar, criado em 1980, e o Instituto Baleia Jubarte, instituído em 1988, ambos localizados na Praia do Forte, que funcionam como atrativos turísticos ecológicos para essa área.

Assim, o crescimento dos empreendimentos turísticos e residenciais tem provocado mudanças na estrutura econômica e ocupacional do território, com ênfase, nas imagens das Figuras 3 e 4 podem ser observadas e comparadas essas transformações espaciais.

Figura 3 – “Vila” da Praia do Forte, Mata de São João/BA – 1975



Fonte: Fotos antigas de Salvador (1975).

Na esteira desse processo, destaca-se o Estado por ser um importante agente produtor do espaço, principalmente no que tange às instalações de infraestruturas e de políticas públicas, estabelecendo acordos com bancos de desenvolvimento regional, editando e criando

leis, isentando de impostos os empresários e se manifestando através de suas superintendências e secretarias. Desta forma, o Estado cria relações de interesses com os investidores e, por conseguinte, possibilita a atração de novos capitais, sobretudo o privado. Além dele, estão os próprios turistas, o mercado e as empresas do segmento turístico (SILVA, 2012).

Figura 4 – “Vila” da Praia do Forte, Mata de São João/BA - 2017



Fonte: Turisforte ([2017]).

O mercado seria o responsável por gerir e coordenar a sazonalidade turística, bem como o uso dos lugares, ou seja, o grau de importância e investimento que se dá a um determinado lugar em um determinado tempo, conseqüentemente, isso influencia nos preços e na seleção de turista que esse lugar pode receber.

Em relação às empresas, estas constroem hospedagens, instalam serviços como lojas, restaurantes, mercados, etc., e são as responsáveis, também, por interagir e exigir do poder público infraestruturas para atender suas necessidades. É importante destacar que, no município de Mata de São João, o principal capital de investimento em hospedagens é o estrangeiro (BAHIA, 2015).

Aqui, cabe retomar e analisar como as práticas espaciais são importantes para compreender o processo de ocupação e organização do litoral da RMS, especificamente Mata de São João. Segundo Corrêa (2000, p. 36), as práticas espaciais são “um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais”. São classificadas em: seletividade espacial,

fragmentação espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora.

A seletividade espacial, de acordo com o autor, compreende os atributos, características e aspectos que são julgados interessantes por um indivíduo (ou grupo de indivíduos) de acordo com os seus objetivos. O litoral da RMS, por exemplo, dispõe de atributos naturais que apresentam forte potencialidade para que fosse implementado o turismo, bem como a infraestrutura necessária para estabelecer essa atividade (proximidade com a capital, aeroporto, rodovia, etc.).

Com relação à fragmentação, esta consiste nos espaços que são construídos por diferentes agentes, em diferentes perspectivas, o que gera as fragmentações espaciais. No município em análise, observa-se os condomínios fechados (enclaves) e os resorts, que contribuem para tornar essa fragmentação ainda mais perceptível, enquanto que a população mais carente habita casas mais simples e distantes do núcleo turístico e dos equipamentos urbanos (Figura 5).

Figura 5 – Imagem de satélite de Praia do Forte, Mata de São João/BA – 2019



Fonte: Google Earth (2019); Booking.com ([2019]).

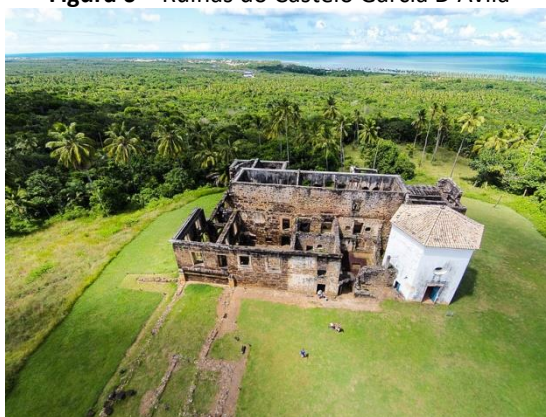
A questão da antecipação espacial é observada quando alguns grupos e empresários, antes mesmo da instalação da rodovia, compraram grandes porções de terra a valores muito baixos, com a perspectiva futura de arrecadação, como o caso da Odebrecht (FARIA, 2013).

Na análise das práticas espaciais, tem-se a marginalização, que ganha um viés interessante na análise do turismo. Consiste no valor dado a um determinado lugar e esse valor pode variar ao longo do tempo. Acontece que razões de ordem política e econômica, principalmente, podem alterar a importância desse lugar e, assim, marginalizá-lo. Enquanto que a reprodução da região produtora irá guiar o modo como, nesse caso o turismo, se perpetue em Mata de São João. Isso pode acontecer através dos incentivos fiscais, políticas de desenvolvimento para o turismo e manutenção dos espaços públicos (CORRÊA, 2000).

AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS POR MEIO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS EM MATA DE SÃO JOÃO

A ocupação de Mata de São João por não nativos começou a partir de 1549, quando o fidalgo português Garcia D'Ávila chegou à Bahia junto com a comitiva do primeiro governador-geral Tomé de Souza. Garcia D'Ávila construiu, em 1551, a fortaleza Casa da Torre (Castelo Garcia D'Ávila — primeira fortificação portuguesa militar e residencial do Brasil) no ponto mais alto do litoral baiano, na enseada de Tatuapara, hoje Praia do Forte (área urbana isolada – AUI). Estrategicamente instalada, a fortaleza teve grande importância na defesa do Estado (IBGE, [2019]; TURISFORTE, [2019]). As ruínas do Castelo podem ser evidenciadas na Figura 6.

Figura 6 – Ruínas do Castelo Garcia D'Ávila

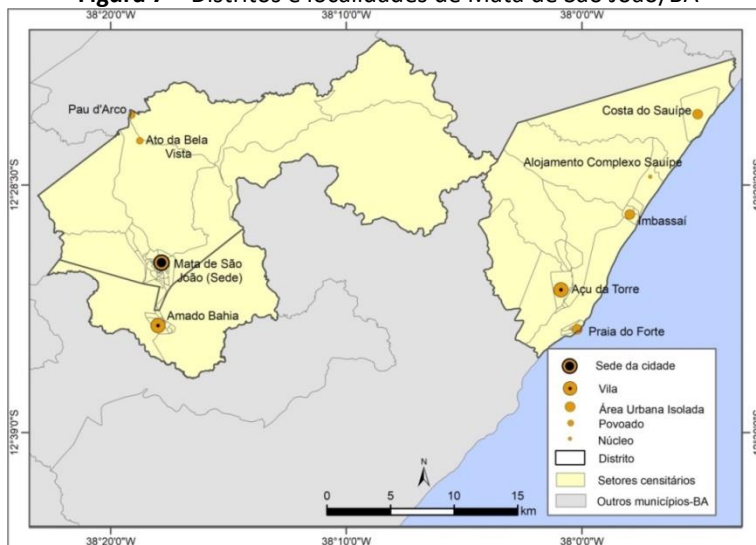


Fonte: Foto de Celso Comarela.

Um povoado foi criado próximo à fortaleza, estabelecido por famílias que foram atraídas pelo cultivo de coco. Uma colônia de pescadores também foi constituída no local. Em 1846, o povoado foi elevado à categoria de vila (IBGE, [2019]).

Hoje, o município é dividido em três distritos — Mata de São João (sede), Amado Bahia e Açú da Torre (Figura 7) —, abrange uma área de 605,210 km² e sua população era de 46.014 mil habitantes em 2018 (IBGE, [2019]).

Figura 7 – Distritos e localidades de Mata de São João/BA



Fonte: Os autores, com base nos dados do IBGE ([2010a]).

Em relação às atividades turísticas em Mata de São João, após a construção da BA-099, anteriormente mencionada, diversos empreendimentos começaram a ser construídos. Estes iniciaram, sobretudo, por meio do empresário Klaus Peter, que comprou, na década de 1970, uma porção de terra onde hoje está a Praia do Forte, localizada bem próxima à vila de Açú da Torre.

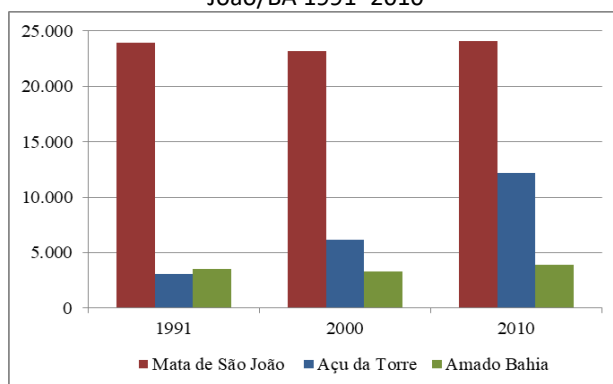
Em 1979, Praia do Forte começou a ser loteada e várias construções foram erguidas, sobretudo ligadas ao turismo. Estas eram regidas pelo Plano Diretor da Praia do Forte, conforme apontam os estudos de Faria (2013, p. 201). A autora ressalta o impedimento de construir nessa área, por se tratar de Área de Proteção Ambiental (APA)

que contém muitas dunas, lagoas, manguezais, enfim, um ecossistema rico e ao mesmo tempo frágil.

Em 1981, o primeiro grande empreendimento hoteleiro do município é implantado em Praia do Forte, o Tivoli Ecoresort Praia do Forte, uma construção de luxo que se localiza de frente para o mar.

No distrito de Açú da Torre, onde se encontram os maiores empreendimentos turísticos e residenciais, o período em que a atividade turística teve maior intensidade, década de 1990, teve também maior crescimento populacional, o que pode ser evidenciado na Figura 8. Assim, entre os anos de 1991 a 2000, a população do distrito dobrou, passando de 3.040 para 6.142 habitantes, e, no período de 2000 a 2010, ocorreu o mesmo processo, passando para 12.207 habitantes.

Figura 8 – População por distritos do município de Mata de São João/BA 1991–2010



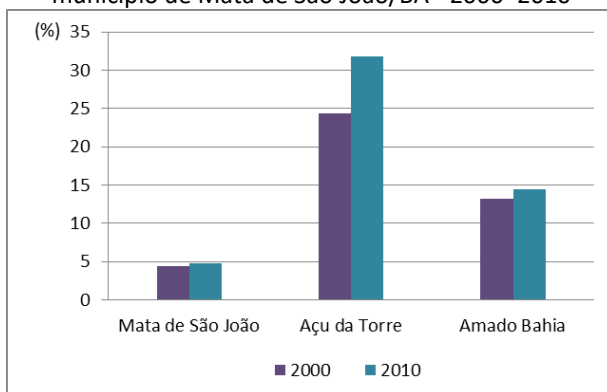
Fonte: Os autores, com base em IBGE ([2010c]).

Isso ocorreu porque migrantes do próprio município e de outras áreas do Estado foram trabalhar nesses grandes empreendimentos turísticos. Em 2017, por exemplo, o número de pessoal empregado nas unidades de hospedagem em Mata de São João correspondia a 5.888 postos de trabalho. Atendiam 61.355 mil turistas do fluxo internacional e aproximadamente 229.000 mil da demanda doméstica. Ressalta-se que, em Mata de São João, 39% de sua população não é natural do município (IBGE, 2010d).

Além disso, o número de segundas residências (domicílios ocasionais) também cresceu nesses distritos. Em Açú da Torre, o

aumento foi de 8% entre os anos 2000 e 2010 (Figura 9). No último ano citado, a porcentagem desses municípios abrange 32% do total.

Figura 9 – Domicílios não ocupados de uso ocasional por distritos do município de Mata de São João/BA - 2000–2010



Fonte: Os autores, com base em IBGE ([2010b]).

Outro evento que merece destaque na configuração espacial do recorte de estudo é o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (PRODETUR-NE), grande fomentador do desenvolvimento e crescimento no litoral do município. A primeira etapa do programa foi iniciada em 1994 e concluída em 2002. Desse período, a principal obra foi a ampliação da BA-099.

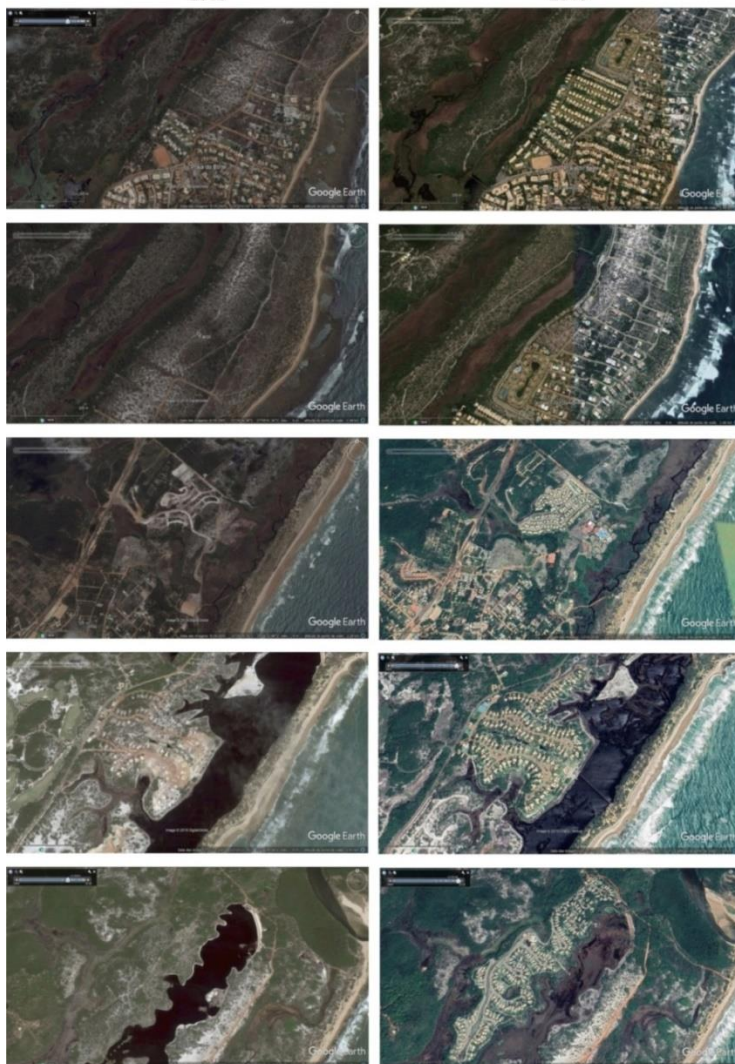
No entanto, foi na segunda fase do programa, período de 2005 a 2019, que Mata de São João foi beneficiado com os investimentos. Nessa etapa, a Bahia criou 11 polos turísticos com o objetivo de melhor distribuir os recursos. O município em estudo faz parte do polo Costa dos Coqueiros. Destaca-se que:

A implantação deste programa foi decisiva para a atração de investidores estrangeiros e aumento do fluxo turístico. Esta realidade pode ser observada ao longo do litoral da Bahia, onde a atividade turística foi alavancada por grandes transformações na infraestrutura instalada em diversas localidades, permitindo, assim, a implantação de grandes empreendimentos hoteleiros. (QUEIROZ, 2016, p. 66).

Por conseguinte, nas imagens de satélites apresentadas na Figura 10 pode ser evidenciada a dimensão do acelerado crescimento do uso

e ocupação do solo de trechos na zona litoral matense, entre 2005 e 2018, bem como na Figura 11, que apresenta as grandes áreas ocupadas por resorts instalados no local.

Figura 10 – Imagens de satélite evidenciando o crescimento de trechos do litoral de Mata de São João/BA - 2005/2018



Fonte: Google (2019).

Figura 11 – Imagens de satélite dos resorts em Açú da Torre, Mata de São João/BA - 2019



Fonte: Google (2005; 2018).

Por outro lado, na Figura 12, podem ser observadas outras grandes áreas ainda não ocupadas no litoral por estarem em área de preservação ambiental, mas que já estão sendo demarcadas para futuras construções.

Figura 12 – Imagens de satélite de áreas não ocupadas em Açú da Torre, Mata de São João/BA - 2019



Fonte: Google (2019).

Em relação ao número desses empreendimentos, a Tabela 1 apresenta o crescimento da instalação de hotéis, pousadas e *resorts* em Mata de São João ao longo dos anos¹, especialmente na última década do século passado:

Tabela 1 - Unidades de hospedagem em Mata de São João por períodos

Ano	Unidades
1981 – 1989	3
1990 – 1999	23
2000 – 2009	21
2010 – 2018	11
Sem informações	22

Fonte: Os autores, com base nos dados de Brasil (2019) e trabalho de campo.

Já a Figura 13 mostra em que classes de hospedagem estão distribuídas a rede hoteleira. São 48 pousadas, 9 resorts, 7 flats/apart-hotéis e 6 hotéis, e a Figura 14 demonstra a distribuição espacial dessas unidades de hospedagem.

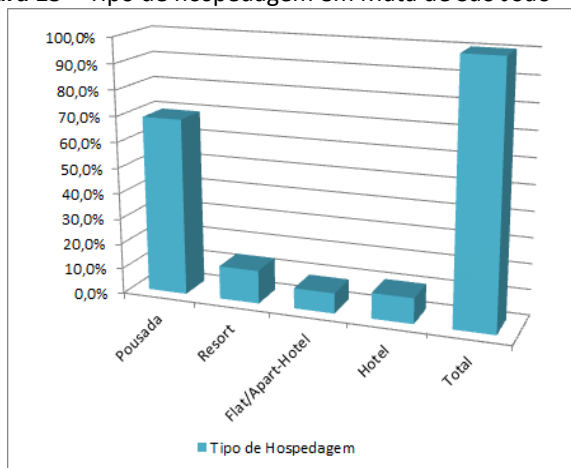
É possível perceber que, nos períodos analisados, houve um *boom* na construção de unidades de hospedagem na faixa litorânea de Mata de São João, inclusive de grandes empreendimentos como os *resorts*. Grupos espanhóis (donos dos *resorts* Iberostar e do Gran Palladium), tailandeses (como os donos do *resort* Tivoli Ecoresort Praia do Forte), portugueses, estadunidenses, etc., mas também brasileiros (como o grupo Goiás, donos do Complexo Sauípe) são destaques na configuração espacial turística do litoral matense. Além disso, ressaltam-se os enclaves fortificados horizontais e de uso ocasional que estão sendo construídos em grande número e área, são casas de alto padrão de luxo e renda, próximos aos *resorts*, os chamados condor-resorts.

Porém, na segunda última década analisada, apesar de o número de empreendimentos ainda ser alto, ele é mais tímido do que os outros períodos analisados. Isso ocorre, principalmente, devido à instabilidade

¹ Os dados de 2019 são do primeiro trimestre do ano. Os dados foram extraídos do *site* do Ministério do Turismo e de pesquisa complementar realizada em observações *in loco*. Além disso, foi utilizada a ferramenta Google Earth Pro.

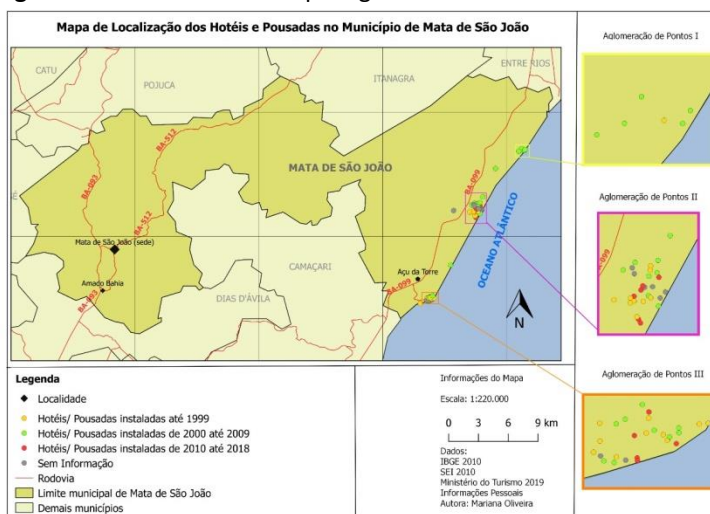
político-econômica que o país vem apresentando, bem como a conjuntura econômica mundial.

Figura 13 – Tipo de hospedagem em Mata de São João - 2019



Fonte: Os autores, com base nos dados de Brasil (2019) e trabalho de campo.

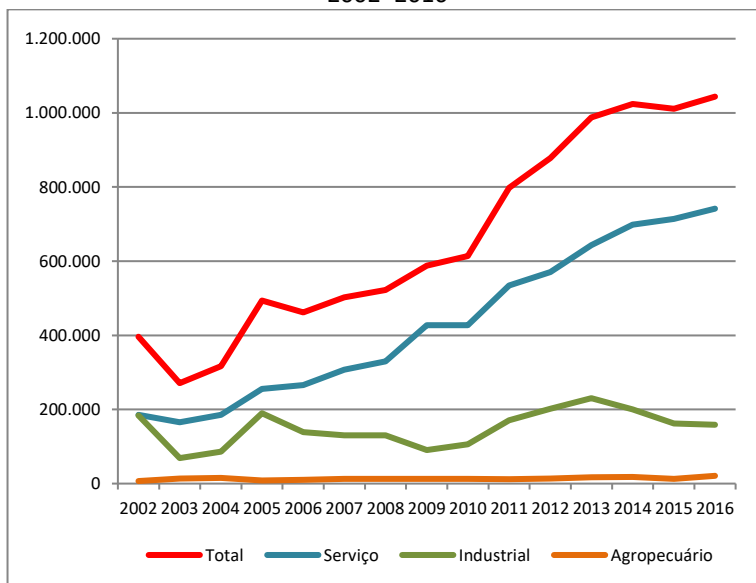
Figura 14 – Unidades de Hospedagem em Mata de São João - 2019.1



Fonte: Os autores, com base nos dados de Brasil (2019) e trabalho de campo.

Como ênfase dessa análise, a Figura 15 apresenta o PIB total e por setores de atividades em Mata de São João, no período de 2002 a 2016. Analisando a figura, nota-se o crescimento do PIB total e de serviços em detrimento aos outros setores, reflexo dessas atividades turísticas no município.

Figura 15 – PIB total e por setores de atividade em Mata de São João - 2002–2016



Fonte: Os autores, com base nos dados do IBGE ([2016]).

No trabalho de campo, pôde-se perceber também que o turismo em Mata de São João está exclusivamente localizado no litoral, no distrito de Açú da Torre, principalmente nas localidades Praia do Forte, Imbassaí e Sauípe. Não foram identificadas unidades de hospedagem no distrito Amado Bahia e na sede municipal, que é onde está a mais expressiva população.

Outro aspecto notável é o turismo homogêneo que foi instalado no município em questão, pois está voltado para o mercado nacional e internacional de turistas que podem pagar mais, uma elite econômica. Isso é observável nos altos valores das diárias, sobretudo dos resorts, onde chegam a custar R\$ 1.000,00 a diária de um quarto para casal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as análises realizadas, observou-se nesse estudo que o turismo é a principal atividade econômica do município de Mata de São João e o grande impulsionador de produção do espaço. Essas mudanças foram visivelmente percebidas por meio de imagens de satélites e confirmadas nos dados sobre empreendimentos hoteleiros.

Esses empreendimentos em Açú da Torre (Praia do Forte, Imbassaí e Sauípe) - hotéis, resorts, pousadas, residências de uso ocasional, etc. - têm seu período de instalação a partir do momento em que o Estado forneceu condições de acesso à região, ou seja, a construção da BA-099, principalmente em sua segunda etapa. Assim, o ano de instalação do primeiro resort e meio de hospedagem que se tem conhecimento da região, ocorreu, justamente, no período pós-construção da rodovia, iniciando, com isso, um grande fluxo de investimento de capital, turistas, instalações de instrumentos turísticos, e, conseqüentemente, produzindo um novo espaço no município.

Nesse sentido, ressaltam-se os agentes analisados nesse estudo: a esfera pública — Estado e o município; e os agentes privados — grandes proprietários de terras, como Klaus Peter e o capital construtor representado por grandes grupos nacionais, mas, especialmente, do setor internacional (Portugal e Espanha).

Por fim, é relevante destacar que o turismo é seletivo, isso se justifica nos elevados valores de diárias, principalmente nos resorts, que são os grandes consumidores do espaço matense. Além disso, apesar de não ter sido tratado na pesquisa, ressalta-se, ainda, a alta perda ambiental com o adensamento nessas áreas de proteção ambiental.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Observatório de Turismo da Bahia**. Mercados Emissores. Salvador, 2011. Disponível em: <http://observatorio.turismo.ba.gov.br/indicadores/mercados-emissores/>. Acesso em: 5 jun. 2019.

BAHIA. **Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos – SUINVEST**. Listagem de Investimentos Privados Previstos. Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/arquivos/File/investimentosprivadosprevistos04052015.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BRASIL. **Ministério do Turismo**. Prestadores de serviços turísticos/CADASTUR. Brasília, 2019. Disponível em: <http://dados.turismo.gov.br/cadastur>. Acesso em: 3 abr. 2019.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de; COSTA, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 15-47, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ELITE RESORTS. **Tivoli Ecoresort Praia do Forte**. [Imagem]. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://eliteresorts.com.br/>. Acesso em: 4 maio 2019.

FARIA, Gabriella Almeida de. **Natureza, apropriação e resistência: contradições na dinâmica de ocupação territorial da zona litorânea de Mata de São João – Bahia**. 2013. 280 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

FOTOS ANTIGAS DE SALVADOR. **A vila da Praia do Forte em 1975**. Salvador, 1975. Facebook: Fotos Antigas de Salvador. Disponível em: <https://www.facebook.com/FotosAntigasDeSalvador/photos/pcb.714338578590620/714337821924029/?type=3&theater>. Acesso em: 2 jul. 2019.

GOOGLE. **Google Earth Pro**. [Localização de imagens]. [S.l.], [2005].

GOOGLE. **Google Earth Pro**. [Localização de imagens]. [S.l.], [2018].

GOOGLE. **Google Earth Pro**. [Localização de imagens]. [S.l.], [2019].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2010). **Estrutura territorial**. Distritos e localidades. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2010b). SIDRA. **Domicílios particulares permanentes**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1310>. Acesso em: 2 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2010c) SIDRA. **População residente**. Rio de Janeiro, [2010c]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202>. Acesso em: 2 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2010). **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 20 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2016). Contas Nacionais. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>. Acesso em: 10 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2019). **Cidades@**. Mata de São João. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/mata-de-sao-joao/panorama>. Acesso em: 3 abr. 2019.

MOREIRA, R. **O que é geografia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Disponível em: <http://www2.unwto.org>. Acesso em 4 abr. 2019.

QUEIROZ, Renan Lopes de. **As implicações dos investimentos do PRODETUR no processo de produção do espaço em Imbassaí (Mata De São João-BA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. O turismo e a produção do espaço: perfil geográfico de uma prática socioespacial. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n. 2, 47-63, 2012.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara Christine Marie Nentwig; CARVALHO, Silvana Sá de. Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-Bahia e de sua região de influência. **Observatório de Inovação do Turismo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, 1-15, 2009.

TURISFORTE. (2017). **Mata de São João**. Salvador. Disponível em: <http://praia.doforte.org.br/>. Acesso em: 5 maio 2019.

TURISFORTE. (2019). **Mata de São João**. Salvador. Disponível em: <http://praia.doforte.org.br/>. Acesso em: 5 maio 2019

Vazios urbanos e escorpionismo: uma combinação perigosa

Priscila Tamie Fernandes Barbosa
Sonia Lúcia Modesto Zampieron

INTRODUÇÃO

O mundo tem dado mostra, cada vez mais contundente, de que o crescimento populacional continua sendo um dos grandes desafios a serem enfrentados neste início de século, já que, atualmente, a população humana tem aumentado na ordem de um bilhão de habitantes por década.

O papel do planejamento urbano é fundamental para o provimento dos anseios atuais, assim como das necessidades das gerações futuras. Tal planejamento baseia-se, na maioria das vezes, na concepção, pelo planejador, da cidade ideal. Desta forma, surgem problemas urbanísticos por vezes decorrentes da falta de conexão entre a cidade idealizada pelo planejador e a efetivamente realizada pela sociedade, além de fatores mercadológicos inerentes à dinâmica

urbana, os quais devem ser resolvidos posteriormente pela gestão urbana, em geral, por meio de ações pontuais (TARNOWSKI, 2007).

Diante deste cenário, observa-se que o processo de urbanização, quando não realizado com o devido planejamento, dá margem ao crescimento desordenado e à desconexão entre o planejamento e a realidade urbana, provoca a formação de espaços residuais e áreas vagas, com consequências positivas e negativas para a cidade, influenciando, assim, na sua dinâmica (TARNOWSKI, 2007).

Vazios urbanos, áreas vagas, terrenos baldios, espaços vazios, espaços em desuso, ou seja, áreas edificadas em estado de abandono (CRUZ, et al, 1995) se transformam, muitas vezes, em espaços degradados, com problemas fundiário, social, ambiental e de saúde pública. Um vazio urbano não é necessariamente um foco de problema para a cidade, mas as condicionantes da área e seu entorno podem definir o papel do vazio urbano, de acordo com a percepção dos indivíduos que frequentam as proximidades, ou seja, está intimamente ligada à questão cultural e social da população local.

Nos centros urbanos e periferias, esses vazios, principalmente aqueles sem qualquer construção, acabam servindo de depósitos de lixo temporários ou permanentes, gerando problemas de zoonoses bastante graves (TORO, 2018). Esses vazios facilitam o refúgio e a procriação de roedores, animais peçonhentos, tais como os escorpiões e de vetores, ocasionando problemas de grande relevância para a saúde pública.

Os acidentes com animais peçonhentos têm aumentado significativamente nos últimos anos em todo o mundo e, ainda nos dias de hoje, constitui um problema de saúde pública para países em desenvolvimento, dada a incidência, gravidade e as sequelas deixadas pós picada escorpiônica. Esta picada é o quadro de envenenamento provocado pela inoculação de veneno através de aparelho inoculador (ferrão ou télson) de escorpiões (BRASIL, 2009).

O escorpião é um animal quelicerado, pertencente ao Filo Arthropoda (*arthro*: articuladas/*podos*: pés), classe Arachnida, e ordem Scorpiones. Possui uma notória capacidade evolutiva e adaptativa, permitindo uma ampla expansão geográfica, habitando quase todos os continentes, com exceção da Antártica, podendo ser encontrado em todas as latitudes, nos desertos, savanas, cerrados, florestas temperadas e tropicais (RODRIGUES, 2011).

Vivíparos e carnívoros alimentam-se de insetos, aranhas, pequenos vertebrados e o canibalismo pode ocorrer em decorrência da

competição pelo espaço, estando sujeitos a parasitoses como vírus, riquetsias, fungos, ácaros, dentre outros. Seus predadores são camundongos, quatis, macacos, sapos, lagartos, galinhas, seriemas, algumas aranhas, formigas, escolopendras, além de outros, mas seu maior inimigo é o homem.

A fauna escorpiônica brasileira é representada por quatro famílias: Bothriuridae, Chactidae, Liochelidae e Buthidae, sendo esta última a maior e a mais amplamente distribuída, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Além de ser, também, a mais importante família do ponto de vista epidemiológico, pois a ela pertencem as 25 espécies consideradas perigosas para o homem (CANDIDO, 2012).

De interesse médico no Brasil, os escorpiões pertencentes ao gênero *Tityus*, representam três das principais espécies responsáveis por envenenamento em humanos, podendo esse envenenamento ser grave e até mesmo fatal. Essas espécies são encontradas nas regiões Sul, Sudeste, Centro-oeste e Nordeste do Brasil sendo elas: *Tityusbahiensis* (escorpião marrom), *T. serrulatus* (escorpião amarelo) e *T. stigmurus* (BRASIL, 2009).

Assim como em outros locais do mundo, o acidente por escorpiões no Brasil é considerado de grande relevância, e a presença e proliferação do animal em áreas ocupadas pelo homem deve ser rigorosamente controlada, pelo fato de ser peçonhento e sua picada poder provocar a morte de seres humanos e de animais domésticos (RODRIGUES, 2011).

A principal justificativa do medo que os escorpiões inspiram é o fato de serem peçonhentos, isto é, de produzirem uma substância tóxica, ou seja, possuem glândulas de veneno que se comunicam com dentes, ferrões, ou agulhões, estruturas por onde o veneno é injetado (CANDIDO, 2012). Sua picada pode ocasionar um quadro de envenenamento humano, cuja gravidade e evolução podem variar amplamente, havendo casos de morte ou de sequelas temporárias (SILVA et al., 2017). No entanto, nem todas as espécies são nocivas ao homem (RODRIGUES, 2011).

Com o surgimento das chuvas, aumenta o risco de acidentes com esses animais. Os períodos de chuva em Minas Gerais ocorrem comumente nos meses de dezembro a abril, ou seja, no primeiro trimestre do ano, período em que têm sido registrados os maiores índices de acidentes escorpiônicos (SILVA et al., 2015).

O objetivo deste trabalho foi analisar o crescimento, nos últimos doze anos, no número de notificações de acidentes envolvendo

humanos e os escorpiões no estado de Minas Gerais e, principalmente, no município de Passos/MG. Esse aumento é atribuído a diversos fatores como: falta de planejamento urbano, crescimento desordenado, espaços vazios espalhados pelas cidades, desmatamentos, alterações climáticas ocorridas ao longo dos anos e a desatenção da população local com relação à limpeza urbana, onde entulhos de construção civil e lixo urbano são jogados diariamente nos terrenos baldios espalhados pelas cidades. Todos esses fatores certamente têm participação no incremento da incidência desses animais, ocasionando sérios problemas de saúde pública.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A metodologia utilizada para este estudo baseou-se num levantamento retrospectivo das notificações sobre acidentes com escorpiões em Minas Gerais e, especialmente, no município de Passos- MG, abordando os anos de 2007 a 2019, no sítio DATASUS e departamento de zoonoses do município, de onde foram extraídas as informações a respeito do número de notificações registradas nos sistemas até a presente data.

De acordo com o Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), os escorpiões são os responsáveis por quase a metade das notificações registradas no órgão, quando comparados com serpentes e aracnídeos.

Aliado à coleta destes dados, buscou-se traçar um paralelo entre a dinâmica dos avanços urbanísticos da cidade a partir da década de 1960, com as possíveis causas do aumento significativo no registro destes artrópodes nesta região em décadas posteriores, advindos principalmente da abertura de importantes avenidas em locais anteriormente inundados, o que demandou a drenagem de corpos d'água presentes nas áreas urbanas. Para isso foram utilizados documentos locais, tais como acervos bibliográficos dos antigos administradores municipais e das instituições criadas a partir de então (PARREIRA, 2009), como é o caso do Sistema Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, um divisor de águas na história urbanística da cidade e criado somente na década de 1960.

Ressalta-se ainda que, em nível federal, somente a partir de 1990 iniciou-se uma preocupação do Ministério da Saúde (1990) (MS) em sistematizar a aplicação dos recursos para apoiar os municípios na implantação e implementação de Unidades de Zoonoses integradas ao

Sistema único de Saúde (SUS), o que só se concretizou em Passos-MG no ano de 1991, com a criação do Conselho Municipal de Saúde (1991).

Posteriormente, com a organização estrutural do Departamento Municipal de Zoonose é que se iniciam os registros sistematizados das ocorrências de acidentes com animais peçonhentos, o que justifica somente a partir de 2007 haver as notificações para o caso de acidentes envolvendo escorpiões, sendo disponibilizados em sites específicos, como o DATASUS.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Passos é um município localizado no sudoeste de Minas Gerais (Figura 1), mesorregião do Sul e Sudoeste do estado. Possui clima tropical com temperatura média anual de 20,9° C e conta hoje com, aproximadamente, 114.679 mil habitantes (IBGE, 2017).

Figura 1—Localização da cidade de Passos no Estado de Minas Gerais

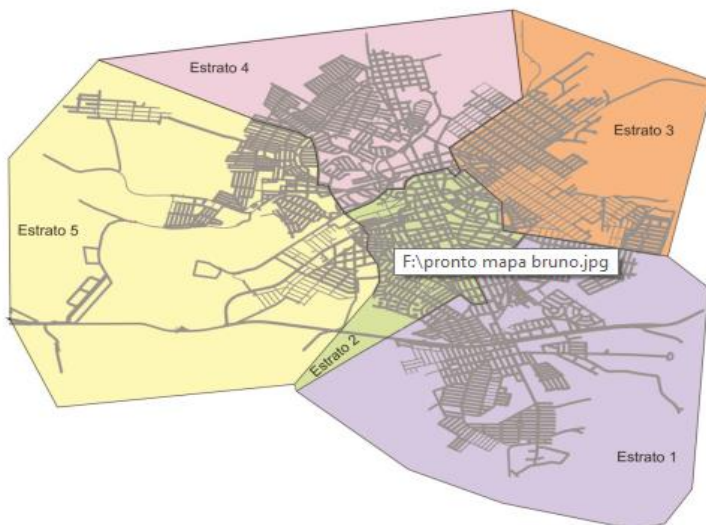


Fonte: Imagem Google (2019).

Um estudo realizado no município entre os anos de 2014 e 2015 registrou que, nos 43 bairros distribuídos pela cidade, todos apresentaram incidentes envolvendo escorpiões. Os bairros foram distribuídos em 5 extratos, cada qual abrangendo uma parcela dos bairros municipais com imóveis residenciais, prédios, estabelecimentos comerciais e terrenos baldios, e os resultados apontaram que, no

período abordado, houve 285 notificações envolvendo acidentes com escorpiões (SIAN, 2019) (Figura 2).

Figura 2 –Localização dos extratos na cidade de Passos



Fonte: Departamento de Zoonoses e Departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Passos/MG.

Segundo a Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, entre os municípios do Sul de Minas, a cidade de Passos está em primeiro lugar no ranking de notificações de acidentes registrados com este artropode (EPTV, 2019).

A espécie *Tityus serrulatus*, escorpião amarelo, é a que possui o veneno mais potente e que está melhor adaptada à vida domiciliar urbana, sendo resistente aos produtos químicos disponíveis para o seu controle (SILVA, et al, 2017) (Figura 3). Reproduz-se por partenogênese, o que significa que só existem fêmeas, e que todo indivíduo adulto pode se reproduzir sem a necessidade de acasalamento, facilitando sua dispersão, pois a espécie se instala e prolifera com muita rapidez (BARBOSA, 2012).

Figura 3 –Aspecto geral de um escorpião da espécie *T. serrulatus*



Fonte: Disponível em:

<http://www.santainesrs.com.br/index.php/noticias/401-escorpiao-amarelo-volta-a-aparecer-na-capital-2>. Acesso em: 21 mai. 2019.

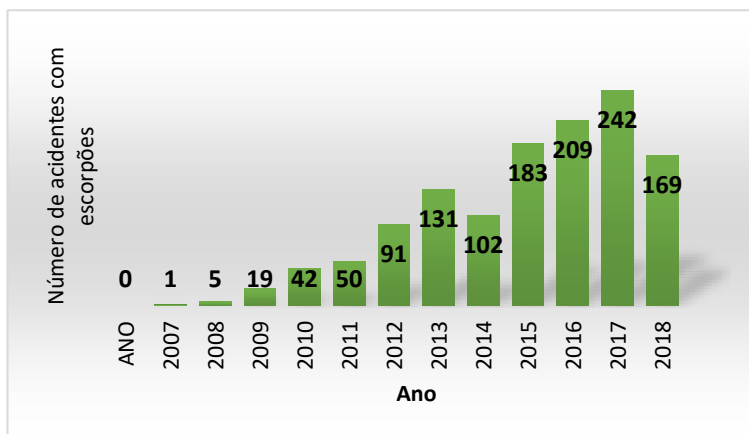
Nos últimos doze anos, Passos registrou 1.424 casos de acidentes com estes animais peçonhentos, conforme demonstrado na Tabela 1 e Figura 4.

Tabela 1–Acidentes por animais peçonhentos– Passos, MG - (2007/20019)

ANO	Número de Notificações
2007	1
2008	5
2009	19
2010	42
2011	50
2012	91
2013	131
2014	102
2015	183
2016	209
2017	242
2018	169
2019	180
TOTAL	1.424

Fonte: Superintendência Regional de Saúde de Passos (2019). Elaborado pelas autoras.

Figura 4–Registro do número de acidentes notificados entre 2007 e 2019, no município de Passos-MG



Fonte: Superintendência Regional de Saúde de Passos (2019). Elaborado pelas autoras.

Como pode ser observado, é notório o aumento no número de notificações a cada ano, o que, certamente, estaria relacionado aos avanços urbanísticos, na maioria das vezes sem planejamento, decorrente do aumento da população local.

O aumento da população de escorpiões acontece, em sua maioria, próximo às construções urbanas, proximidade de áreas verdes, fruto de constantes desmatamentos, locais com precárias condições de higiene e saneamento básico, situação encontrada principalmente em bairros de periferia. Isto facilita a disseminação destes artrópodes em grandes aglomerados urbanos, tornando a população vulnerável aos ataques, principalmente crianças, donas de casa e trabalhadores de construção civil, além de outros trabalhadores braçais (TORO, 2018).

Afinal, o habitat natural modificado pelas ações antrópicas causa um rompimento na cadeia alimentar destes organismos, reduzindo-as, na medida em que destrói seus abrigos que, para se protegerem, acabam entrando nos denominados espaços vazios.

No entanto, é importante ressaltar que, até 1960, a cidade de Passos-MG carecia de um sistema de captação e distribuição de água que garantisse a qualidade de água de abastecimento, o que somente ocorreu com a instalação do Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), em 1960. Com a chegada do SAAE foi possível às

administrações municipais posteriores alavancarem vários projetos urbanísticos, dentre os quais a abertura de importantes avenidas, tais como a Avenida Arlindo Figueiredo, a Avenida Comendador Avelino Maia e a Avenida Arouca. Esta última situada na região central da cidade, compreendendo uma área, cuja posição geográfica está associada a uma extensa área anteriormente pantanosa, o que rendia à região o apelido de “rua do sapo” (PARREIRA, 2009).

A urbanização desta área central e a criação da avenida Arouca, mais especificamente, contou com a canalização dos corpos d’água antes alixistentes, a qual recebia a drenagem de toda a região. Desta forma houve a necessidade de utilização de quantidade considerável de pedras para aterrar toda a área pantanosa, proporcionando esconderijos preferenciais destes animais peçonhentos- os escorpiões. Nos anos subseqüentes, com o avanço urbanístico da cidade foram construídos vários edifícios que valorizaram esta região central da cidade, e, como consequência, seus moradores ainda sofrem com o aparecimento recorrente destes animais em suas residências.

Ainda hoje, a região central de Passos tem se mostrado a área de maior número de registros da presença destes organismos, fruto de falta de planejamento urbanístico de longas datas. Talvez isto explique o fato de Passos ter sido, recentemente, apontado como o município com maior número de registro envolvendo estes artrópodes.

Numa escala maior, o levantamento realizado no Sistema de Tecnologia de Informação a Serviço do SUS – DATASUS (2019), nos anos entre 2007 e 2019, ou seja, nestes últimos doze anos, foram registrados somente no Estado de Minas Gerais, 239.279 casos de acidentes com escorpiões, tendo havido uma intensificação destes ataques nos dois anos subseqüentes, vindo a apresentar uma queda neste último ano.

Assim, no ano de 2017 foram notificados 27.940 acidentes, representando um aumento superior a 6 mil nos registros, quando comparado ao ano anterior (21.397 casos) e chegando a 36.591 casos em 2018. Contudo, é notória a queda no número destas notificações para o estado em 2019, tendo sido notificados 27.283 casos, retornando aos patamares de 2017, conforme ilustra a Tabela 2.

Tabela 2–Panorama geral do número de notificações de acidentes envolvendo Escorpiões no Estado de Minas Gerais, entre 2007 e 2019

Acidentes com escorpiões no Estado de Minas Gerais (2007 a 2019)	
ANO	Número de Notificações
2007	8.351
2008	9.692
2009	12.862
2010	12.015
2011	13.204
2012	14.168
2013	16.954
2014	18.983
2015	19.839
2016	21.397
2017	27.940
2018	36.591
2019	27.283
TOTAL	239.279

Fonte: DATASSUS – tabnetdatassus, elaborada pelos autores.

Uma possível explicação para esta queda no número de notificações entre 2018 e 2019 no estado de Minas Gerais seria a intensificação no combate ao mosquito da dengue (*Aedes Aegypti*), uma vez que tem havido maior conscientização da população quanto aos cuidados com os resíduos sólidos, principalmente os entulhos residenciais, já que tais procedimentos reduzem, por exemplo, o foco de baratas, alimento preferencial destes animais.

Como pode ser observado na tabela acima, tanto em nível de estado, quanto em nível municipal, houve uma crescente nos ataques destes organismos, entre os anos de 2007 e 2018, o que pode ser explicado, dentre outros fatores, ao aumento populacional nestas áreas, o que está intimamente associado à necessidade de mais construções, mais áreas agricultáveis, o que, em última análise, está intimamente associado ao aumento nos desmatamentos e consequente destruição de habitats de inúmeros organismos, provocando rompimento e redução de cadeias alimentares.

No entanto, na região do Sul de Minas, nos anos de 2018 a 2019, segundo o Ministério da Saúde de Minas Gerais, foram identificados

1.495 casos de ataques com escorpiões em 2018, e 1.563 casos no ano de 2019. Com relação à cidade de Passos, neste mesmo período, registrou-se 169 e 180 casos, respectivamente, demonstrando que, apesar de no estado como um todo ter havido esta redução, na região Sul, especificamente, não aconteceu.

Esse aumento de ataques, nesta região, está relacionado também ao aumento de oferta de terrenos vazios voltados para a construção, permitindo que mais entulho e lixo sejam acumulados no entorno do município, expandindo para mais longe do centro os problemas envolvendo zoonoses. Aliado a isso, os períodos chuvosos, que vão dos meses de outubro a abril, períodos quente e úmido, favorecem a reprodução desses indivíduos, aumento na oferta de presas, devido ao acúmulo de resíduos espalhados pela cidade, o que promove o aparecimento de baratas, seu alimento preferido. Outro fator agravante é o crescente desmatamento do Cerrado, seu habitat natural.

PROFILAXIA

Diante do cenário supra configurado, no qual os espaços vazios urbanos servem de abrigo a diversos animais peçonhentos ou não, o que, por consequência, acaba trazendo prejuízo à saúde da população, medidas profiláticas são necessárias para assegurar o equilíbrio do meio ambiente versus saúde populacional.

De acordo com Ministério da Saúde (2016), a conscientização da população é necessária tanto para a prevenção de acidentes quanto para a redução de danos causados pós-acidentes. Dessa maneira, o desenvolvimento de atividades de educação em saúde é de absoluta importância. Deve-se alertar a população para evitar o acúmulo de resíduos e de inservíveis, bem como manter galerias pluviais e de esgotos livres de resíduos e lixo. Ou seja, o acúmulo de lixo e de inservíveis possibilita a proliferação de baratas e outros insetos, que constituem os principais alimentos para escorpiões em meio urbano, favorecendo sua proliferação e instalação.

Ainda, de acordo com o órgão supracitado, a inspeção zoossanitária deve ser feita em situações nas quais há necessidade de avaliar o risco de transmissão de zoonoses ou de ocorrência de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos de relevância para a saúde pública, podendo ser desencadeada mediante

denúncia prévia ou espontânea, quando houver suspeita de risco à saúde coletiva.

As atividades da inspeção zoossanitária podem ou não compor o programa de vigilância, prevenção e controle de doenças ou acidentes causados por animais e devem ser realizadas por meio de vistorias, em locais públicos ou privados, com presença do animal ou situação ambiental que possa oferecer risco referente à sua presença no local. Tal procedimento visa avaliar as condições higiênico-sanitárias, orientar as pessoas do local sobre as medidas a serem adotadas, bem como definir as ações necessárias para minimizar riscos, incluindo medidas de controle de população de animais e obediência às normatizações vigentes. Cabe, ainda, à população manter limpos os quintais e jardins das residências, não acumular folhas secas e lixo domiciliar, evitando criar um ambiente favorável à proliferação desses animais.

Todas as notificações, em Passos, são feitas via Unidade de Pronto Atendimento (UPA), cabendo à vigilância sanitária, de posse da notificação, buscar medidas cabíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), os escorpiões são os responsáveis por quase a metade das notificações registradas no órgão, quando comparados com serpentes e aracnídeos.

A espécie *Tityusserrulatus* (escorpião amarelo) é a que possui o veneno mais potente e que está melhor adaptada à vida domiciliar urbana, sendo resistente aos produtos químicos disponíveis para o seu controle e responsável por ataque a humanos.

A falta de planejamento urbano no município de Passos-MG, principalmente no centro da cidade, onde houve aterramento de área pantanosa em meados de 1960, pode ser um dos fatores que propiciam, até os dias atuais, o aparecimento desses artrópodes na região.

É de suma importância que se estabeleçam medidas profiláticas a fim de conscientizar a população, medidas como evitar o acúmulo de resíduos e de inservíveis, bem como manter galerias pluviais e de esgotos livres de resíduos e lixo, pois este acúmulo possibilita a proliferação de baratas e outros insetos, que constituem os principais

alimentos para escorpiões em meio urbano, favorecendo sua proliferação e instalação.

Nota-se que a falta de planejamento urbano, assim como os vazios urbanos, mais do que uma questão urbanística, constituem um problema social, econômico e ambiental.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos ao Departamento de Zoonoses e ao Departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Passos/MG.

À Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Acadêmica de Passos/MG.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A.D; MAGALHAES. D.F; SILVA, J.A; SILVA, X; CARDOSO, M.F.E.C; MENESES, J. N. C; CUNHA, M. C. M. Caracterização dos acidentes escorpiônicos em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2005 a 2009. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro. v.28, n.9, p.1785-1789, 2012.

BOARETTO, A. E. A evolução da população mundial, da oferta de alimentos e das ciências agrárias. **Revista Ceres**. v.6, n.4, p. 513-526, 2009.

BRASIL, Conselho Municipal de Saúde. **Lei nº 1768, de 8 de julho de 1991**. Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências, 1991.

BRASIL, Fundação Ezequiel Dias Guia de Bolço. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Animais Peçonhentos**. Edição comemorativa do sesquicentenário de Vital Brasil Mineiro da Campanha. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.vitalbrasil.rj.gov.br/arquivos/guia-bolso-funed.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL, **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts.182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10257.htm#:~:text=LEI%20N%C3%A7%C3%A3o%20de%20JULHO%20de%202001.&text=Regulamenta%20os%20arts%20da%20urbana%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.&text=tratam%20os%20arts%20e%20183%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal,aplicado%20o%20previsto%20nesta%20Lei. Acesso em: 19 mai. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**. Brasília. Ministério da Saúde 2016. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_c_ontrol_e_zoonoses.pdf.. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação**. 2019. Disponível em: <https://portalsinan.saude.gov.br>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de Vigilância Prevenção e Controle de Zoonoses**. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **Acidente por animais peçonhentos – notificações registradas no sistema de informação de agravos de notificação – Minas Gerais**. Brasília: DATASUS, 2019. Disponível: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/animaisbr.def>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de Controle de Escorpiões**. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde. 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_controle_escorpioes.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

Brasil. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)**. 2019

BRASIL. Superintendência Regional de Saúde de Passos. **Acidentes por animais peçonhentos no período de 2007 a 2019**. Departamento de saúde. Passos, 2019.

CANDIDO. D.M. **Instituto Butantan alerta para acidentes com escorpiões em áreas urbanas**. Governo do estado de são Paulo. 2012. Disponível em: <https://netnature.wordpress.com/2014/03/31/evolucao-de-escorpioes-e-as-especies-encontradas-no-brasil/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CRUZ, E.F.S; YASSUDA, C.R; JIM, J; BARRAVIERA, B. Programa de controle de surto de ESCORPIÃO *Tityus serrulatus*, Lutz e Mello 1922, no município de Aparecida, Sp (Scorpiones, Buthidae). **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. v.28, n.2, p.123-128,1995.

DATASUS Tecnologia da Informação a Serviço do SUS.
Disponível:<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinannet/cnv/animaisbr.def>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

DILIGENTI, M.P.; DIAS, M.A.M.; TEODORO, I. A produção social do espaço/tempo e os vazios urbanos: o caso do assentamento 20 de novembro em Porto Alegre. **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v.15, n.2, p.340-355, 2016.

EPTV. Número de acidentes com escorpiões em Passos sobe e chega a 180 em 2019, Passos, 16, dez,2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2019/12/16/numero-de-acidentes-com-escorpioes-em-passos-sobe-e-chega-a-180-em-2019.ghtml>. Acesso em: 01 jan. 2020.

GUIMARÃES, B. T. **Distribuição Espacial e Temporal de Acidentes Escorpiônicos na cidade de Passos – MG. 2016**. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas) - Universidade do Estado de Minas Gerais, 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Passos MG. Base de dados por municípios das Regiões Demográficas Imediatas e Intermediárias do Brasil. Wikiwand.2017. Disponível em: [https://www.wikiwand.com/pt/Passos_\(Minas_Gerais\)](https://www.wikiwand.com/pt/Passos_(Minas_Gerais)). Acesso em: 19 mai. 2019.

LELI, I.T.; ZAPAROLI, F.C.M.; SANTOS, V.C.; OLIVEIRA, M.; REIS, F.A.G.V. Estudos ambientais para cemitérios: indicadores, áreas de influência e impactos ambientais. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 30, n. 1, p. 45-54, 2012.

OLSON, S. **A história da humanidade**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003, p. 312.

PAREJA, J.M.D; GUERRA, F.F; VIEIRA, S.R; TEIXEIRA, K.M.D. A produção do espaço e sua relação no processo de saúde – doença familiar. **Rev. Saúde Soc**. São Paulo, v.25, n.1, p.133-144, 2016.

PARREIRA, C. A. A. **História da Nossa Gente**. Edição Especial/150 Anos de Passos-MG. Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais. p. 84, 2009.

RODRIGUES, A.C.V. **Análise dos Espaços considerados vazios urbanos na cidade de Guarabira - PB**. 2011. Monografia. (Licenciatura Plena em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, 2011.

SILVA, A.M; BERNARDE, P.S; ABREU, L.C. Acidentes com animais peçonhentos no Brasil por sexo e idade. **Journal of Human Growth and Development**, v.25, n.1,p.54-62, 2015.

SILVA, P. L. N; COSTA, A.A; DAMASCENO, R.F; OLIVEIRA NETA, A.I; FERREIRA, I.R; FONSECA, A.D.G. Perfil Epidemiológico dos acidentes por animais

peçonhentos notificados no Estado de Minas Gerais durante o período de 2010-2015. **Revista SUSTINERE**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.199-217, 2017.

TARNOWSKI. C. M. L. **Percepção da Paisagem**: Estudo sobre vazios urbanos no centro de Curitiba. Paraná. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifca Universidade Católica do Paraná. Curitiba. 2007.

TORO, M.A.R.S. A produção do espaço e suas contradições: possibilidades para a construção de novos caminhos. **Revista Eletrônica História**, Natureza e Espaço. Rio de Janeiro. v.7, n.1, 2018.

Não sabiam que Margarida era semente: perspectivas a partir da VI Marcha das Margaridas

Cristiano Kerber
Josué Miguel Ruppenthal

INTRODUÇÃO

*Nós que sempre vem suando
Esse país alimentando
Tamos aqui pra relembrar
Esse país tem que mudar
Olha Brasília está florida...*

Com esse refrão, nos dias 13 e 14 de agosto de 2019, ocorreu em Brasília a VI Marcha das Margaridas¹. Evento, que sucedeu as edições de 2000, 2003, 2007, 2011 e 2015, neste ano levou às ruas da capital federal aproximadamente 100 mil pessoas, na sua maioria mulheres.

¹ Quando utilizamos a palavra Marcha estamos nos referindo à Marcha das Margaridas.

Ela [a Marcha] representa uma pluralidade e uma diversidade de mulheres agricultoras familiares, assentadas, quebradeiras de coco, seringueiras, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, quilombolas, mulheres do campo, das águas e das florestas. (AGUIAR, 2015, p. 1).

Constituída por uma base social numericamente relevante de mulheres com forte vínculo com o campo, mares, rios e florestas, e que possuem relações com sindicatos e movimentos sociais, a Marcha é organizada pela secretaria das mulheres trabalhadoras rurais, um dos departamentos da Confederação Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, coordenada por Mazé Moraes, com a cooperação e colaboração de diversas lideranças, das mais distintas entidades parceiras.

No bojo desta grande manifestação, que reúne milhares de mulheres durante dois dias, nós participamos, no sentido de conhecer sua constituição material e simbólica, e compreender as demandas que estavam postas em debate, assim como buscar sintetizar suas contribuições e perspectivas para o Brasil, tendo em vista o atual contexto e as próprias condições de vida das mulheres do campo, da floresta e das águas. Com o lema “Margaridas na Luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça, Igualdade e Livre de Violência”, tais mulheres ocuparam o Parque da Cidade, e posteriormente marcharam até a Esplanada dos Ministérios, ambos na capital federal, em memória da sindicalista Margarida Alves, e tendo em mãos uma plataforma política, que será a unidade de análise deste artigo.

Destacamos que o processo que constitui este trabalho, e o da nossa aproximação com a Plataforma Política e com a Marcha em si, deu-se a partir de algumas frentes.

Primeiro, ao integrar o Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar - NAF/UFSC, temos contato com diversas discussões que perpassam a questão dos movimentos de mulheres, suas relações com o meio rural, sua participação na agricultura familiar e outras temáticas ligadas ao campo. Entre essas, estão as discussões sobre feminismo camponês, fomentadas pela coordenadora Dr^a Maria Ignez Silveira Paulilo:

[...] esses movimentos têm trazido à tona, novamente, questões de classe, do caráter oligopolista dos mercados, questões de pobreza, de miséria mesmo, da fome no mundo que ficaram um pouco perdidas entre algumas correntes mais abstratas do feminismo. (PAULILO, 2016, p. 312).

Assim, notamos similaridades entre estas perspectivas e aquelas ressaltadas na Marcha das Margaridas quando afirmam:

Um feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal, que reflete cada uma de nossas realidades, evidenciando a afirmação de nossas tantas identidades. Um feminismo que pauta a igualdade de gênero, a orientação sexual, a autonomia das mulheres, o seu direito de decidir, inclusive sobre o próprio corpo, de exercer os seus direitos sexuais e reprodutivos e que questiona a centralidade do mercado sobre nossas vidas. Um feminismo que é construído a partir da reflexão crítica sobre o que vivenciamos como mulheres do campo, da floresta e das águas e que reconhece e valoriza o saber por nós acumulado. Um feminismo que traz a auto-organização e participação política das mulheres como condição para a superação da violência em suas diversas faces e, sobretudo, que valoriza a vida, vinculando a defesa da agroecologia, dos territórios, dos bens comuns e da soberania e autodeterminação dos povos. *É olhando para as contradições, para a violência, a opressão e o racismo que vivenciamos, pelo simples fato de sermos mulheres, que construímos nossas formas de resistência, sendo a Marcha das Margaridas uma das suas mais fortes expressões.* (CONTAG, 2019, p. 10-11, grifo nosso).

Além disso, participamos de um curso de formação intitulado “Desenvolvimento Territorial Sustentável na perspectiva das mulheres do campo, da floresta e das águas”, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em junho deste ano, no qual tivemos acesso aos materiais de formação da Marcha, através de palestras realizadas por professoras/es e pesquisadoras/es das temáticas implicadas (movimentos sociais, gênero, agricultura familiar, etc.).

Em seguida, nos dias 13 e 14 de agosto de 2019, participamos da VI Marcha das Margaridas. Nossa incursão deu-se buscando entender e viver essa experiência participando dessa mobilização, visando entender a sua composição, perspectivas e contribuições. Lemos a plataforma, conversamos com as mulheres e adentramos o universo

destas sujeitas que reivindicam a política como seu espaço, em um período de tamanha tensão, dada a redução de políticas públicas voltadas ao meio rural, aos povos indígenas, às comunidades quilombolas, às mulheres e às outras minorias políticas, além da sistemática perseguição a ativistas e lideranças sindicais no Brasil.

Por fim, entrevistamos uma das integrantes da assessoria da secretaria de mulheres trabalhadoras rurais da CONTAG, a pesquisadora Vilênia Aguiar, que nos evidenciou as etapas de construção da Marcha e dos cadernos que compõem a Plataforma.

A Plataforma, por sua vez, como nos explica Vilênia, passa por um longo processo de debates nas bases, em todas as regiões do país. Realizados esses debates iniciais, a CONTAG reúne esse material e o sintetiza para depois passar por uma nova rodada de discussões até chegar à versão final, que se transforma neste documento que a Marcha apresenta à sociedade civil.

Para a organização dos resultados desta incursão, segmentamos a análise em três partes: uma contextualização e caracterização das e dos participantes da VI Marcha das Margaridas; uma breve discussão sobre os conceitos mobilizados na Plataforma Política e as concepções que os fundamentam; e, por fim, propomos reflexões sobre as repercussões da Marcha e suas contribuições para o atual contexto brasileiro.

NÃO SABIAM QUE MARGARIDA ERA SEMENTE

As ruas de Brasília, nos dias 13 e 14 de agosto de 2019, foram coloridas por uma grande manifestação de mulheres do campo, da floresta e das águas. A VI Marcha das Margaridas, ao atingir seu recorde de participação, propõe uma reflexão ao país: a visibilidade dessas mulheres, exploradas e marginalizadas ao longo da história. Inspiradas pela história de luta de Margarida Alves², sindicalista paraibana assassinada por defender os direitos do camponês, em 1983. As margaridas, como se auto-identificam, de tempos em tempos reúnem-

² Margarida Maria Alves foi uma sindicalista paraibana que atuou fortemente em defesa dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande-PB. Após 12 anos de intensa militância como líder sindical, foi assassinada por um matador de aluguel devido a sua atuação contra grandes fazendeiros locais, aos quais impetrou 72 ações trabalhistas em defesa dos direitos dos trabalhadores. Até hoje é reconhecida por romper com os padrões masculinos dos sindicatos; é um símbolo da luta sindical brasileira.

se e constroem esta grande mobilização que irrompe no horizonte de um país cujas políticas públicas não atendem a suas demandas.

Inicialmente, percebemos a diversidade nos rostos, expressões, sotaques. As bandeiras anunciavam seus estados de origem e movimentos sociais, que se destacavam na medida em que a Marcha tomava forma, desde a noite de segunda-feira, 12 de Agosto, em que os primeiros ônibus de caravana chegavam ao Parque da Cidade, na capital federal. Assim, uma nova teia social formava-se naquele lugar.

A título de esclarecimento, a Marcha, em si, consiste em um dia de concentração, que, neste ano, foi 13 de Outubro, no qual se realizam palestras, grupos de trabalhos com temáticas variadas, feiras de alimentos orgânicos e de artesanatos das comunidades tradicionais, além de discursos políticos contínuos. Na noite do primeiro dia, acontece a Abertura Oficial, com a participação de lideranças políticas de projeção nacional e internacional, parlamentares e sindicalistas (em edições anteriores, a Marcha teve a presença do Presidente da República, isso não ocorreu em 2019). No segundo dia da Marcha, acontece o ato público, que é organizado em dois tipos de delegação - estaduais e por movimento - no qual as mulheres saem em passeata com suas bandeiras e gritos de luta até a Esplanada dos Ministérios. Neste ano, a Marcha teve um trajeto de aproximadamente 4 quilômetros, debaixo do insistente sol brasileiro, com duração de aproximadamente 3 horas. Chegando à Esplanada, um carro de som com representantes dos movimentos deu seguimento aos discursos até sua finalização com almoço às 12 horas.

Seguindo as reflexões de Aguiar (2015), nos aproximamos do conceito de “experiência”, de Joan Scott (1999), para observar como estas mulheres se constituem como sujeitas políticas das bases até o ápice da Marcha - a grande manifestação que as leva até as portas do poder central do Brasil, a Esplanada dos Ministérios e o Congresso Federal.

Nesta trajetória, as margaridas são impelidas a repensarem seus cotidianos, nos quais promovem atividades, festas, formações e confraternizações com o objetivo de prepararem-se, material e teoricamente, para participar desta manifestação.

Vilênia³, ao falar sobre o processo de construção da Marcha, ressalta a dificuldade de mobilizar essas mulheres:

³ A entrevista que deu base às reflexões deste trabalho foi realizada no dia 24/10/2019, e utilizamos como metodologia a apresentação de questões semiestruturadas.

[...] só o trabalho de encher um ônibus, por exemplo não é uma coisa fácil, as mulheres têm muito medo de sair de seu lugar, as vezes uma cidadezinha pequena, pra convencer a mulher a entrar num ônibus para um ato de protesto em Brasília, ficar longe de casa, deixar filhos às vezes contra a família, e todo mundo botando pilha, é muito difícil, só mobilizar por si só já é uma grande tarefa. (VILÊNIA, entrevista em 24/10/2019)

A entrevistada também cita uma série de atividades que as mulheres realizam visando angariar fundos para a Marcha, como bingos, galinhadas, venda de artesanatos, e que essas formas de arrecadar recursos também são momentos em que elas divulgam a Marcha, explicando para as pessoas o que vão fazer em Brasília. Assim, “é essa trama de relações e experiências, menos visíveis, que tece a Marcha e a torna possível” (AGUIAR, 2015, p. 15).

Ao observar, pessoalmente, seus modos de vestir-se, expressar e até mesmo de olhar ao redor, entendemos o quanto aquele parece ser um inusitado momento de deslocamento para elas. As margaridas, desde seus contextos de origem, vêm semeando ideias e proposições que refletem as lutas de Margarida Alves e tantas outras. Mas quem são elas?

Figura 1 – Eles não sabiam que margarida era semente



Fonte: Acervo dos autores (2019).

Quem são as Margaridas?

Descrever quem são essas mulheres, identificadas como margaridas, será o objetivo desta seção. Partindo da Plataforma Política, encontramos uma definição afirmando que:

Nós, Margaridas, somos muitas em uma: mulheres da classe trabalhadora, mulheres rurais, urbanas, agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, acampadas, sem-terra, assalariadas rurais, extrativistas, quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, caiçaras, faxinalenses, sertanejas, vazanteiras, caatingueiras, criadoras de fundo de pasto, raizeiras, benzedeiros, geraizeiras, e tantas outras, negras na sua maioria. Exploradas e marginalizadas ao longo da história. (CONTAG, 2019. p. 4).

Segundo Aguiar (2016), um dos maiores desafios da Marcha é a construção de uma unidade entre essa diversidade de pautas e anseios que estas mulheres trazem. Aumentar a gama de atores envolvidos na construção da Marcha, adicionando, além das mulheres trabalhadoras rurais, que inicialmente compuseram a Marcha, as mulheres da floresta e, nas últimas edições, as mulheres das águas, é uma estratégia para fortalecer o movimento, e, em 2019, para evidenciar e denunciar as práticas que o Estado vem desenvolvendo, como a redução do alcance da seguridade social, redução de recursos para políticas públicas, entre elas as que contemplam o rural, extinção da secretaria especial para mulheres, que possui status ministerial até 2016, entre outras.

Os dezesseis grupos políticos, organizações, movimentos sociais e entidades de classe que compuseram a construção da Marcha das Margaridas de 2019 tiveram de chegar a denominadores comuns, capazes de fornecer coesão a essa ação. Segundo a assessora da secretaria, Vilênia Aguiar, para esta Marcha se convidou todos os movimentos para compor e construí-la, ampliou-se muito os atores envolvidos, construindo um “leque de alianças” menos estrito, dada a atual conjuntura do país, afinal, a Marcha das Margaridas seria, a princípio, o maior evento sindical do ano.

A Plataforma, construída pelas mulheres, nos mais diversos espaços e cantos deste país, também traz a importância dessas e os lugares que ocupam:

[...] habitamos os mais diversos territórios, que por sua vez abrigam diferentes biomas, mosaicos de vida e diversidade. Nós fazemos a agricultura familiar. Produzimos alimentos saudáveis para as nossas cidades e para a nossa população, garantindo a soberania alimentar e a preservação das nossas

sementes crioulas, dos nossos ecossistemas e da nossa sociobiodiversidade. Somos guardiões dos saberes populares que herdamos de nossa ancestralidade. (CONTAG 2019, p. 4).

Vilênia Aguiar, em entrevista, nos explica como essas margaridas chegam a Brasília e que a formação dessas é um processo longo. As mulheres obtiveram o direito a se sindicalizar só em meados dos anos 80, isso é um fato importante, pois elas passam a integrar os sindicatos e protagonizar determinadas lutas; ela ressalta o importante papel das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs na formação destas mulheres e dos movimentos feministas nos interiores.

A entrevistada também atenta para um fato importante desta VI Marcha, “ser uma Marcha que falasse para as mulheres da cidade também, essa coisa de vamos juntar campo e cidade”. Vilênia destaca que as milhares de mulheres que estavam marchando em Brasília não eram só mulheres do campo, da floresta e das águas, mas que houve uma forte presença de mulheres urbanas, fato impulsionado pelas grandes manifestações do 8M⁴, além das pautas que a Marcha trazia consigo: agroecologia, produção de alimentos mais saudáveis, soberania nacional e uma forte campanha contra as diversas formas de violência que as mulheres sofrem.

Percebeu-se, também, a presença massiva das mulheres oriundas da região nordeste do Brasil. Por outro lado, houve uma baixa adesão da região sul. Vilênia salienta que:

[...] além da questão geográfica, da região nordeste ser maior, também existem fatores históricos de formação que ajudam a evidenciar essa maior participação das mulheres nordestinas, que lá é bem mais comum as mulheres serem presidentas de sindicato, experiências de vida diferentes, que fazem com que elas apresentem uma posição muito mais arraigada e de enfrentamento. A agricultura familiar nordestina ser mais de transição e periférica, vista que a sulista encontra-se mais consolidada e mais próxima, às vezes, do agronegócio. Também tem os processos migratórios sazonais que levam muitos homens a colheita de cana em São Paulo e as mulheres ficam

⁴ Segundo Vilênia, as manifestações do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, de 2018 e 2019 foram espaços importantes para a divulgação da Marcha, além disso, notou que a construção dessas mobilizações foi mais diversa que em edições anteriores; a entrevistada também destaca a forte participação das mulheres envolvidas no 8M na própria Marcha.

responsáveis pela lavoura. (VILÊNIA, entrevista em 24/10/2019).

Na nossa incursão em Brasília, foi possível observar essa multiplicidade de mulheres, nas suas mais diversas etnias, sotaques e rostos. O que chama muito a atenção é o colorido da Marcha, dos olhares de luta e resistência em tempos difíceis, olhares sofridos, dos olhares deslocados, naquele momento, do seu cotidiano, olhares afetivos e carinhos também, pois estavam ali com vários sentimentos que as uniam. Além disso, era considerável a presença masculina⁵, que, em 2019, se torna mais um elemento de mobilização para a massificação do movimento.

Figura 2 – Colorido da Marcha



Fonte: Acervo dos autores (2019).

Pelo que marcham as Margaridas?

A Marcha das Margaridas está inscrita no rol de grandes atos públicos realizados como forma de apresentar reivindicações ante a sociedade civil e o Estado brasileiro. Para o sucesso disso, e a coerência na apresentação das demandas do movimento, fez-se necessária a construção de uma plataforma política, a partir de um trabalho coletivo, coordenado pela Secretaria de mulheres trabalhadoras rurais da CONTAG e suas entidades parceiras.

⁵ Carinhosamente, os homens que fazem parte da Marcha, sempre minoria, são chamados de “cravos”.

Muitas das participantes atuam ativamente na vida sindical em suas comunidades, e os movimentos dos quais fazem parte são fundamentais para a realização da Marcha.

Assim, lançamos mão das discussões teóricas de Ilse Scherer-Warren (2006), para compreender como a Marcha das Margaridas se organiza em termos ideais, além dos práticos. Segundo a autora, existem elementos constitutivos da atuação das “redes de movimentos sociais”, ou seja, essas conjecturas de várias organizações políticas.

[...] o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção [...] (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Tratando-se da discussão sobre a identidade⁶ que conforma essa coletividade, recorreremos às reflexões de Aguiar (2015) e de Silva (2008), as quais demonstraram, em suas pesquisas, como o processo de construção da Marcha vai produzindo novas sociabilidades nos espaços de vida destas mulheres, reconfigurando relações sociais e provocando deslocamentos no cotidiano, ao ponto de que as mesmas passam a se identificar com essa categoria - margaridas - e a reivindicá-la.

A socióloga Berenice Silva (2008), ao analisar como a Marcha das Margaridas se balizou sobre a concepção originalmente denominada “trabalhadora rural”, relata que o “sujeito” coletivo da Marcha é produto de duas imbricações - gênero e classe. A partir disso, podemos compreender tal concepção como interseccional, nos termos de Crenshaw (2002), tendo em vista que o lugar de “mulher e camponesa” descreve pontos de encontro entre marcadores sociais que carregam uma história de marginalização.

Todavia, a construção de uma identidade coletiva, que é elemento tônico da organização de uma mobilização como esta, passa pelo reconhecimento das diversidades constitutivas da própria identidade e seus encadeamentos, fazendo com que as interseções se tornem cada vez mais complexas. Ainda, segundo Aguiar, mesmo que haja uma categoria que dá coesão às marchantes, cabe notar que as

⁶ A partir dessa concepção de movimento social, que se baliza na definição de identidade, adversário e projeto, analisamos a Marcha das Margaridas.

diversas mulheres com suas identidades que marcam “classe, gênero, território e raça”, estão em um constante processo de negociação. A identidade que mobilizaria apenas o “campo” como fundamento é, a despeito de sua relevância, precária, cabendo reconsiderações constantes a partir dos movimentos que compõe a Marcha. Aguiar (2015, p. 460), lembra, em sua tese, como se deu a incorporação da categoria “mulheres da floresta” à concepção original:

[...] embora algumas dirigentes sindicais tenham resistido à mudança no nome, foi necessário abrir mão desta categoria e nomear o sujeito de modo a acolher a diversidade de mulheres trabalhadoras rurais que vivem no campo, incluindo as que vivem na floresta, e, assim, garantir não apenas articulação entre movimentos, mas a força simbólica que a Marcha carrega consigo a partir desta articulação. (AGUIAR, 2015, p. 460).

Processo semelhante a esse ressignificou o sujeito para que absorvesse também as “mulheres das águas”, que representam pescadoras, marisqueiras, piscicultoras, ribeirinhas, entre outras, cada vez mais presentes na Marcha. Assim, há também que se notar a necessidade das próprias organizações, movimentos sociais, e, conseqüentemente, o Estado, de absorver a diversidade das categorias que representam o mundo rural do país, a fim de que isso forneça subsídios apropriados à formulação de políticas públicas que atendam às especificidades dos grupos sociais em questão. E, para isto, é perceptível a importância da Plataforma Política que traduz essas especificidades por meio de seus eixos e proposições, sempre demarcando tais diversidades, principalmente, por meio da chave da autodeterminação dos povos.

O direito à autodeterminação diz respeito ao direito dos povos de escolher livremente o seu destino, de dispor livremente de suas riquezas e de seus recursos naturais e não ser privado de seus meios de subsistência. [...] Enquanto não houver uma política séria e justa, que defenda a autodeterminação dos povos indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais, que respeite as reservas e as demarcações de terras de nossos ancestrais, continuaremos assistindo ao avanço da exploração agrária e agrícola, a expropriação e a usurpação da terra, a expansão minerária, madeireira e hidráulica e a cobiça pelos recursos ambientais, e o Brasil continuará sendo o país dos conflitos agrários e dos atentados

às vidas das populações do campo e floresta. (CONTAG, 2019, p. 16-17).

Compreendemos, portanto, que uma identidade coletiva, que se constrói no cotidiano da atividade política rumo à Marcha, é uma etapa fundamental para o sucesso das mobilizações que compõem a ação e os desdobramentos futuros que dela se originam.

Em relação ao que Ilse Scherer-Warren chama de “adversário”, entendemos que há, na Plataforma Política, um conjunto de críticas a vários elementos que estão no horizonte, mais ou menos cotidiano, das mulheres do campo, da floresta e das águas. Entre eles: a retirada sistemática dos direitos conquistados, com a reforma da previdência e a trabalhista, o aumento do desemprego, a precarização do trabalho, o empobrecimento da população, o aumento da violência, principalmente contra negros, mulheres e minorias, o aumento da intolerância à diversidade de modos de vida e opinião, a redução de recursos para a saúde e a educação pública, a liberação recorde de agrotóxicos, a ausência de uma regularização fundiária, a estrangeirização das terras brasileiras, a forte expansão do agronegócio, os crimes ambientais impunes, como o caso de Mariana e Brumadinho, a destituição dos espaços de atuação da sociedade civil e a criminalização das organizações representativas dos movimentos sociais e suas lideranças, entre outras tantas (CONTAG, 2019).

Estes são apenas alguns exemplos traduzidos na Plataforma a partir dos diversos debates ocorridos no âmbito da organização da Marcha. Tais denúncias estão na ordem do dia de debates públicos e políticos, nos telejornais, redes sociais, instâncias parlamentares em nível municipal, estadual e federal, pesquisas acadêmicas, e etc. O uso de discussões contemporâneas e que são *lócus* de conflitos, alocados conjuntamente a questões de caráter estrutural e histórico no Brasil, como a denúncia a “Todas as formas de violência”, ou ao “genocídio dos povos indígenas e da juventude negra”, parece ser uma estratégia para demonstrar o quanto tais fenômenos têm interligações profundas, inclusive apontando o momento atual e as rupturas políticas recentes como favorecedores da eclosão destes.

É subjacente a isso, o fato de que as relações entre governo e movimentos sociais se encontram tensionadas. Portanto, o argumento que conduz o documento é o de evidenciar que “um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência” só é possível a partir, inicialmente, da denúncia do “processo de desmonte

do Estado de Bem-Estar Social e a implementação de um projeto ultraneoliberal, com consequentes retrocessos sociais, ambientais e políticos” (CONTAG, 2019, p. 3), mas, também, “é preciso enfrentar as contradições de classe, transformar as relações sociais entre os gêneros e entre gerações, combater o racismo e o patriarcado, e ressignificar a relação entre campo e cidade para a construção de uma nova sociedade” (Ibid).

O quadro geral que se apresenta para estas mulheres é complexo. A partir da Plataforma, entendemos que “classe, gênero, raça e território” são dimensões imprescindíveis do debate político contemporâneo, ao qual estas sujeitas apresentam suas reivindicações.

A cada um dos elementos de adversidade escalados, entende-se que há soluções drasticamente urgentes, e possíveis, do ponto de vista de se utilizar da ação movimentalista da Marcha para alcançar as unidades necessárias nesse processo. Algumas concepções são fundamentais para tecer as críticas da Marcha aos contextos sociais, políticos e econômicos atuais, mas também àqueles estruturalmente postos. Buscamos dar uma breve explicação sobre eles.

Sendo a questão de “classe” algo marcante na Plataforma e nos discursos realizados durante a Marcha, entendemos que há uma remissão aos próprios fundamentos do movimento sindical que a organiza. Sendo a CONTAG uma confederação de entidades classistas, importa compreender que “classe” é, então, um elemento estruturante de qualquer mobilização realizada. Segundo o jornalista Altamiro Borges, em formação realizada na CONTAG:

Num processo dialético, em que o capital impera, suas contradições aparecem, as lutas operárias têm início e, conseqüentemente, surgem os sindicatos. Todos os avanços sociais, mesmo que pequenos ou parciais, serão fruto dessa luta e da formação dos sindicatos. Nada será dado de mão-beijada pelo capital; nada cairá do céu. Cada nova reivindicação apresentada pelos trabalhadores representa, num primeiro momento, a redução da taxa de mais-valia do patrão. Por isso, depende de luta, de pressão organizada. A história da legislação trabalhista no mundo será a história da luta de classes, em que os sindicatos jogarão um importante papel. (BORGES, 2006, p. 1).

Portanto, a reivindicação inicial do lugar de “trabalhadora”, dessas mulheres, reflete uma identificação com a luta política que tem

como horizonte a transformação da realidade social, que é estratificada economicamente. A principal forma em que isso se manifesta é na oposição constante ao neoliberalismo, que chega estar frisado como “ultraneoliberalismo”, um modelo econômico que, nos termos da Plataforma, não contempla a classe trabalhadora⁷.

Neste sentido, sendo a Marcha uma ação de mulheres, “gênero” aparece como categoria fundamental de organização, principalmente na perspectiva de Scott (1999), para quem a experiência cotidiana é elemento constitutivo da identidade. O termo sororidade⁸ pode sintetizar a postura adotada pelas margaridas. Desde suas bases, na realização conjunta de atividades de arrecadação e mobilização, na construção das proposições que integram a plataforma, até a forma como se organizam nos grupos de trabalho e no espaço disponível no ambiente da Marcha, as mulheres demonstram que há uma identidade que as unifica - de margaridas, refletindo um enclave no qual gênero figura como importante lente de observação e expressão.

Considerando todas as propriedades de terra no Brasil, apenas 18,6% têm mulheres como titulares, segundo o Censo Agropecuário de 2017 - o que reflete, além das desigualdades econômicas, uma sociedade que ainda acredita que terra e espaço de produção são direitos só dos homens. (CONTAG, 2019, p. 14).

A agroecologia faz parte da nossa vida [das mulheres] há muito tempo. Somos nós, trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, quem produzimos alimentos saudáveis sem venenos e adubos químicos, com insumos produzidos na propriedade, utilizando sementes crioulas, com muita diversidade. (CONTAG, 2019, p. 14)

Além disso, as referências políticas das marchantes também exprimem a potência de ser mulher em meio a um mundo dos homens - os sindicatos. Ter como principal liderança do processo, Mazé Morais, uma sindicalista piauiense e feminista, e como inspiração, Margarida Alves, a primeira mulher a presidir o sindicato de sua cidade, em 1973, durante a Ditadura Militar brasileira, diz muito sobre como gênero

⁷ Segundo Paulilo (2016), as feministas do campo têm retomado questões classistas clássicas.

⁸ Sororidade é o nome dado à solidariedade que ocorre nos laços sociais construídos pelas mulheres.

articula e encadeia identidades e reivindicações a partir das “mulheres do campo, da floresta e das águas”.

Ao tratar da questão racial na Marcha, existem dois elementos que consideramos centrais. Em primeiro lugar, o assassinato da vereadora carioca, Marielle Franco, é um dos elos de articulação do debate sobre raça realizado na Plataforma Política (CONTAG, 2019, p. 33). O racismo como elemento estrutural da realidade violenta do Brasil é retratado na Marcha como uma das várias formas de agressão pelas quais passam as mulheres, além do machismo e das opressões de classe. Somado a isso, há uma questão estética da própria Marcha. Desde seus materiais digitais, impressos, e na própria coletividade participante, as mulheres negras estão como figuras protagonistas. Segundo a Plataforma, a maioria das mulheres que marcham são negras (CONTAG, 2019, p. 4), e entre suas proposições sempre se reforça a questão racial para além da de classe e gênero, por exemplo:

Definir mecanismos para fiscalização sobre as diferenciações salariais entre homens e mulheres, **principalmente das mulheres negras**, para garantia de isonomia salarial e combate às práticas discriminatórias. [...] Aprovar legislação para instituir cotas de contratação de **negros e negras** nas empresas públicas e privadas, como forma de corrigir as distorções e a discriminação no mercado de trabalho; (CONTAG, 2019, p. 22, grifo nosso).

Destacamos que a Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida no dia anterior, e que se soma, no dia 14 de agosto, à mobilização das Margaridas, também traz elementos novos à questão étnico-racial discutida na Marcha, sendo que é a primeira vez que há essa confluência. Por fim, o “território” surge como elemento importante à constituição das proposições das marchantes. Sendo várias delas provenientes de grupos sociais nos quais o espaço de vida envolve cosmologias fundamentais, além de recursos naturais imprescindíveis à manutenção cultural, como é o caso das quebradeiras-de-coco, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, entre outras, este elemento não poderia ser ignorado. Tendo isso em vista, trazemos o conceito de “bens comuns”, o qual elas mobilizam para definir as relações que estabelecem com seus territórios e para dar base a seus modos de aproveitamento destes (rios, terras de plantio, florestas, etc.), além da forma como constroem sua resistência “ao neoliberalismo, à

privatização e financeirização da natureza e a destruição da sociodiversidade” (CONTAG, 2019, p.19).

Nos últimos anos, os bens comuns têm sido profundamente estudados no meio acadêmico e político pela sua relevância na construção de estratégias sociais, políticas e econômicas alternativas ao desenvolvimento hegemônico⁹. Assim, podemos perceber como, no Brasil, as mulheres do campo, da floresta e das águas estão atentas para a importância de tais Comuns e sua utilidade pública, e os reivindicando, também, por vias coletivas.

A utopia ou projeto

A Plataforma Política da VI Marcha das Margaridas caracteriza sua oposição ao neoliberalismo, partindo do entendimento que essa é uma das configurações do capitalismo, quando da união entre Estado e mercado em um projeto de redução dos projetos sociais.

Sendo assim, em consonância com boa parte dos movimentos sociais relacionados a bases camponesas, principalmente aos que estão ligados A Via Campesina (RIBEIRO; SOBREIRO FILHO, 2012), o neoliberalismo torna-se inimigo a ser combatido a partir das práticas políticas, dos movimentos e no cotidiano.

Para superar o neoliberalismo e as demais problemáticas já descritas, a VI Marcha reivindica “um feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal” (CONTAG, 2019, p. 10) e tem como utopia ou projeto a construção de uma sociedade mais justa, sustentável, solidária e equânime, dando visibilidade às populações do campo, da floresta e das águas, sobretudo às mulheres desses contextos.

Queremos uma sociedade onde possamos ser ouvidas, onde nossas realidades, anseios, desejos e decisões sejam considerados. Queremos uma sociedade em que os nossos direitos sejam reconhecidos, respeitados e garantidos. (CONTAG, 2019, p. 13).

Assim, a utopia passa pela concepção de “desenvolvimento sustentável”, questão defendida pela Marcha desde suas primeiras edições. A ideia de sustentabilidade que compõe o discurso dessa

⁹ Entre os principais autores que desenvolvem estas análises estão Federeci (2013), Dolsak e Ostrom (2003), Buck (1998), Dardot e Laval (2017).

Plataforma, em específico, fundamenta-se na defesa dos territórios, ampliando a diversidade de identidades politicamente negociadas, que, além de tudo, apontam para a construção de uma valorização das tradições relacionadas à produção de alimentos, às práticas culturais e ao manejo dos ecossistemas, aliando tudo isto à soberania nacional. Segundo a Plataforma, deve-se:

Reconhecer que os conhecimentos acumulados pelas milhares de agricultoras e camponesas, bem com as práticas e saberes dos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, etc.) são essenciais para a proteção dos biomas e preservação da sociobiodiversidade e assim devem ser defendidos da ação destrutiva do agronegócio e das grandes corporações. (CONTAG, 2019, p. 20).

Embora já existam leis específicas com relação ao reconhecimento, e haja várias iniciativas nesse sentido, como aponta coletânea recente sobre sistemas agrícolas tradicionais do Brasil (EIDT; UDRY, 2019), há dificuldades relacionadas a burocracias e mesmo a efetivação das políticas públicas. Dessa forma, a Marcha das Margaridas vem no sentido de oferecer proposições para a resolução destas e outras problemáticas.

Reflexões e perspectivas a partir da VI Marcha das Margaridas

Além de entender o processo, que demandou pelo menos dois anos, para a construção da Marcha das Margaridas, causando deslocamentos na vida de milhares de pessoas pelo Brasil, o foco deste trabalho é o de apreender as perspectivas trazidas pela sua Plataforma Política. Os dez eixos em que consistem as proposições das margaridas são: 1) Por terra, água e agroecologia; 2) Pela Autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética; 3) Pela preservação e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns; 4) Por Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; 5) Por Previdência e Assistência Social, Pública, Universal e Solidária; 6) Por Saúde Pública e em Defesa do SUS; 7) Por uma Educação não-sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo; 8) Pela Autonomia e Liberdade das Mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade; 9) Por uma vida livre de todas as formas de Violência, sem Racismo e sem Sexismo; 10) Por

Democracia com Igualdade e Fortalecimento da Participação Política das Mulheres.

As proposições da Plataforma Política da Marcha, através desses 10 eixos apresentados, vão no sentido de concretizar a utopia desejada pelas margaridas, “ela revela os nossos sonhos, os nossos quereres e a utopia que nos move em direção à transformação da sociedade”. (CONTAG, 2019, p. 3). Para alcançar essa transformação precisa-se, segundo elas, romper com o atual modelo político, econômico, social e ambiental em curso no país.

No âmbito político, as margaridas discutem, com muita ênfase, a questão da soberania popular, a construção de uma sociedade que garanta o domínio dos povos sobre suas terras e territórios. Sugerem políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, à agroecologia, que reconheçam as mulheres do campo, da floresta e das águas como sujeitas políticas das suas comunidades e que também garanta o direito aos territórios dos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

No viés econômico, avança na discussão da valorização e do reconhecimento do trabalho das mulheres, visando identificar e quantificar o trabalho não remunerado dessas trabalhadoras¹⁰, desenvolver programas que visam incentivar o associativismo e cooperativismo entre as mulheres, fortalecer a economia solidária e o autoconsumo, através de quintais produtivos. Segundo Herrera (2019), as hortas cuidadas pelas mulheres agricultoras são essenciais para a reprodução das famílias rurais. Nesse sentido, há um forte apelo também à produção agroecológica, criticando as políticas voltadas à expansão do agronegócio, que vêm ameaçando a nossa sociobiodiversidade e tendem a danificar os nossos principais biomas.

No tocante social, as suas principais pautas seguem a luta por direitos sociais, previdenciários, trabalho e renda. Além de políticas de acesso à saúde e educação pública de qualidade, um ensino voltado ao combate ao sexismo e ao racismo, e frisam a luta pela educação no campo, bastante protelada no Brasil. Dados mostram que “O censo escolar de 2003 registrou 103.328 escolas rurais e 7,9 milhões de matrículas; em 2013, foram 70.816 escolas rurais e 5,9 milhões de matrículas, redução de 32.512 escolas e de 2 milhões de matrículas” (MEC, 2014). Neste tópico, também trazem uma série de proposições

¹⁰ Segundo a ONU Mulheres, o trabalho não pago pode representar entre 10% e 39% do PIB de um país. (ONU, 2017).

voltadas ao combate a todas as formas de violência que as mulheres sofrem e também reivindicam a autonomia sobre seus corpos e sua sexualidade.

Na esfera ambiental, a Plataforma traz a preocupação das margaridas com a proteção e conservação da sociobiodiversidade e o acesso aos bens comuns, fonte de sobrevivência de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, pescadoras, que sofrem com o avanço do agronegócio, uso intensivo de agroquímicos, de sementes transgênicas, fazendo com que a produção fique cada vez mais refém do monopólio das empresas transnacionais. Neste sentido, também trazem a discussão sobre a produção e o consumo de alimentos saudáveis, a partir do uso sustentável dos agroecossistemas, práticas que resgatem os saberes ancestrais, visando diminuir a dependência atual da agricultura com os pacotes tecnológicos.

Para Favareto (2007, p.12), ao refletir a longa evolução da relação campo-cidade, o campo “vai sendo mais e mais associado ao passado, ao rústico e ao idílico, à tradição, quando não ao irracional”, e que esse rural não teria “um lugar” na modernidade. E, a partir da Marcha das Margaridas, refletimos que esse rural é um lugar organizado, capaz sim, através de sua mobilização, de oferecer proposições para a sociedade e contribuir consideravelmente na construção de um novo modelo de “desenvolvimento”.

Outra relevante contribuição da Marcha é a construção da unidade, partindo da articulação simultânea da heterogeneidade e da singularidade de diferentes mulheres vinculadas a diferentes grupos, organizações e movimentos, apresentando diferentes posicionamentos ideológicos e bandeiras de luta, estas sujeitas, através de uma construção coletiva, em amplos espaços de participação, constroem uma pauta comum, mostrando à sociedade um modelo de organização.

Vilênia destaca, na entrevista, o forte apelo que pautas como agroecologia, produção de alimentos mais saudáveis, diminuição da utilização de agrotóxicos têm junto aos mais diversos públicos, e que, através dessas pautas, a Marcha agregou muitas mulheres urbanas, mostrando a importância de uma discussão mais aprofundada destas temáticas.

A Marcha também procura tirar essas mulheres do campo, da floresta e das águas da invisibilidade, reconhecê-las como trabalhadoras, como sujeitas políticas e, portanto, detentoras de direitos, lugar este que historicamente é negado a essas mulheres, pois

elas sofrem diferentes formas de exploração e controle sobre suas vidas. Aguiar (2015, p.465) completa que “a Marcha é realização do seu próprio sujeito político, as mulheres do campo e da floresta, que por meio dela ganham existência.”

A nossa entrevistada também aponta para a construção da Marcha, desde suas reuniões e ações de base, até a chegada ao ápice em si, como um movimento que vai se tornando força coletiva e solidária, sendo que, atualmente, este não pertence mais a um determinado grupo, mas a Marcha “ganhou vida própria”.

Figura 3 – Medo nós temos, mas não usa



Fonte: Acervo dos autores (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A VI Marcha das Margaridas foi, de fato, um grande evento. Os dois dias de concentração e ato, somados a anos de preparação e divulgação, constroem sociabilidades, reforçam identidades e conformam novas coletividades. Fizemos parte disso e pudemos notar o que essa Marcha traz como sua marca: a força de aglutinação de movimentos sociais e organizações políticas em torno de causas comuns, em uma sociedade que se mostra cada vez mais plural em suas demandas. A diversidade que constitui a Marcha das Margaridas é, para o atual contexto em que vivemos, uma retomada da criatividade que os coletivos pressupõem.

Além disso, na utopia ou projeto que as margaridas reivindicam, um novo Brasil é possível. As marchantes, através da construção coletiva, apresentam uma Plataforma Política que não só busca

benefícios para as suas realidades, mas que deseja a realização de processos transformadores da sociedade brasileira em sua totalidade.

É interessante pensar o quanto as mulheres que possuem estas várias identidades, podem, a partir de sua condição histórica de marginalização, unir forças e traçar itinerários combativos. Além disso, conjuntamente, produziram um documento que pode servir tanto à expressão de suas dores, anseios e esperanças, quanto à própria construção de políticas públicas no âmbito estatal, que as atenda em toda sua complexidade.

A Plataforma Política da VI Marcha das Margaridas sintetiza um universo de possibilidades e foca nas salvaguardas constitucionais, as quais vêm sendo questionadas diariamente por atores políticos de alta patente, para elaborar estratégias de resistência em seus cotidianos e nas frentes que lhes restam. A luta política que empreendem, apesar de eclodir em um momento muito específico a cada 4 anos, fornece base para refletir sobre as contribuições que essas mulheres podem dar, desde seus contextos de origem e atuação comunitária, na construção da Marcha em si, mas também em seus desdobramentos posteriores. Afinal, essas mulheres estão lá, nos rincões, ribeirões, nas matas, roças e faxinais, vivendo suas lutas cotidianas.

Historicamente, as margaridas estão alijadas dos espaços de poder, caso exemplar disso é que, em nossa política institucional, tivemos poucas mulheres oriundas destes movimentos. Entre elas, Luci Choinacki (pequena agricultora de Santa Catarina e ex-deputada federal) e Joenia Wapichana (atual deputada federal, líder indígena de Rondônia) despontam no horizonte como raridades. Todavia, surgem com força estas mulheres; a resiliência de sua atuação, tendo em vista que já estamos na VI Marcha, reforça o caráter organizado e propositivo dos seus movimentos. As mulheres do campo, da floresta e das águas, portanto, reivindicam seu espaço na política, buscando romper com as estruturas que as impediram de ser suas próprias representantes em nossa história.

E agora, a partir das reflexões que realizamos aqui, com base na Plataforma Política e na participação da VI Marcha das Margaridas, questionamos: como fazer com que todo esse recurso, argumentativo e humano, deixe de ser apenas um conjunto formal de ideias e forças, para que se torne algo concreto e transformador, à altura dos desafios contemporâneos?

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. **Somos Todas Margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeitos políticos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2015.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 261-295, 2016.

BORGES, Altamiro. Origem e papel dos sindicatos. **I Módulo do Curso Centralizado de Formação Política** – Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC Brasília, 14 a 25 de agosto de 2006. Disponível em: <http://contag.org.br/imagens/Origemepapeldossindicatos-AltamiroBorges.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

CONTAG. **Plataforma Política**: Marcha das Margaridas. 2019. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Boitempo Editorial, 2017.

DOLŠAK, Nives; OSTROM, Elinor. **Commons in the New Millennium**: Challenges and Adaptation (Politics, Science, and the Environment). MIT Press, 2003.

EIDT, Jane Simoni; UDRY, Consolacion (ed. tec.). **Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil**. Brasília-DF: Embrapa, 2019.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. SÃO PAULO: FAPESP, 2007.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de sueños, 2013.

HERRERA, Karolyna Marin. **A jornada interminável**: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 2019.

MEC. **Comissão do Senado aprova projeto que dificulta fechamento de escolas rurais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211->

218175739/20261-comissao-do-senado-aprova-projeto-que-dificulta-fechamento-de-escolas-rurais 25/02/2014. Acesso em: 25 out. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Trabalho doméstico não remunerado representa até 39% do PIB dos países, diz ONU Mulheres**. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/trabalho-domestico-nao-remunerado-representa-ate-39-do-pib-dos-paises-diz-onu-mulheres/>.06/03/2017. Acesso em: 23 out. 2019.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta?. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 296-316, 2016.

RIBEIRO, Leandro Nieves; SOBREIRO FILHO, José. Formação da Via Campesina no mundo e atualidade das ações no Brasil (2000-2011). **Encontro Nacional de Geografia Agrária**, v. 21, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da et al (orgs.). **Falas de Gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999.

SILVA, Berenice Gomes da. **A Marcha das Margaridas: resistências e permanências**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília - Instituto de Ciências Sociais. 2008. 172p.

BUCK, Susan. **The Global Commons: An introduction**. Washington, DC: Island Press, 1998.

Ensino médio com intermediação tecnológica (EMITec): análise dos impactos educacionais nas comunidades do território de identidade do Velho Chico (BA) - 2017/2019

Silvana de Oliveira Guimarães
Aparecida Netto Teixeira

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade evidenciam-se os diversos impactos e transformações decorrentes da inserção e dos avanços das Novas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (NTDIC) nos diferentes setores da sociedade, sejam eles educacionais, sociais, ambientais e relacionais, impondo uma nova lógica nas relações entre os sujeitos e destes com o espaço.

Pesquisas demonstram que as tecnologias, no que tange ao campo educacional, vêm impactando as novas formas de ensinar e aprender, pois, nos diversos níveis de ensino formal e informal, os sujeitos envolvidos neste processo vêm se apropriando das potencialidades e possibilidades ofertadas pelo uso das Novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (NTDIC), nesse caso, servindo para acompanhar e alinhar os modelos de ensino e aprendizagem às diversas transformações do século XXI.

Assim, estas novas formas de ensinar e aprender, no campo educacional, impactam diretamente nas relações educacionais, pois viabilizaram a aproximação de sujeitos fisicamente distantes, porém virtualmente próximos e conectados a partir do uso das NTDIC no contexto educacional contemporâneo.

Diante deste cenário de grandes transformações, a educação formal e informal está sendo repensada em seus objetivos, currículos, métodos, recursos e possibilidades, viabilizando a uma maior acessibilidade e interatividade entre os sujeitos que ensinam e que aprendem, democratizando o acesso à informação e a produção de conhecimento no ciberespaço.

Com base nestas premissas e pautada em uma necessidade real de oportunizar um contingente reprimido de alunos a concluírem a educação básica no estado da Bahia, surge a implantação do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec), como uma política pública estadual voltada para a educação. A prática desse modelo de ensino e aprendizagem, enquanto modalidade regular de ensino médio, ocorre através da mediação realizada, presencialmente, por mediadores/tutores, e a distância por professores de vídeo e assistentes.

Assim, as telessalas contam, presencialmente, com o apoio de mediadores que organizam e operacionalizam o cotidiano próprio do processo de ensino e aprendizagem junto aos estudantes. Os professores videoconferencistas, por sua vez, se localizam a distância, em Salvador/BA, em estúdios adaptados para a transmissão de aulas, diariamente e ao vivo, sendo os responsáveis por ministrar as teleaulas diariamente, como, também, conceber todos os instrumentos necessários para o planejamento e execução das ações docentes, além dos instrumentos avaliativos, a serem utilizados ao longo do ano letivo (BAHIA, 2019).

Diante desse panorama, a pesquisa está estruturada a partir das seguintes questões: Como o uso das tecnologias digitais na educação

vem impactando os processos educativos contemporâneos? Quais os impactos educacionais promovidos pelo Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec) nas comunidades rurais de difícil acesso do território de identidade do Velho Chico, no estado da Bahia, no período de 2017-2019?

Diante destes questionamentos, a referida investigação tem como objetivo geral analisar os impactos educacionais decorrentes da implantação do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec) no Território de Identidade do Velho Chico/BA, no período de 2017-2019.

Para a investigação foi escolhido o Centro Regional de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (CEMIT), localizado no Território de Identidade do Velho Chico, uma vez que o mesmo possui o maior número de alunos atendidos por região - aproximadamente 3.384 estudantes, além de ser o único CEMIT que tem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) medido. A ausência de medição do IDEB para os demais CEMITs, possivelmente, está associada ao fato dos mesmos não apresentarem número de estudantes concluintes suficientes para a realização da prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), avaliação externa bianual, que resulta no coeficiente do IDEB. Vale ainda salientar que o CEMIT localizado no Território de Identidade do Velho Chico apresenta um baixo IDEB (2,6) em 2017, em relação à média nacional, como, também, é composto por municípios de diferentes Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Para atender ao objetivo geral desta pesquisa a metodologia adotada fundamenta-se no método¹ quali-quantitativo, considerando-se que “[...] a relação entre quantitativo e qualitativo [...] não pode ser pensada como oposição contraditória [...]. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa [...]” (MINAYO, 1983, p. 247). Na perspectiva qualitativa, visamos compreender os fenômenos estudados no próprio ambiente em que ocorrem, por meio da produção de dados, a partir das narrativas dos sujeitos, estudando as particularidades e experiências individuais.

¹ Entende-se por método um conjunto de procedimentos através dos quais se torna possível conhecer uma realidade definida ou algumas ações comportamentais (OLIVEIRA, 1999).

A pesquisa será complementada por uma investigação em campo, do tipo estudo de caso, que consiste em uma “[...] investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, [...]” (YIN, 2015, p. 17). Logo, de acordo com Yin (2015), o estudo de caso é um método abrangente, possui uma lógica estrutural que se insere na coleta e na própria análise dos dados, além de responder de modo satisfatório, às necessidades de uma investigação.

A metodologia de procedimento abrangerá o levantamento bibliográfico e documental com pesquisa sobre as temáticas de educação, tecnologia, território, territorialidades e desenvolvimento local. Será utilizado como aporte teórico: Castells (2000), Werthein (2000), Gomes (2008), Brandão (2008), Lévy (1999, 2008), Santos (2014), dentre outros que irão contribuir para a compreensão sobre territorialidades e os processos educacionais na contemporaneidade a partir do uso das tecnologias voltadas para a educação, com enfoque particular na política pública do EMITec no Estado da Bahia.

O levantamento documental abrange o levantamento de dados referentes ao EMITec no período de 2017-2019, relativo ao quantitativo de alunos matriculados por série/turno, índices de reprovação, aprovação, evasão, entre outros.

Para a realização do estudo de caso, utilizar-se-á como técnica de pesquisa a aplicação de questionários com questões abertas e de múltipla escolha, junto aos estudantes, mediadores e gestores dos Cemits, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Além disso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos professores responsáveis pela elaboração da atividade dirigida, assim como os professores videoconferencistas e assistentes da área de Ciências Humanas e Ciências da Natureza, por desenvolverem temáticas relacionadas à qualidade de vida e impactos educacionais com ênfase em aspectos socioambientais e desenvolvimento social.

DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Evidencia-se que, atualmente, a população vem participando da Sociedade da Informação que, segundo Werthein (2000), esta denominação passou a ser utilizada, nos últimos anos desse século, como substituto para o conceito complexo de ‘sociedade pós-industrial’ e como forma de transmitir o conteúdo específico do ‘novo paradigma técnico-econômico’. Esta sociedade informacional está

ligada à expansão e reestruturação do capitalismo a partir da década de 80, pois as novas tecnologias e a ênfase na flexibilidade são pontos-chaves desta nova lógica organizacional e social.

Ainda segundo Werthein (2000), as transformações em direção à sociedade da informação constituem-se numa tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas, pois definem um novo paradigma, pautado na tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade, e apresenta como características fundamentais:

A informação é sua matéria-prima: as tecnologias se desenvolvem para permitir o homem atuar sobre a informação propriamente dita, ao contrário do passado quando o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias, criando implementos novos ou adaptando-os a novos usos. • Os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade porque a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto todas essas atividades tendem a serem afetadas diretamente pela nova tecnologia. • Predomínio da lógica de redes. Esta lógica, característica de todo tipo de relação complexa, pode ser, graças às novas tecnologias, materialmente implementada em qualquer tipo de processo. • Flexibilidade: a tecnologia favorece processos reversíveis, permite modificação por reorganização de componentes e tem alta capacidade de reconfiguração. • Crescente convergência de tecnologias, principalmente a microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, computadores, mas também e crescentemente, a biologia. O ponto central aqui é que trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo as quais pensamos todos os processos (CASTELLS, 2000 apud WERTHEIN, 2000, p.73).

Assim, diante desta nova lógica imposta pela Sociedade da Informação nos diferentes cenários da atualidade, observa-se constantes avanços tecnológicos, bem como a ampla democratização do acesso a estes recursos, fazendo com que os sujeitos da contemporaneidade se encontrem cada vez mais imbricados nesta nova organização social. Por sua vez, esta nova lógica, imposta, na atualidade também estabelece novas formas de pensar, uma vez que a

construção em rede e a forma interativa e colaborativa são aspectos valorizados, ampliando, assim, a compreensão sobre os processos de globalização e a influência desta no território e na sociabilidade.

Diante desta velocidade de informações e transformações sociais surgem novos termos como o ciberespaço, bem como a importância deste último como expressão de poder na redefinição de fronteiras físicas e virtuais, muitas vezes sobrepostas a uma lógica pautada na flexibilidade e na tecnologia.

O avanço da *Internet* atrelada às inovações das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) vem promovendo uma revolução na forma de pensar e agir na contemporaneidade, e o ciberespaço assumiu um papel de destaque nesta nova lógica social.

Neste contexto, a comunicação é compreendida como elemento indispensável de acesso ao urbano, ou seja, os modos de usar a cidade implicam a resignificação do urbano, cada vez mais relacionado com a dinâmica sociocultural instaurada pela disseminação das tecnologias comunicacionais e informática, acelerando os mecanismos de mobilidade e que caracterizam o dinamismo das cidades nos tempos modernos.

Diante do exposto, esta nova configuração rural e urbana compõe-se basicamente pela globalização cultural e econômica ligada à expansão das redes de comunicação, e impõe repensar a vivência nas cidades, enquanto arena de embates sociopolíticos, identitários e culturais, exclusão, medo e discussão das próprias teorias do urbano, incluindo a cidade digital.

Tancman (2004) dentre outros teóricos reforçam a concepção de que o ciberespaço é uma espécie de (ciber)geografia das cidades digitais, ou seja, é um território virtual paralelo ao físico onde a cultura plural é expressa pela 'arena' da cidade, onde é possível o embate de práticas e valores, tensões de vozes e segmentos sociais que reivindicam seus direitos à diferença. Vale salientar que esta arena cultural configura-se como um campo de batalha simbólico na atualidade, e o ciberespaço é um território importante para o estabelecimento de relações entre os sujeitos e destes com seus espaços, físicos ou virtuais, na contemporaneidade. Porém, antes de termos alguns desdobramentos sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e ciberespaço, torna-se necessário fazer um resgate sobre o que se entende por território e territorialidade.

Ao ter como referência Brandão (2008), território é definido como uma unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum,

desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades, complementando, ainda, que:

A abordagem do território deve se afastar dos tratamentos que pensaram estruturas sem decisões de sujeitos ou atores sem contexto estrutural. Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), portanto sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas versus macrodecisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa (BRANDÃO, 2008, p. 12).

Souza (2013) ratifica a concepção de Brandão (2008), porém enfatizando que o território é um espaço concebido a partir das relações de poder. Para este autor (2013), o poder tem articulação com dialogicidade, tomada de decisão coletiva, porém marcadas pelo poder.

Souza (2013) afirma, ainda, que a autonomia em uma coletividade, ao acordar livremente, com todos os membros em igualdade efetiva de condições no processo decisório, as regras definidas no tocante à organização de um espaço, incluindo possíveis punições para os transgressores dessas regras, está exercendo poder, poder esse que se consubstancia sob a forma de um conjunto de normas. O fato de essas normas estarem vinculadas a debates, podendo ser alteradas a qualquer momento, em vez de serem vistas como inquestionáveis, indica que se está diante de um poder não heterônomo - e não que se está diante da ausência de poder.

Quanto ao conceito sobre territorialidade, Souza (2013) afirma que consiste em um processo inerente às experiências culturais identitárias dos sujeitos, frente aos seus territórios.

Territorialidade, por sua vez, pode também ser entendida como a compreensão das relações sociais em que atribui função ao território, conceito oriundo da Geografia Política, que foi incorporado pelas demais Ciências Sociais.

Assim, pode-se inferir que a territorialidade está associada à organização do espaço de domínio e influência no território. Não se pode esquecer da relação que alguns autores fazem em relação ao conceito de territorialidade com vínculos sociais no trabalho, na família, e na escola, entre outros.

Com base nestas afirmações e articulação de ideias, o ciberespaço configura-se, na atualidade, como um território, espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder onde as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são vistas como instrumentos necessários à nova lógica organizacional que transforma o mundo na atualidade, a chamada *Informational City*, bem como estabelece novas formas de territorialidade entre os sujeitos da contemporaneidade.

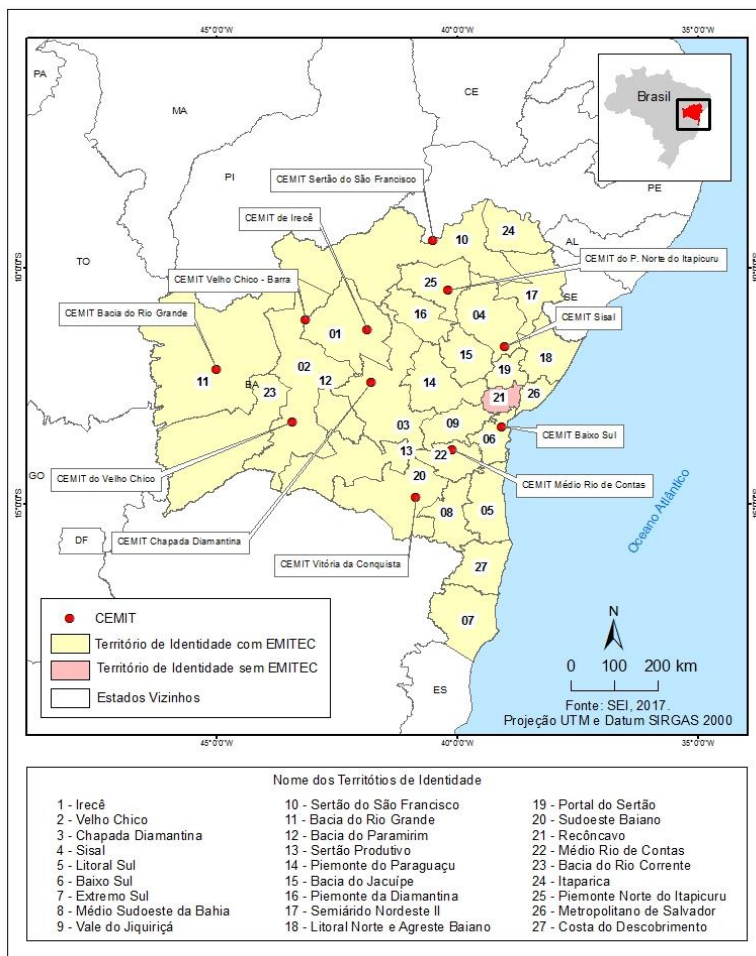
Caracterização do *locus* da pesquisa

Ainda de acordo com os mais recentes Indicadores Territoriais do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) (2019), o Território do Velho Chico, *locus* desta pesquisa de doutorado, localiza-se, geograficamente, no Vale do São Francisco, correspondendo a uma área de 45.986 km², cerca de 8,2 % da área do estado da Bahia, e tem como fronteiras geográficas os territórios do Sertão do São Francisco, Irecê, Chapada Diamantina, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Bacia do Rio Corrente, Bacia do Rio Grande e com o Estado de Minas Gerais, conforme Figura 1, que apresenta o mapa com a distribuição dos territórios de identidade do estado da Bahia.

Assim, o Território do Velho Chico é composto por 16 municípios, com destaque para os municípios de Bom Jesus da Lapa e Barra, onde, inclusive, encontram-se os respectivos Cemits, recorte investigativo desta pesquisa, conforme evidenciado na Figura 2.

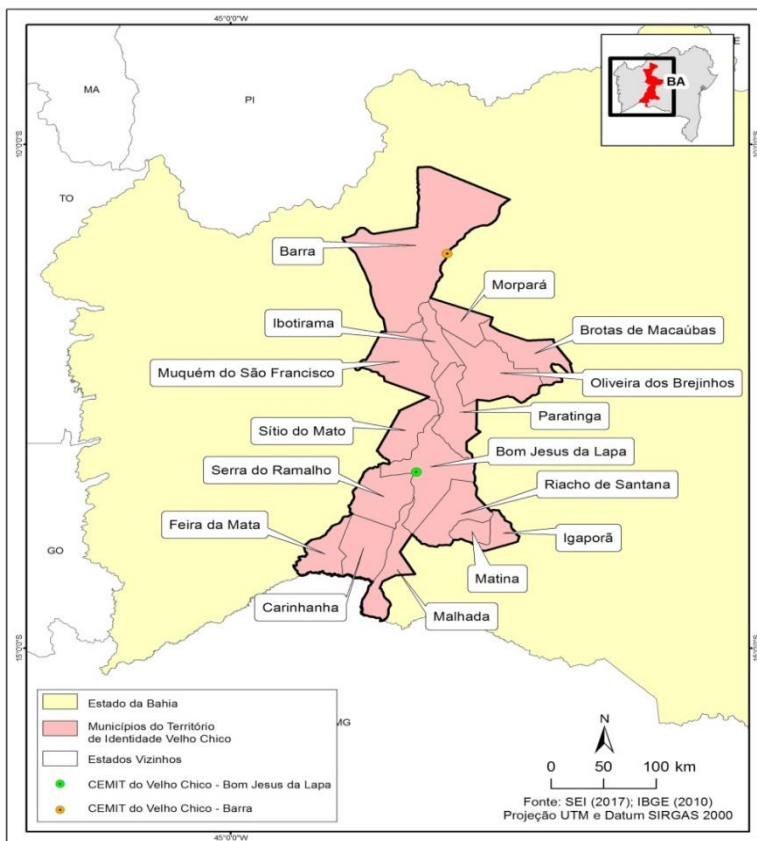
Vale destacar que o Território do Velho Chico apresenta uma população de 370.095 e densidade de 8,8 hab/ Km² (IBGE/SEI, 2010). Assim, a Tabela 1 demonstra a população deste território, distribuída entre os municípios.

Figura 1 – Mapa com os Territórios de Identidade e a distribuição do Cemits no estado da Bahia



Fonte: Elaborado pela autora, 2018. BAHIA/SEI, 2006; SEC-BA, 2018.

Figura 2 – Mapa do Território de Identidade do Velho Chico, com destaque para os Cemits de Bom Jesus da Lapa e Barra



Fonte: Elaborado pela autora, 2018. BAHIA/SEI, 2006.

Tabela 1 – Distribuição da População do Território de Identidade do Velho Chico nos Municípios (2018)

População por municípios – 2018			
Barra	53.231	Matina	12.116
Bom Jesus da Lapa	68.609	Morpará	8.542
Brotas de Macaúbas	10.341	Muquém do São Francisco	11.280
Carinhanha	28.965	Oliveira dos Brejinhos	21.838
Feira da Mata	5.668	Paratinga	31.853
Ibotirama	26.846	Riacho de Santana	35.240
Igaporã	15.630	Serra do Ramalho	31.532
Malhada	16.830	Sítio do Mato	12.965

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010); IBGE (2018); SEI (2018).

Os maiores contingentes populacionais estão situados nos municípios de Bom Jesus da Lapa (17,30%), Barra (13,50%), Riacho de Santana (9,00%), Serra do Ramalho (8,20%), Paratinga (8,10%), Carinhanha (7,40%) e Ibotirama (6,90%), totalizando 284,5 mil pessoas, equivalente a 70,4% do total do território. Além disso, estes municípios ocupam uma área de 28 mil km² (60,8% da área do referido território).

Vale salientar que a população estimada para 2020 no Território do Velho Chico será de 397.764 habitantes, onde 46,6% encontra-se em área urbana e os 53,4% encontra-se em área localizada em áreas rurais (IBGE/SEI, 2010).

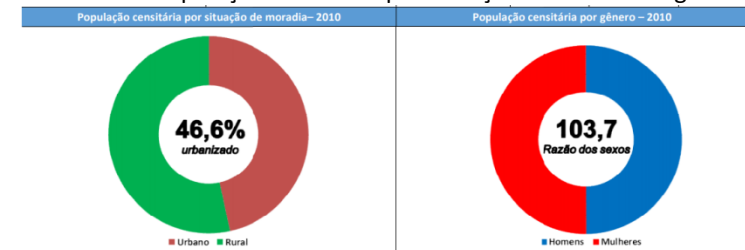
Ainda, segundo dados do IBGE/SEI (2010), a população censitária por gênero e situação de moradia eram praticamente equivalentes, conforme se evidencia no Gráfico 1.

De acordo com dados do IBGE (2010), a taxa de urbanização de 46,6% está muito abaixo da taxa média da Bahia, que é de 72,1%. Dentre os municípios que compõem o território, os mais urbanizados são: Ibotirama (76,7%), Bom Jesus da Lapa (67,9%), Morpará (66,9%), Sítio do Mato (57,0%), Feira da Mata (52,4%) e Igaporã (51,7%).

Por outro lado, os municípios menos urbanizados são: Barra (45,5%), Carinhanha (44,3%), Riacho de Santana (42,7%), Malhada (41,0%), Paratinga (37,0%), Matina (31,2%), Oliveira dos Brejinhos (30,2%), Brotas de Macaúbas (29,1%), Serra do Ramalho (19,8%), e

Muquém de São Francisco (12,5%) exibiram as menores taxa de urbanização (IBGE/SEI, 2010).

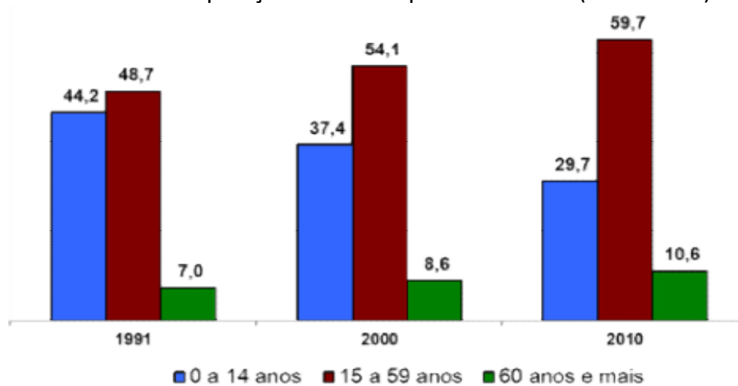
Gráfico 1 – População Censitária por situação de moradia e gênero



Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010); IBGE (2018); SEI (2018).

Vale ainda salientar que o grande quantitativo da população do Velho Chico encontra-se na faixa etária entre os 15 e 59 anos, ou seja, é uma população relativamente jovem e que, na sua grande maioria, encontra-se na fase produtiva, conforme Gráfico 2, que estabelece um comparativo entre os anos de 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 2 – População censitária por faixa etária (1991-2010)



Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010); IBGE (2018); SEI (2018).

De acordo com a Superintendência de Estudos e Políticas Públicas, Diretoria de Estudos e Planos Coordenação de Planos de Desenvolvimento-Bahia (2017), o Território Velho Chico possui uma expressiva quantidade de assentados da reforma agrária, pescadores, quilombolas e produtores da agricultura familiar.

Assim, a economia da região baseia-se fortemente em comércio e serviços, mas a agropecuária apresenta-se também como destaque. As principais culturas agrícolas são: milho, feijão, mandioca, cana de açúcar e frutas como banana, manga, goiaba, uva, mamão e coco da Bahia, além de algodão herbáceo que, apesar de não apresentar grande área plantada, tem se desenvolvido na região. O maior rebanho do território é o bovino, porém estão crescendo em importância a caprinocultura, a apicultura e a piscicultura na região.

Diante deste cenário, fica evidente que a agricultura familiar é dominante no território e, segundo o Censo Agropecuário (IBGE 2006), de um total de 35.261 propriedades rurais, 31.256 (88,6%) são de agricultura familiar contra 4.005 (11,4%) não familiar. Quanto à área ocupada, a agricultura familiar ocupa 44,5% e a não familiar 55,5% da área total.

A região foi, ainda, reconhecida em 2015, através da premiação de “melhor mel da Bahia” concedida à Cooperativa Regional de Apicultores do Médio São Francisco (COOPAMESF), que congrega em torno de 92 cooperados da região.

Vale salientar, também, que no Território de Velho Chico encontram-se localizadas 37 Comunidades Quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares, sendo: 14 em Bom Jesus da Lapa, 8 em Riacho de Santana, 3 em Paratinga e 2 em cada um dos seguintes municípios: Carinhanha, Igarorã, Malhada, Muquém do São Francisco, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. Há também comunidades indígenas em três municípios do Velho Chico: em Barra vivem os Atikum, Kiriri, em Ibotirama os Tuxás e em Serra do Ramalho os Pankararus.

Como o recorte desta pesquisa propõe uma análise entre os impactos da educação e o desenvolvimento social no Velho Chico, a Tabela 2 apresenta alguns dados relevantes, como: índice de analfabetismo maior que a média estadual e menor oferta de cursos de nível superior que a média estadual, nos anos de 2000 e 2010.

Ainda, em relação ao cenário educacional como referência, fica evidente, na Tabela 3, que os diferentes níveis escolares que garantem a educação básica são ofertados pelos serviços público, municipal, estadual e federal ou pelas unidades escolares privadas.

Tabela 2 – Percentuais de Analfabetismo e Número de Oferta de Curso em Instituições de Ensino Superior no Território do Velho Chico (2000/2010)

Taxa de analfabetismo			Cursos oferecidos em instituições de ensino superior – 2017		
Ano	2000	2010	Estrutura	Unidades presenciais	Polos EAD
Bahia	22,1%	16,3%	Bahia	2.280	23.256
Território de identidade	29,8%	22,2%	Território de identidade	38	760

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010); SEI (2019).

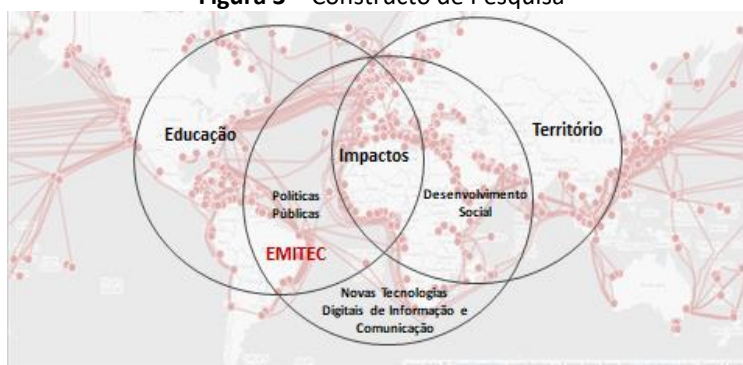
Tabela 3 – Estabelecimento de Ensino- Educação Básica no Velho Chico (2014/2015/2016)

Estabelecimentos de ensino					
Nível escolar	Dependência administrativa	2014	2015	2016	
Pré-escola	Pública	410	409	401	
	Privada	25	23	24	
Ensino fundamental	Pública	431	534	521	
	Privada	27	26	28	
Ensino médio	Pública	32	38	40	
	Privada	7	8	8	

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia (2014, 2015, 2016).

Assim, a investigação proposta tem como constructo de pesquisa evidenciar as relações existentes entre as interseções evidenciadas na Figura 3.

Figura 3 – Constructo de Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Para tanto define-se como recorte espacial para o atendimento a este objetivo os CEMITs, localizados no Território de Identidade do Velho Chico, ou seja, os de Bom Jesus da Lapa e o de Barra, e como recorte temporal o período de 2017-2019, uma vez que as unidades escolares do EMITec neste território apresentam o maior número de estudantes atendidos, conforme Quadro 1, comparado aos demais territórios baianos, além de serem também os únicos Centros Regionais que tiveram o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) medido em 2017.

Quadro 1 – Quantitativo de alunos no Território de Identidade do Velho Chico 2017-2019

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	QUANTITATIVO DE ALUNOS		
	2017	2018	2019
Velho Chico – Barra	1.709	1.100	1.139
Velho Chico - Bom Jesus da Lapa	2.713	2.026	2.245
Total de Alunos	4.422	3.126	3.384

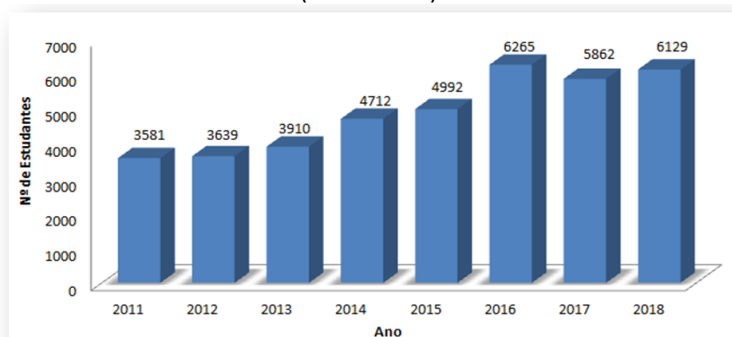
Fonte: Bahia (2019).

Diante de todo o contexto global e local exposto até o momento, otimizar o uso das Novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (NTDIC) aos processos de ensino e aprendizagem, bem como oportunizar a democratização dos saberes no cenário educacional público atual, tem sido um dos fatores preponderantes para o desenvolvimento e a transformação social de muitas comunidades rurais do estado da Bahia, através do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec), que surgiu no cenário baiano, no ano de 2011, como uma modalidade de ensino médio regular, mediado por tecnologia.

A implantação do EMITec como política pública voltada para a área da educação decorre da grande dimensão territorial da Bahia, da dificuldade de acesso de muitas localidades, bem como à ausência de professores especialistas nos mais diversos componentes curriculares do Ensino Médio. Através do EMITec, concluíram o Ensino Médio

30.090 (trinta mil e noventa) alunos no período de 2011 a 2018, conforme evidenciado no gráfico 2.

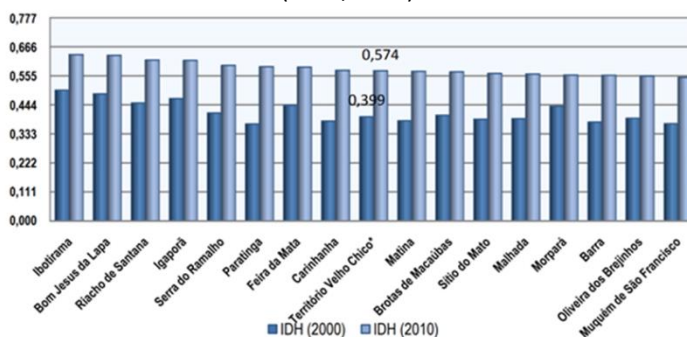
Gráfico 2 – Total de alunos do EMITec concluintes da Educação Básica (2011- 2018)



Fonte: SGE/SEC/BA, 2019.

Entre 2000 e 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Território de Identidade do Velho Chico apresentou um avanço significativo, passando de 0,399 para 0,574. Entretanto, está muito abaixo da média da Bahia (0,660), conforme evidencia o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (2010/2010)



Fontes: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
 Elaboração: SDE/ Coordenação de Planos de Desenvolvimento (COPLAN)
 (*) corresponde à mediana dos municípios do Território.

Fonte: BAHIA (2017).

Logo a seguir, a Tabela 4 demonstra, de forma comparativa, o IDH por município nos anos de 1991, 2000 e 2010, deixando evidente que Ibotirama, Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana e Igaporã são os municípios que mais se aproximam da média estadual.

Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento Humano – 1991, 2000, e 2010

Município	IDH - 1991	IDH - 2000	IDH - 2010
Ibotirama	0,331	0,500	0,636
Bom Jesus da Lapa	0,372	0,486	0,633
Riacho de Santana	0,327	0,451	0,615
Igaporã	0,345	0,468	0,614
Serra do Ramalho	0,233	0,413	0,595
Paratinga	0,251	0,371	0,590
Feira da Mata	0,292	0,442	0,588
Carinhanha	0,250	0,382	0,576
Matina	0,259	0,383	0,572
Brotas de Macaúbas	0,274	0,404	0,570
Sítio do Mato	0,259	0,389	0,564
Malhada	0,220	0,391	0,562
Morpara	0,277	0,439	0,558
Barra	0,303	0,378	0,557
Oliveira dos Brejinhos	0,239	0,393	0,554
Muquem de São Francisco	0,229	0,372	0,549
Território Velho Chico*	0,267	0,399	0,574
Bahia	0,386	0,512	0,660

Fontes: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
 Elaboração: SDE/ Coordenação de Planos de Desenvolvimento (COPLAN)
 (*) corresponde ao IDH mediano dos municípios da região.

Fonte: BAHIA (2017).

Resultados e discussões parciais

Durante o levantamento bibliográfico revelou-se que a Bahia é o único estado da federação brasileira que adotou a divisão por Territórios de Identidades. Vale salientar que, segundo a Secretaria de Planejamento da Bahia (SEPLAN), os Territórios de Identidade da Bahia foram reconhecidos como divisão territorial oficial de planejamento das políticas públicas do Estado da Bahia em 2010, onde o conceito de Território de Identidade advém do processo iniciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com toda a discussão para composição dos territórios rurais em 2003. Segundo a SEPLAN (2010), a Bahia, após discussões entre atores sociais e gestores públicos, inicialmente estabelece 26 Territórios de Identidade da Bahia.

Ainda de acordo com os dados coletados, em 2010, algumas mudanças ocorreram na classificação territorial, provocadas pela iniciativa de municípios que não se sentiam mais pertencentes ao território em que estavam inseridos. Assim, os novos vínculos e interrelações criaram novas identidades e novos arranjos territoriais.

Desde então, o extenso território baiano (567.295 Km²) encontra-se dividido em 27 Territórios de Identidade, conforme Figura 1.

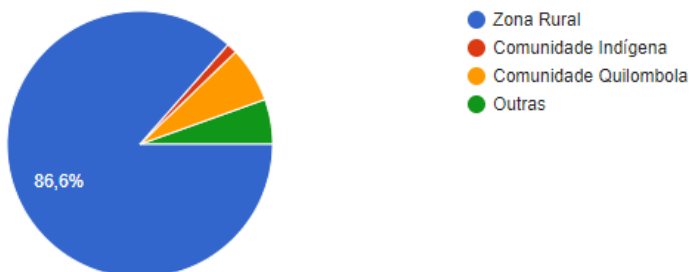
Assim, a organização política e administrativa adotada pela Bahia reconheceu que esta divisão em unidades territoriais visa possibilitar o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, uma vez que depende de identificar prioridades temáticas a partir da realidade local.

Salienta-se que esta opção do estado da Bahia em ser dividido por Territórios de Identidade busca consolidar-se enquanto objeto de planejamento e implantação de políticas públicas, reconhecendo a necessidade de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como essenciais para o desenvolvimento (SEPLAN, 2010).

Diante do exposto, as ideias sobre território comungam com os conceitos trazidos por Brandão (2008), e ratificados por Souza (2013) ao longo desse texto, uma vez que estes autores afirmam que o território é considerado uma unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades, logo, um espaço concebido a partir das relações de poder.

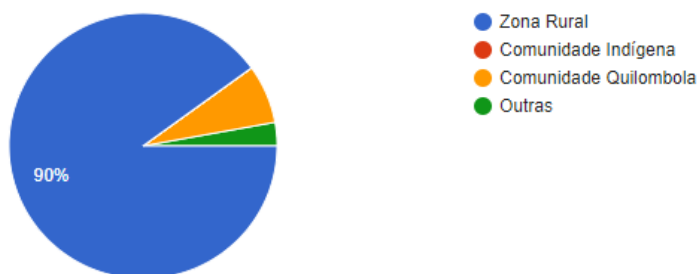
De acordo com dados levantados pelos 288 alunos e 76 mediadores respondentes, no território de Identidade do Velho Chico, confirmam que, atualmente, a população de estudantes do EMITec, encontra-se distribuída, com maioria residente na zona rural – 86,6% dos alunos respondentes; e 90% dos mediadores, de acordo com os Gráficos 4 e 5, corroborando com as perspectivas de crescimento da população rural apresentados pelo IBGE/SEI (2010).

Gráfico 4 – Localidade que o aluno estuda



Fonte: Elaborado pela autora.

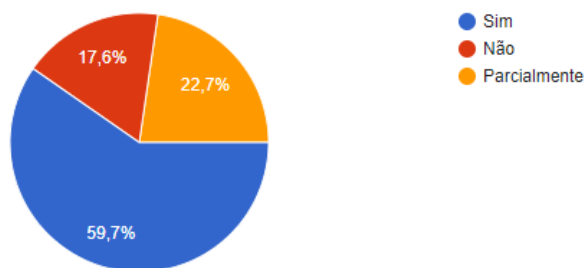
Gráfico 5 - Localidade que o mediador atua



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme dados evidenciados nos questionários dos alunos e mediadores, o EMITec enquanto instituição pública estadual de ensino traz impactos no Território de Identidade do Velho do Chico, conforme evidenciado nos Gráficos 6 e 7, em que 59,7% dos alunos, e 58,6% dos mediadores afirmam que a implantação desta modalidade de ensino trouxe mudanças socioeconômicas para a região.

Gráfico 6 – A implantação do EMITec promoveu mudança socioeconômica no território do Velho Chico/BA, segundo os alunos



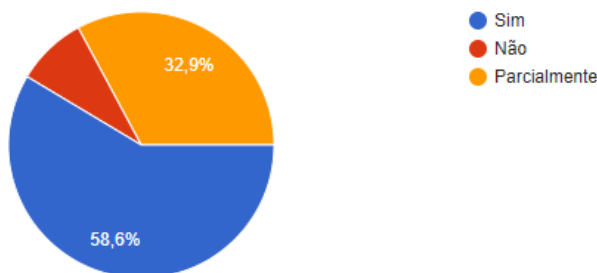
Fonte: Elaborado pela autora.

Esta percepção dos sujeitos participantes da pesquisa vem corroborar com as ideias de Saviani (2008), uma vez que este autor defende que a educação é a força motriz da economia, pois traz impactos nos setores socioeconômicos e, conseqüentemente, no desenvolvimento social.

Munhoz (2011), ainda, afirma que não se pode deixar de considerar os benefícios que a tecnologia traz para os processos de

aprendizagem, além disso, o avanço da tecnologia contribui para importantes mudanças sociais.

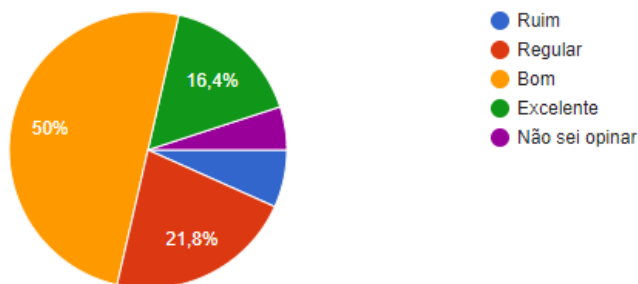
Gráfico 7 – A implantação do EMITec promoveu mudança socioeconômica no território do Velho Chico/BA, segundo os mediadores



Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda de acordo com os questionários, os dados demonstraram que o ensino ofertado pelo EMITec é classificado como bom por 50% dos alunos, enquanto que 50% dos Medidores, o classificam como excelente, demonstrando a aceitação desta modalidade regular de ensino na rede estadual, conforme Gráficos 8 e 9.

Gráfico 8 – Avaliação do ensino ofertado pelos alunos pelo EMITec

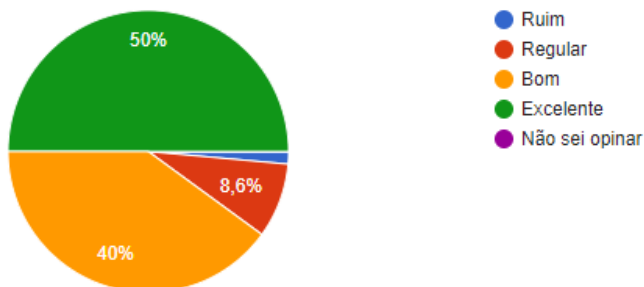


Fonte: Elaborado pela autora.

Esta aceitação da modalidade educacional pelos alunos e mediadores do Território de Identidade do Velho Chico nos remete à concepção de Lévy (1999) que afirma não se tratar apenas de utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação a todo custo, mas de promover uma cibercultura mais crítica, que vá além de discussões do

“presencial” para a “distância”, mas do reconhecimento de saberes mais contextualizados, que ensinem à sociedade e que garantam acessibilidade de informações, ou seja, que permitam processos educacionais mais democráticos e inclusivos.

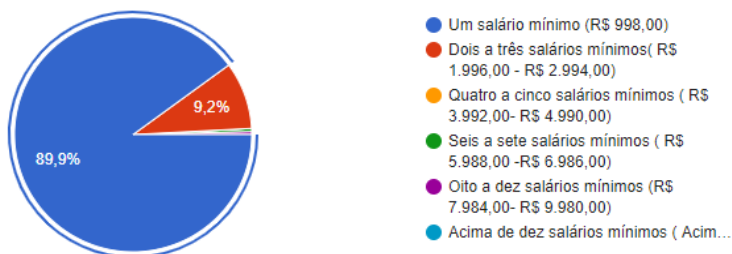
Gráfico 9 – Avaliação do ensino ofertado pelos mediadores pelo EMITec



Fonte: Elaborado pela autora.

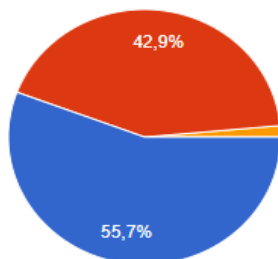
Ainda com base nos dados coletados nos questionários, ficou evidente que tanto os alunos (89,9%) e mediadores (55,7%), ou seja, a maioria dos dois públicos recebe até um salário mínimo, correspondente aos valores atuais de R\$ 998,00, ratificando os dados anteriormente trazidos pelo SDE-COPLAN (2017).

Gráfico 10 – Renda familiar do grupo familiar dos alunos do EMITec



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 11 – Renda familiar do grupo familiar dos mediadores do EMITec



Fonte: Elaborado pela autora.

Ressalta-se que o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) (2013) brasileiro resulta da média geométrica de três pilares centrais: longevidade, educação e renda bruta per capita, assim, avanços na área educacional promovem impactos positivos no IDH de uma região, uma vez que aumenta o nível de escolaridade-emprego-renda de sua população, como, também, promove melhores condições de vida por meio de informações a respeito da higiene, cuidados com a água, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises parciais desta investigação já trazem algumas evidências de que a implantação do EMITec, como política pública, no estado da Bahia, trouxe impactos educacionais favoráveis às comunidades atendidas por esta modalidade de ensino, especialmente as comunidades localizadas na zona rural do Território de Identidade do Velho Chico.

Ficou também evidente pelas respostas dos alunos e mediadores que o EMITEC apresentou impactos educacionais e possíveis mudanças na tomada de atitudes de vida dos estudantes atendidos por esta modalidade, dentre outros impactos, uma vez que o EMITec, ao longo de quase uma década, promoveu a conclusão da educação básica de 30.090 (trinta mil e noventa) alunos. Observou-se a organização de grupos sociais, a exemplo de cooperativas, visando a uma melhoria da economia local com desdobramento na comercialização dos seus produtos, promovendo o desenvolvimento local; melhor utilização da

terra na promoção da agricultura familiar, com conservação e preservação dos recursos ambientais locais.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Desenvolvimento Territorial: Estudo de Potencialidades Econômicas Território de Identidade Velho Chico**. 2017. Disponível em: <https://document.onl/documents/d-e-s-e-n-v-o-l-v-i-m-e-n-t-o-t-e-r-r-i-t-o-r-i-a-l-estudo-servicos.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

BAHIA. **Desenvolvimento Territorial: Estudo de Potencialidades Econômicas do Território de Identidade - Velho Chico**. 2017. Disponível em: <https://document.onl/documents/d-e-s-e-n-v-o-l-v-i-m-e-n-t-o-t-e-r-r-i-t-o-r-i-a-l-estudo-servicos.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

BAHIA. Secretaria da Educação. **EMITEC**. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/emitec>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Projeto Político Pedagógico do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec)**, 2011.

BAHIA. **Secretária de Planejamento (SEPLAN)**. 2010. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: 12 out. 2019.

BAHIA. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Indicadores Territoriais**. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/sudoestebaiano.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

BRANDÃO, Carlos. **Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais**: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2008.

BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Cidades**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 06 fev. 2018

BRASIL. **Território da Cidadania Velho Chico**. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS). 2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio102.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. *In: A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.

GOMES, Renato C. Da metrópole à cibercidade: cultura e cosmopolitismos. *In*: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato C. (Orgs.). **Espécies de espaço: territorialidades, literatura, mídia**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 06 fev. 2018

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência: O futuro do Pensamento na Era da Informática**. Rio de Janeiro: 34, 2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: ed. 34, 1999.

MINAYO, Maria Cecília. e SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.239-262, 1993,

MUNHOZ, Antonio Siensen. **O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: um guia prático**. Curitiba, Ibpx, 2011.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira. 1999.

SANTOS, Edméa Oliveira. Ambientes virtuais de aprendizagem: por autorias livre, plurais e gratuitas. **Revista FAEBA**, v.12, n. 18. 2014.

SAVIANI, Dermeval. Entrevista: motor do desenvolvimento. **Educação São Paulo**, v. 12, p. 6-10, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia- SEI. **Indicadores Territoriais**. 2019. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/sudoestebaiano.pdf> Acesso em: 12 out. 2019.

TANCMAN, Michael. A (Ciber)Geografia das Cidades Digitais. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales: Scrista Nova**, 2004. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-170-36.htm>. Acesso em: 12 nov. 2018.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, 2000.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman Editora Ltda, 2015.

Diagnóstico das áreas periurbanas no município de Angra dos Reis

Rita de Cássia Santos de Souza
Leni do Nascimento Queiroz Monteiro
Nathany Pinto da Conceição Alves
Paulo José Simplicio de Alcantara

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, o fenômeno da urbanização tem atingido comunidades tipicamente rurais, gerando, atualmente, dúvidas ao Poder Público quanto a sua caracterização. Tais áreas preservam atributos naturais relevantes, bem como traços marcantes de sua história local, mantida por moradores nativos (ou antigos) que resistem ao tempo e às pressões para desenvolverem suas atividades tradicionais.

De um modo geral, considera-se como sendo rural um modo de vida mais harmônico tanto nas relações sociais quanto nas relações homem-natureza, onde predomina o setor econômico primário, principalmente a agropecuária, a pesca e o extrativismo, havendo uma integração entre os moradores locais, através de um senso maior de coletividade. Já o urbano, por sua vez, constitui-se de elementos que

se relacionam mais intensamente no tempo e no espaço, com suas relações sociais voltadas para o consumo e forte impacto no meio ecológico.

Apesar de possuírem características próprias, tanto a cultura rural como a urbana se dão de maneira singular no espaço geográfico, sobretudo considerando-se as diferentes regiões do país (CAMPOS, 2018). De acordo com Locatel (2013, p. 88-89), “o campo é espaço predominantemente rural, mas não exclusivamente; a cidade é espaço urbano, o que não significa que seja exclusivamente urbano”. Sendo assim, é necessário ultrapassar análises que se restrinjam à dicotomia rural-urbano, desenvolvendo metodologias que permitam caracterizar pontos de confluência entre esses dois elementos.

Segundo Silva e Grossi (2000), a partir dos anos 80 novas atividades passaram a compor o cenário rural brasileiro, que vão desde a agropecuária moderna, baseada na produção de commodities a atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e à prestação de serviços. De acordo com Medeiros (2017, p. 183), houve uma revalorização das atividades rurais não agrícolas, bem como de atividades relacionadas à preservação da natureza. Nesse sentido, surge o que alguns autores chamam de “neorural”, uma outra ruralidade, não mais baseada na atividade agrícola, mas sim formada por um público constituído por refugiados da vida urbana, como aposentados, amantes da natureza e profissionais liberais, por exemplo (SILVA; GROSSI, 2000; MEDEIROS, 2017).

O histórico das transformações socioespaciais no município de Angra dos Reis resultou na reconfiguração do cenário rural, o qual assumiu novos contornos, usos e vocações que não estão mais centrados exclusivamente na atividade agrícola. Esta é uma tendência comum ao próprio processo de desenvolvimento globalizado, que cria novas ruralidades, culminando com o que chamamos de “novo rural”. Assim sendo, é preciso desenvolver formas de enxergar esse espaço e inseri-lo no planejamento urbano, respeitando-se a identidade de seus habitantes. Preservar a ruralidade dos territórios é, assim, preservar sua história, memória e seus bens naturais como patrimônio ambiental e cultural da cidade.

Da mesma forma, considerando-se a relevância socioambiental do município, sua interface direta com importantes espaços protegidos e territórios tradicionais como a Aldeia Sapukai e o Quilombo Santa Rita do Bracuí, além de comunidades caiçaras e núcleos de pescadores artesanais, é necessário assegurar a preservação dos espaços livres nas

áreas periféricas da cidade, diante da forte pressão ocupacional em direção aos remanescentes florestais e às áreas de preservação permanente.

Considerando-se que o processo de urbanização gera profundas transformações nas relações entre campo e cidade, fazendo com que coexistam urbanidades e ruralidades em um mesmo lugar (CAMPOS, 2018), entra em cena o estudo do fenômeno da periurbanização no âmbito do planejamento urbano e regional.

O presente artigo tem como objetivo identificar e caracterizar as áreas periurbanas no município de Angra dos Reis, fornecendo subsídios para o Zoneamento Municipal. Para tanto, utilizando referencial teórico, partiu-se da conceituação de ruralidade, áreas periurbanas e rururbanas, a fim de delimitar os aspectos a serem considerados para caracterização de cada uma das áreas analisadas. Além disso, foram utilizados dados secundários, socioeconômicos, ambientais e de infraestrutura, imagens de satélite e visitas a campo, para descrição da paisagem e usos observados.

DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Inicialmente, trataremos dos conceitos de “ruralidade”, “área periurbana” e “área rururbana”.

Ruralidade

Para Medeiros (2017), a ruralidade define-se tanto no plano sociológico como no geográfico e se refere a inúmeras dimensões das relações com o ambiente. De acordo com a autora

[...] é definido originalmente como um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram ainda em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família. Ali se reencontra uma dinâmica distinta de práticas sociais, culturais e econômicas fundadas sobre a proximidade, a convivialidade, a ajuda e a cooperação. Esta comunidade humana é muitas vezes representada pela forma de viver que associa o território, às relações de vida e à coesão social (MEDEIROS, 2017, p. 181).

Deste modo, analisar a ruralidade significa analisar o modo de ser e viver de determinados grupos, inseridos num espaço, num

determinado tempo (MEDEIROS, 2017). Três perspectivas são importantes na construção da análise e estão presentes nos principais debates sobre o tema:

a) Aspectos demográficos e econômicos, sugerindo a análise separada da evolução social do espaço rural dos processos econômicos e da produtividade agrícola. [...] b) Aspectos sociológicos e etnográficos voltados aos modos de construção e redefinição identitária das sociedades [...]; c) Discussões que envolvem o ambiente e a sustentabilidade no que tange ao uso dos recursos naturais [...]. Atualmente viver no campo, no espaço rural, não é sinônimo de viver como habitante produtor, camponês [...], mas uma busca pela natureza, [...] não tendo necessariamente seu trabalho vinculado ao campo (MEDEIROS, 2017, p. 185).

Área periurbana

O conceito de área periurbana deriva de *urban fringes*, ou franjas rurais-urbanas, as quais se definem como zonas de transição, situadas no contínuo das áreas urbanas e suburbanas, com insuficiência no atendimento de serviços públicos urbanos e com crescente incremento demográfico em relação às áreas rurais próximas (PRYOR, 1968 p. 206).

De acordo com CAMPOS (2018), o termo periurbano refere-se a áreas localizadas nas zonas de transição, ou seja, as franjas periféricas das manchas urbanas consolidadas, sejam de grande, médio ou pequeno porte. Entretanto, para alguns autores, o termo pode ser aplicado também em áreas de transição urbano-rural que podem não estar diretamente associadas a franjas urbanas. (NAKANO, 2012). Estas se caracterizam como

espaços tipicamente plurifuncionais, em que coexistem características e usos de solo tanto urbano como rurais – presença dispersa e fragmentada de usos e ausência de estrutura coerente que proporcione unidade espacial –, submetidos a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano. (MIRANDA, 2008 p. 28).

Campos (2018) atribui o fenômeno da periurbanização a três processos. O primeiro diz respeito à marginalização de parte da população citadina, forçada a se retirar das cidades, em decorrência da

especulação imobiliária, seja de modo espontâneo (em função do baixo valor das terras nessas áreas), seja direcionada por políticas habitacionais. O segundo processo refere-se à autoss segregação, onde parte da população citadina opta por viver nas áreas rurais com o objetivo de buscar uma maior qualidade de vida. O terceiro processo, por fim, dá-se em função da construção de empreendimentos públicos ou privados os quais, após a sua instalação, impulsionam uma nova dinâmica socioeconômica, aumentando o fluxo populacional e modificando a infraestrutura existente.

Assim sendo, considerando o fenômeno da periurbanização como resultante do processo de expansão das áreas urbanas em direção às áreas rurais próximas, as áreas periurbanas caracterizam-se pelos seguintes critérios (CAMPOS, 2018):

Localização geográfica: situar-se no entorno da área urbana mais consolidada [...]; Paisagem: possuir uma paisagem diversificada, que revele a coexistência entre elementos rurais e urbanos; Plurifuncionalidade: dispor de diversas atividades econômicas tanto urbanas como rurais, além de uma elevada especulação imobiliária, com a manutenção de terrenos baldios (CAMPOS, 2018, p. 42).

Área rururbana

O conceito de área rururbana é bastante presente na literatura latino-americana de língua hispânica, como Argentina e Colômbia. Nesses, a definição de rururbano remete a um espaço associado ao contínuo rural urbano. Trata-se de uma categoria de análise territorial que permite agrupar, em um extremo, um espaço claramente urbano e, no outro, um espaço indubitavelmente rural (BARROS, 1999; MACHADO, 2017). Alguns exemplos podem ser encontrados no zoneamento de alguns municípios e em alguns trabalhos acadêmicos, como o caso da ocupação Dandara, em Belo Horizonte (MACHADO, 2017).

A perspectiva das áreas rururbanas une as dimensões de ruralidade e da urbanidade, articulando a necessidade de ocupação e moradia às demandas de trabalho e produção, não engessando o sujeito, mas, pelo contrário: o morador destas áreas pode dedicar-se tanto ao trabalho da terra exclusivamente como, concomitantemente, a outras atividades que julgue interessante (MACHADO, 2017). Importante destacar que, na maioria das vezes, tais áreas possuem

certa carência de infraestrutura, o que não é interessante, pois pode inviabilizar até mesmo a própria produção. Da mesma forma, o déficit de mobilidade e a falta de oferta local de serviços e de empregos cria uma rotina diária que tende a prejudicar a soberania alimentar, pois dificulta a possibilidade de cultivo de plantas e criação de animais. Assim sendo, pensar em áreas rururbanas é pensar na emancipação das comunidades mais periféricas.

Em síntese, a concepção de área rururbana parte de um referencial político de ocupação de espaço, e de autonomia econômica e social, direcionado às populações em situações, por vezes, de precariedade, em regiões periurbanas.

Área objeto e unidade territorial

A área objeto do presente estudo compreende todo o município de Angra dos Reis, tanto a parte continental como insular. A unidade básica de análise territorial utilizada para caracterização das áreas rurais e periurbanas é a de setor censitário, conforme recomendado por Rigotti e Hadad (2017) e utilizado por CAMPOS (2018). Embora tenha suas limitações, a escolha justifica-se pela facilidade operacional na obtenção de dados secundários, bem como na padronização das análises e sua comparabilidade para todo o país (RIGOTTI; HADAD, 2017).

Crítérios para caracterização

A partir da definição da unidade territorial de análise, foram estabelecidos critérios para enquadramento e identificação dos setores em três categorias: urbano, periurbano e rural.

Com base nos trabalhos de Rigotti e Hadad (2017) e Campos (2018), foram estabelecidos 06 (seis) critérios para classificação das áreas, que se relacionam a aspectos demográficos, econômicos, sociais e ambientais: densidade, vizinhança, localização geográfica, paisagem, plurifuncionalidade e identidade. Serão consideradas periurbanas as localidades que se enquadrem em, pelo menos, três dos critérios mencionados concomitantemente. A seguir, descreveremos cada um deles.

Densidade

Rigotti e Hadad (2017) sugerem a densidade demográfica como uma variável-chave para a identificação das áreas rurais de todo o país, pois, de acordo com os autores, esta possui clareza operacional. Os cortes utilizados foram: até 605 hab/km², de 605 a 1.980 hab/km² e mais de 1.980 hab/km² (RIGOTTI; HADAD, 2017).

Vizinhança

Rigotti e Hadad (2017) recomendam a análise das características da vizinhança como variável para a identificação das áreas tipicamente rurais. Para tanto, analisou-se a situação dos setores censitários, de acordo com os dados do último censo (2010) e outros complementares como unidades de conservação de proteção integral, áreas de risco, e áreas de preservação permanente. Entende-se que tais elementos constituem fatores que tendem a restringir o adensamento.

Cada setor censitário delimitado pelo IBGE está enquadrado em uma situação, podendo ela ser urbana ou rural. Na situação urbana, são incluídos três códigos: o código 1, onde se considera como área urbanizada de cidade ou vila; o código 2, considerada área não-urbanizada de cidade ou vila; e o código 3, considerada área urbana isolada. Na situação rural, incluem-se cinco códigos: o 4, considerado aglomerado rural de extensão urbana; o 5 como aglomerado rural isolado (povoado); o 6 como aglomerado rural isolado (núcleo); o 7 como aglomerado rural isolado (outros aglomerados); e o 8 como Zona rural (IBGE, 2011, p. 42).

No presente estudo, os setores que possuem vizinhança, pelo menos, um setor considerado rural (de 4 a 8), uma unidade de conservação de proteção integral, área de risco ou área de preservação permanente, serão considerados potencialmente periurbanos.

Localização geográfica

Este critério refere-se à localização no entorno da área urbana mais consolidada (CAMPOS, 2018). No presente trabalho, considerou-se área urbana mais consolidada aquela que possuir uma centralidade maior, com maior concentração de comércio e serviços, maior densidade de habitantes e edificações, além de maior atendimento de infraestrutura urbana como saneamento, educação, saúde, etc.

Paisagem

Para fins de classificação das áreas em periurbanas também se considerou a coexistência de elementos urbanos e rurais, incluindo pavimentação, equipamentos e infraestrutura pública (como iluminação, praças e quadras esportivas), tamanho dos lotes, altura dos pavimentos, presença de plantios e vegetação natural.

Plurifuncionalidade

O critério de plurifuncionalidade refere-se à presença de diversas atividades econômicas, tanto urbanas como rurais (ligadas ao setor primário), além de forte especulação imobiliária, com a manutenção de terrenos baldios e anúncios de venda de lotes.

Identidade

Considerou-se como indicador de identidade a presença de escola do campo, comunidade tradicional ou, ainda, coletivo organizado (associação, cooperativa) de representantes do setor rural (agricultores familiares, orgânicos, turismo rural, etc).

Coleta e análise dos dados

Os dados utilizados para análise foram obtidos do Censo Demográfico de 2010, especificamente os resultados dos Agregados por Setor Censitário. Foram computados dados populacionais, a partir dos quais se elaborou o mapa de densidade demográfica. Este mapa foi sobreposto com a situação dos setores censitários, áreas de risco e áreas protegidas, conforme descrito no item 2.5.2.

Posteriormente, foram mapeadas as escolas do campo, por entender as mesmas como parte fundamental da identidade dos territórios nos quais estão inseridas (ou, em alguns casos, os territórios que são atendidos por elas). Para tanto, foram utilizados dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, que tem realizado estudos sobre a identidade de cada escola.

Além das escolas do campo, foram utilizados dados obtidos junto à Superintendência de Agricultura do Município, como diagnóstico do setor rural, indicadores de produção local e cadastro de agricultores e produtores de origem animal.

Os dados acima foram sobrepostos com o mapa de cobertura e uso do solo obtido na base de dados do Instituto Estadual do Ambiente, de áreas protegidas e comunidades tradicionais, obtidos no site Observatório da Cidade de Angra dos Reis (www.observa.angra.rj.gov.br), utilizando-se o programa Quantum Gis Versão 3.6.1.

As informações foram sistematizadas e cruzadas com os dados dos domicílios e entorno dos domicílios (Planilha Domicílio01_RJ e Planilha Entorno01_RJ) (IBGE, 2010). A partir destes, elaborou-se mapas temáticos com informações sobre abastecimento de água, fornecimento de energia, pavimentação, identificação de logradouros, iluminação pública, presença de esgoto e lixo exposto nos logradouros.

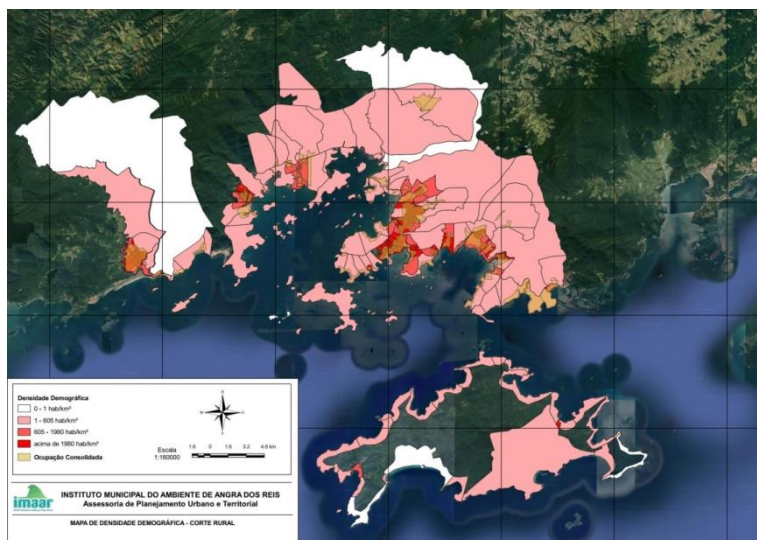
Foram também feitas visitas de campo para registro fotográfico, descrição da paisagem e usos observados. Algumas localidades, entretanto, não foram possíveis de ser visitadas, principalmente em função da criminalidade ou da dificuldade de acesso. Assim, foram utilizadas imagens de satélite e do *Google Street View*.

Resultados

Durante o Diagnóstico do Plano de Mobilidade Urbana de 2016 foram identificados importantes polos de concentração de comércio e serviços no município: Mambucaba, Frade, Centro, Japuíba, Centro e Jacuacanga. Tais localidades foram, então, consideradas como centralidades, funcionando como vetores de expansão urbana e contribuindo para o espraiamento da cidade.

A partir da identificação das centralidades, foi elaborado Mapa de Densidade, utilizando-se corte Rural, conforme indicado por Rigotti e Hadad (2017) (Figura 1). Assim, foi possível verificar que a densidade populacional no município se concentra nas centralidades. Entretanto, como mencionado anteriormente, nem todas as áreas com baixa densidade (até 605 hab./km²) podem ser consideradas periurbanas, sem que se considere os demais critérios.

Figura 1 – Mapa de densidade demográfica, utilizando-se corte rural



As áreas em branco representam áreas com 0-1 hab./km², as áreas em rosa indicam 1-605 hab./km², as áreas em rosa mais escuro representam 605-1980 hab./km² e as áreas em vermelho, acima de 1.980 hab./km². Em amarelo, as ocupações consolidadas, de acordo com mapa elaborado pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis em 2009.

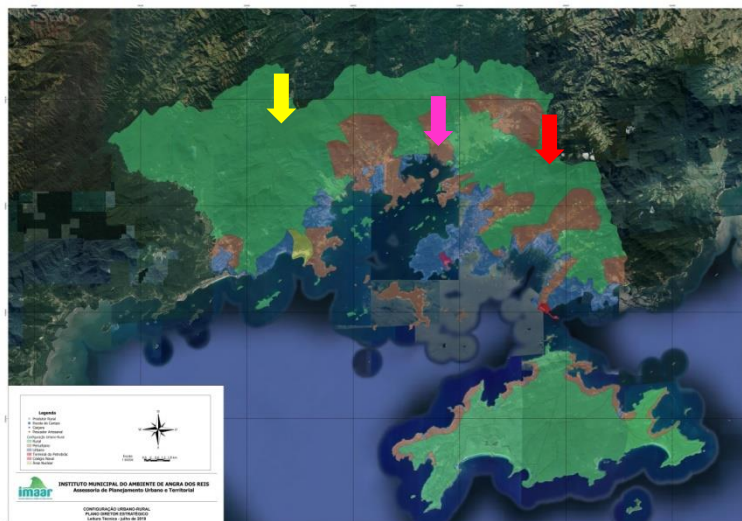
Fonte: Elaborado pelos autores.

Foi observado que alguns setores apresentam, ao mesmo tempo, áreas com diferenças marcantes, sendo necessária sua subdivisão. Foi o caso dos setores 330010025000003 (Praia Vermelha), 330010015000060 (Santa Rita II, acima da BR), 330010015000014 (Santa Rita II, abaixo da BR), 330010015000097 (Itanema), 330010015000041 (parte do Areal), 330010015000055 (Ilha da Caieira), 330010005000078 (Parte da Monsuaba), 330010005000081 (Paraíso), 330010005000082 (Biscaia), 330010005000083 (Ponta Leste), 330010010000002 (Vila do Abraão) e 330010010000001 (parte central da Vila do Abraão).

Por fim, gerou-se um mapa com a proposta das seguintes tipologias de configuração urbano-rural: Área Urbana, Área Periurbana e Área Rural. Ainda de acordo com a classificação oficial dos setores censitários e por configurarem áreas especiais, utilizou-se, ainda, as seguintes tipologias: Colégio Naval, Área Nuclear e Terminal da Petrobrás. Foram consideradas áreas periurbanas aquelas que se

encaixaram em, no mínimo, três dos critérios descritos no item 2.4, concomitantemente. O mapa foi elaborado no programa Quantum Gis Versão 3.6.1, na escala 1:60000 (Figura 2).

Figura 2 – Mapa de Configuração Urbano-Rural



Em verde, áreas predominantemente rurais; em marrom, áreas periurbanas e, em azul, áreas predominantemente urbanas. As setas indicam: Área Nuclear (em amarelo), Colégio Naval (em rosa) e Terminal da Petrobrás (em vermelho).

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, serão brevemente caracterizadas cada uma das áreas, classificadas conforme os critérios descritos anteriormente.

- Mambucaba (Beira Rio) – Setores 330010025000026, 330010025000020 e 330010025000027

Inseridos em faixa susceptível à inundação do Rio Mambucaba e, portanto, área de risco, o que foi percebido pelas marcas existentes nas construções. Possui uso predominantemente residencial uni e multifamiliar, com pequeno comércio e outras atividades como extração de areia. Apresenta considerável quantidade de espaços livres, além de chácaras. Ocupações com características de baixa renda, coexistindo com residências de veraneio, intensa venda de lotes e construções clandestinas, com abertura de ruas e pontos de demolição recente, executada pelo Poder Público.

Presença de pequenos plantios nas propriedades e produção de mudas, circulação de cavalos, artesanato local (produção de cestaria) e pesca artesanal. Presença de pontos de acúmulo de resíduos (principalmente entulho), com equipamentos públicos desativados (Estação de Tratamento de Esgoto). Na margem do Rio Mambucaba, foram identificados pontos de erosão. Algumas observações são ilustradas na Figura 3.

- Mambucaba – Setor 330010025000029

Área situada no entorno da antiga Estrada Mercantil, com atividade predominantemente residencial unifamiliar, com perfil socioeconômico em sua maior parte de baixa renda, ausência de infraestrutura, pavimentação, drenagem e equipamentos públicos. Presença de pequenos cultivos como mandioca, cana e banana, além de pequenas hortas. Existência de imóveis rurais, com produção orgânica certificada, histórico de produção de piscicultura (tilápia) e inscrição no CAR. Produtores associados à cooperativa de agricultores local.

- Mambucaba – Setor 330010025000007

Localizado, em sua maior parte, no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Compreende a localidade conhecida como Morro da Boa Vista, com notável urbanização na entrada da comunidade (quadra, pavimentação, iluminação pública), mas com características rururbanas em seu interior e algumas propriedades rurais isoladas no topo do morro e na margem do Rio Perequê.

Uso predominantemente residencial unifamiliar, acompanhado de um pequeno comércio e alguns estabelecimentos de turismo. Enquadra-se como periurbano em função de sua baixa densidade (até 605 hab/km²), dos usos observados (urbanos e rurais, com presença de galinheiros, quintais e plantações) e do fato de estar inserido parcialmente dentro dos limites de Unidade de Conservação de Proteção Integral. Nessa localidade, a margem do Rio Perequê bastante preservada e pouco ocupada, sendo utilizada para fins de recreação.

Figura 3 – À direita, mapa de alagamento do bairro Mambucaba, mostrando as áreas de risco em azul. À esquerda, barco de pesca artesanal, na margem do Rio Mambucaba (acima) e ETE desativada (abaixo)



Fonte: autores.

- Praia Vermelha – Setor 330010025000003

Comunidade marcada por uma história de resistência de pescadores tradicionais originários da Ilha do Sandri, que ainda praticam a atividade na região. Trata-se de um importante núcleo de

pesca artesanal no continente. Contudo, embora as ocupações na orla tenham características estritamente urbanas, a parte acima da rodovia é constituída por imóveis com usos rurais e urbanos (veraneio), com presença de moradores antigos, estando ainda limítrofe ao Parque Nacional da Serra da Bocaina.

- Piraquara – Setor 330010015000005

Ocupado predominantemente por empreendimentos de alta classe, com características residenciais e veraneio. Presença de pequenos aglomerados compostos por moradias mais populares, ausência de estabelecimentos comerciais. Criação de gado no alto do morro, próximo ao mirante (Figura 4). Presença também de parcelamentos e loteamentos parcialmente implantados.

Figura 4 – Criação de gado no alto da Piraquara



Fonte: autores.

- Grataú – Setor 330010015000013

Limítrofe à fazenda Grataú, caracteriza-se por aglomerado constituído predominantemente por funcionários da fazenda e da empresa Valle Sul. Presença de moradores antigos, com criação de suínos e aves, bem como tanque de piscicultura. Ausência de estabelecimentos comerciais, com apenas uma mercearia. Coleta de resíduos restrita à entrada da comunidade, na margem da rodovia. Vegetação bastante preservada, com plantios sendo observados nas áreas limítrofes à floresta, principalmente mandioca e hortaliças. A localidade não possui abastecimento público de água nem coleta de esgoto (Figura 5).

Figura 5 – Criações e cultivos domiciliares no Grataú



A seta vermelha indica abrigo para porcos, próximo a um curso d'água.
Fonte: autores.

- Gamboa do Bracuí – Setores 330010015000013 e 330010015000063

Apresenta um comércio mais expressivo, de maior porte (marmoraria, serralheria, etc). Uso agrícola concentrado principalmente na periferia do bairro, com criação animal na parte acima da rodovia, próximo ao morro.

Na parte abaixo da rodovia, presença de atividade pesqueira artesanal e coleta de crustáceos no manguezal, com comércio local de pescado e frutos do mar (na beira da Rodovia). O comércio na Gamboa do Bracuí dá-se de maneira desordenada (alguns estabelecimentos são precários), próximo à rodovia.

- Santa Rita II – Setores 330010015000060, 330010015000014

Em função de apresentarem áreas com características distintas, ambos os setores foram subdivididos. A porção periurbana de cada território caracteriza-se pela presença de estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte, uso predominantemente residencial com características socioeconômicas de menor poder aquisitivo. Foi observada existência de cultivos domiciliares e criação de animais. A fração periurbana do setor 330010015000014, situada na parte abaixo da rodovia (próximo ao manguezal) destaca-se por apresentar também sítios e pequenas chácaras, além de patrimônio histórico, representado pela Igreja de São José, que faz parte da cultura e memória do Quilombo Santa Rita do Bracuí. A Figura 6 ilustra alguns elementos encontrados na localidade.

Figura 6 – Residência com cultivo domiciliar (esquerda) e Igreja de São José (direita), ambas localizadas na fração periurbana do setor 330010015000014



Fonte: autores.

- Sertão do Bracuí – Setores 330010015000061 e 330010015000098

Constituído em sua maior parte por território quilombola e indígena, apresenta uso predominantemente residencial e agrícola, constituído por pequenas chácaras, sítios e comércio formado por bares, restaurantes e pousadas. Identifica-se produção agroecológica e tradicional, vegetal e animal, bem como criação de bovinos e produção/comercialização de leite e derivados. Apresenta iniciativas locais de turismo de base comunitária.

- Itinga – Setor 330010015000099

Caracteriza-se pela presença de quintais produtivos e pequenas criações, com ocupações predominantemente de baixa renda, coexistindo com residências de veraneio, principalmente próximas a orla. Limítrofe ao manguezal e a um dos fragmentos constituintes do território quilombola de Santa Rita do Bracuí. Destaca-se a presença de terrenos ocupados por famílias quilombolas que não foram contemplados no processo de titulação. Também foi identificada criação bovina na localidade, para produção leiteira de pequeno porte, cultivos domiciliares e hábito de pesca de alguns moradores, para consumo próprio (Figura 7).

- Ilha Comprida – Setor 330010015000085

Limítrofe a Itinga, abarca um importante fragmento de manguezal e potencialmente sítios históricos referentes aos escravos da antiga Fazenda de Santa Rita, conforme relatado por antigos moradores.

Figura 7 – Cultivos e criações encontradas na Itinga, e ausência de infraestrutura nos logradouros



Fonte: autores.

- Ariró – 330010015000093

A comunidade não possui equipamentos públicos como posto de saúde e regional, ou CRAS, sendo atendida apenas por uma escola do campo, que funciona como centro de convívio e referência na comunidade. O setor 330010015000093 é o mais adensado, com uso predominantemente residencial, com chácaras, sítios e comércio pouco expressivo, constituído principalmente por bares, restaurante e mercearias. Ao longo da margem do rio podem ser encontradas algumas áreas de uso coletivo, que têm funcionado como estacionamento e recreação.

Apresenta forte aptidão agrícola, com presença de produtores, tendo a escola recebido projeto de meliponicultura em 2012 (LORENZON *et al.*, 2012). Na ocasião do projeto, foi feito um diagnóstico com alguns produtores locais, onde foi identificado a predominância de um modelo produtivo sustentável com base na agricultura familiar.

Cabe aqui salientar que parte da região constitui área de pastagem e vegetação secundária, incluindo o maior remanescente de manguezal do município, constituindo, portanto, área tipicamente rural, com criação de gado e nenhuma ocupação.

- Zungu e Serra D'Água – Setores 330010015000095 e 330010015000096

Ambas localidades bastante próximas, com características similares: presença de comércio um pouco mais expressivo (com mercado, padaria), estando os equipamentos públicos concentrados na Serra D'Água (regional, escola, posto de saúde). A escola foi identificada pela Secretaria Municipal de Educação como uma Escola do Campo. Ao andar pela comunidade, é possível identificar pequenas criações e cultivos domiciliares. Presença de produtores rurais e aquicultura continental no Zungu.

- Pontal – Setores 330010015000022 e 330010015000023

Caracteriza-se pela existência de loteamentos e condomínios de classe média e alta, porém com a presença de antigos moradores que preservam hábitos tradicionais, incluindo cultivos domésticos em sítios, chácaras e quintais preservados. Consta a existência de uma única família que vive exclusivamente da pesca, comercializando localmente o pescado.

Destacam-se como aspectos representativos da ruralidade no Pontal a casa de uma das moradoras mais antigas, que mantém seus cultivos tradicionais e o fogão a lenha, o local conhecido como “Sítio da Felicidade” (moradia de grande parte dos alunos) e uma chácara que atualmente se tornou um restaurante e vem desenvolvendo atividades culturais na região. Além disso, a escola realiza atividades que envolvem toda a comunidade, funcionando como um verdadeiro centro cultural e de referência local.

- Parque Belém – Setores 330010015000034, 330010015000071 e 330010015000070

Embora os referidos setores censitários tenham uma ocupação mais adensada, possuem uma paisagem diversificada, com mescla de elementos urbanos e rurais e existência de produtores. A área também assume significativa relevância, considerando-se a presença da antiga estação ferroviária de Jussaral e a zona de amortecimento do Parque Estadual Cunhambebe.

Possui um núcleo urbano, constituído por um comércio de maior expressividade, com ocupações de menor poder aquisitivo, incluindo pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social, o que reforça a

necessidade de iniciativas que favoreçam a segurança alimentar e produção de alimentos em nível local. O incentivo à produção local contribuiria para o desenvolvimento de arranjos produtivos, gerando renda para a população local.

- Banqueta e Areal – Setores 330010015000069, 330010015000084, 330010015000040 e 330010015000041

Também são localidades importantes considerando-se o circuito turístico da antiga linha férrea Angra-Lídice, apresentando iniciativas locais para turismo de base comunitária, com visita a propriedades rurais e cachoeiras. Possui ocupações adensadas, coexistindo com sítios e chácaras e um comércio pouco expressivo, composto por lojas e pequenas mercearias. Em relação à infraestrutura e aos equipamentos públicos, a Banqueta carece de pavimentação e infraestrutura, enquanto o Areal é mais estruturado nas vias principais, possuindo praça, quadra esportiva, além de mais ocupações. Além do Horto Municipal, a comunidade do Areal possui alguns imóveis com usos rurais, principalmente no limite entre a Banqueta e o Campo Belo.

Em 2018 foi inaugurado o condomínio cidadão Vale da Banqueta, do Minha Casa, Minha Vida, empreendimento que trouxe muitos conflitos para a localidade. A Banqueta conta também com a existência de uma escola municipal, uma creche e um posto de saúde.

Na Banqueta, há maior concentração de propriedades rurais cadastradas, com piscicultura e criação de bovinos. Nota-se histórico de conflitos em relação ao atual zoneamento municipal, nas áreas que hoje se caracterizam como Zonas de Interesse Ambiental de Proteção (ZIAP), dificultando a regularização dos produtores. A Banqueta destaca-se por também estar na zona de amortecimento do Parque Estadual Cunhambebe e por estar parcialmente inserida na Área de Proteção Ambiental Municipal da Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba. O bairro possui histórico de inundações, chegando a ficar sem acesso, com a destruição da ponte. Presença ainda de ocupações precárias em diversos pontos, com presença de esgoto a céu aberto e pontos de acúmulo de lixo.

- Camorim Pequeno e Camorim Grande – Setores 330010005000102, 330010005000056 e 330010005000058

Caracterizam-se por ocupações consolidadas e bastante adensadas, com 3 ou mais pavimentos. Possuem maior grau de infraestrutura e equipamentos públicos. Contudo, em certos trechos, principalmente na periferia destas comunidades, além de carecerem de infraestrutura, encontram-se imóveis com características e usos

rurais, alguns podendo ser observados da margem da rodovia BR-101 (a exemplo do Camorim Grande). Da mesma forma, por vezes é possível avistar animais pastando nas partes altas dessas áreas (Figura 8).

Figura 8 – Imóveis com uso tipicamente rural, situado a periferia do bairro



Fonte: Google Street View (2019).

- Lambicada e Morro do Moreno – Setores 330010005000060 e 330010005000061

São comunidades que têm sofrido com o avanço da violência e do crime organizado no município, sendo palco de intensos conflitos. Contudo, é possível notar a existência de cultivos e pequenas criações, principalmente na Lambicada. Não é raro moradores da localidade irem até a Verolme comercializar seus produtos de porta em porta, incluindo ovos, galinha caipira e palmito.

- Caputeras I e II – 330010005000094

Área que concentra um importante balneário na região do corredor turístico da Ponta Leste, a região da Caputera (que abarca a Caputera I e a Caputera II) destaca-se pela presença de ocupações bastante adensadas coexistindo com sítios e chácaras. A população caracteriza-se por perfil socioeconômico predominantemente de baixa renda.

Trata-se de localidades com histórico de risco por conta de enchentes, com paisagem bastante preservada, carecendo também de infraestrutura urbana. Situa-se na zona de amortecimento do Parque Estadual Cunhambebe.

- Monsuaba e Ponta Leste (incluindo Paraíso e Biscaia) – Setores 330010005000078, 330010005000080, 330010005000081, 330010005000082 e 330010005000083

A Monsuaba e a própria Ponta Leste emergem como um importante polo agropecuário do município, com áreas de pastagem e criação de bovinos e equinos. De fato, não é incomum denúncias de equinos abandonados nas praias da região, gerando alguns transtornos. O hábito de cavalgar é presente na localidade, servindo, inclusive, para o deslocamento das pessoas entre os bairros.

Monsuaba possui um alto grau de urbanização em sua porção central, assim como o Camorim Grande, com um comércio bem desenvolvido e equipamentos públicos. Contudo, nas áreas periféricas do bairro, o fenômeno da periurbanização é bem presente, com áreas de pastagens, cultivos e pequenas criações. Juntamente a outras áreas da Ponta Leste, possui criadores de bovinos, equinos e até mesmo suínos.

- Cantagalo – Setor 330010005000092

Situado na divisa do município com Mangaratiba, apresenta mescla de imóveis com usos rurais e urbanos, principalmente uso residencial unifamiliar. Consta a existência de produtores rurais e criadores, onde é possível observar presença de tanques de piscicultura, no início do sertão (zona rural propriamente dita). O comércio local é pouco desenvolvido, possuindo algumas pequenas mercearias e bares. Em relação aos equipamentos públicos, o bairro possui um Posto de Saúde, não possuindo escolas públicas.

Em relação à infraestrutura, algumas ruas carecem de pavimentação e avançam sobre as áreas florestadas. Cabe destacar que o Cantagalo se encontra na zona de amortecimento do Parque Estadual Cunhambebe e possui importantes áreas preservadas.

- Ilha da Gipóia e Ilha da Caieira – Setores 330010005000053 e 330010015000055

Possuem moradores antigos que praticam pesca e cultivos. Suas paisagens são bastante preservadas e ambas localidades têm sofrido com especulação imobiliária e privatização dos seus espaços de uso comum.

- Ilha Grande

Constituída por diferentes localidades com características periurbanas e rurais, muito em função dos usos tradicionais que ali podem ser encontrados e das restrições ambientais e urbanísticas que a ilha possui em relação à ocupação.

Os núcleos mais adensados são Provetá e Vila do Abraão. Contudo, constitui-se núcleo urbano consolidado com forte centralidade a Vila do Abraão, com a presença de mercados, padarias,

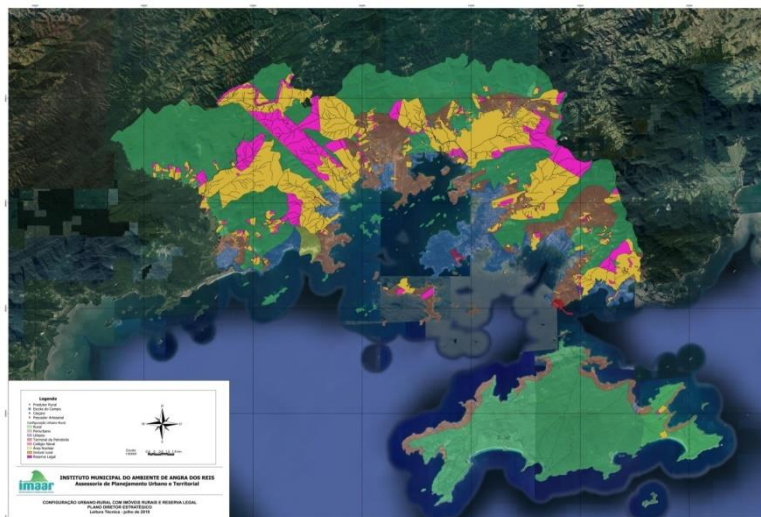
restaurantes e pousadas, incluindo pequenos edifícios comerciais, de até 2 pavimentos. Destaca-se, contudo, regiões com forte ruralidade, tanto na paisagem quanto nos usos (principalmente as que se localizam dentro e entorno imediato do Parque Estadual da Ilha Grande). Assim sendo, a Vila do Abraão teve seus setores censitários divididos entre Urbano e Periurbano.

Cruzamento com dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Para complementar as análises resultantes do cruzamento entre dados primários e secundários, o mapa elaborado foi comparado com as poligonais correspondentes aos imóveis rurais cadastrados no SICAR, que é o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, disponível nas bases do Governo Federal (www.car.gov.br) (Figura 9). É possível observar a convergência de informações na maioria das áreas caracterizadas como periurbanas, indicando a existência de imóveis com características e usos rurais.

As situações observadas nas áreas dos condomínios Porto Frade e Portogalo (não caracterizados como áreas periurbanas) constituem situações atípicas, tratando-se de condomínios fechados compostos por imóveis com uso estritamente urbano. Nessas circunstâncias, é possível que os proprietários ou administradores desses condomínios tenham interesse em instituir RPPNs ou algum outro uso voltado para a conservação ambiental, objetivando sua adequação ou mesmo uso agrícola (silvicultura, rebanhos, criações para lazer, safari ou outros).

Figura 9 – Mapa de áreas periurbanas com sobreposição de dados do CAR, onde é possível ver os imóveis rurais em amarelo e as áreas de reserva legal em rosa



CONCLUSÕES

Os resultados mostram que o município de Angra dos Reis é mais rural do que aparenta, com grande potencial para o desenvolvimento de agricultura periurbana como alternativa para garantir a segurança alimentar das famílias localizadas nas áreas periféricas, comumente em grave situação de vulnerabilidade social.

A consolidação de áreas periurbanas, que podem vir a constituir as chamadas áreas “rururbanas”, pode assegurar meios de fortalecer a agricultura familiar, dando mais visibilidade a mesma, funcionando como uma alternativa de renda para pessoas desempregadas, especialmente as mulheres, como visto em algumas das residências, a exemplo do Grataú e Itinga.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entende-se que tais áreas podem se configurar como verdadeiras colchas de retalhos, onde coexistem imóveis rurais e urbanos em uma ocupação rarefeita, com manutenção dos quintais e espaços de cultivo existentes dentro ou fora dos limites dos imóveis (como aqueles que são cuidados por um morador na calçada, por exemplo, para que os

vizinhos possam usufruir). Assim sendo, é possível que nas áreas rururbanas existam imóveis que paguem ITR e outros que paguem IPTU, bem como preservem-se as áreas de reserva legal. Pode-se prever, ainda, incentivos para uso rural do imóvel, mediante políticas de fomento à agricultura urbana e periurbana.

A categoria de área rururbana constitui solução possível para romper de uma vez com a dicotomia entre urbano e rural, assegurando um desenvolvimento mais justo e equilibrado. Estimular a urbanização intensiva dessas áreas pode ocasionar o declínio dos usos rurais direta ou indiretamente, seja pelo parcelamento do solo, seja pela fragmentação de habitats e alteração no microclima local. Deve-se reconhecê-las como importantes e estratégicas para a manutenção dos cinturões verdes na cidade e conectividade entre os fragmentos florestais, além do potencial turístico das mesmas, seja o turismo ecológico, de vivência ou de base comunitária.

REFERÊNCIAS

BARROS, C. De Rural a Rururbano: Transformaciones Territoriales y Construcción de Lugares al Sudoeste del Área Metropolitana de Buenos Aires. *In: Iberoamérica ante los retos del siglo XXI*. Número extraordinario dedicado al I Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio). Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, Barcelona, n. 45, v. 51, 1999. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-45-52.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

CAMPOS, Jaqueline de Arruda. **Entre o urbano e o rural**: uma análise da periurbanização na região metropolitana de Natal-RN. Orientador: Celso Donizete Locatel. 2018. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados Demográficos para 1980, 1991, 2000 e 2010**. Disponível em: <https://ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>. Acesso em: 20 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base de Informações do Censo Demográfico 2010**: resultados da Sinopse por setor censitário. Rio de Janeiro, 2011.

LOCATEL, C. D. Da Dicotomia Rural-Urbano à Urbanização do Território no Brasil. *In: Mercator*, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 85-102, set. 2013. DOI: 10.4215/RM2013.1202.0006

LORENZON, M.C.A.; LIMA, M. D. J.; MORGADO, L. N.; FERREIRA, M. S. Estudo de Caso da Agricultura Familiar para Introdução da Meliponicultura em Angra dos Reis, como Alternativa Sustentável da Mata Atlântica. **Revista Universidade Rural**. Série Ciências da Vida, Seropédica: EDUR, v. 32, n. 2, p. 82-90, jul/dez 2012.

MACHADO, Beatriz Ribeiro. **Sobre o rururbano**: a ocupação Dandara e os desafios da luta por moradia para além do rural e do urbano. Orientador: Douglas Mansur da Silva. 2017. 162f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2017.

MEDEIROS, Rosa Maria V. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. *In*: Rosa Maria Vieira Medeiros; Michele Lindner. (Org.) **Dinâmica do Espaço Agrário**: velhos e novos territórios. NEAG 10 anos. 1 ed. Evangraf, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157495>. Acesso em: 15 set. 2019.

MIRANDA, Livia Izabel B. **Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural urbana**: o caso da Região Metropolitana do Recife – PE. Orientadora: Norma Lacerda. 2008. 270f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/2964>. Acesso em: 10 out. 2019.

NAKANO, A. K. Desenvolvimento Urbano e Territorial em municípios periurbanos: Diferenciações no universo dos municípios brasileiros. *In*: SANTANA, J. V. HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. S. F. (Orgs.) **A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia**. Belém: Editora UFPA, 2012.

PRYOR, Robin J. Defining the Rural-Urban Fringe. **Social Forces**, University of North Carolina, Chapel Hill, v. 47, n. 2, p. 202-215, Dec. 1968. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2575150>. Acesso em: 12 set. 2008.

RIGOTTI, J. I. R.; HADAD, R. **A Definição de Áreas Rurais no Brasil** – Subsídios ao Plano Nacional de Saneamento Rural. Disponível em: http://pnsr.desa.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/02/4_A-definic%C3%A7%C3%A3o-de-%C3%A7%C3%A9reas-rurais-no-Brasil_Irineu-Rigotti.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. **O Novo Rural Brasileiro**. *In*: Oficina de Atualização Temática: Ocupações Rurais Não-Agrícolas (ORNAs). 2000, Londrina, PR. Ocupações rurais não-agrícolas: anais. Londrina, PR: Iapar, 2000.

Políticas públicas, agroecologia e desenvolvimento rural: reflexões sobre o Pronaf agroecologia a partir do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR

Janete Stoffel
Grasieli de Fátima Rode
Anelise Graciele Rambo

INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura familiar ocupa espaço de destaque, principalmente no que tange à sua pluralidade, capacidade produtiva, abastecimento interno, diversidade cultural, geração de trabalho e renda a milhares de famílias. Devido à importância desta categoria no país, ela tem sido foco de diversos estudos e tem aparecido com frequência nos discursos governamentais.

A implantação de políticas públicas para a agricultura familiar é recente, desponta na década de 1990, época em que a categoria ganha expressividade e um delineamento. Um dos marcos destas

intervenções foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, no ano de 1995. O Programa surge com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento sustentável do segmento rural composto pelos agricultores familiares, através do acesso ao crédito (BRASIL, 2000). Desde a sua criação, o Pronaf passou por diversas mudanças e, em torno desta política pública, existem questionamentos sobre os reais efeitos gerados na agricultura familiar.

Estudos como os de Fernandes (2013) e Belik (2015) identificaram fatores positivos em relação ao Pronaf, sendo esses: reconhecimento da categoria agricultor familiar, instrumento para aumento da produção, ampliação de áreas plantadas, aumento da mecanização e modernização do sistema produtivo. Outros estudos como os de Weid (2006); Costa (2013); Passos (2014) identificaram problemas relacionados ao Pronaf, evidenciando que o desenho institucional da política pública está em descompasso com o desenvolvimento rural sustentável.

Dentre as críticas apresentadas ao Programa, destacam-se: que o Pronaf incentiva o monocultivo, favorece culturas com uso intensivo de insumos químicos, direciona a produção para atividades específicas, reduz a diversidade nos sistemas produtivos, apoia a produção mercantil, promove a especialização produtiva dos agricultores, concentra a destinação dos recursos para agricultores mais capitalizados, exclui os que não possuem os requisitos para acessar o crédito nas instituições financeiras, podendo causar endividamento devido aos riscos inerentes ao mercado, etc. À medida em que as contradições começam a ser identificadas, nota-se que o Pronaf pode não estar atendendo às reais necessidades da agricultura familiar, mas sim contribuindo para ampliação de disparidades.

A agroecologia emerge como um mecanismo de promoção do desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista que objetiva a produção de alimentos de forma diferenciada. Ela leva à redução na dependência da unidade de produção de insumos externos, a valorizar o conhecimento prático dos agricultores, preservar o meio ambiente, proporcionar ganhos justos ao agricultor, considerando, portanto, aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais (GLIESSMAN, 1998; ALTIERI, 2004; CAPORAL, 2009).

Não se pode deixar de mencionar que, sob a perspectiva do consumo na cadeia alimentar, vêm ocorrendo transições importantes na percepção dos consumidores sobre alimentos e agricultura. Isso decorre de um amplo movimento, decorrente da falta de confiança dos

consumidores na produção alimentar moderna, na qualidade dos alimentos procedentes da agricultura convencional, além de uma preocupação mais ampla com ecologia, saúde e bem-estar animal (RENTING; MARSDEN; BANKS; 2017). Nesse contexto, têm se disseminado as redes alimentares alternativas, dentre elas, os circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos.

Sendo assim, a agroecologia, além de possibilitar maior autonomia ao agricultor familiar, também aproxima o produtor do consumidor, possibilitando alimentos frescos, saudáveis, adequados às culturas alimentares locais/regionais e mais acessíveis economicamente, quando comparados aos canais tradicionais de comercialização. Há, ainda, a dimensão ambiental, uma vez que os circuitos curtos agroecológicos estimulam a diversidade dos agroecossistemas e tem menor pegada ecológica.

Diante da importância da agricultura familiar e da agroecologia, o objetivo deste trabalho é analisar em que medida o Pronaf vem estimulando a produção agroecológica na agricultura familiar do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. A importância de realizar um estudo deste tipo na região está amparada na representatividade da agricultura familiar no referido território, onde 82% dos estabelecimentos pertencem a esta categoria. Apesar de existirem iniciativas agroecológicas, o modelo de agricultura que predomina na região é o da agricultura modernizada (CONDETEC, 2004; IBGE, 2017).

Em termos estruturais, este trabalho está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. A segunda, apresenta revisão bibliográfica acerca do desenvolvimento rural sustentável, agroecologia. Na sequência, são abordados aspectos relacionados ao acesso ao Pronaf Agroecologia. A quarta parte trata de elementos acerca dos aspectos metodológicos, detalhando a forma como a pesquisa foi construída. Na quinta seção são apresentados os resultados e as discussões da pesquisa e, por fim, as considerações finais e as referências.

A AGROECOLOGIA NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL

O conceito de desenvolvimento tem perspectivas diversas inclusive nas abordagens teóricas. Quanto ao desenvolvimento rural, Sevilla Guzmán (2005) identifica três categorias históricas do conceito, sendo elas o desenvolvimento comunitário, desenvolvimento rural integrado e o

desenvolvimento rural sustentável. O desenvolvimento comunitário tem origem norte-americana, trata-se da reestruturação de mecanismos para introduzir os camponeses em uma nova agricultura relacionada ao mercado, na qual a condução dos recursos naturais torna-se um negócio. Os esforços para garantir o sucesso desse modelo centraram-se na introdução de uma sociedade científica no campo, objetivando superar o atraso, sendo a Revolução Verde o meio de difusão desse modelo. O desenvolvimento rural integrado seguiu com as mesmas ambições do desenvolvimento comunitário, mas incorporou estratégias para melhorar o nível de vida da população rural, através de infraestruturas, apoio à saúde, garantindo e fortalecendo a ideia inicial de uma agricultura cada vez mais dependente do mercado.

O desenvolvimento rural sustentável (DRS) é uma concepção mais recente. Favaretto (2006), Schneider (2004) e Ribeiro (2015), conceituam como algo relacionado ao processo produtivo, mas que, além disso, contempla aspectos sociais, ambientais, econômicos, culturais, político-institucionais, que objetivam a promoção do bem-estar da população rural. Na perspectiva social, prevê autonomia das comunidades, participação ativa da população rural. Além disso, uma nova maneira de consumir, um olhar diferenciado para o processo produtivo, novas formas produtivas e de organização social também fazem parte dessa concepção. Do ponto de vista ambiental, exige ações voltadas ao benefício de todos os elementos do ecossistema, garantindo a produtividade e continuidade do sistema para futuras gerações. No sentido econômico, prevê o retorno financeiro e a distribuição equânime de renda. E, na perspectiva político-institucional, pressupõe distribuição de terra e promoção de uma concorrência justa no mercado.

Dito isso, julga-se importante enfatizar a importância de se considerar as dinâmicas rurais e urbanas, e suas inter-relações, quando são feitas reflexões seja sobre o desenvolvimento em geral, seja sobre o desenvolvimento rural em particular. Pois, como afirma Veiga (2007), é na procura urbana que parece residir o essencial da evolução futura das áreas rurais, especialmente naquelas onde a atividade agrícola orientada para o mercado não alcança uma expressão significativa. As cidades precisam de zonas rurais próximas, e territórios rurais precisam das variadas oportunidades e da produtividade das cidades para prezar o restante do mundo natural em vez de amaldiçoá-lo.

Entende-se, aqui, que a agroecologia se torna um mecanismo de promoção do desenvolvimento rural sustentável, capaz de integrar o

mundo urbano e rural. Tal afirmação está amparada na transição observada por diferentes autores acerca de uma transição mais ampla nas economias rurais, caracterizada ora como uma virada no regime alimentar produtivista para um pós-produtivista, ora como um novo paradigma de desenvolvimento rural (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017).

Casado, Molina e Guzmán (2000), relacionam desenvolvimento rural sustentável e agroecologia na perspectiva de construção de um processo com base na identidade local, construído de forma participativa, objetivando transformações socioeconômicas, ambientais, garantindo o bem-estar das populações rurais. Esta percepção se relaciona com a economia ecológica, que compreende o sistema econômico como algo que está dentro de um sistema maior, no caso, o sistema ecológico. Este, por sua vez, é compreendido como algo complexo, ambiente composto de diversas relações e, devido à sua complexidade, exige abordagem interdisciplinar (SOUZA, 2000).

A agroecologia se propõe a evitar a deterioração dos recursos naturais, portanto, necessita ir além do processo produtivo, introduzindo-se nos processos de circulação, modificando os mecanismos de exploração social (evitando, assim, a danificação causada à sociedade nas transações mediadas pelo valor de troca) (SEVILLA GÚZMAN, 2005). Casado, Molina e Guzmán (2000) percebem, na agroecologia, a maneira de se alcançar o desenvolvimento rural sustentável e de enfrentar o atual modelo agrícola hegemônico, uma vez que as dimensões tratadas por ambos os temas são as mesmas. A agroecologia é multidimensional, uma vez que não pretende atender apenas a aspectos técnicos do processo produtivo, mas considera elementos culturais, econômicos, sociais, políticos, éticos, ambientais e, devido a todos estes elementos, ela é considerada complexa. A partir dessas dimensões, nota-se a similaridade de seu conceito com o que se almeja por meio do desenvolvimento rural sustentável.

Existem diversos desafios na construção de agroecossistemas agroecológicos, que vão desde a desconstrução de algumas visões até elementos técnicos do processo produtivo convencional para agroecológico. Gliessman (2005) destaca níveis de transição dos processos produtivos: o primeiro, pressupõe o aumento da eficiência e eficácia das práticas convencionais, visando à redução de insumos externos caros, escassos e prejudiciais ao meio ambiente. No segundo nível, trocam-se as técnicas e os insumos convencionais externos por métodos alternativos e insumos locais. No terceiro nível, são

incorporados o novo conjunto de práticas e processos, redesenhando o agroecossistema. Os níveis de transição agroecológica definidos por Gliessman (2005) fornecem importante referencial de análise para técnicos e agricultores. Apesar disso, a prática do processo de transição é complexa e não acontece de forma estática (ZUGASTI *et al*, 2009). Por este motivo é difícil caracterizar, na prática, o nível de transição para a agroecologia de unidades de produção, tendo em vista que o processo de transição ocorre de forma dinâmica e é composto de diferentes particularidades, conforme a realidade de cada unidade de produção.

A partir da compreensão apresentada da agroecologia, entende-se que esta responde aos principais problemas gerados pela agricultura convencional como agressão das práticas agrícolas ao meio ambiente, perda da biodiversidade, alto grau de desperdício, uso de insumos químicos. A agroecologia possibilita a continuidade de existência dos agricultores familiares, por preservar ecossistemas, respeitar culturas alimentares, preservar a soberania e segurança alimentar nutricional. Os movimentos sociais do campo têm ação importante na luta em defesa da agroecologia, sendo protagonistas neste processo. A ação do Estado também é fundamental para seu fortalecimento e consolidação. Entretanto, majoritariamente, o Estado brasileiro tem atuado no sentido de subsidiar o modelo hegemônico de desenvolvimento, pautado nos resultados da Revolução Verde.

É recente a inserção de políticas públicas para a agricultura familiar, apesar da representatividade da categoria em nível nacional. Historicamente, a postura do Estado favoreceu o latifúndio. A instituição do Pronaf, ainda que com algumas limitações, marca o início do reconhecimento, pelo Estado, da categoria de agricultores familiares, como será apresentado a seguir.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Em 1995, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), constituído para amparar financeiramente as atividades agropecuárias e não agropecuárias, gerando aumento da capacidade produtiva, melhoria na renda e geração de empregos através de crédito rural (BRASIL, 2000). A criação dessa política pública representa o reconhecimento da categoria de agricultor familiar, que, até então, recebia denominações como

pequenos produtores, produtores de baixa renda, agricultores de subsistência ou produtores familiares (SCHNEIDER, 2006).

Ao longo dos mais de vinte anos de existência do Pronaf, diferentes subprogramas foram criados, dentre eles, o Pronaf Agroecologia, em 2003. Este subprograma busca fortalecer agricultores em processo de transição ou já certificados na agroecologia. Dentre as finalidades de uso, o recurso pode ser destinado para construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, aquisição de máquinas, equipamentos, instalação de sistema de irrigação e implementos agropecuários (MCR, 2018).

Os dados do Banco Central, sobre número de contratos e valores acessados (considerando o período que compreende as safras 2005/2006 até 2017/2018), indicam que o Pronaf Agroecologia representa menos de 1% dos recursos destinados ao Pronaf, sendo a que possui o menor acesso pelos agricultores dentre todas as linhas do Programa. Em termos regionais, a região Nordeste possui o maior número de contratos do subprograma, respondendo por 68,77% deste total, somados os investimentos agrícolas e pecuários. A região Sul é a que detém a maior parte dos montantes repassados, representando 48,9% deste total (BACEN, 2019).

Dentre as principais finalidades para as quais os recursos do Pronaf Agroecologia foram acessados estão a aquisição de tratores, máquinas e equipamentos, correspondendo a 29,87% dos valores repassados até a safra 2017/2018. Do total de repasses, 23,31% correspondem à aquisição de veículos, principalmente caminhões e camionetes. Os demais recursos são distribuídos para custear a formação de culturas perenes de abacate, acerola, amora, café, caju, caqui, coco, coco-da-baía, florestamento e reflorestamento, goiaba, graviola, limão, mandioca, maracujá, morango, noz, mirtilo, pimenta-do-reino, tangerina, urucum. Destaque para as culturas de banana, cana de açúcar, laranja, uva que possuem o maior número de contratos e/ou valor repassado, nessa modalidade (BACEN, 2019).

Em relação aos acessos de recursos no Estado do Paraná, no período desde a safra 2015/2016 até a safra 2017/2018 foram repassados R\$ 1.152.572,45, pela linha Pronaf Agroecologia, distribuídos em 23 contratos. Número pouco expressivo, se comparado à linha de maior acesso, a do Pronaf Mais Alimentos, que, no mesmo período, repassou R\$ 2.896.806.723,75, distribuídos em 73 mil contratos.

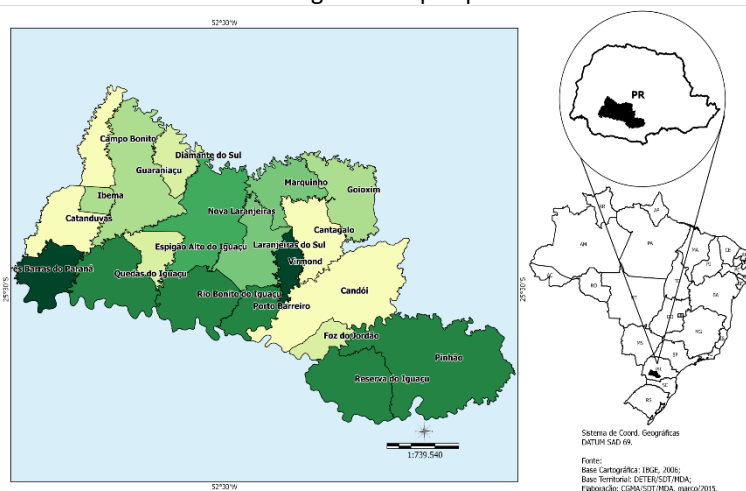
A existência de poucos acessos ao Pronaf Agroecologia pode estar relacionada ao que Weid (2006) manifesta, ou seja, que as produções agroecológicas não são dependentes de recursos externos. Apesar de o autor predito identificar que, no sistema agroecológico, há pouca demanda por crédito, ele salienta a necessidade de um investimento inicial para estruturação do sistema agroecológico. Subentende-se que esta demanda aconteça no período de transição do sistema convencional para com a agroecologia. Portanto, as políticas públicas para a agroecologia, principalmente na fase de transição, são consideradas essenciais.

O crédito rural é um mecanismo importante para estimular e promover atividades produtivas, pois pode possibilitar a modernização e o custeio da manutenção da unidade de produção. Em função disso, muitas vezes, é tido como instrumento importante para o desenvolvimento. Por outro lado, se aplicado sem uma análise de viabilidade, poderá gerar problemas ao agricultor, podendo refletir negativamente na sucessão, permanência, qualidade de vida no campo. Por isso, é importante compreender as limitações e potencialidades geradas pelo Pronaf, para entender que tipo de desenvolvimento esta política pública tem fomentado e que resultados gera para a Agroecologia, fato esse, que instigou a proposição deste estudo. Diante disso, na próxima seção, estão descritos os métodos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa e obtenção dos resultados.

O PERCURSO METODOLÓGICO

Os objetivos da pesquisa caracterizam-se como descritivos e explicativos. A partir dessa combinação torna-se possível a identificação de fatores e seu posterior detalhamento e explicação, para, assim, descrever e analisar as limitações e potencialidades do Pronaf em relação ao estímulo à produção agroecológica na agricultura familiar do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Mapa 1 –Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu: área de abrangência da pesquisa



Fonte: SIT(2018).

Em 2008, o Governo Federal lançou o Programa Territórios da Cidadania, objetivando superar a pobreza e gerar trabalho e renda no meio rural. A pesquisa buscou informações diretamente com a população pesquisada, para o levantamento de dados primários. A abordagem do problema se deu predominantemente pelo método qualitativo, considerando que este tipo de pesquisa tem como objetivo conhecer mais detalhadamente os sujeitos pesquisados, sem que a preocupação seja com a representatividade da amostra.

O critério de seleção dos sujeitos pesquisados foi do tipo não probabilístico. Os entrevistados foram escolhidos, por conveniência, conforme a tipificação definida para a pesquisa. Para chegar até os pesquisados, foi realizado contato com colaboradores da Rede Ecovida e CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia, entidades que atuam como agentes promotores da agroecologia e da cooperação no Território Cantuquiriguaçu.

A partir das entidades supracitadas, foi possível a participação em reuniões de grupos de agricultores com certificação. Nessa oportunidade, foram apresentados os objetivos da pesquisa e foi realizada a troca de contatos com os agricultores familiares interessados em dela participar. A escolha levou em conta três

categorias de agricultores familiares conforme caracterização apresentada no Quadro 1:

Quadro 1 – Caracterização da população da pesquisa, Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, 2019

Tipo	Características	Categoria
Agricultores familiares certificados	Compreendem os agricultores familiares que possuem certificação orgânica/agroecológica para 100% das culturas produzidas na propriedade.	Categoria A
Agricultores familiares com produção concomitante de agroecológicos e outros tipos de produção	Agricultores que produzem orgânicos/agroecológicos (certificados) e que ainda mantém a produção de culturas convencionais	Categoria B
Agricultores familiares que estão em processo de transição para Agroecologia	Trata-se dos agricultores familiares que ainda não possuem certificação orgânica/agroecológica, mas que já iniciaram a adoção de práticas orgânicas, em pelo menos parte da área da unidade de produção.	Categoria C

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Os dados primários levantados nesta pesquisa foram obtidos por meio de entrevista semiestruturada aplicada aos agricultores familiares selecionados nos seguintes municípios: Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Quedas do Iguaçu e Reserva do Iguaçu (suas localizações podem ser observadas no Mapa 1). A entrevista foi organizada sob forma de roteiro, objetivando informações gerais dos entrevistados e de suas propriedades. Nela se buscou compreender a problemática de acesso ao crédito Pronaf sob o ponto de vista do agricultor familiar. O entrevistado não precisou se identificar, tendo preservado o anonimato. Na apresentação dos resultados, os respondentes foram identificados com base no sexo e idade.

Contudo, cabe ressaltar que a pesquisa teve limitações. O critério utilizado para a escolha da amostra não permite a generalização dos resultados. Sendo assim, esta pesquisa é explicativa e válida para o

grupo de agricultores que concederam a entrevista, apesar de haver a expectativa de que a análise isolada contribua com o todo.

Na próxima seção, estão descritos os resultados e discussões, apresentando, inicialmente, o perfil dos entrevistados e como se comportam os elementos de acesso ao Pronaf, bem como suas relações com a Agroecologia.

LIMITES E POTENCIALIDADES DO ACESSO AO PRONAF PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

Nesta seção estão expostos os resultados alcançados por meio deste estudo. Três grupos de agricultores familiares (classificados conforme o Quadro 1) formaram a amostra desta pesquisa, totalizando 31 unidades de produção familiares pesquisadas.

A categoria A está composta por agricultores familiares certificados, ou seja, agricultores que possuem certificação orgânica/agroecológica para 100% das culturas produzidas na unidade de produção. Foram pesquisadas 10 unidades de produção nesta categoria e participaram da entrevista 16 pessoas com idade superior a 18 anos. A categoria B é composta por agricultores familiares que possuem certificação orgânica/agroecológica para parte das culturas produzidas na propriedade, mas que também desenvolvem culturas não certificadas. Apesar de terem apenas parte da área certificada na agroecologia, não utilizam insumo químico nas demais áreas da unidade de produção agrícola. Foram 15 unidades de produção nesta categoria, envolvendo 21 pessoas com idade superior a 18 anos.

A categoria C é composta por agricultores familiares em transição para a agroecologia, sendo estas as unidades de produção que ainda não possuem certificação orgânica/agroecológica. Na categoria C, foram pesquisadas 6 unidades de produção, abrangendo 7 pessoas. Nesta categoria houve a maior dificuldade de localizar agricultores, tendo em vista que a Rede Ecovida ainda não dispõe do cadastramento destas famílias. A justificativa se relaciona à descontinuidade dos agricultores no modelo agroecológico, devido às dificuldades presentes no início da transição. Reiterando Santos (2016), o processo de transição é desafiador, devido aos problemas com fertilidade, disponibilidade de água, manejo de plantas espontâneas e insetos, manutenção da sanidade animal, ausência de recursos financeiros para viabilização e problemas com dívidas decorrentes da produção

convencional, no período anterior; além da pressão social e política para a manutenção dentro do modelo hegemônico.

As entrevistas se iniciaram estimulando os agricultores a falarem de sua história de vida. Apresentando relatos semelhantes entre si, de luta, sobrevivência e resistência, carregados de emoção, em decorrência das dificuldades enfrentadas.

Todos os entrevistados são filhos de agricultores, tendo morado, inicialmente, no meio rural, sendo que alguns, por necessidade, precisaram sair do campo e desenvolver outras atividades, para mais tarde retornar ao campo. Dentre aqueles que residiram por algum tempo no meio urbano, as atividades desenvolvidas eram como professor(a), pedreiro, mecânico, representante de organização coletiva e empregada doméstica. Atualmente constata-se que 31% dos entrevistados atuam concomitantemente na propriedade e fora dela. Dentre os trabalhos desenvolvidos fora da propriedade estão atividades como membros de organização coletiva atuando em cooperativas, técnico agrícola, feirante, confeitaria.

Em relação à faixa etária, cabe considerar que a categoria C foi a que apresentou média de respondentes mais jovens, correspondente a 36,5 anos de idade. No caso dos agricultores da categoria A, estes apresentam idade média de 41,06 anos. O grupo de agricultores que apresenta média de respondentes mais velhos é a categoria B, com média de 47,19 anos.

No quesito escolaridade, metade dos respondentes cursou apenas as séries iniciais do ensino fundamental. Nesse sentido, algumas falas dos entrevistados revelam o desejo pela continuidade dos estudos, entretanto, as condições socioeconômicas, a localização distante da escola, preferência por trabalhar, pai ou responsável não lhes permitiram fazê-lo. A fala a seguir, evidencia alguns dos motivos supracitados. “A escola que tinha mais perto, só ia até a quarta série. Aí quando terminei a quarta, não fui para o ginásio, porque não adiantava, a prioridade era o trabalho, e se eu fosse estudar longe, teria que sair de casa” (HOMEM, 50 ANOS, CATEGORIA B). Do total de entrevistados, 31,3% conseguiu concluir o ensino médio e destes, 18,8% ingressaram no ensino superior. De forma geral, os entrevistados enfatizaram a importância de estudar como sendo um elemento de ampliação de capacidades e emancipação do indivíduo.

Em relação à condição de posse da terra, do total de entrevistados, foram identificados agricultores com Contrato de Concessão de Uso (CCU). Esse contrato garante o acesso à terra pelo

agricultor em caráter provisório, permitindo-lhe a obtenção de créditos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, entre outros programas do Governo Federal de fomento à agricultura familiar (INCRA, 2019). Alguns deles se encontram em condição de acampados, ocupando a terra de forma provisória, e estão aguardando a disponibilização do CCU pelo Incra, sendo a produção de alimentos desses agricultores destinada, atualmente, ao autoconsumo. Devido à falta do CCU, esses agricultores não têm acesso aos créditos disponibilizados pelo Incra e pelo Governo Federal.

Como forma de obter melhores condições de acesso às políticas públicas, fomentar a comercialização de seus produtos, acessar serviços à comunidade é comum que os agricultores familiares se organizem e se vinculem em associações e cooperativas. Em relação à participação dos entrevistados em organizações coletivas, observou-se que todos possuem vínculo com, pelo menos, uma organização. Dos agricultores da categoria A e B, todos possuem certificação pela Rede Ecovida. Esta rede funciona por meio da organização das famílias em grupos informais, associações ou cooperativas, e concede certificação participativa aos agricultores vinculados.

Também foram mencionadas, por parte dos entrevistados, cooperativas de crédito, como organizações para acesso a empréstimos e financiamentos, além de outros produtos e serviços bancários. As cooperativas de produção contribuem no fomento à comercialização e beneficiamento dos produtos. E as associações de produtores objetivam oportunizar parcerias com entidades públicas/ privadas para capacitação aos agricultores, além de participar de licitações para uso de maquinários, por exemplo. Cabe ressaltar que os agricultores que se encontram em acampamentos possuem menor vínculo com organizações coletivas. No caso destes, a maioria possui apenas o vínculo com a Rede Ecovida e justificaram que precisam ir para a terra definitiva para, posteriormente, se vincularem às associações de produtores e/ou cooperativas de produção. No caso das instituições financeiras, os acampados não conseguem abrir conta, pois não possuem comprovação de residência.

A diversidade produtiva é um elemento ímpar na produção agroecológica, característica confirmada nas pesquisas, uma vez que são produzidas hortaliças, mandioca, amendoim, girassol, abóbora, arroz, milho, feijão, frutas, plantas medicinais. No caso das unidades que estão em transição para a agroecologia, a horta ainda está em desenvolvimento, e existe representatividade significativa no

monocultivo de milho, ou atividade leiteira, as quais ocupam maior parte da área, uma vez que tais atividades são desenvolvidas no modo convencional. Essas podem contribuir na dependência de insumos externos da unidade de produção, pois, tanto no plantio de milho convencional como na produção de leite, os agricultores acabam por ficar dependentes do mercado, seja em relação à demanda, seja em relação aos preços. Observou-se que a renda proveniente das atividades convencionais, sobretudo no caso dos agricultores que estão em transição, é significativa, haja vista que ainda não iniciaram a comercialização de produtos agroecológicos.

Sobre o primeiro contato com a agroecologia, 75% dos entrevistados responderam ter acontecido em reuniões e eventos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o qual tem como uma das bandeiras a adoção da agroecologia. Também foram apontados outros elementos que contribuíram para escolha da produção agroecológica tais como: saúde (81,3%), melhor qualidade de vida (56,3%), apoio do CEAGRO (56,3%), produto de maior qualidade (18,8%).

Em relação às principais dificuldades que enfrentaram no processo de transição para a agroecologia, os agricultores destacam a incidência de pragas e doenças nas plantas, que, segundo os entrevistados, ocorre com mais intensidade no início da transição. Além das pragas, a dificuldade na comercialização também foi um elemento identificado como limitador, ilustrado em falas como a que segue: “De nada adianta produzir, se não tem pra quem vender. A gente sabe que tem bastante mercado pra fora (Curitiba, São Paulo) que pagam mais. Mas se não tem o contato com esse povo, e formas de levar os produtos até eles, fica difícil” (HOMEM, 36 anos, CATEGORIA A). Para conseguir acesso a alguns mercados, os agricultores se vinculam às cooperativas/associações de produção. Essas organizações buscam comercializar produtos principalmente por meio de políticas públicas de alimentação escolar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A falta de conhecimento técnico e das formas de manejo mais adequadas também foram elementos relatados pelos entrevistados como sendo desafios, na fase da transição. Os agricultores mencionaram que, na agroecologia, o aprendizado é diário, pois frequentemente se deparam com descobertas que surgem após testes. Além das limitações mencionadas anteriormente, a falta de recursos

financeiros também foi um dos elementos apontados como dificultadores no processo de transição.

Sobre as dificuldades do processo de transição para a agroecologia, Santos (2016) destacou como elementos dificultadores: problemas com fertilidade, disponibilidade de água, manejo de plantas espontâneas e insetos, manutenção da sanidade animal, ausência de recursos financeiros para viabilização e problema de dívidas no período anterior; além da pressão social e política para manutenção dentro do modelo hegemônico; problemas econômicos pela ruptura; comercialização.

Apesar das dificuldades enfrentadas, todos os pesquisados relataram interesse pela continuidade com a produção agroecológica. Há relatos de orgulho pelos avanços que obtiveram e por construir uma produção na qual o foco não é a quantidade, mas sim a qualidade. “Sim, quero continuar, é muito bom olhar para traz e ver que conseguimos chegar até aqui. Sabemos que estamos no caminho certo e que essa é a melhor forma de produzir. Não é por ser mais fácil, mas sim porque é o melhor” (MULHER, 52 anos, CATEGORIA A). Os mesmos elementos são evidenciados na fala a seguir “[...] eu ouvi por alguém que não era possível produzir sem veneno. Já faz seis anos que estou nesse modelo, é certo que não temos muito apoio político, mas provar que é possível a produção, é uma grande coisa. A agroecologia é forma de vida” (HOMEM, 56 anos, CATEGORIA A).

Em relação aos dados de acesso ao crédito rural, foi possível observar que 71% dos agricultores entrevistados já acessou o Pronaf pelo menos uma vez. A categoria B apresentou o maior número de respondentes com acesso ao Pronaf. E o grupo com menor acesso são os agricultores da categoria A, havendo número significativo de entrevistados que nunca acessou o Pronaf por dificuldades como as restrições legais para acesso a tal recurso, tendo em vista que estão em acampamentos.

A variação do número de operações, desde 1996 (surgimento da linha), oscilou entre duas (2) e quinze (15), entre os entrevistados. Os recursos acessados foram nas modalidades Pronaf Custeio Agrícola, Pronaf Custeio Pecuário e Pronaf Investimento Mais Alimentos, utilizados para custear e investir em atividades convencionais (apesar de muitos já estarem desenvolvendo a atividade agroecológica quando acessaram o recurso). No custeio, destacam-se as finalidades de plantio de soja, milho, trigo e feijão e para manutenção de animais. E na linha Investimento: aquisição de matrizes leiteiras, tanque resfriador,

ordenhadeira, sistema de irrigação, veículo utilitário, correção do solo, destoca e forrageira.

Alguns entrevistados admitiram aplicar os recursos do Pronaf, para além das finalidades amparadas pelas regras, conforme uma das falas: “Fui no banco e pedi pra me ajudarem, financiei minhas vacas e o dinheiro do investimento foi para cirurgia do meu filho” (MULHER, 50 anos, CATEGORIA B). “Já fiz um investimento pra comprar vaca, mas parte do dinheiro usei pra comprar o lote” (HOMEM, 35 anos, CATEGORIA B). Cabe ressaltar que dois dos entrevistados, nesta categoria, alegaram ter destinado parte dos recursos para atender à atividade agroecológica, conforme uma das falas: “financiei custeio de milho, e um pouco do recurso usei pra comprar adubo pra horta, tem sempre um pouquinho do dinheiro indo pra a agroecologia” (HOMEM, 49 ANOS, CATEGORIA B).

Para ter acesso ao Pronaf, os agricultores necessitam estar ativos na Declaração de Aptidão ao Programa e possuir um projeto, no qual estão descritas a viabilidade e a alocação dos recursos, para o qual contam com o apoio de técnicos e profissionais da área. Cabe enfatizar que a assistência técnica é um elemento ímpar no quesito crédito rural, tendo em vista a complexidade de informações a serem consideradas na realização de um projeto de investimento ou custeio (agrícola ou pecuário), pois são operações que exigem conhecimento, orientação, coordenação, avaliação, planejamento e acompanhamento dos projetos por profissionais habilitados. A falta de assistência técnica ou a baixa qualidade da prestação deste serviço são fatores que podem influenciar negativamente na geração de renda por parte daqueles que acessam o crédito (GUANZIROLI, 2007).

Os agricultores entrevistados que acessaram o Pronaf, seja na linha de custeio ou de investimento, receberam assistência técnica de profissionais com formação técnica em agropecuária e superior em engenharia agrônômica. Observou-se que contrataram o profissional com recursos próprios, para elaboração do projeto e, posteriormente (após a liberação do recurso e aquisição do objeto financiado ou do plantio), o mesmo técnico fez laudo de acompanhamento e fiscalização da aplicação do recurso. Em relação à satisfação com a prestação da assistência técnica, os agricultores responderam ser “imparciais”.

Foi identificado número significativo de entrevistados que enfrentou problemas no pagamento das prestações, por fatores relacionados à garantia e frustrações de safra. Tais problemas levaram estes agricultores a não acessar novos financiamentos em instituições

financeiras. Nestes casos, as opções foram adquirir insumos diretamente em cooperativas de grãos com pagamentos na colheita. Posteriormente, foram aumentando a produção da horta e certificando a produção agroecológica. Conforme mencionado anteriormente, a maior parte dos entrevistados tem vínculo com movimentos sociais, fato evidenciado por muitos como fator significativo na escolha da produção agroecológica.

A fim de identificar a necessidade de recursos financeiros externos na unidade de produção, os agricultores foram motivados a avaliar sua situação. As opções de respostas correspondiam a) possuir autonomia financeira (para os casos que não dependem de empréstimos e financiamentos); b) apresentar dependência relativa de recursos financeiros externos (pressupondo a necessidade ocasional ou pontual de empréstimos e financiamentos). Por fim, a última opção era c) dependência permanente de recursos financeiros externos (para os casos que dependem de empréstimos e financiamentos para garantir a produção na unidade).

Nos três grupos, o maior percentual de agricultores respondeu que tem dependência relativa de recurso financeiro externo. No grupo B, este percentual é de 86,6%, no C de 83% e no A de 60%. Quanto àqueles que afirmaram terem autonomia financeira, no grupo A 10% apontou ser esta a situação, no grupo B foram 6,7% e no C nenhum agricultor afirmou ter esta independência. Por fim, chama a atenção a categoria A e a categoria C, que tiveram 30% e 17%, respectivamente, dos respondentes com dependência permanente. Esses agricultores estão em acampamentos ou nas fases iniciais do processo de transição. Todos os entrevistados desta categoria consideram que a fase da transição para a agroecologia é aquela que mais demanda recursos financeiros externos.

Foi observado, dentre os respondentes, cautela com relação ao acesso a novos créditos, fato que pode ter relação com as experiências negativas que tiveram (inadimplentes por avalistas, juros acrescidos de contratos renegociados, pouca orientação técnica, atraso de parcela). A categoria C foi aquela em que as falas dos agricultores apontaram para uma quantidade maior de benefícios obtidos através do Pronaf. Dentre os benefícios mencionados foram citados: as baixas taxas de juros e prazos para pagamento.

Ao serem questionados sobre o conhecimento que possuem acerca do subprograma Pronaf Agroecologia, todos os entrevistados demonstraram que possuem conhecimento superficial em relação às

características da linha em questão, conforme evidenciado nas falas dos entrevistados: “Já escutei falar, mas quanto às regras eu não sei praticamente nada” (HOMEM, 32 ANOS, CATEGORIA A); “Já ouvi falar, mas não sei como funciona” (HOMEM, 37 ANOS, CATEGORIA C). Assim, o fato de não acessarem esta linha é motivado pelo desconhecimento, ou porque não visualizam vantagens em relação às demais linhas, tendo em vista que, segundo eles, as exigências são maiores e os benefícios são os mesmos do crédito comum. Conforme mencionado por um entrevistado, no sistema agroecológico a demanda por insumos é menor, se comparada ao pacote para plantio de soja, milho, trigo e outros monocultivos, elemento que também foi apontado por Gliessman (1998), Altieri (2004) e Caporal (2009).

Há de se considerar que, dentre aqueles que demonstram interesse em acessar aos recursos oriundos do Pronaf, alguns se encontram em acampamentos, sendo aqueles que ainda não detêm a terra definitiva e a infraestrutura para desenvolvimento de suas atividades agrícolas. Na fala a seguir fica ilustrado o entusiasmo e expectativa em relação à possibilidade de acessar ao crédito para agroecologia, quando for assentado: “Primeiro utilizaria o recurso para matéria prima, para desenvolver uma agrofloresta com árvores frutíferas. Depois, acessaria para desenvolvimento de uma agroindústria para produzir meliponíneos, que são abelhas sem ferrão (HOMEM, 32 anos, CATEGORIA A).

A partir das entrevistas é possível observar que o Pronaf tem contribuído pouco para com a agroecologia no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR. Em consonância com resultados apontados por Schneider (2006), Costa, Gonçalves (2012), Costa (2013), é possível constatar que o Programa favorece mais ao aumento no grau de especialização das atividades agrícolas. Avalia-se que a existência de uma linha de crédito específica para a Agroecologia é apenas um elemento isolado, sobre a qual a maioria dos beneficiários possui poucos conhecimentos. Dentre outras dificuldades, foram apontadas as condições das estradas, que, por sua vez, prejudicam a logística, o transporte dos produtos. A comercialização também foi identificada como aspecto limitador, pois não adianta produzir sem um mercado para o qual escoar a produção. Aliado a isso, a dependência de comercialização por meio de programas como o PNAE e o PAA também se mostrou um elemento de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar em que medida o Pronaf vem estimulando a produção agroecológica na agricultura familiar do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Em relação ao subprograma foram observadas as condições de acesso a este tipo de crédito por parte de produtores certificados e em transição para a agroecologia. Em seguida, foram descritas e analisadas as potencialidades e limitações do Pronaf no estímulo à produção agroecológica no referido Território, através do perfil e das experiências relacionadas ao acesso ao crédito do Pronaf dos entrevistados.

Em relação à análise das potencialidades e limitações do Pronaf no estímulo à produção agroecológica, no Território analisado, foram observados diversos elementos. Dentre as limitações, está a falta de acesso ao subprograma Pronaf Agroecologia, uma vez que, para os agricultores pesquisados, há desconhecimento sobre pré-requisitos e características da linha. Além disso, destacam-se as frustrações com o Pronaf para atividades convencionais, problemas causados por atraso de parcelas decorrentes de frustrações de safra, problemas com avalistas em atraso, baixo retorno a partir dos investimentos. Além dos elementos já mencionados, as dificuldades de enquadramento, por falta de documentação, podem ser outro limitador para acesso à linha.

Ainda foi observado, em alguns municípios pesquisados, um desamparo político. No caso dos assentados, os agricultores conquistaram a terra, através de políticas públicas de reforma agrária, entretanto, carecem de infraestrutura de acesso às suas unidades de produção. Em alguns casos tão graves que impossibilitam a chegada na unidade de produção com veículo. Logo, não basta o acesso à terra como política pública de desenvolvimento rural, é preciso que o agricultor tenha condições mínimas de moradia, saúde, educação, financeira e deslocamento para permanecer e sobreviver nessa terra.

A realidade observada corrobora com o apontado por Renting, Marsden, Banks, (2017), ao afirmarem que um número crescente de agricultores tenta a sorte com formas de produção alternativas e novos modos de comercialização, convictos de que a produção de alimentos em massa não proporciona continuidade nem renda suficiente para a atividade agrícola, representando uma resposta proativa dos agricultores às mudanças do contexto econômico e político. As políticas públicas, especificamente o Pronaf e o subprograma Agroecologia, parecem não ter incorporado, ainda, as novidades nos padrões de

consumo, que envolvem maior aproximação entre mundos urbanos e rurais, entre produtores e consumidores, e, em geral, perpassam a revalorização do rural pelo urbano.

O Pronaf, sem dúvida, representa um avanço nas políticas públicas para a agricultura familiar, assim como a criação da linha para Agroecologia. Entretanto, além do aspecto citado, ainda se fazem necessários diversos avanços, para uma maior proximidade da realidade dos agricultores familiares, pois a existência do Pronaf, ou da linha Agroecologia, por si só, não garante que estes produtores tenham acesso ao crédito e consigam se desenvolver.

Ademais, os desafios também são observados no processo produtivo, e iniciam desde a construção de barreiras para isolar a unidade produtiva de agrotóxicos. Num desabafo, um dos agricultores entrevistados menciona “Veja bem, se não é contraditório, é nós que temos que construir a barreira, logo nós que tamo contribuindo com a redução do veneno, com a preservação do rio, do solo, da saúde”. Tendo em vista os inúmeros desafios enfrentados no processo produtivo e na comercialização, nota-se que o Pronaf acaba sendo menosprezado e não atende às necessidades da maioria dos pesquisados.

A política pública de financiamento da produção não é suficiente para fazer com que a agroecologia avance. Pois, de que adianta financiamentos para produzir se há dificuldades na comercialização? Nesse aspecto, as políticas públicas de desenvolvimento rural deixam de incorporar uma dinâmica recente, capaz de fomentar mercados, diminuindo as dificuldades de comercialização, qual seja, a disseminada valorização da qualidade dos alimentos por parte dos consumidores. Estimular canais de aproximação entre produtores e consumidores, por meio da agroecologia, tem efeitos sinérgicos mutuamente benéficos entre os atores envolvidos. Promove a reintegração da agricultura a modos de produção ambientalmente mais sustentáveis (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017), promovendo o desenvolvimento regional. Favorece o acesso a uma alimentação mais diversa e saudável, podendo, ainda, minimizar o problema do aumento da obesidade, observado em escala global pelos Relatórios da ONU.

É possível observar que o Pronaf tem potencializado forças hegemônicas do mercado, podendo fragilizar, no caso da agricultura familiar, as estruturas sociais e produtivas. Desta forma, constata-se que não atende aos pressupostos do desenvolvimento rural sustentável, pois não é capaz de contemplar todas as dimensões

(sociais, ambientais, econômicas, culturais, político-institucionais), que buscam a promoção do bem-estar da população rural.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- BACEN, Banco Central do Brasil. **MATRIZ DE DADOS DO CRÉDITO RURAL**. Brasil, 2019. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/matrizdadoscreditorural>. Acesso em: 10 fev. 2019. Base de dados.
- BELIK, Walter. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.
- BRASIL. **Decreto 3.508, de 14 de junho de 2000**. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3508.htm. Acesso em: 2 nov. 2017.
- CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Gervásio Paulus- Brasília: 2009. 111 p.
- CASADO, Glória I. GUZMÁN; MOLINA, Manuel Gonzales de; GUZMAN, Eduardo Sevilla (coord.). **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Prensa: EdicionesMundi, 2000.
- CONDETEC, Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. **Território Cantuquiriguaçu PR: Diagnóstico Socioeconômico**. CONDETEC, 2004.
- COSTA, Vibérica Gonçalves. **Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma avaliação do PRONAF em dois assentamentos rurais da Mata Sul Paraibana**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- COSTA, Vibérica Gonçalves; GONÇALVES, Alícia Ferreira O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma análise crítica. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**. v. 1, p. 93-108, 2012.
- FAVARETTO, Arilson da Silva. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão - Do Agrário ao Territorial**. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- FERNANDES, Alana Miguel Serafini. **O Pronaf na Agricultura Familiar: sua criação, distribuição e principais resultados**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: the ecology of sustainable food systems**. 2. ed. CRC PRESS, 1998.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 28 fev. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php> Acesso em: 10 set. 2017

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Superintendência Regional Paraná – Assentamentos** Informações Gerais. Data de atualização: 31/12/2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 09 jul. 2019.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Titulação**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/titulacao>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MCR. Manual do Crédito Rural. **Atualização MCR nº 649**, de 13 de junho de 2018. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MDA, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **PRONAF**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/pronaf> Acesso em: 9 fev. 2018.

PASSOS, Ana Tereza Bittencourt. **O impacto do PRONAF Sustentável sobre a sustentabilidade agrícola da agricultura familiar: o caso da microrregião do Vale do Médio Curu no Estado do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry; BANKS, Jo. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel das cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. *In*: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA. **Cadeias Curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p.27-52.

- RIBEIRO, Rita de Cássia. **Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar: Diagnóstico Participativo de Indicadores Econômicos, Sociais e Ambientais da Região Oeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.
- SANTOS, Cristina Sturmer dos. **Análise do processo de transição agroecológica das famílias agricultoras do Núcleo da Rede Ecológica de Agroecologia Luta Camponesa**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2016.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.
- SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. v. 1.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. In: AQUINO, AM de; ASSIS, RL de. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap4ID-1B89GA0bdo.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.
- SOUZA, Renato Santos de. **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- VEIGA, José Eli da. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, p. 123-149, 2007.
- WEID, Jean Marc von der. A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 3, n. 1, p. 18-20, 2006.
- ZUGASTI, Carlos Guadarrama; ORTEGA, Laura Trujillo; MIRANDA, César Ramirez. Agroecologia e desarrollo rural em Mexico: bases agroecológicas, sistemas sostenibles y soberania alimentaria. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

O direito à cidade e a população em situação de rua: um estudo de caso sobre Santarém - PA

Jenna Valéria Santos de Sousa
Fabiana Letícia Costa de Sousa
Poliana Nunes Santana
Ana Beatriz Oliveira Reis

INTRODUÇÃO

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno as cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.
(LEFEBVRE, 2001, p. 117-118)

Para além da garantia de acesso aos equipamentos urbanos, o direito à cidade se apresenta enquanto possibilidade de apropriação do valor de

uso das cidades pelos sujeitos que produzem e são produzidos pelo espaço (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2014). Essa apropriação se realizaria de acordo com os desejos dos moradores e moradoras que surgem de suas necessidades comuns de reprodução social. Considerando as cidades como espaço ocupado pelo trabalho produtivo, pelas obras e pelas festas (LEFEBVRE, 1991), essas necessidades se confluem no urbano, compreendido enquanto o lugar do encontro, da sobreposição do valor de uso sobre o valor de troca e da supremacia do tempo enquanto um bem supremo. Logo, a base morfológica do tecido urbano seria a realização prático-sensível dessas necessidades (LEFEBVRE, 2001, p. 118).

Esse direito de reinventar as cidades de acordo com nossos desejos coletivos é ameaçado na sociabilidade capitalista, com seu modo próprio de reprodução social que condiciona, também, a morfologia do espaço, uma vez que a produção capitalista do espaço se manifesta como forma de subjugar o tecido urbano às necessidades da acumulação. Essa produção se dá por intermédio da reconfiguração física do espaço, de modo a garantir as infraestruturas necessárias para a reprodução do capital e, atualmente, pela construção especulativa dos lugares, transformando as próprias cidades em mercadoria (HARVEY, 2006; VAINER, 2002).

A produção (social) capitalista do espaço faz com que o valor de troca sobressaia ao valor de uso, sendo a vivência plena do urbano garantida apenas àqueles que podem pagar por esse produto caro que se tornaram as cidades. Nessa forma de reprodução social e de construção das cidades, emergem sujeitos despossuídos, ou seja, aqueles que não têm lugar nas cidades. Embora seja possível identificar esses sujeitos em diversos grupos marginalizados da nossa sociedade (pobres, mulheres, negros, refugiados, LGBT's), esses "despossuídos" não se apresentam enquanto uma categoria sociológica apenas, sendo sua condição de não lugar nas cidades o elo comum de identificação do direito à cidade na sua total negação.

Dentre esses sujeitos, destacamos a população em situação de rua como uma das mais prejudicadas pela reprodução capitalista do espaço. Em um contexto internacional, de acordo com relatório do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 30 de dezembro de 2015, existem pessoas em situação de rua nos diversos contextos socioeconômicos, sendo essa condição uma consequência da incapacidade do Estado de reação frente às crescentes desigualdades.

A situação de rua é uma experiência individual de alguns dos membros mais vulneráveis da sociedade, caracterizada pelo abandono, desespero, baixa autoestima e negação da dignidade, consequências graves para a saúde e para a vida. O termo “situação de rua” não só descreve a carência de moradia, como também identifica um grupo social. O estreito vínculo entre a negação de direitos e uma identidade social distingue a falta de moradia da privação de outros direitos socioeconômicos. As pessoas que carecem de água ou alimentos raras vezes são tratadas como um grupo social da mesma maneira que as pessoas em situação de rua. As pessoas em situação de rua são objeto de estigmatização, exclusão social e criminalização (ONU, 2015, s.p.).

Santarém, terceira maior cidade do Pará, localizada na região oeste do estado e que, atualmente, possui cerca de 300 mil habitantes, de acordo as estimativas mais recentes do IBGE¹. É, ainda, a sede da recém-criada região metropolitana de mesmo nome, composta ainda pelas cidades de Belterra e Mojuí dos Campos.

Embora práticas tradicionais ainda resistam, a cidade de Santarém tem experimentado muitas transformações nas últimas décadas, em especial, pelo avanço do setor do agronegócio para a região e pela pressão do mercado imobiliário (GOMES et al., 2017). Essas novas dinâmicas modificam as possibilidades de vivência plena da cidade e de acesso aos direitos das populações que, historicamente, produzem esse espaço, dentre esses, o direito à moradia adequada.

De acordo com o Plano Municipal de Habitação e Interesse Social de Santarém, realizado em 2010, existem cerca de 28 mil famílias em situação de vulnerabilidade habitacional. Embora o município tenha sido, desde então, contemplado por dois conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) que beneficiou, até agora, 3.081 famílias, a questão da habitação é, ainda, um dos problemas sociais que comprometem a qualidade de vida dos moradores e moradoras da cidade (NOVAK, 2018; REIS, 2017). Essa realidade é verificada com o crescimento das ocupações urbanas que surgem como uma alternativa legítima de exercício do direito à moradia e à cidade (REIS et al., 2017) e pela presença da população em situação de rua.

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Santarém. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil), 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/santarem.html>. Acesso em: 15 dez. 2019.

Estima-se que, atualmente, há cerca de mil pessoas em situação de rua em Santarém-PA (PORTAL GLOBO PLAY, 2019). Esses sujeitos, despossuídos do direito à cidade, são assistidos, desde 2014, pelo Centro POP Dom Lino Vombommel, criado pela prefeitura do município (O IMPACTO, 2014). Desde sua inauguração, o Centro já atendeu mais de três mil pessoas em situação de rua, por meio da prestação de serviços como intermediação no processo de acesso aos benefícios previdenciários e socioassistenciais, bem como pela execução de projetos pedagógicos (G1 SANTARÉM, 2019).

É nesse contexto específico de produção do espaço que surge o seguinte questionamento: qual a dinâmica do direito à cidade denunciado pela população em situação de rua de Santarém-PA? Para compreender essa dinâmica, faz-se necessário: 1) conhecer o perfil socioeconômico da população de rua em Santarém quanto à origem, gênero, raça, escolaridade, renda e acesso às políticas públicas 2) verificar quais são os limites das atuais políticas públicas para a efetivação de outros direitos que não são diretamente relacionados à utilização do espaço da cidade, mas que implicam consequências para a caracterização desse grupo enquanto integrante (marginalizados) da cidade. 3) analisar a relação desses sujeitos com o espaço urbano nas suas diferentes dimensões, ou seja, conhecer a percepção desses sujeitos despossuídos sobre a cidade que também produzem.

Essa investigação é fundamental para se elaborar um diagnóstico das condições de vida da população em situação de rua, o que poderá fundamentar a atuação do poder público na defesa dos direitos dessas pessoas. Esses dados, além de poderem influenciar a tomada de decisão da gestão pública municipal no que tange às políticas públicas assistenciais e de habitação, poderão colaborar para a intervenção de outras entidades que atuam na defesa dos Direitos Humanos, como, por exemplo, a Defensoria Pública da União (DPU).

O presente trabalho acadêmico tem por objetivo apresentar os resultados parciais dessa pesquisa em andamento. Para tanto, o desenvolvimento dessa pesquisa está organizado em três momentos: 1) características da população em situação de rua de Santarém-PA, 2) acesso às políticas públicas, 3) e percepção sobre o direito à cidade.

DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com Lefebvre (2001), "O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades

tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. Embora exista o direito à cidade, a sua não efetivação esclarece o fato de centenas de pessoas não terem uma moradia digna. Dessa forma, a população em situação de rua é caracterizada, não somente por não possuir um lugar para morar, ou pelo tempo em que se encontra morando na rua. Esta população pertence a um grupo social, econômico e étnico distinto. Além disso, compartilha da ocupação de espaços públicos para dormir, passar o dia ou, até mesmo, fazer a higienização de seus pertences e busca meios diferenciados de se alimentar além de possuírem, muitas vezes, trabalhos informais diários.

Ademais, existem alguns fatores que contribuem para se chegar nesse estado de vulnerabilidade social e de violação dos direitos humanos como conflitos familiares, desemprego, especulação imobiliária, dependência química, pendências judiciais etc. Assim, essas pessoas são encontradas em diversos espaços, como praças, vias, casas abandonadas, espaços privados e outros.

Essa questão não é restrita somente ao Brasil, ela está presente em todo o mundo. Segundo o Relatório da relatora especial das Organização das Nações Unidas (2015) constata que

[...] A situação de rua é uma violação extrema aos direitos a uma moradia adequada, a não discriminação e, frequentemente, também uma violação aos direitos à vida, à segurança, à saúde, à proteção do lar e à família, bem como o direito de não ser submetido a tratamentos cruéis ou inhumanos. Sem embargo, tal questão não tem sido abordada com a urgência e prioridade que deveriam ser destinadas a uma violação tão generalizada e grave dos direitos humanos [...] (ONU, 2015, p. 3).

O relatório mencionado acima dá ênfase na raridade das vezes que o tema é tratado, até mesmo nos trabalhos preparatórios para a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Sustentável. Isso pode ser interpretado da seguinte forma: a questão não é relevante o suficiente para essas entidades e seus interesses, porque, mesmo sendo mundial, não é abordada. A relatora Raquel Rolnik explica que a situação da população de rua é uma crise global de direitos humanos que necessita de resposta imediata. Segundo a ONU (2015),

[...] É um sintoma da incapacidade dos governos de reagir às crescentes desigualdades entre as rendas, à riqueza e o acesso à terra e à propriedade, bem como incapacidade de dar uma resposta efetiva aos problemas da migração e da urbanização. A situação de rua se produz quando a moradia é tratada como uma mercadoria e não como um direito humano[...]. Violações ao direito à vida em razão da condição de pessoa em situação de rua raramente foram tratadas enquanto tais pelos organismos internacionais de direitos humanos[...] (FARHA, 2015, p. 2).

O texto mostra a falta de sensibilidade que os países têm com esse grupo social, uma vez que a base para o planejamento de uma cidade, região ou país deveria ser o bem-estar da sociedade, e a gestão deveria estar comprometida em efetivar os direitos básicos de seus cidadãos. De acordo com Sarmiento (2002), destaca-se que:

O processo de organização social tem como elemento basilar a ação do Estado no sentido de atuar junto aos atores e agentes sociais e conciliando seus interesses através de instrumentos e, principalmente reguladores das atividades sociais, políticas, institucionais e, principalmente econômicas. Nesse sentido, o Estado surge com a função precípua de aplicar medidas capazes de orientar a sociedade para os rumos do desenvolvimento e para o alcance de maiores níveis de satisfação, adotando para isso um amplo processo de negociação na busca pelo equilíbrio dinâmico das forças atuantes na sociedade [...] (SARMENTO, 2002, p. 18).

Os resultados da falta de planejamento das cidades geram situações já mencionadas acima, como a especulação imobiliária, os processos de migração das áreas rurais para os centros urbanos, o desemprego devido às crises econômicas etc., e o Estado deve tomar algumas medidas que assistam, de fato, à sociedade e não ignorar a situação em que estas se encontram. Ainda de acordo com o Relatório da Relatora Especial da Organização das Nações Unidas (2015),

Muitos municípios utilizam leis ou regulamentos de planejamento e zoneamento para impedir a construção de refúgios ou habitações acessíveis em suas comunidades[...]. As dicotomias legal/ilegal, formal/informal e merecedor/não merecedor aplicadas no Hemisfério Sul são refletidas na

criminalização da população em situação de rua nos países do Norte. Converte-se os pobres urbanos em “ilegais” e “usurpadores” mediante a negação do acesso equitativo à terra e à condição ou título legalizados. As pessoas que ficam em situação de rua no centro das cidades são realocadas para a periferia e privadas das oportunidades econômicas e redes sociais, processo que foi denominado “estigmatização socioespacial” [...] (ONU, 2015, p. 7).

As características da população em situação de rua ora são semelhantes, ora particulares, variam de acordo com a região ou país, podendo ter raízes no mesmo problema ou não. E o maior problema, sendo a questão dessa população em si, segue sem solução ou amenização devido às decisões tomadas pelos gestores locais.

No Brasil, a discussão sobre pessoas em situação de rua tornou-se cada vez mais frequente entre a sociedade e o poder público. O segundo, tem uma relevância mínima, visto que sua atuação ainda é muito pequena. Não é incomum ver, nos telejornais, a respeito da falta de políticas públicas para este segmento, no qual esses sujeitos são alvos de violências, seja verbal ou física, preconceitos e, principalmente, têm seus direitos violados concomitantemente ao fato de não serem considerados sujeitos de direitos por estarem à margem da sociedade. No contexto nacional, é complexo quantificar as pessoas em situação de rua, já que essas estão em uma constante rotação, mudam de cidades, países ou conseguem, enfim, uma estabilidade de vida.

Na pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social, estimando uma região de 300 mil habitantes, a relevância analisada foi a de gênero, raça e situação econômica, não sendo levantados os dados das cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Os números de pessoas consideradas em situação de rua foram de 100 mil, segundo o Ipea (SASSE; OLIVEIRA, 2019). Avaliando que, em outras cidades, que possuem um quantitativo menor de habitantes em que existem moradores de rua, esse número é bem mais abrangente. Levando em conta os motivos que acarretam a situação de rua, essa, que era para ser uma solução rápida, o que tornou-se permanente, visto que alguns estão há dois ou mais anos nessa circunstância.

Podem ser encontrados moradores de rua que trabalham, seja no modo informal, como de empregado (carteira assinada), seja com algum tipo de contrato empregatício. Na falta de saneamento básico,

abrigo que não suportam o grande número de indivíduos em situação de vulnerabilidade e, principalmente, moradia. Estes, por fim, precisam conseguir recursos para sobreviver em meio às suas dificuldades coletivas ou particulares.

Sabe-se que a situação dos moradores de rua perpassa inúmeras questões sociais, desde áreas econômicas, como a desigualdade social, a ausência de políticas públicas, a aceitação da sociedade quanto às diferenças existentes no modo de viver de alguns, entre outros questionamentos. Tendo em vista o campo de invisibilidade desses que estão e são marginalizados, vê-se muito o abuso de autoridades, principalmente em capitais mais populosas, como São Paulo, que já foi muito noticiada, casos onde policiais e/ou guardas retiraram cobertores, papelões ou colchões, sabendo que esta é uma cidade fria ao anoitecer (RIBEIRO; CORDEIRO, 2016). Em outros momentos, jatos de águas foram despejados em um morador de rua que estava onde se conhece por “cracolândia” (AMÂNCIO, 2018).

Contudo, por mais que ainda haja a ausência do Estado, existe uma intermediação por programas como o Política Nacional para População em Situação de Rua, no qual há a capacitação dos indivíduos para que eles sejam ingressos no mercado do trabalho e, posteriormente, conseguirem moradia. Pode-se pensar que essas “soluções”, que poderiam vir a resolver as questões da falta de emprego, ainda não são suficientes, haja vista que a raiz do problema não é assistida pelos responsáveis em atender a essa população.

Ademais, essa responsabilidade recai diretamente naqueles reconhecidos como Organizações Não Governamentais e as Instituições religiosas, as quais buscam trazer uma melhor vivência para esses sujeitos que têm seus direitos violados constantemente. Essas entidades distribuem alimentos, roupas, cobertores, materiais de higiene e afins. Muitos que, de alguma forma, são sujeitos à condição de rua, veem no outro um apoio. Albergues, hotéis, restaurantes e outros lugares privados dão abrigo, alimentos, dentre outras necessidades básicas. Mas, infelizmente, essas assistências não são suficientes para suprir tamanha demanda.

Segundo o artigo com o tema “Invisível nas estatísticas, população de rua demanda políticas públicas integradas”, realizada pelo Senado Federal, um dos principais motivos para a situação de rua e a falta de moradia é o desemprego. Em épocas de crise, como a que o Brasil está passando, cria-se um cenário benéfico para essa conjuntura, pois as pessoas, por não conseguirem um valor acessível na compra ou em

aluguéis de casas, preferem disputar espaços nas calçadas. Considerando o quantitativo de 50 milhões da população do país na linha de pobreza, sendo o Nordeste com o maior índice, em que as famílias vivem com uma renda aproximadamente R\$387,07 ou US\$ 5,5 por dia, valor este adotado pelo Banco Mundial (IBGE, 2017), juntamente ao grande nível de desigualdade existente, esses indivíduos ficam reféns da pobreza, sem perspectiva de vida.

A fala dos senadores Paulo Paim e Flávio Arns, descrita no artigo mencionado acima, diz que não há como tomar providências, sem que haja uma quantificação exata desses moradores de rua, para que ingressem novamente na plena cidadania (AGÊNCIA SENADO, 2019). Faz-nos observar, portanto, que a falta de políticas públicas torna-se gritante, a julgar pela não mobilização na resolução deste problema crescente a cada ano. A negligência desses sujeitos de direitos permite que não haja o tão desejado desenvolvimento, seja ele econômico ou sustentável, não havendo, dessa forma, o crescimento como nação.

O município de Santarém, no estado do Pará, a partir do censo do IBGE de 2019, possui cerca de 304.589 mil habitantes e está localizado às margens do rio Tapajós. Mesmo com a estimativa de mil pessoas em situação de rua, não se sabe corretamente a quantidade total de pessoas nessas circunstâncias, porém, sabe-se que o Centro POP Dom Lino Vombommel, inaugurado em 2014, já atendeu, até janeiro de 2019, cerca de 3.477 pessoas. Até julho de 2019, parte da dinâmica dessa população podia facilmente ser vista em frente ao porto improvisado da Praça Tiradentes, no bairro Centro. No entanto, houve a mudança desse fluxo para o bairro Prainha, justamente por ser um porto historicamente improvisado e não possuir a estrutura necessária para atender à demanda dos passageiros (G1 SANTARÉM, 2019). E, por mais que ambos estejam localizados na zona norte (baseado na divisão de zonas administrativas do plano diretor da cidade), afetou diretamente esse grupo, pois o antigo porto era mais acessível e permitia o trabalho como carregadores, vigia de carros, com a venda de artesanatos etc.

Essa investigação vem sendo desenvolvida da seguinte forma. A Praça Tiradentes, inclusive, foi um dos pontos pesquisados pela equipe, juntamente com a Praça Rodrigues dos Santos, a Praça Barão de Santarém, a Avenida Presidente Vargas, no trecho entre as Travessas 7 de setembro e Silva Jardim, e a Orla da cidade, no perímetro onde está localizado o “Trenzinho” e no perímetro onde está localizado o terminal fluvial turístico. No total, foram feitas 17 entrevistas, realizadas desde

o dia 14 de outubro de 2019 ao dia 15 de dezembro de 2019, sendo que uma não pôde ser finalizada porque o entrevistado não estava em condições para continuar, uma porque o entrevistado não estava mais em situação de rua e uma porque foi feita de forma equivocada, pois o entrevistado nunca esteve em situação de rua. Das 14 entrevistas restantes, apenas 3 foram feitas com mulheres. O formulário contou com 37 perguntas abertas e fechadas, que incluíam: dados pessoais, políticas públicas e a questão do direito à cidade e a situação de rua.

Quais as principais características da população em situação de rua em Santarém-PA?

A partir dos dados obtidos, percebe-se que a maioria das pessoas entrevistadas possuem idade entre 35 e 45 anos, estão solteiras, autodeclararam-se negras, sabem ler e escrever (porém, possuem o ensino fundamental incompleto), costumam dormir em locais públicos e outros, como locais privados ou público-privados (agências bancárias). De forma mais específica, são visíveis as variantes dos locais onde costumam dormir. Pois, apesar de existir o Cetro POP Dom Lino Vombommel, as pessoas não podem passar a noite, porque o seu funcionamento é das 08h da manhã às 16h da tarde. Desse modo, foram apontados locais como postos de gasolina, agência bancária, a rodoviária e casas com câmeras na frente.

Nas entrevistas em que as casas com câmeras foram citadas, é necessário refletir sobre essa “preferência”, pois a pessoa que o fez completou sua fala justificando que era “para não ser morto”. No Brasil, infelizmente, é comum o registro de tentativas de assassinato a essa população, bem como sobre o fato de receber líquidos ou comidas suspeitas, sofrer ataques como o de ser queimada enquanto dorme etc. Sabe-se, por exemplo, que, do ano de 2015 ao ano de 2017, o Brasil registrou 17 mil casos de violência contra moradores de rua (FIGUEIREDO, 2019). Falas como essa, portanto, nos fazem pensar sobre como andam os direitos básicos como o de integridade física já que, comumente, essas pessoas são vistas como incômodas à sociedade, incitadas a viverem à margem sem nem sequer se sentirem pertencentes ao lugar que deveria ser seu por direito: a cidade.

Um ponto peculiar das entrevistas está envolvido com a pergunta sobre onde faziam a higiene corporal e de seus pertences. O rio foi apontado como um dos locais preferenciais, juntamente com um banheiro público no Mercado 2000. Logo, essa relação com o rio é

interessante de ser analisada, dada a localização e especificações do município, por possibilitar essa dinâmica. Um dia, no caminho para fazer as entrevistas, por exemplo, foi vista uma cobra à beira da praia localizada em frente à cidade, bem próximo ao terminal fluvial turístico, onde algumas pessoas em situação de rua podem ser encontradas. Foram apontadas, também, as dificuldades daqueles atendidos pelo Centro POP, por terem a permissão de guardar apenas um pertence no local, fazendo com que procurem outros lugares, como casa de amigos ou que, até mesmo, nem tenham pertences.

Como está o acesso às políticas públicas da população em situação de rua em Santarém-PA?

Pôde ser visto, também, que a maioria das pessoas entrevistadas foram atendidas por algum Centro POP ou Centro de Acolhimento, possuem renda diária de até R\$ 20,00, trabalham de modo informal, apontam o preconceito como a principal dificuldade em conseguir um trabalho e recebem apenas, “às vezes”, medicamento ou tratamento médico. Quando perguntado sobre renda, um dos entrevistados apontou a inexistência dela. Dessa forma, infere-se, cada vez mais, as dificuldades no acesso à alimentação, pois a falta de renda acarreta a dependência de doações ou até mesmo de ficarem sem se alimentar. Ademais, por mais que o Centro POP seja referência e ofereça alimentação no café da manhã e no almoço, seu alcance acaba sendo limitado, uma vez que a quantidade possível de oferecer consegue atender apenas cerca de 20 pessoas por dia, sendo um número pequeno tendo em vista a procura.

Quanto ao trabalho informal, a principal atividade apontada como fonte de renda foi a de vigiar carros. A concentração dessas pessoas pode ser vista na Avenida Tapajós, localizada em frente à cidade e considerada uma das mais importantes, tendo em vista o seu acesso à área comercial. E, também, na Avenida Presidente Vargas, localizada próxima a uma clínica, onde também ocorre um grande fluxo de pessoas. O apontamento do preconceito como principal dificuldade envolve desde a situação de rua em si, quanto questões de estética. Ouviram-se relatos de demissão por parte do contratante, após ter conhecimento da situação de rua da pessoa, sobre como a presença de tatuagens e piercings ainda são vistas como problemas, etc.

Quando perguntado sobre a principal dificuldade em acessar uma política pública, a falta de documentação e o preconceito foram apontados como os principais motivos. Logo, pode-se observar que,

constantemente, esse grupo tem seus direitos negados, principalmente por não serem vistos como sujeitos de direitos. Para exemplificar, apenas duas das pessoas entrevistadas disseram não ter sofrido algum tipo de violência. Entre o restante, essas violências variam entre física, verbal, proibições e limitações do trabalho ou de permanência em algum local. A última, faz-nos refletir sobre qual e como o espaço tem sido ocupado, as praças são públicas para qual público? Aparentemente, não para aqueles considerados à margem da sociedade.

Sobre o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, as praias, os igarapés, os parques públicos e as praças foram os mais citados. A principal dificuldade apontada foi com os custos para acessá-los, juntamente com o preconceito e o desconforto. No momento dessas perguntas, observou-se, ainda, que aqueles que afirmaram frequentar, buscavam, de alguma forma, não “parecer” em situação de rua. Comentaram sobre procurarem estar bem vestidos, limpos etc. Isso retorna à discussão de estética, ao socialmente aceito, pois a fala sobre desconforto está diretamente relacionada à aparência. Também ao fato de não se sentirem confortáveis com a sua situação enquanto moradores de rua e ainda serem julgados por estarem nela.

Qual a percepção do direito à cidade e a situação de rua?

Como pode ser visto figura 1, a maioria dos entrevistados possui de seis meses a um ano ou de 5 a 10 anos em situação de rua. E, como pode ser observado na figura 2, conflitos familiares são indicados como o principal motivo para levá-los a essa situação. O uso de drogas lícitas ou ilícitas também aparece como causa relevante. Em contrapartida, ao mesmo tempo que os conflitos familiares são indicados como principal motivo, quando perguntados sobre o motivo de viverem em Santarém, a resposta apontada é a presença de familiares na cidade.

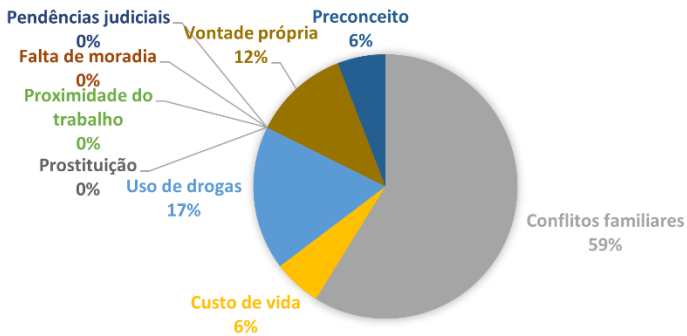
Figura 1 – Tempo de situação de rua



Fonte: Elaborado pelas autoras por intermédio de pesquisa de campo (2019).

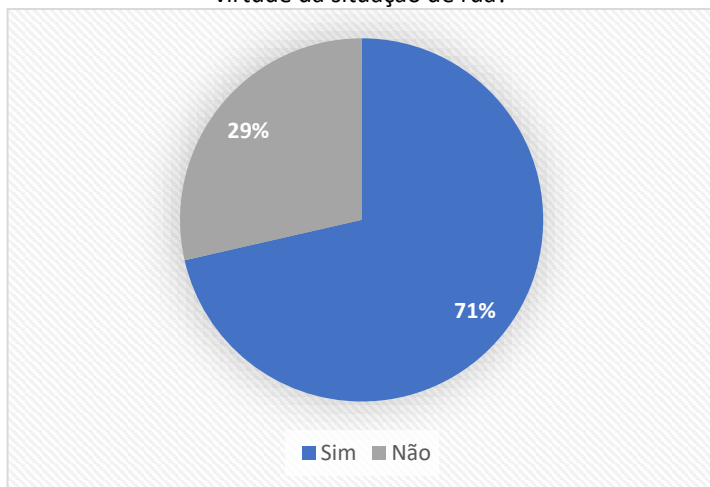
Durante a pesquisa, também pôde ser observado que 71% dos entrevistados, como pode ser visualizado na figura 3, já deixou de frequentar algum local da cidade por conta da situação de rua.

Figura 2 – Qual/Quais motivo/motivos que te levou/levaram para a situação de rua?



Fonte: Elaborado pelas autoras por intermédio de pesquisa de campo (2019).

Figura 3 – Já deixou de frequentar algum espaço da cidade em virtude da situação de rua?



Fonte: Elaborado pelas autoras por intermédio de pesquisa de campo (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultados parciais quanto à investigação da dinâmica das pessoas em situação de rua em Santarém-PA, portanto, foi obtido que as pessoas entrevistadas estão na faixa de idade de 35 e 45 anos, estão solteiras, autodeclararam-se negras, são alfabetizadas, mas possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Ademais, costumam procurar lugares em que se sintam seguras para dormir, como casas com a presença de câmeras ou próximo aos pontos com a presença de policiais. Essa insegurança pode ser vista como reflexo da informação de a maioria afirmar já ter sofrido algum tipo de violência.

No que diz respeito ao acesso às políticas públicas, o preconceito foi um importante fator. Tanto para a dificuldade em conseguir um emprego quanto para acessar políticas públicas em si. Questões de estética como piercings, tatuagens, entre outros, ainda são vistos de forma pejorativa, juntamente com a condição de morador de rua. E essas problemáticas, muitas vezes, reunidas os afetam em várias formas, pois a falta de emprego ocasiona a falta de renda, mesmo que sejam trabalhadores informais. E a falta de renda ocasiona a falta de alimentação, pois torna-se inviável adquirir alimentação.

E, ainda, se não há como adquirir sequer alimentação, também não haverá como acessar facilmente espaços de cultura, esporte ou lazer. E isso pode ser visto na afirmação de que a maior dificuldade para os acessar é o custo e no fato de 71% afirmar já ter deixado de frequentar algum lugar da cidade. E, mesmo quando há o oferecimento desses mecanismos de modo gratuito, não há como participar, porque se sentem julgados por sua aparência. A partir disso, pode-se trazer à discussão a música “Cidadão de Papelão” do grupo O Teatro Mágico, que pode ser entendida como referente aos moradores de rua. Em um de seus trechos ela diz: “Não se habita, se habitua...”. E isso pôde ser visto por meio desse estudo, porque um dos comentários feitos por uma pessoa entrevistada foi sobre sentir como se a cidade a expulsasse constantemente. Dessa forma, infere-se que a situação de rua submete o indivíduo à não efetivação de seus direitos, pois estes, constantemente, estão sendo negados. Levando-o cada vez mais à margem da sociedade e a buscar hábitos que o façam sobreviver.

AGRADECIMENTOS

Para a construção desse artigo foram imprescindíveis as participações de algumas instituições e parceiros como a Universidade Federal do Oeste do Pará, que, através do grupo de pesquisa Direito à Cidade, fomentou a discussão sobre a população em situação de rua em Santarém. O Centro Pop Dom Lino Vombommel, que é o centro referência para a população em situação de rua em Santarém do Pará, e foi essencial para a construção do conhecimento a respeito do assunto. Contamos, também, com o apoio da Defensoria Pública da União, que nos ajudou com as informações necessárias para a elaboração dos materiais utilizados nas abordagens. Por fim, agradecemos aos voluntários que nos ajudaram nas abordagens e aos entrevistados que contribuíram para a escrita desse artigo. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Thiago. Morador de rua é alvo de jato d'água em limpeza da prefeitura na cracolândia. **Portal Folha de São Paulo**, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/morador-de-rua-e-alvo-de-jato-dagua-em-limpeza-da-prefeitura-na-cracolandia.shtml> Acesso em: 15 jan. 2020.

AMÂNCIO, Thiago. **Morador de rua é alvo de jato d'água em limpeza da prefeitura na cracolândia**. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/morador-de-rua-e-alvo-de-jato-dagua-em-limpeza-da-prefeitura-na-cracolandia.shtml> Acesso em: 15 jan. 2020.

ANITELLI, Fernando Anitelli. VIANA, Maíra (composição). **Cidadão de Papelão**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/o-teatro-magico/732486/> Acesso em: 05 abr. 2021

BRASIL registra mais de 17 mil casos de violência contra moradores de rua em 3 anos. **Portal G1 São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/17/brasil-registra-mais-de-17-mil-casos-de-violencia-contra-moradores-de-rua-em-3-anos.ghtml> Acesso em: 15 jan. 2020.

DONOS de embarcações não obedecem prazo e continuam atividades no porto da Tiradentes. **Portal G1 Santarém e Região**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2019/01/31/com-mais-de-3400-pessoas-em-situacao-de-rua-atendidas-centro-pop-completa-5-anos-em-santarem.ghtml>. Acesso em: 15 dez. 2019.

FIGUEIREDO, Patrícia. **Brasil registra mais de 17 mil casos de violência contra moradores de rua em 3 anos**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/17/brasil-registra-mais-de-17-mil-casos-de-violencia-contra-moradores-de-rua-em-3-anos.ghtml> Acesso em: 15 jan. 2020.

G1 Santarém. **Com mais de 3.400 pessoas em situação de rua atendidas, Centro POP completa 5 anos em Santarém**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2019/01/31/com-mais-de-3400-pessoas-em-situacao-de-rua-atendidas-centro-pop-completa-5-anos-em-santarem.ghtml>. Acesso em 15 jul. 2019.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Santarém. *In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil)*, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/santarem.html>. Acesso em: 15 dez. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MERELES, Carla. Pessoas em situação de rua: a complexidade da vida nas ruas. **Portal Politize!**, 2017 Disponível em: <https://www.politize.com.br/pessoas-em-situacao-de-rua> Acesso em: 15 dez. 2019.

NOVAK, Fabrício. **A qualidade de vida dos beneficiários do programa minha casa, minha vida: O Caso do Município de Santarém-PA**. 2018. Trabalho de

Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.

O IMPACTO. **Prefeitura inaugura Centro Especializado para moradores de rua.** 2014. Disponível em: <https://oimpacto.com.br/2014/01/30/prefeitura-inaugura-centro-especializado-para-moradores-de-rua/>. Acesso em 15 Jul. 2019.

OLIVEIRA, Nielmar. IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza. **Agência Brasil**, Brasília, 2017 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto.** Brasília, DF: Conselho de Direitos Humanos, 2015. Disponível em: https://terradereitos.org.br/wpcontent/uploads/2016/11/Relat%C3%B3rio_Popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf Acesso em: 14 dez. 2019.

Portal Globo Play. **Em Santarém são quase 1000 moradores de rua; pessoas vivem na miséria nas ruas da cidade.** 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7480647/?s=0s>. Acesso em: 05 abr. 2021.

RIBEIRO, Bruno. CORDEIRO, Felipe. **Jun/2016: Com frio recorde, GCM retira cobertor de moradores de rua.** **Portal Revista Exame**, 2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/com-frio-recorde-morador-de-rua-tem-colchoes-e-papeletes-retirados-por-gcm/> Acesso em: 15 jan. 2020.

RIBEIRO, Bruno; CORDEIRO, Felipe. **Com frio recorde, GCM retira cobertor de moradores de rua.** 2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/com-frio-recorde-morador-de-rua-tem-colchoes-e-papeletes-retirados-por-gcm/> Acesso em: 15 jan. 2020.

SARMENTO, Raul Paulo. **Introdução ao estudo do planejamento.** 2 ed. Belém: Nacional Editora, 2002.

SASSE, Cintia; OLIVEIRA, Nelson. Invisível nas estatísticas, população de rua demanda políticas públicas integradas. **Senado Federal**, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/especial-cidadania-populacao-em-situacao-de-rua> Acesso em: 15 dez. 2019

Breve análise histórica da política nacional de recursos hídricos no Brasil

Carlos Martins Cardoso Lima

INTRODUÇÃO

A água é um patrimônio natural estratégico, na sua essencialidade, mais do que um recurso imprescindível, principalmente ligado à produção de bens indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social; é um elemento de característica vital para a conservação dos ecossistemas e da vida de todos os seres em nosso planeta. Sem água a Vida não existe (WOLKMER et al., 2013).

Porém, os efeitos alarmantes que a destruição do meio ambiente está provocando apontam para uma crise epistêmica, na medida em que o sentido histórico que vem sendo atribuído ao desenvolvimento sustentável, na dimensão econômica, pode ser, nessa abordagem contextual, o principal fator dos problemas ambientais. Neste contexto, a água é, sem dúvida, um dos recursos naturais mais afetados.

As discussões e os debates dessa temática de políticas públicas de recursos hídricos permeiam ao longo do século XX, e as premissas históricas brasileiras foram marcadas pela base de implementação de diversos regulamentos e normas de caráter ambiental que permanece e hoje regem e/ou influenciam as políticas que controlam o uso dos recursos naturais pela sociedade.

No que diz respeito especificamente aos recursos hídricos, o marco legal inicial foi em 1934, o qual foi elaborado um Código de Águas Federal no Brasil, por meio da Lei nº 24.643, com o objetivo claro de atualizar a legislação que gerenciava o uso das águas com as novas necessidades e interesses estratégicos nacionais visto que, até então, a legislação hídrica somente passou por mudança de maior impacto no País a partir da Constituição de 1988, cujas diretrizes e formalidades legais culminaram na promulgação da Lei nº 9.433, conhecida como Lei das Águas ou Lei sobre Gestão de Recursos Hídricos, datada de 1997.

Nesse contexto histórico é válido ressaltar que a política pública brasileira de recursos hídricos está definida pela Lei 9.433/97 (Lei de Águas), que visa resolver e equacionar as questões de escassez dos recursos hídricos, mediante a criação de procedimentos integrados de planejamento e administração desses recursos.

Portanto, pode-se dizer que as políticas públicas de recursos hídricos, elaboradas pelos poderes Público Federal e estaduais, são a totalidade de ações, metas e planos que visam alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, na área hídrica. Trata-se de atividades analíticas e criativas focadas na formulação de princípios, doutrinas, documentos orientadores e normativos que estruturam o sistema de gerenciamento e tomada de decisão acerca do uso, do controle e da proteção dos recursos hídricos.

Nesse contexto histórico-legal as disposições previstas nas mencionadas legislações hídrico-ambientais – Código de Águas e Lei das Águas – são oriundas de diferentes contextos históricos e políticos de aplicação, e se constituem em importantes subsídios para o entendimento de uma mudança de paradigma no que diz respeito à utilização dos recursos hídricos no Brasil. Tal análise promove a perspectiva de mudança e requer a adoção urgente de posturas eticamente sustentáveis em relação à apropriação social dos recursos naturais, especialmente hídricos, fundamentais à garantia da vitalidade da Terra e à perpetuidade da espécie humana.

A atual situação global se encontra, social e ecologicamente, degradada pelo processo capitalista/industrial/mercantil, altamente

dilacerador dos laços sociais e destrutivo das bases que sustentam a vida (BOFF 2012, p.18;42;47). Nesse ponto de vista, a necessidade de avançar nos campos do saneamento e da gestão dos recursos hídricos permitiu recentes reformas dos marcos legais e aumento significativo dos recursos destinados às políticas públicas.

No campo científico, tal quadro inspira o desafio de melhor compreender as trajetórias dessas políticas, o que motiva este esforço para conhecer os processos históricos formativos e fatores estruturais que as condicionaram de modo sistêmico, atenuado principalmente aos debates sociais, as provocações, segundo as quais há uma necessidade de incorporar às análises de políticas públicas para recursos hídricos, os condicionantes sistêmicos que estruturam suas concepções (CASTRO, 2009).

Nesse sentido a análise histórica de políticas públicas voltadas aos recursos hídricos, no período compreendido entre 1930 e 1990, sob a perspectiva histórica ambiental, busca problematizar os marcos legais que norteiam a política de apropriação da água no Brasil, por diversos interesses da sociedade, possibilitando apontar caminhos favoráveis para conservação, uso racional e sustentabilidade deste recurso natural.

Todavia, pela necessidade e importância de uma problematização mais abrangente da normatividade e regulamentação que trata dos recursos hídricos no Brasil, basea-se no aprofundamento e nos debates, relacionando a aproximação entre a história de políticas públicas de recursos hídricos com a finalidade de sistematizar informações e reflexões que contribuam para o avanço do conhecimento na área, assim, o objetivo deste artigo consiste em analisar os marcos legais relacionados aos recursos hídricos no Brasil, no período de 1934 a 1997, sob uma perspectiva histórico-ambiental, com foco nas diferentes políticas de apropriação das águas e nos limites e possibilidades de conservação deste recurso natural ao longo do período.

Dentro desse contexto é necessário investigar a produção científica relacionada aos dois núcleos temáticos ideológicos citados: Políticas Públicas Ambientais e Recursos Hídricos como inerentes ao processo de investigação acadêmica. Assim, o presente estudo apresentará uma revisão sistemática de 25 publicações elaboradas nos últimos 10 anos, abordando a conceituação temática de cada marco legal e sua relação e discussão entre elas.

PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS

Buscaram-se as produções indexadas no Portal de Periódicos da CAPES/MEC, publicadas nos últimos dez anos. Nesse sentido, o Portal da Capes foi escolhido tendo em vista que esse Portal centraliza a produção mundial de mais de mais de 21.500 revistas nacionais e internacionais. Segundo a Capes, o Portal foi lançado em novembro de 2000 e representa uma das maiores bibliotecas virtuais do mundo, resumindo conteúdo científico de alto nível. Para a busca procederam-se às seguintes etapas: seleção do tema; definição dos descritores ou palavras-chave; estabelecimento dos critérios para seleção da amostra; e registro dos estudos selecionados em formulário previamente construído.

Foram utilizados como critérios de inclusão: selecionar publicações produzidas a partir do código de Águas, Lei nº 24.643/1934 até Lei de Águas (Lei 9.433 de janeiro de 1997), exclusivamente no formato de artigos, revisados por pares; em português, inglês ou espanhol; e disponibilização na íntegra no formato eletrônico. Os critérios utilizados como parâmetro de exclusão foram: trabalhos duplicados; fora do período definido para a coleta; não apresentarem relação com o tema; e trabalhos sobre o tema, mas que não se referem à área de gestão e conservação dos recursos hídricos.

Esta revisão sistematizada corresponde a um estudo de caráter tipicamente exploratório, com objetivo de trazer informações pertinentes sobre as categorias teóricas investigadas, possibilitando sua contextualização, delineamento e o descritivo que observa, analisa, registra e ordena dados, sem a interferência do pesquisador (PRODOVAN; FREITAS, 2013).

No entanto, essa pesquisa foi realizada em duas etapas: uma etapa Informativa, a qual constitui em analisar e selecionar informações inerentes e relevantes ao estudo abordado e uma segunda etapa classificada como discursiva, que constitui em dialogar com o argumento dos pesquisadores estudados dentro da temática proposta: Análise Histórica e marcos legais em Políticas Públicas Ambientais e Recursos Hídricos, bem como uma análise das normativas e governança da água e suas relações entre eles.

Na etapa informativa foi realizada uma revisão sistemática dos trabalhos publicados relacionados a Políticas Públicas e Recursos Hídricos assim com seu marco legal e histórico no Brasil, no período de 1930 a 1997. As plataformas consultadas para embasamento teórico foram: Scielo, Google Acadêmico, e periódico CAPES, seguindo critérios que definem a

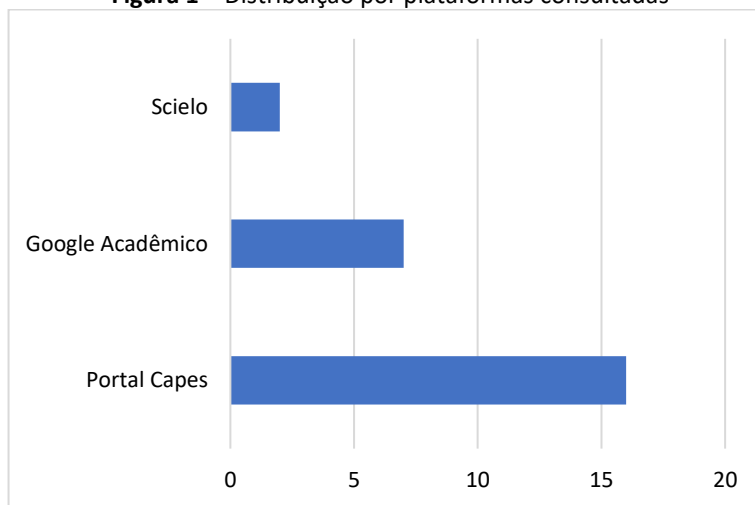
busca de artigos publicados nos últimos 10 anos; utilizando Palavras Chaves: políticas públicas ambientais; políticas públicas de conservação; políticas públicas de conservação da água; marco legal ambiental; recursos hídricos.

RESULTADOS E ANÁLISES

Etapa informativa – análise quantitativa

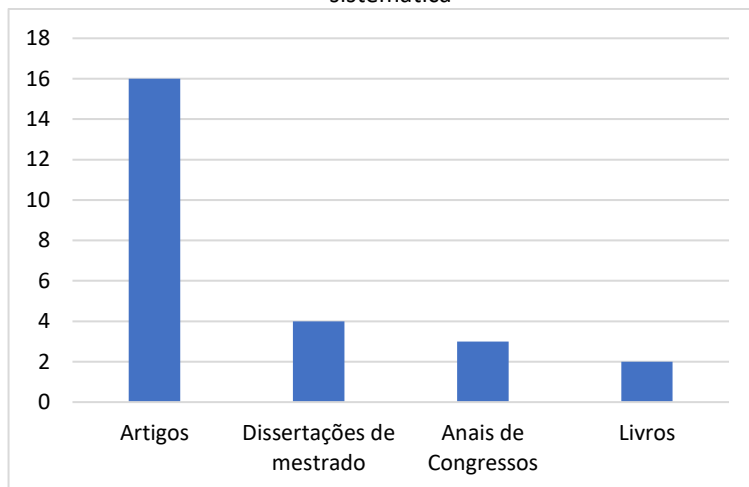
Foram encontrados 25 documentos indexados nas bases de dados pesquisadas, sendo 16 (64%) no portal de periódicos CAPES/MEC, 07 (28%) no Google acadêmico e 2 (8%) no Scielo. A distribuição dos documentos coletados, de acordo com sua tipologia, é a seguinte: 16 (64%) eram artigos, 4 (16%) eram dissertações de mestrado, 3 (12%) anais de congresso, 2 (8%) livros.

Figura 1 – Distribuição por plataformas consultadas



Fonte: Própria (2019).

Figura 2 – Distribuição por tipologia nos últimos 10 anos, na revisão sistemática



Fonte: Própria (2019).

Etapa discursiva – análise qualitativa

Os resultados qualitativos da análise das fontes serão apresentados em duas seções: Código de 1934: Marco histórico legal, Fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Essa categorização nos permitirá estabelecer a conceituação histórica das Políticas Públicas de Recursos Hídricos e das palavras – chaves pesquisadas, bem como a relação entre elas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Código de 1934: marco histórico no Brasil

O Código de Águas, em seu preâmbulo, tem seu marco legal e instituído pelo Decreto 24.643 de 10 de junho de 1934, embora modificado por novas leis e decretos-lei e complementado por legislação correlata sobre meio ambiente, irrigação e obras contra a seca, consubstanciou a legislação brasileira de águas até a promulgação da Lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997. A lei de 1997 não o revoga, mas altera alguns de seus princípios fundantes.

A necessidade, na época, de se estabelecerem regulações amplas sobre o uso da água emergiria com força no início do século XX, a partir da convergência de fatores como a urbanização acelerada e o impressionante crescimento populacional, assim como o início do aproveitamento hidrelétrico e o incremento da atividade industrial. Assim, a emergência desses fatores levaria a conflitos de natureza econômica e política de grande monta, exporia a carência regulatória no país e ensejaria, na década de 1930, a intervenção do governo central para organizar a gestão da água com procedimentos regulatórios e reordenamento administrativo (MURTHA *et al*, 2015).

Nesta perspectiva e abordagem teórica, considerado, por técnicos e políticos, avançado para a época em que foi elaborado, o Decreto 24.643/34 procurou atender principalmente às demandas de um País que se urbanizava e era palco de importantes transformações econômicas, sociais e políticas, um País hegemonicamente servido por abundância relativa de água e grande potencial hidro-energético, no qual se fortalecia o ideário do desenvolvimento, identificado à industrialização (SILVESTRE, 2003, p. 8).

No contexto histórico, o Código de Águas foi parte de um conjunto de iniciativas que, desde o início da ‘Era Vargas’, atingiu os mais variados aspectos da vida brasileira. Com a chamada Revolução de 30, finalmente começa a se concretizar um ideal acalentado desde a segunda metade do século XIX por importantes personalidades do movimento republicano: fazer do Brasil um país moderno, industrializado, desenvolvido. A proposta era, então:

[...] formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das forças produtivas no mercado brasileiro. Além disso, pretendia-se também, estabelecer novos padrões e valores, ou reafirmar os padrões e valores específicos das relações e instituições de tipo capitalista (IANNI, 2009, p. 34).

Por outro lado, a partir dos primeiros anos da década de 1930, o Brasil já oferecia condições para o desenvolvimento do capital industrial: reunia capital monetário concentrado nas mãos de determinada classe social, a força de trabalho se tornara mercadoria e o mercado interno era substantivo (SILVESTRE, 2003, p. 2).

Nesse interim, as mudanças provocadas na história em curso abrangeriam a apropriação e o uso da natureza, a base material da vida. Com isso, o resultado de forças que agiram no decorrer da história sem

qualquer participação humana, ao ser apropriada e modificada pelos homens organizados em sociedade, a natureza se transforma em recurso, deixando de ser 'natural' para ser social. (RAFFESTIN, 2009; SANTOS, 2000).

Significa dizer que as formas de apropriação e uso da natureza, assim como as necessidades que buscam atender, os problemas e conflitos que daí decorrem e as soluções encontradas para resolvê-los variam no tempo e no espaço, conforme as necessidades e especificidades dos sistemas sociais.

Assim, no contexto histórico e na perspectiva de facilitar o desenvolvimento do capital industrial e permitir ao Estado controlar os setores ditos estratégicos para a economia e a segurança, foi instituído um novo arcabouço histórico, jurídico-institucional regulando a apropriação, o uso e a exploração dos recursos naturais. Em 1934, em tese, foram assinados o Código de Águas, o Código de Minas e o Código Florestal, paralelamente, consoante o sentimento de nacionalidade que, em especial, a ditadura do Estado Novo procurou promover, sentimento que tinha na exaltação à beleza e às riquezas naturais do Brasil uma de suas motivações, e várias áreas de preservação permanente foram instituídas (SILVESTRE, 2009, p. 2).

No transcorrer da história, em 1937 foi criado o Parque Nacional de Itatiaia; em 1938, um Decreto deu origem ao Código de Pesca; em 1939 foram criados os parques nacionais do Iguaçu e da Serra dos Órgãos e, em 1946, a Floresta Nacional de Araripe-Apodi. Para muitos estudiosos, essas iniciativas marcam a primeira fase do marco legal da política patrimonial ambiental brasileira (1934 a 1973), que seria caracterizada pela exploração racional dos recursos e a constituição de áreas de preservação permanente (SILVA-SANCHES, 2010).

No entanto, o Código de 1934 previu uma série de direitos e obrigações relativas ao uso da água doce. Contudo, o exercício de tais direitos e obrigações remetiam a regulamentos administrativos futuros que não foram estabelecidos e que, por sua vez, facilitaram as ações para a resolução dos eventuais conflitos em favor dos contendores mais poderosos. Aliás, a garantia formal de direitos jamais significou seu pleno exercício. Para efetivar-se, o direito consignado em lei passa, necessariamente, pela montagem e funcionamento de um aparato histórico, jurídico-administrativo que assegure sua aplicabilidade e, portanto, dependente da capacidade das diversas classes e grupos sociais fazerem valer seus interesses (SILVESTRE, 2009, p. 6).

Fundamentos da política nacional de recursos hídricos

A Lei 9.433/97 - que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - representa o marco jurídico para a concepção de uma nova forma de pensar o aproveitamento dos recursos hídricos, a partir de uma visão sustentável, considerando a administração descentralizada e a participação da sociedade civil (ZOBY; MATOS, 2002).

A Constituição, ao definir que todas as águas pertencem à União ou aos Estados – incluído o Distrito Federal –, conforme sua localização, caracterizou a água como um bem público. A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), dirimiu no seu bojo qualquer dúvida sobre a extinção dos conceitos de águas comuns, municipais e particulares, anteriormente previstos no Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), (SILVA, 2012).

Entre os fundamentos da PNRH figura a disposição de que a água é um bem de domínio público. Outros fundamentos da PNRH são: a) a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; b) em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; c) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; d) a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da PNRH e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH); e) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

Os objetivos da PNRH são: (i) assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; (ii) a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável; e (iii) a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

Portanto, para serem colocadas em prática as políticas públicas de recursos hídricos e não serem excluídas do cotidiano do gerenciamento hídrico, as diretrizes precisam estar inseridas nas várias etapas dos procedimentos de outorga do direito de uso das águas, na elaboração dos Planos de Recursos Hídricos e na efetivação do sistema de cobrança pelo uso das águas (MACHADO, 2002).

Em tese, a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97), em consonância com a Agenda 21, tem como objetivo principal assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos (Artigo 2º), evidenciando o compromisso na busca de um modelo de desenvolvimento sustentável, preocupando-se com a igualdade de acesso aos recursos naturais entre as diferentes gerações no tempo, assumindo claramente nossa responsabilidade face ao futuro do planeta e dos nossos descendentes (BRASIL, 1997).

Normativos históricos – ambiental: governança da água

A normatividade proposta no segmento de uma História Ambiental como perspectiva de pesquisa científica surgiu, de forma sistematizada, nos anos de 1970, por um grupo de historiadores que estudavam e criticavam o papel que a natureza exerce enquanto agentes fundadores na construção histórica, principalmente das sociedades, ampliando sua perspectiva de análise, de modo a incluir um conjunto mais profundo e diversificado de assuntos. Nesse ínterim, em que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos sociais ambientalistas em vários países, a História Ambiental surge com o objetivo principal de “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”.

Nesse mesmo espaço das discussões, no Brasil, somente em fins da década de 1990, se percebeu a necessidade de um desenvolvimento mais sensível no campo da chamada História Ambiental, e foi a partir de fins do século XX e início do XXI que a produção historiográfica acerca das relações entre sociedade e natureza se ampliou consideravelmente.

As contribuições epistemológicas da reflexão histórico - ambiental promoveram decisivas relações no âmbito dos estudos ambientais é relevante considerar que abandonar o dualismo entre a sociedade e a natureza, levando em consideração que as variáveis social e ambiental, em seu exercício histórico. Nesse sentido, a história nos leva a uma nova compreensão da relação entre sociedade e natureza, que não consiste em percebê-las como objetos fixos e imutáveis, estáveis e estabelecidos, entidades de sentidos trans-históricos.

A História Ambiental analisou o modo como os recursos hídricos, notadamente, os rios do território paranaense, apareceram nas ações dos governantes do Estado, no período de 1850 a 1940 (ARRUDA, 2008). Como estratégia para compreender o significado da natureza na história humana, o autor sistematizou as permanências e mudanças significativas ocorridas nas intervenções promovidas pelo Estado nos rios durante o período, de modo que formas distintas de representações, apropriações e funções foram evidenciadas.

Nessa sistemática de políticas públicas no Brasil, a governança como marco conceitual que rememora uma nova concepção da água é implementada com a Política Nacional de Recursos Hídricos a partir de 1997. Segundo Jacobi (2010, p. 2), “[...] a Política Nacional de Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental transcende uma visão de gestão porque é uma construção apenas conceitual, teórica e operacional associada a uma visão hidropolítica”.

No desenrolar das ideias do marco legal é possível inferir que os processos de transformação que ocorreram, não apenas no Brasil, mas em diversos países, e as reflexões em torno da governança da água apresentam diferentes elementos, não havendo na doutrina um único posicionamento diante de seu alcance e comprometimento ético-político. A governança pode estar pautada pela responsabilidade financeira administrativa, ou ainda, abranger em suas metas o fortalecimento da democracia, a concretização dos direitos humanos e procedimentos que incluam a participação de diversos atores.

Nesse aspecto conceitual, o conceito de governança é basilar para se entender essas mudanças. De acordo com Gonçalves (2012), a expressão “governance” integra o aparato conceitual formulado pelo Banco Mundial, com o intuito de determinar as condições efetivas e consolidadas que tornam um Estado eficiente. No entanto, para o autor, “[...] a capacidade governativa não seria avaliada apenas pelos resultados das políticas governamentais, mas também pela forma pela qual o governo exerce o seu poder”. (GONÇALVES, 2012, p. 2).

Nessa perspectiva holística, a nova governança implica a participação de diferentes atores, sendo essa participação inerente para construção democrática de todas as etapas das Políticas Públicas, “[...] um termo mais inclusivo que governar, por abranger a relação sociedade, Estado, mercado, Direito, instituições, políticas e ações governamentais” (JACOBI, 2012, p. 4); nessas considerações do autor, em função do enfraquecimento do Estado, o conceito de governança vai assumindo novos delineamentos e as Políticas Públicas devem

apresentar soluções organizacionais e planejadas para que assegurem espaços que propiciem a interatividade entre governo e cidadania.

No parâmetro de contexto histórico no Brasil, essas mudanças se materializam principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, provocando uma reestruturação do Estado, ou seja, o Estado Planejador – Investidor, cujas ações eram marcadas e objetivavam o crescimento econômico, transforma-se, paulatinamente, num Estado Mediador de conflitos e regulador. Inicialmente, consolidou-se a legislação ambiental, com a Política Nacional do Meio Ambiente, com fundamentos democráticos, e um novo modelo conceitual, que passa a consolidar ao Estado mínimo a participação de vários atores sociais na elaboração não só das Políticas Públicas, mas, também, nos processos de gestão (WOLKMER *et al.*, 2013. Sendo assim, nesta perspectiva, a realização das políticas públicas não se restringe mais ao âmbito do Estado, mas permite, com a criação de novos espaços, a participação e o controle social.

O domínio público da água e sua governança política ganha legitimidade quando foi ratificado pela Lei n. 9.433/97, como esclarece Henkes (2003), no entanto, isso não transforma o Poder Público Federal e Estadual em proprietário da água, mas o torna gestor desse bem, no interesse de todos. O ente público não é proprietário, senão no sentido formal (tem poder de autotutela do bem), na substância é um simples gestor do bem de uso coletivo. (HENKES, 2011, p. 17).

Essa mudança produz expressas consequências no fundamento da Lei n. 9.433/97, qual seja: a água passa a ser conceituada como um recurso limitado, dotado de valor econômico. Assim à afirmação de a água ser um bem de valor econômico e passível de cobrança foi uma das recomendações da Agenda 21, e tem como alvo aqueles que utilizam a água na produção de bens e serviços. Embora essa dimensão econômico-produtiva da água seja estrategicamente fundamental para sustentabilidade do desenvolvimento, não se pode esquecer de que a água é acima de tudo um recurso natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva histórica adotada neste artigo procura lançar luz como princípio denotar que a água é um bem fundamental à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar. Com o processo da politização dos debates em torno das questões ambientais e da racionalização do uso dos recursos, colocou-se a necessidade de

construção e consolidação de um estudo do marco legal que contribua para o uso racional e a conservação das águas, em pontos qualitativos e quantitativos. O panorama histórico da apropriação social dos recursos hídricos no Brasil, neste artigo, permitiu observar as principais políticas públicas ambientais e sua configuração histórica e as demandas de cada época influenciam no conjunto de normatização e regras propostas, bem como seu uso social das águas.

Nesse sentido, o funcionamento no processo de gestão de forma mais efetiva se depara e depende do suporte e da implementação de políticas públicas e, principalmente, das Leis regulamentadoras e da inovação dos mecanismos institucionais que tratam das Políticas Públicas de Recursos Hídricos. Tais considerações devem ser submetidas constantemente ao intenso controle social. As Leis públicas de recursos hídricos deverão exercer participação mais efetiva na gestão, na regulação institucional que incorpore, principalmente, a dimensão da participação da sociedade no conhecimento de políticas públicas que tratem dos recursos hídricos.

Nesse interim, a breve análise histórica das políticas públicas de recursos hídricos no Brasil, mediada por meio do diálogo com a legislação, permitiu perceber os desafios inerentes ao Brasil quanto à consolidação de modelo basicamente sistêmico de integração participativa no processo político com caráter descentralizado e engajado com vários sujeitos da sociedade atual.

Vimos nas considerações como a água como um bem econômico, social e ambiental finito, vulnerável e de alto valor na essencialidade da conservação da vida nos ecossistemas, torna-o ainda mais inerente à atenção por parte do Poder Público, dos usuários e da sociedade civil como um todo. Os segmentos para o tratamento e preservação da água, até da implementação de instrumentos históricos e legais capazes de mobilizar e promover ações voltadas para um consumo mais racional e sustentável, com o objetivo de evitar ou retardar a sua escassez e degradação, pois os prejuízos serão irreparáveis e sem retorno.

Vale a pena ressaltar, no que diz respeito às limitações das ações das políticas públicas de recursos hídricos definidas, no tocante à Lei nº 9.433/97, nota-se uma extensiva ligação e distância entre a mesma e a prática dos atores da sociedade brasileira, aspecto esse que rememora à construção de práticas sociais e ambientais no seu bojo inovador, para que detenham como prioridade o cumprimento das normas em

vigor no Brasil, observando sempre o bem estar da sociedade e a conservação dos recursos hídricos e ambientais.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no Estado do Paraná: pontes, “força hidráulica” e a era das barragens (1853-1940). **Revista Varia História**, v. 24, n. 39, p. 153-175, 2008.

HENKES, Silvana Lúcia. Política nacional de recursos hídricos e sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 64, 1 abr. 2003. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/3970>. Acesso em 27 dez. 2019.

JACOBI, Pedro Roberto. Aprendizagem social, desenvolvimento de plataformas de múltiplos atores e governança da água no Brasil. **Revista Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 69-95, 2010.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Recursos Hídricos – Direito Brasileiro e Internacional**. p.10 Malheiros Editores: São Paulo, 2002.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.

RIOS. Ética e interdisciplinaridade. In: FAZENDA, Ivani (org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1997. p. 121-136.

SANTOS, A. S. R dos. **Educação Ambiental e o poder público**. 2000. Disponível em: <http://www.aulimaarcadenoe.com.br/educacao-ambiental/>,. Acesso em: 06 jun. 2018.

SILVESTRE, Maria Elisabeth Duarte. **Água doce no Brasil: razões de uma nova política**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

WOLKMER, Maria, and Nicole Freiburger Pimmel. Política Nacional de Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental. **Seqüência: estudos jurídicos e políticos**. v.34, n.67, p.165-198, 2013.

ZOBY, José Luiz Gomes; MATOS, Bolívar. **Águas subterrâneas no Brasil e sua inserção na Política Nacional de Recursos Hídricos**. 2002. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/22634>. Acesso em: 5 abr. 2021.

Silvicultura familiar em área de desertificação nos municípios de Glória e Uauá situados no Polo de Jeremoabo-BA

Ákila Soares de Britto

INTRODUÇÃO

A pesquisa teve por objetivo analisar a qualidade de vida em áreas de vulnerabilidade, susceptíveis ao processo de desertificação. A questão se constitui um desafio, porquanto a desertificação resulta em um processo de destruição do potencial produtivo da terra, por meio da pressão exercida pelas atividades humanas sobre ecossistemas frágeis, cuja capacidade de regeneração é baixa (PAREJO, 2006).

Segundo Dantas (2005), o termo desertificação foi primeiramente empregado pelo francês Aubreville, em 1949, e se referia às áreas de degradação no continente africano devido às práticas de exploração

predatórias dos recursos naturais. Esse processo é um dos problemas mais significativos do semiárido brasileiro na atualidade, pois ocasiona efeitos socioambientais sobre as áreas afetadas, provocando impactos tanto ambientais quanto sociais e econômicos, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU).

O Plano de Trabalho intitulado *Análise da qualidade de vida em área de desertificação com base nos Indicadores socioeconômicos nos municípios de Glória e Uauá, situados no Polo de Jeremoabo-BA* integra o projeto de pesquisa Análise ambiental no semiárido baiano como subsídio ao ordenamento territorial: a vulnerabilidade à desertificação no Polo de Jeremoabo. Nessa perspectiva, considera-se que a pesquisa é fundamentalmente importante para a ampliação dos conhecimentos geográficos, especialmente sobre o semiárido da Bahia.

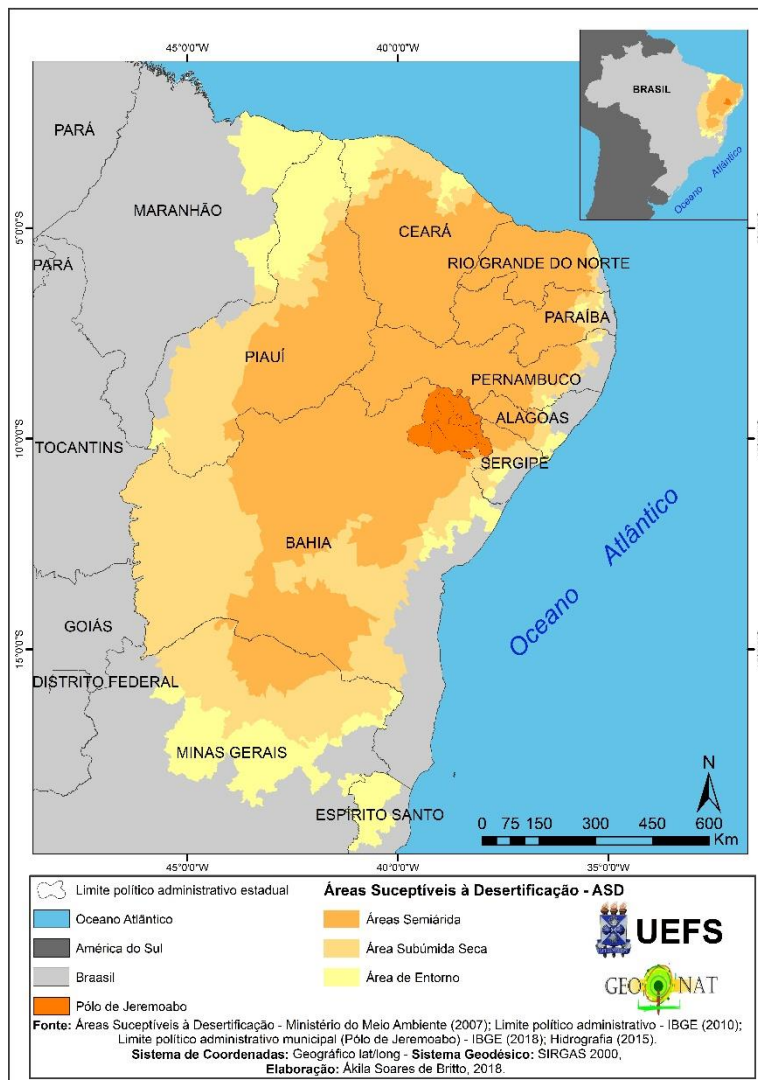
O Polo de Jeremoabo localiza-se no nordeste do estado da Bahia e conta com treze municípios, sendo eles: Antas, Canudos, Chorrochó, Coronel João de Sá, Glória, Jeremoabo, Macururé, Novo Triunfo, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Rodelas, Santa Brígida, e Uauá. Esses apresentam degradação decorrente de diversos fatores, dentre eles o uso e manejo do solo.

Situados na Área Susceptível à Desertificação (ASD), com a aprovação do Programa Ação de Combate à Desertificação – PAN BRASIL, em 2004, foram demarcadas as áreas susceptíveis à desertificação, a partir dos pressupostos da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (BRASIL, 2005, p.25). Corresponde, portanto, ao espaço de clima semiárido que tem como características básicas um índice pluviométrico em que prevalecem isoietas de 400 e 500mm, com temperaturas que não apresentam grande variabilidade anual, gerando uma média de até 26°C. (Figura 1).

O Polo de Jeremoabo situa-se no semiárido baiano, com uma condição climática que abrange 70% do estado da Bahia, quando os 30% restantes compreendem a zona da mata e o oeste baiano.

O semiárido compõe cerca de 19% de todo o território nacional, estendendo-se por 10 estados. Ocupa uma área de cerca de 980.000 Km², ou seja, representa aproximadamente 69% do Nordeste, possuindo alto índice de variabilidade climática intrassazonal e interanual, onde os efeitos climáticos sobre os recursos hídricos influenciam a vida da população local (SANTOS, 2011 apud LIMA, 2011).

Figura 1 – Mapa de localização do Polo de Jeremoabo – BA na Área Susceptível à Desertificação



Caracterizado, segundo Sá e Silva (2010), possui vegetação adaptada às condições de semiaridez, de fisionomia variada,

denominada Caatinga. A composição florística desse bioma não é uniforme e varia de acordo com o volume das precipitações pluviométricas, qualidade dos solos, rede hidrográfica e ação antrópica. As árvores são arbustos com ramificação intensa e lignificação precoce, espécie arbustivo-arbóreo e herbáceo-subarbustivo.

Dessa forma, o semiárido brasileiro é caracterizado pelo déficit hídrico, entretanto, não significa falta de água, ao contrário, é considerada a região semiárida mais chuvosa do planeta, pois sua média pluviométrica varia entre 268 mm a 800 mm anuais em média (AB'SABER, 2003), dependendo do espaço geográfico da região, com chuvas irregulares no tempo e no espaço.

Hare (1992) afirma que o tempo que a terra precisa para retornar a sua conformação normal é medido pela capacidade de recuperação, e, não sendo cuidadosamente tratada, o solo dificilmente se recuperará por completo, portanto, as características próximas a de um deserto continuarão causando, assim, baixa gradual da produtividade, que poderá se tornar permanente. A queda progressiva da bioprodutividade denomina-se desertificação, e sabe-se que a solução do problema é considerada prioritária para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), especialmente quando se trata da Região Nordeste.

A ação antrópica referente ao avanço tecnológico em áreas de produção agrícola, ao longo de décadas, contribui para acentuar o nível de degradação socioambiental e a rápida deterioração do solo, tendo como consequências elevadas perdas da biodiversidade, decréscimo do sistema bioprodutivo e o despovoamento. Sabe-se que a população que migra, principalmente das áreas rurais para os centros urbanos, intensifica a queda de produção agrícola e silvícola pelo fato da mão de obra - recurso valioso para a agricultura – encontrar-se cada vez mais escasso no campo.

A população, no espaço a ser investigado, principalmente as pessoas que sobrevivem da extração vegetal e silvicultura são aquelas que estão em condições de vulnerabilidade e, por isso, migram para os centros urbanos, optando por ser residente das periferias e espaços onde se registra a falta de condições mínimas para sobrevivência, porquanto cercados pela degradação e exploração da mão de obra, podendo estar localizados não só nas margens das cidades, mas também nas regiões centrais das áreas urbanas.

A necessidade de investigação e de explicação sobre o problema, tendo em vista a carência de conhecimento sobre a relação que há

entre o processo de desertificação e a produção vegetal e silvícola, é de fundamental importância para os estudos socioterritoriais na Bahia, especialmente no Polo de Jeremoabo.

Efetou-se uma pesquisa referente à Extração Silvícola (ES) e para explicar sua evolução, relacionando ao processo de desertificação, a partir de uma correlação entre os aspectos físicos estudados por outros pesquisadores e a produção vegetal e silvícola. As informações sobre a ES visam identificar o nível de produtividade, sendo este refletido na quantidade e variedade produzida pelos municípios, permitindo averiguar o quanto a degradação afetou a produtividade e a vegetação nativa.

Assim, para aferir a qualidade de vida e a relação desertificação e degradação ambiental do Polo de Jeremoabo, propõe-se a análise e comparação dos dados referentes aos municípios de Glória e Uauá, para explicar até que ponto a evolução desse indicador, ao longo do período – 1997 até 2017 –, pode estar associada ao processo de desertificação.

A escolha dos municípios de Glória e Uauá como foco principal da pesquisa decorre do fato de apresentarem números contrastantes e a explicação é considerada fundamental para o aprofundamento do estudo sobre o fenômeno natural da desertificação, propõe-se, assim, construir elementos que sirvam para subsidiar a definição de políticas públicas que tenham por objetivo principal a convivência harmônica com o semiárido, adequadas às condições socioambientais no Polo de Jeremoabo.

Como pode haver desenvolvimento e desertificação?

A precipitação, em termos meteorológicos, corresponde à quantidade de água resultante da condensação do vapor de água na atmosfera, que se precipita de forma líquida, dando origem à chuva. Nas áreas tropicais acontecem, na maior parte, como resultante da ação das Zonas de Convergência Tropical, as quais ocorrem através da dinâmica das massas de ar. Nessas zonas provocam-se chuvas intensas, ventos carregados de umidade e formação de nuvens cúmulos-nimbos em suas formas de torres característica, sendo as mais importantes a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), Zona de Convergência do Pacífico Sul (ZCPS) e a Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS).

Um dos fatores que influenciam na posição dessas zonas é o fenômeno do El Niño, que consiste no aquecimento anômalo das águas

do Oceano Pacífico, causando a redução das precipitações em diversas localidades, especialmente no Nordeste do Brasil.

A Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) influencia diretamente sobre os espaços, provocando maior incidência de secas. Em áreas semiáridas, os solos são relativamente mais pobres e a precipitação pluviométrica é relativamente baixa.

As estiagens trazem consigo maior gama de problemas sociais resultantes da seca, os quais se caracterizam pelos impactos socioeconômicos e socioambientais sobre os contingentes populacionais da região, e, ainda com mais intensidade, para aqueles que vivem em condições de pobreza, residentes no campo ou nas cidades.

As atividades humanas sofrem contínuos impactos, sejam eles de caráter ambiental, econômico ou social, especialmente quando o desenvolvimento das forças produtivas ainda é baixo, contribuindo para ampliar as áreas em processo de degradação ambiental, devido, entre outros fatores, ao manejo inadequado do solo. Segundo (HARE, 1977), a medida do tempo necessário para que a terra se restaure dos impactos causados pela seca é a sua capacidade de recuperação; se não for cuidadosamente tratada, a terra nunca mais poderá proporcionar seus recursos como fazia, e as condições próximas ao deserto persistirão, causando uma permanência da baixa produtividade: este declínio duradouro da produtividade é chamado de desertificação. Sendo assim, na visão do autor:

A seca, devido à sua curta, mas repetitiva ação, pode acelerar o processo de desertificação, especialmente quando o homem, deixando de lhe responder apropriadamente, permite que se acentuem os seus efeitos, os quais interferem no poder de recuperação natural da terra. (HARE, 1977, p. 17).

Os desertos podem ser de diversos tipos, existem aqueles quentes, frios, pedregosos e arenosos, mas todos eles compartilham da mesma característica, que são os longos períodos de pouca ou nenhuma precipitação, obrigando, assim, a agricultura e/ou a pecuária a utilizarem adaptações especiais, como o regadio. A desertificação é causadora do declínio na produtividade da terra, e isto é o que a torna um problema humano, pois são numerosas as pessoas que vivem nas terras sujeitas ao processo e cujos padrões de vida já se encontram influenciados.

É mais provável que a desertificação se revele nas sociedades mais precárias, através das perdas de terra, o que pode pôr em perigo o bem-estar físico das pessoas atingidas. A seca vai progredindo, como consequência, os sistemas de vida se aproximam cada vez mais do colapso, e quando o estágio da seca estiver alcançado longos períodos, a maior penalização recai sobre as comunidades que estão mais vulneráveis e pior equipadas. A pobreza crônica e a falta de capital são características das pessoas que residem nas terras semiáridas nos países em desenvolvimento e isso é o que os torna mais expostos.

Segundo Monteiro (2003), são pobres as pessoas que não suprem permanentemente necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, cuidados de saúde, etc. Consequentemente, nesses lugares, a precariedade e falta de capital para comprar auxílios do “exterior” piora a pobreza, o que pode ocasionar má nutrição e doenças; além disso, há o declínio da base econômica, deteriorando os serviços sociais já prejudicados pela distância e a falta de fundos.

É correto afirmar que a desertificação não é um problema decorrente apenas de problemas naturais, ou apenas da escassez de água. A partir das primeiras décadas do século passado, o pensamento era predominantemente esse, sendo a sociedade uma mera receptora e indefesa das forças da natureza (CAVALCANTI; COUTINHO; SELVA, 2006). A influência humana tem sido muito importante para que a frequência de desastres naturais venha gradativamente se elevando, seja a ocupação de área de risco, a degradação dessas áreas, ou mesmo pelo efeito das mudanças globais causadas pelas grandes cidades. Além disso, a tecnologia erradamente aplicada em ecossistemas frágeis de terras secas é uma das causas do aumento da baixa produtividade biológica desses lugares.

A atuação para o combate à desertificação se faz necessária, pois trata-se de um processo dinâmico. Se tal atuação para a recuperação dos danos causados pela desertificação atrase, se torna lenta, e assim a degradação passa a ser economicamente irreversível. Nessa perspectiva, torna-se necessário adotar práticas preventivas, que sejam capazes de melhorar a situação dos solos e impedir o avanço da desertificação, práticas essas, como o uso apropriado do solo, no sentido socioeconômico e ambiental, logo, passam a ser um problema humano, por isso as medidas para combater a desertificação devem ser dirigidas à população e destinadas a manter e melhorar os níveis de vida desta (HARE et al., 1992)

Os programas de combate devem priorizar a severidade do impacto sofrido pela população e pelos graus de sua vulnerabilidade, e não somente pelo impacto sofrido pelas terras apenas. Devem ser observadas as necessidades humanas e sociais, e estar inspiradas no reconhecimento de que a população dessas terras atingidas pela seca tem direitos a padrões aceitáveis de saúde, alimentação, educação, nível de vida, e bem-estar social ajustados à dignidade humana (HARE et al., 1992).

Procedimentos metodológicos

Definiu-se como procedimentos metodológicos a realização de uma revisão bibliográfica, levantamento e sistematização de dados estatísticos sobre a extração vegetal e silvicultura, elaboração de gráficos e tabela, confecção de mapas e análise documental.

Concluída a revisão bibliográfica, que conferiu o suporte teórico e conceitual necessário à compreensão sobre o tema da pesquisa, passou-se para o levantamento de dados, com o objetivo de analisar a produção vegetal e silvícola, e explicar a situação socioambiental interligada com a desertificação no recorte espacial estudado.

Para tal coleta, buscou-se, primeiramente, informações e dados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 1997 até 2017. Fez-se também uma coleta em sites de órgãos similares, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Estes dados foram produzidos em tabelas, classificados e estruturados em gráficos que foram analisados e comparados tendo em vista a necessidade de respostas às questões trazidas pelo objetivo da pesquisa.

Com base nisso, essa pesquisa se baseia nos dados de extração vegetal e silvicultura a fim de correlacioná-los com os dados geomorfológicos, climáticos e vegetacionais, estudados anteriormente por pesquisadores do Grupo de pesquisa Natureza, Sociedade e Ordenamento Territorial (GEONAT).

Esse momento possibilitou ter uma visão ampla da área de estudo, devido esta relacionar o mapeamento da área analisada a partir da evolução dos dados, correlacionados ao processo de desertificação. Desta forma, as etapas definidas para o desenvolvimento do plano visam contribuir com o estudo dos

indicadores socioambientais no Polo de Jeremoabo, em especial os municípios de Glória e Uauá, possibilitando uma explicação sobre a realidade socioespacial.

Como suporte para a elaboração do mapa de localização foi utilizado o Sistema de Informação Geográfica (SIG), utilizando o *software Arc View* para o processamento de dados vetoriais obtidos no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e introdução dos dados tabulares e o *Arc map* para a finalização, com o recorte da área pesquisada.

POLO DE JEREMOABO: PESQUISAS REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Neste item expõem-se os resultados propostos e alcançados durante a realização da pesquisa sobre a evolução dos números referentes à extração vegetal e à silvicultura, para os municípios de Glória e Uauá, analisando a relação com o processo desertificação, bem como a comparação com resultados encontrados em pesquisas efetuadas anteriormente por pesquisadores ligados a outros elementos do processo de desertificação, como o projeto intitulado Análise ambiental no semiárido baiano como subsídio ao ordenamento territorial: a vulnerabilidade à desertificação no polo de Jeremoabo, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Jocimara Britto Lobão.

Um dos primeiros trabalhos analisados refere-se à utilização do SIG para análise de fragmentação de vegetação no Polo de Jeremoabo, desenvolvido pela pesquisadora Tayse Guimarães, orientada pela Prof^a. Dr^a. Jocimara Lobão, no ano de 2013, com plano de trabalho intitulado *Sistemas de Informações Geográficas para análise de fragmentos de vegetação no Polo de Jeremoabo*. As pesquisadoras chegaram à conclusão que as manchas de vegetação permitem analisar a paisagem e avaliar o grau de conservação/degradação do Polo. Para isso, foram analisadas características da vegetação natural e antropizada.

De acordo com os resultados obtidos, pode-se verificar como a vegetação se encontra bastante deteriorada, com altos índices de fragmentação, destacando as três maiores manchas no centro do Polo. Isso indica que estas devem ser prioritariamente consideradas no intuito de inserir programas de recuperação e conservação, fazendo pontes (corredores ecológicos) com os fragmentos menores, que se encontram mais próximos, destacando-se para os municípios observados: enquanto Glória possui uma vegetação dividida entre

natural e antropizada, Uauá apresenta praticamente toda a sua vegetação antropizada.

Os resultados alcançados também destacam a vegetação com Influência lacustre fluvial, visto que esta classe corresponde, em sua maioria, a leitos e margens de rios temporários, onde os processos erosivos são mais intensos. Logo, não poderia ter sido considerada natural. Verifica-se, assim, que a classificação adotada do Manual de Vegetação do IBGE foi insuficiente para representar a especificidade dessas áreas.

Em um ponto os resultados alcançados pela pesquisa registram que:

Dentre os indicadores analisados o índice de heterogeneidade foi o que melhor indicou a degradação do Polo por sintetizar parâmetros analisados isoladamente como área, quantidade e densidade de manchas. Esses resultados demonstram como as análises da paisagem aliada a ciência Geográfica se faz primordial para entendimento de padrões e estrutura da paisagem, avaliando seu grau de complexidade; apresentando como se compõe a vegetação caatinga diante das interferências humanas, sejam elas de ordem econômica, política, social e cultural. (GUIMARÃES; LOBÃO, 2013, p. 3.426).

É importante destacar que as informações obtidas por si sós não são capazes de efetuar uma análise da paisagem, por ser um processo complexo, e se faz necessário o cruzamento de outras informações levantadas em diferentes projetos, com o objetivo de alcançar resultados mais detalhados quanto à vulnerabilidade, à desertificação, contudo, a pesquisa realizada destaca as áreas que foram antropizadas e que, aliadas às demais condições ambientais, podem ser definidas em como áreas susceptíveis à desertificação.

Ao analisar o trabalho referente às ilhas de umidade no Polo de Jeremoabo, desenvolvido pelo pesquisador João Augusto Costa Jr, orientado pelo Prof. MSc. Hermilino Danilo Carvalho, no ano de 2014, com plano de trabalho intitulado *Estudo de ilhas de umidade no Polo de Jeremoabo – Ba para dar subsídio à conservação dos recursos naturais*, tendo por base uma metodologia para identificar as ilhas de umidade. A metodologia desenvolvida no trabalho partiu de uma caracterização dos solos, vegetação, geomorfologia, geologia, altimetria, declividade. O mapa elaborado apresenta os pontos de áreas que podem ter a capacidade de reter água, com destaque a

proximidade dos Rios, principalmente Vaza-Barris e São Francisco que, devido a possuírem drenagens perenes e de bom nível freático, possibilitam uma maior retenção de umidade.

Destaca-se que o município de Uauá tende a ter baixa a média capacidade de retenção de umidade em comparação com os demais municípios do Polo. Já as áreas de alta retenção de umidade estão localizadas nas regiões interioranas, ao longo da margem dos Rios São Francisco e Vaza-Barris, com um destaque ao município de Glória, onde predomina alta a muito alta retenção de umidade.

Dando sequência ao trabalho efetuado por Guimarães e Lobão (2013), tem-se a pesquisa realizada por Aislan Carneiro, com os resultados publicados no artigo intitulado *Análise da Paisagem do Polo de Jeremoabo–BA para estudos da Desertificação*, também orientado pela Prof^a. Dr^a. Jocimara Lobão, no ano de 2015, com uma análise da paisagem do Polo de Jeremoabo, efetuando a confecção de um mapa de uso e cobertura da terra.

A pesquisa apresenta resultados importantes sobre a temática da desertificação, com índices relevantes para avaliar o grau de conservação/degradação da vegetação caatinga, aumentando a precisão como indicador de desertificação. Há uma distribuição desigual e concentrada das manchas vegetacionais no Polo.

Os resultados da pesquisa destacam como é perceptível a relação entre ocupação e fragmentação da vegetação, visto que em atividades predatórias o uso requer a retirada da vegetação, verificando-se, assim, como a vegetação de caatinga encontra-se bastante deteriorada, com altos índices de fragmentação. Pode-se perceber, com maiores detalhes, como ocorre a dinâmica do uso e ocupação das terras para os municípios de Glória e Uauá, a significativa presença de uma vegetação antropizada, solo exposto e superfícies de erosão fluvial, que indicam uma degradação e uma susceptibilidade à desertificação para o município de Uauá, o que implica diretamente nas condições de vida daquela população; em contrapartida o município de Glória apresenta elementos favoráveis à conservação vegetal.

Seguindo com as pesquisas voltadas para o Polo, temos o trabalho de Thayane Sales, intitulado *Espacialização da temperatura do ar utilizando interpolação de dados no Polo de Jeremoabo-BA*. Orientada pelo Prof. Dr. João Henrique Oliveira, no ano de 2015, a pesquisa aborda especificamente a espacialização da temperatura do ar no Polo de Jeremoabo.

Os dados levantados apontam a importância de se trabalhar com a variável climática Temperatura do ar por ser um dos elementos que condicionam efeitos diretos e significativos sobre processos fisiológicos, sendo muito importante para a vida humana e suas atividades, e assim compreender que a distribuição espacial se configura como um desafio para elucidação de questões importantes, como o processo de desertificação.

Os dados apresentados indicam que, ao norte do Polo, são apresentadas as temperaturas mais elevadas, com médias máximas anuais da temperatura do ar chegando a 26 °C, com enfoque nos municípios de Chorrochó, Macururé, Rodelas, Glória e Paulo Afonso. Os pesquisadores destacam o sul do Polo que apresenta temperaturas mais amenas, com médias máximas mais amenas que não ultrapassam os 24 °C, apontando os municípios de Canudos, Uauá, Pedro Alexandre.

Continuando na linha de estudos sobre temperatura tem-se o trabalho da pesquisadora Marília Santos de Jesus, intitulado *Variáveis Geomorfológicas e Temperatura de Superfície: A Correlação Espacial para Indicadores de Desertificação*, orientado pela Prof^a. Dr^a. Elane Borges, no ano 2018. As pesquisadoras chamam atenção para a temperatura de superfície aparente, é representativa de cada ano analisado, e que foram correlacionadas com outras variáveis referentes ao período de 2000-2016.

Assim como os dados sobre Temperatura do ar obtidos através dos dados levantados por Sales e Oliveira (2015), as pesquisadoras De Jesus e Borges (2018) concluem que as Temperaturas de superfície seguem o mesmo padrão, porém com valores mais elevados entre 30 e 41 °C. É importante salientar que o município de Uauá encontra-se em uma altitude maior que o Município de Glória, bem como sua posição latitudinal, isso acaba por influenciar indiretamente nos valores da temperatura.

Outro trabalho que merece destaque foi efetuado pela pesquisadora Iolanda Santos de Castro, intitulado *Vulnerabilidade ambiental e desertificação: A correlação espacial multitemporal com a Temperatura de Superfície*, orientado pela Prof^a. Dr^a. Jocimara Lobão, no ano de 2018. Os resultados indicam que, no Polo de Jeremoabo, a substituição da vegetação natural para a realização das práticas agropastoris extensiva acarreta em solo exposto, erosão, e essa pressão ao meio ambiente constitui o processo de desertificação.

De acordo com o mapa, analisado por Castro e Lobão (2019), destaca-se que a degradação é mais acentuada, visivelmente, ao leste,

sudeste e no sudoeste do Polo de Jeremoabo. A classe baixa de degradação compreende os municípios de Chorrochó, Canudos, Macururé, Chorrochó, Uauá, Jeremoabo, Rodelas. Já Antas e Novo Triunfo correspondem aos municípios mais degradados do Polo.

Os trabalhos anteriormente analisados permitiram uma visão geral de elementos físicos que corroboram a categorização dos municípios observados, esses dados são alguns dos indicadores para áreas susceptíveis à desertificação e juntos ajudam a traçar um perfil físico da região.

Os resultados durante a pesquisa: extração silvícola do Polo de Jeremoabo

A silvicultura brasileira passou por três fases distintas ao longo de sua inserção no país: a primeira fase tem início com a exploração da vegetação local e termina quando se estabelece a política de incentivos fiscais para o reflorestamento/florestamento por volta de 1965, quando se dá início à segunda fase, que dura até o ano de 1988, período em que se encerram as políticas de incentivo, dando início, assim, à terceira fase, que perdura até a atualidade (ANTONANGELO; BACHA, 1998).

A silvicultura brasileira caracteriza-se, nos tempos atuais, como uma atividade moderna, ela visa a um aumento de eficiência e produtividade de forma sustentável, promovendo um convívio harmônico, principalmente em áreas consideradas críticas, como o semiárido.

Contudo, no país, ela é uma atividade concentrada em algumas espécies dos gêneros *Eucalyptus* e *Pinus*, e implantada sob a forma de grandes maciços florestais homogêneos (ANTONANGELO; BACHA, 1998).

Esse tipo de abordagem resulta em dois aspectos: pouca diversidade biológica nas áreas reflorestadas e grande concentração da posse da terra. Esses dois aspectos podem ser amenizados na medida em que se procurar montar mosaicos de espécies arbóreas nos maciços florestais e ampliar o reflorestamento em pequenos e médios imóveis rurais.

Dito isso, a aplicação de sistemas Silvícolas e Agrosilvícola na agricultura familiar do semiárido permite garantir a diversidade de espécies arbóreas da Caatinga e aplicar o reflorestamento em

pequenos e médios imóveis rurais de agricultura familiar como uma nova fonte de renda sustentável.

Ao observar os valores da extração silvícola, pretendeu-se observar os municípios de Uauá e Glória, os quais obtiveram destaque nas pesquisas analisadas, por possuírem características tão dispare em ambientes opostos e buscar relacionar a queda da extração silvícola com o processo de desertificação.

A Tabela 1 expõe os dados sobre a Extração Silvícola dos municípios que integram o Polo de Jeremoabo - em toneladas produzidas - partindo do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1998 e 2014.

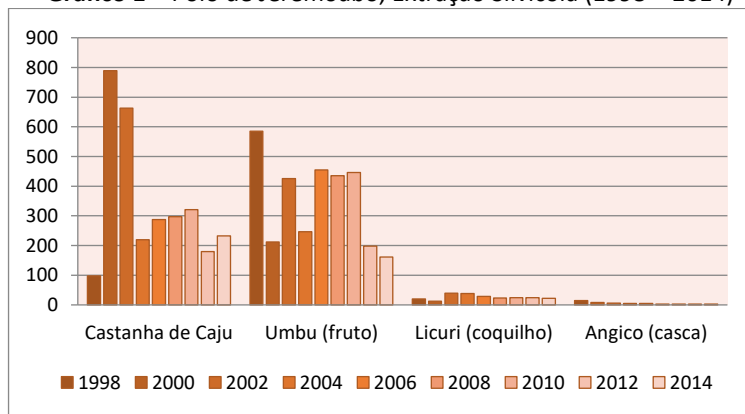
Tabela 1 – Polo de Jeremoabo: Extração silvícola em toneladas (1998 a 2014)

PRODUÇÃO (T)	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014
Castanha de Caju	98	789	663	219	287	297	321	180	232
Umbu (fruto)	585	212	426	247	455	435	446	198	161
Licuri (coquilha)	20	13	39	38	29	23	24	24	22
Angico (casca)	15	8	6	5	5	3	3	3	3

Fonte: IBGE (1998- 2014). Elaborado pelo autor.

Cabe salientar que o Polo de Jeremoabo é grande produtor de Castanha de Caju e Umbu, em destaque o ano 2000, em que a produção de Castanha de Caju cresceu de forma expressiva enquanto os outros produtos explorados obtiveram uma queda significativa. O Licuri conseguiu recuperar o nível de produtividade, com o Umbu oscilando, e o Angico em queda. Estas informações que foram sintetizadas no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Polo de Jeremoabo, Extração Silvícola (1998 – 2014)

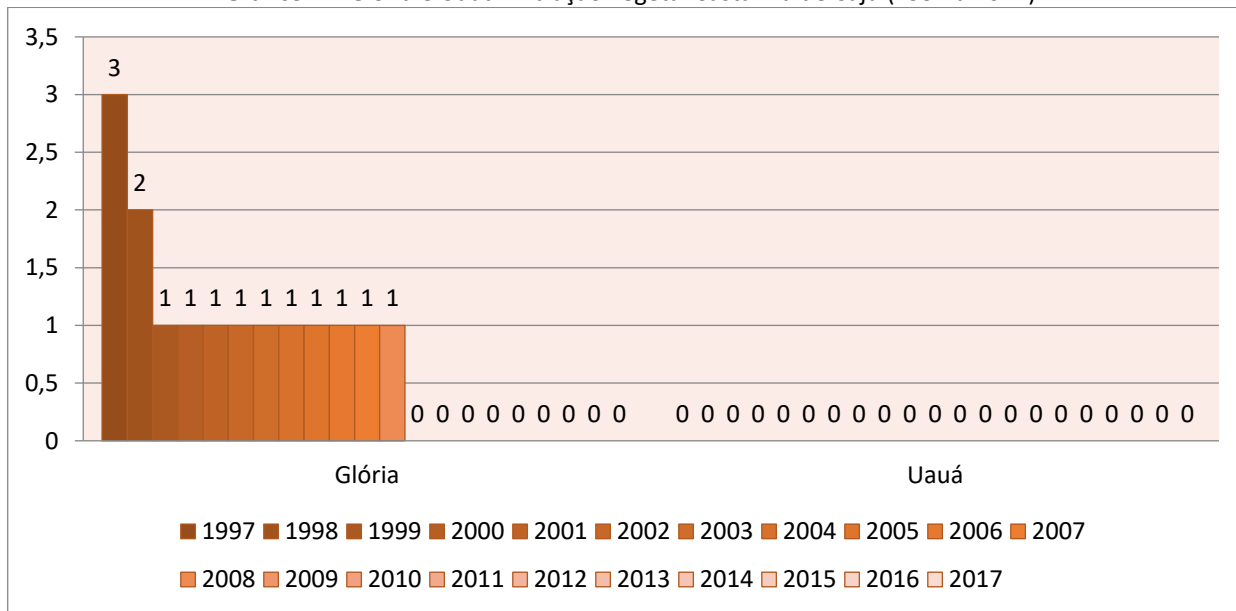


Fonte: IBGE (1998-2014). Elaborado pelo autor.

É notório que o Polo de Jeremoabo é um importante produtor de Castanha de Caju e de Umbu, além disso, a quantidade de umbuzeiros em áreas de Caatinga pode variar de três a cinco plantas por hectare (ALBUQUERQUE; BANDEIRA, 1995; DRUMOND et al., 1982; DE ARAUJO et al., 2016).

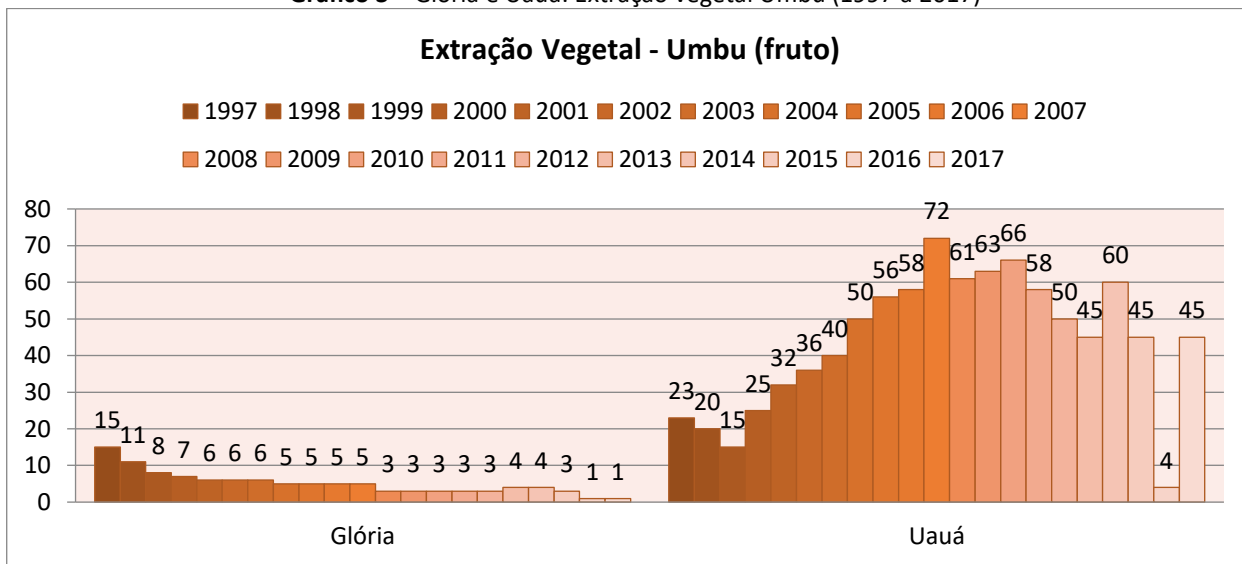
De qualquer forma, a produção apresentada pelos municípios do Polo permite dizer que o umbu é considerado um produto importante para a economia da região, já que uma quantidade considerável de frutos é aproveitada pelo extrativismo por comunidades rurais do Semiárido, com destaque para o município de Uauá. Porém não se pode deixar de citar a baixa, contudo, constante da extração de Angico e Licuri que ocorre no município de Glória representados nos gráficos 2, 3, 4 e 5.

Gráfico 2 – Glória e Uauá: Extração vegetal Castanha de Caju (1997 a 2017)



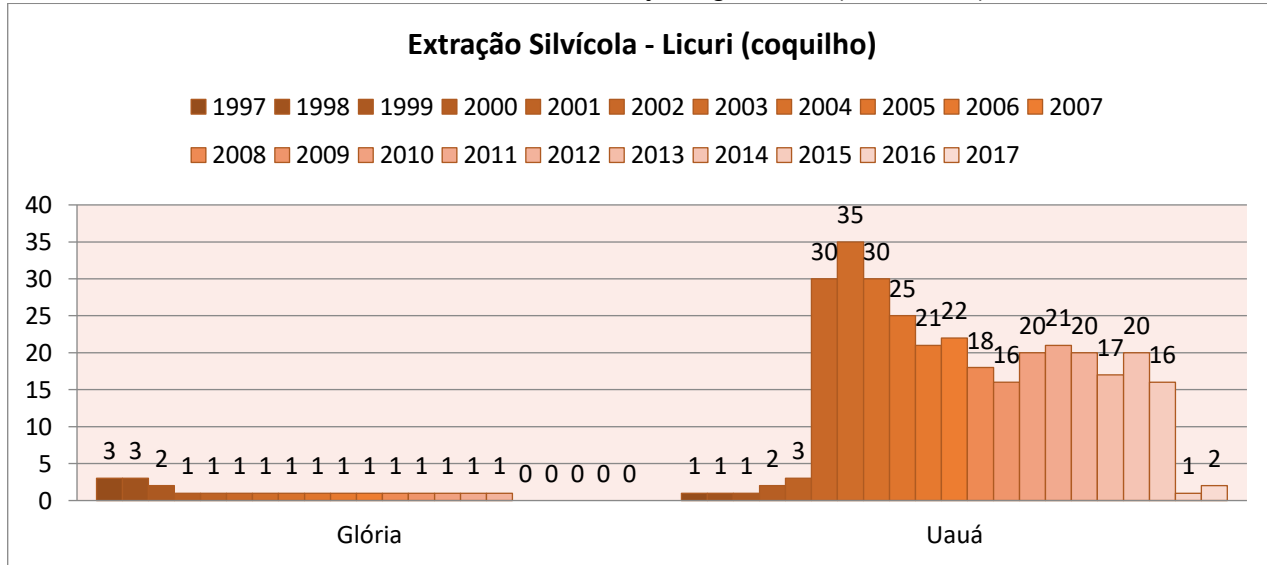
Fonte: IBGE (1997-2017). Elaborado pelo autor.

Gráfico 3 – Glória e Uauá: Extração vegetal Umbu (1997 a 2017)



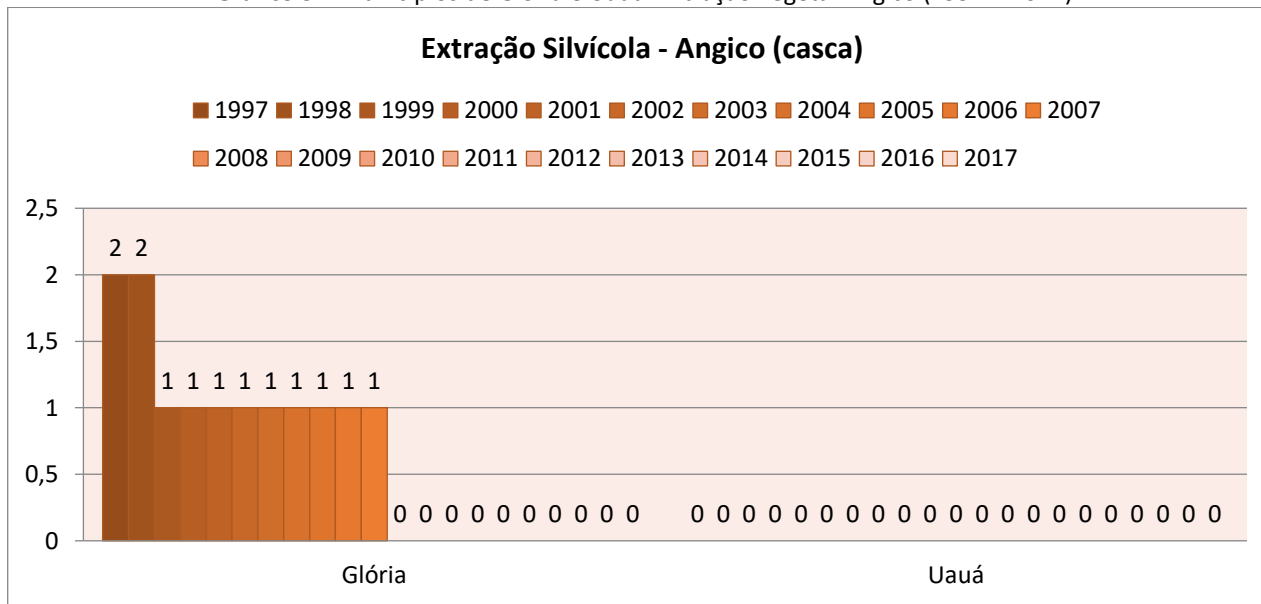
Fonte: IBGE (1997-2017). Elaborado pelo autor.

Gráfico 4 – Glória e Uauá: Extração vegetal Licuri (1997 a 2017)



Fonte: IBGE (1997-2017). Elaborado pelo autor.

Gráfico 5 – Municípios de Glória e Uauá: Extração vegetal Angico (1997 – 2017)



Fonte: IBGE (1997-2017). Elaborado pelo autor.

Ao observar os gráficos em questão percebe-se que a produção vem diminuindo, principalmente no município de Glória, que produz as quatro categorias pesquisadas; por mais que a produção fosse baixa, era constante, no entanto, nos últimos anos, o município praticamente nada produz, além do Umbu que continua como parte do processo extrativo.

Por mais que Uauá apenas produza Licuri e Umbu, também apresentam uma baixa na produção, com um destaque para o ano de 2016, em que a produção de Umbu caiu significativamente sem nenhuma notícia referente à causa da diminuição da produção nem a ocorrência de seca, e volta a crescer no ano seguinte.

Por causa da capacidade de produção sob condições de semiaridez, o umbuzeiro tem potencializado o surgimento de empreendimentos agroindustriais capazes de criar bases econômicas sólidas para a agricultura familiar nas áreas dependentes de chuva com a prática do extrativismo em alguns pontos do semiárido brasileiro (DE ARAÚJO; QUEIROZ, 2010; DE ARAUJO et al., 2016).

Os dados da pesquisa serviram como indicadores para a permanência das famílias de agricultores no campo, assim como aquelas que vivem da atividade extrativa. Observou-se a diminuição gradual na produção, indicando que a mesma está sofrendo com alguns dos fatores quais sejam a perda de mão de obra ou de produtividade natural, isto é, a bioprodutividade do ambiente, indicando que aquele tipo de atividade já não sustenta as famílias, que tiveram que migrar dos municípios do Polo para exercer outra atividade que suprisse a necessidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrapor as informações obtidas anteriormente com os dados de extração vegetal, pode-se traçar um perfil hipotético para os municípios de Glória e Uauá, quando os dados levantados na pesquisa os colocam como contrastantes quanto a alguns indicadores analisados e contraditórios em relação a outros.

Para Glória nota-se que é um município que apresenta temperaturas superficiais e do ar elevadas, possui extensa área coberta por vegetação não alterada, apresenta elevado índice de concentração de umidade e média (clima quente e úmido) a baixa vulnerabilidade ambiental à desertificação, porém o seu potencial extrativo é baixo e em constante diminuição da produção.

São necessários muitos outros indicadores para permitir conclusões, porém o conjunto de dados levantados permite inferir que, por mais que o ambiente apresente condições favoráveis à permanência humana no campo ou no extrativismo vegetal, não quer dizer que isso realmente ocorra nesse espaço. Percebeu-se que outros indicadores econômicos, sociais e políticos afetam diretamente a relação campo e cidade em áreas susceptíveis à desertificação.

Desse modo, o município de Uauá, que apresenta temperaturas mais amenas em comparação a Glória, com uma extensa área de vegetação antropizada, solo exposto, ou com área de pasto, uma baixa retenção de umidade - clima quente e semiárido - e uma média, a média alta vulnerabilidade ambiental à desertificação. Assim, apresenta índices mais altos de produção extrativa, com uma leve queda nos últimos anos, porém ainda elevada em comparação a Glória.

Esse conjunto de indicadores permite afirmar que o município de Uauá não possui condições de vida favoráveis à permanência das populações agrícolas no campo, contudo, os valores obtidos pela silvicultura mostram o contrário.

Dados apontam que a produção de frutos de umbu de ocorrência espontânea na Caatinga, em uma safra, pode apresentar ampla variação, uma vez que, sob condições naturais de temperatura e chuvas, vários fatores podem interferir na formação dos frutos, como doenças e pragas.

Estudos realizados por Guerra (1981) apontam que a produção anual de uma árvore de ocorrência natural pode chegar em torno de 300 kg. Outras pesquisas, como a de Santos (1998), indicam que a produção de 17 plantas, durante 3 anos, verificou uma produção média anual de 65 kg de frutos por planta. (DE ARAUJO, 2016)

Os resultados obtidos por De Araujo (2016), confrontados com os valores obtidos pela produção de umbu para os dois municípios estudados, permitem supor que a variação da produção apresentada, ao longo dos anos, resulta dos incentivos governamentais, e pode estar relacionada à variabilidade de umbuzeiro existentes na região, associada a condições climáticas variáveis.

Segundo o IBGE (2017), de um total de 7.465 toneladas de umbu comercializados, 77,8% é produzida na Bahia. No entanto, as informações contidas no gráfico 03 indicam que houve diminuição da produção, permitindo inferir que uma das probabilidades existentes para a queda de produtividade pode estar relacionada com a diminuição do número de plantas de ocorrência natural, uma vez que

o desmatamento, queimadas, abertura de pastos, estão entre os principais processos do uso da terra em especial no município de Uauá

Diante desse cenário, estratégias para a conservação de espécies nativas da Caatinga são necessárias para o desenvolvimento de modelos de produção sustentáveis de agricultura familiar e convivência com a seca a fim de amenizar os processos de degradação e vulnerabilidade à desertificação no Polo de Jeremoabo.

AGRADECIMENTOS

Além do apoio do GEONAT/UEFS, o suporte financeiro fornecido pela Fapesb foi, e continua sendo, de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho. É necessário ressaltar que o apoio financeiro da FAPESB, através de bolsas de iniciação científica, é um dos mais importantes meios de suporte ao aluno que sonha em desenvolver pesquisas em ambiente acadêmico. E, devido a isso, sou agradecido à Fapesb por todo seu apoio, mais uma vez.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALBUQUERQUE, S. G. de; BANDEIRA, G. R. L. Efeito do raleamento e rebaixamento na fitomassa de forragem numa caatinga da região de Petrolina, Pernambuco, Brasil. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 30, n. 6, p. 885-891, 1995.

ANTONANGELO, Alessandro; BACHA, Carlos José Caetano. As fases da silvicultura no Brasil. **Revista brasileira de economia**, v. 52, n. 1, p. 207-238, 1998.

BRASIL, **Ministério do Meio Ambiente**. Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAN-Brasil. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Recursos Hídricos, 2005.

CARNEIRO, Aislan Santana; LOBÃO, Jocimara de Souza Britto. Análise da Paisagem do Pólo De Jeremoabo–BA para estudos da Desertificação. **Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, João Pessoa-PB, Brasil, 25 a 29 de abril de 2015, INPE.

CAVALCANTI, Edneida. R; COUTINHO, Solange. F. S.; SELVA, Vanice. S. Desertificação e Desastres Naturais na Região do Semiárido Brasileiro. **Revista Cadernos de Estudos Sociais**. v. 22, n. 1., 2006.

COSTA JR, João Augusto; CARVALHO, Hermilino Danilo Santana de. **Estudo de ilhas de umidade no Polo de Jeremoabo – Ba para dar subsídio à conservação dos recursos naturais**. UEFs, Feira de Santana, Bahia. 2014

DANTAS, Carlos César Gadelha. **Gestão ambiental: um estudo sobre a percepção do problema da desertificação no Estado do Rio Grande do Norte**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia de Produção) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

DE ARAUJO, Francisco Pinheiro; DE QUEIROZ, Manoel Abílio. Enriquecimento da caatinga com plantas de umbuzeiro. In: **Embrapa Semiárido-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: REUNIÃO NORDESTINA DE BOTÂNICA, 33., 2010, Aracaju. Flora nordestina: diversidade, conhecimento e conservação. Aracaju: SBB: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010.

DE ARAUJO, Francisco Pinheiro. *et al.* Extrativismo do umbu e alternativas para a manutenção de áreas preservadas por agricultores familiares em Uauá, BA. **Embrapa Semiárido-Documents (INFOTECA-E)**, 2016.

DE CASTRO, Iolanda Santos. Vulnerabilidade Ambiental e Desertificação: A Correlação Espacial Multitemporal com a Temperatura de Superfície. **Anais Seminário de Iniciação Científica**, n. 22, 2019.

DE JESUS, Marília Santos. Variáveis Geomorfológicas e Temperatura de Superfície: A Correlação Espacial para Indicadores de Desertificação. **Anais Seminário de Iniciação Científica**, n. 22, 2019.

DOS SANTOS SALES, Thayane; OLIVEIRA, João Henrique Moura. Espacialização da temperatura do ar utilizando interpolação de dados no Polo de Jeremoabo-ba. **Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, João Pessoa-PB, Brasil, 25 a 29 de abril de 2015, INPE

DRUMOND, Marcos A. et al. Sociabilidade das espécies florestais da caatinga em Santa Maria da Boa Vista, PE. **Embrapa Semiárido-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 1982.

Guerra, P. de B. **A civilização da seca. O Nordeste e uma história mal contada**. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Fortaleza, CE (Brazil). Fortaleza, CE (Brazil). 1981.

GUIMARÃES, Tayse Lima de Brito; LOBÃO, Jocimara de Souza Britto. Sistemas de Informações Geográficas para análise de fragmentos de vegetação no Polo de Jeremoabo. **Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE.

HARE, F. K.; WARREN, A.; MAIZELS, J.K.; KATES, R.W.; JOHNSON, D.L.; HARING, K.J.; GORDUÑO, M.A. **Desertificação: causas e consequências**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

IBGE, **SIDRA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LIMA, Ricardo da Cunha Correa; CAVALCANTE, Arnóbio de Mendonça Barreto; MARIN, Aldrin Martin Perez. **Desertificação e Mudanças Climáticas no Semiárido Brasileiro**. Campina Grande: INSA-PB, 2011.

MMA, Secretaria de Recursos Hídricos, Universidade Federal da Paraíba; SANTANA, M.C., (Org.). **Atlas das Áreas Susceptíveis à Desertificação do Brasil**, Brasília: MMA, 2007.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil, **Estudos Avançados**. vol.17 no.48 São Paulo May/Aug. 2003

PAREJO, Luis Carlos. **Desertificação**: Causas e consequências do mau uso do solo. 2006. São Paulo. (Revista UOL)
<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/desertificacao-causas-e-consequencias-do-mau-uso-do-solo.htm>. Acesso em: 8 abr. 2015.

SÁ, Iêdo Bezerra; SILVA, Pedro Carlos Gama. **Semiárido Brasileiro: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação**. Pernambuco: Embrapa Semi-Árido, 2010.

SANTOS, Carlos Antonio Fernandes. Relação entre caracteres de produção do umbuzeiro com características químicas e teor de água do solo. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v.20, n. 2, p.206-212, 1998.

Modificação das vazões do rio Sapão em função da evolução do agronegócio em Formosa do Rio Preto - Bahia

Daíse Araújo dos Santos
Mário Jorge de Souza Gonçalves
Antônio Puentes Torres

INTRODUÇÃO

A sub-bacia do rio Sapão localiza-se no Município de Formosa do Rio Preto-BA, entre os paralelos $-10^{\circ} 09' 49,09''S$; $-11^{\circ} 19' 38,18''S$ e meridianos $45^{\circ} 16' 21,82''O$; $46^{\circ} 37' 38,18''O$, com área de $9.651,2 \text{ km}^2$. O rio Sapão é tributário do rio Preto e este, por sua vez, tributário do rio Grande, e todos pertencem à bacia hidrográfica do rio São Francisco. O município de Formosa do Rio Preto possui uma área de $15.901,745 \text{ km}^2$ (BRASIL, 2019b), considerado como extremo oeste baiano, localiza-se na divisa entre o Piauí e Tocantins. Conforme Brasil (2019b), possui população estimada de 25.591 pessoas e tem como

curso d'água majoritário o rio Preto e tem como afluente principal o rio Sapão.

Historicamente, o Oeste da Bahia, em meados 1980 a 1990, vivenciou um intenso processo de migração de famílias sulistas, o que favoreceu a difusão do agronegócio nessa área (BAHIA, 2017). Esta migração de famílias possibilitou que o Oeste baiano ganhasse grande relevância na produção de algodão, soja e milho, conforme apresentado por Bahia (2017), uma vez que estas famílias possuíam expertise e manejo dessas culturas. Entre as cidades em destaque, tem-se Formosa do Rio Preto, que, segundo Bahia (2017), esteve em primeiro lugar em 2013, entre os principais municípios produtores de soja da Bahia. É notável, ainda, a participação de Formosa do Rio Preto como uma das cinco cidades (Barreiras, Correntina, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto e São Desidério) que possuem PIB Per capita superior a R\$33.000,00, ressaltando que a Bahia possui PIB Per capita médio igual a R\$ 13.616,00 (Bahia, 2017). Ainda, tem-se associado à expansão dessa atividade o intenso processo de urbanização.

Em relação aos aspectos fisiográficos, Formosa do Rio Preto possui clima úmido a subúmido (BAHIA, 2017), com estação chuvosa entre os meses de outubro e abril e seca entre maio e setembro (PLANVASF, 1978 apud CASTRO et al., 2013). Está localizado em uma região que predomina vegetação do tipo cerrado-caatinga, com mata ciliar e veredas de vales (SANTANA et al., 2010 apud CASTRO et al., 2013). Embora Formosa do Rio Preto seja constituída geologicamente pelo Complexo Cristalândia do Piauí, Formação Formosa, Formação Canabrinha e Grupo Urucuia (CASTRO et al., 2013), o rio Sapão está totalmente inserido no Grupo Urucuia, como apresentado na Figura 1.

No Grupo Urucuia existe um sistema aquífero que leva o mesmo nome (Adaptado de CAMPOS; DARDENE, 1997 apud GASPAR & CAMPOS, 2007), do tipo intergranular em forma de tabuleiro composto de quartzo arenitos, arenitos feldspáticos eólicos, bem selecionados, com níveis silicificados e pequenos níveis conglomeráticos (GASPAR; CAMPOS, 2007). Essa região que abrange o Grupo Urucuia e consequentemente o rio Sapão é caracterizada por um relevo de chapada, com regiões elevadas e planas conforme Gaspar e Campos 2007 apud CASTRO et al. 2013.

A sub-bacia do rio Sapão encontra-se inteiramente inserida no município de Formosa do Rio Preto, no qual foi verificado por CASTRO et al. (2013), em 2008, que 50% de sua área era ocupada por vegetação

Esse crescente aumento de áreas alteradas pelo agronegócio gera uma grande preocupação quanto à interação do ambiente com os mananciais superficiais e subterrâneos. Em vista disso, tem-se como principal motivação caracterizar o rio Sapão e fazer uma análise quantitativa de suas vazões durante o período de 1977 a 2018, em que também se verifica a intensa evolução do agronegócio na região.

METODOLOGIA

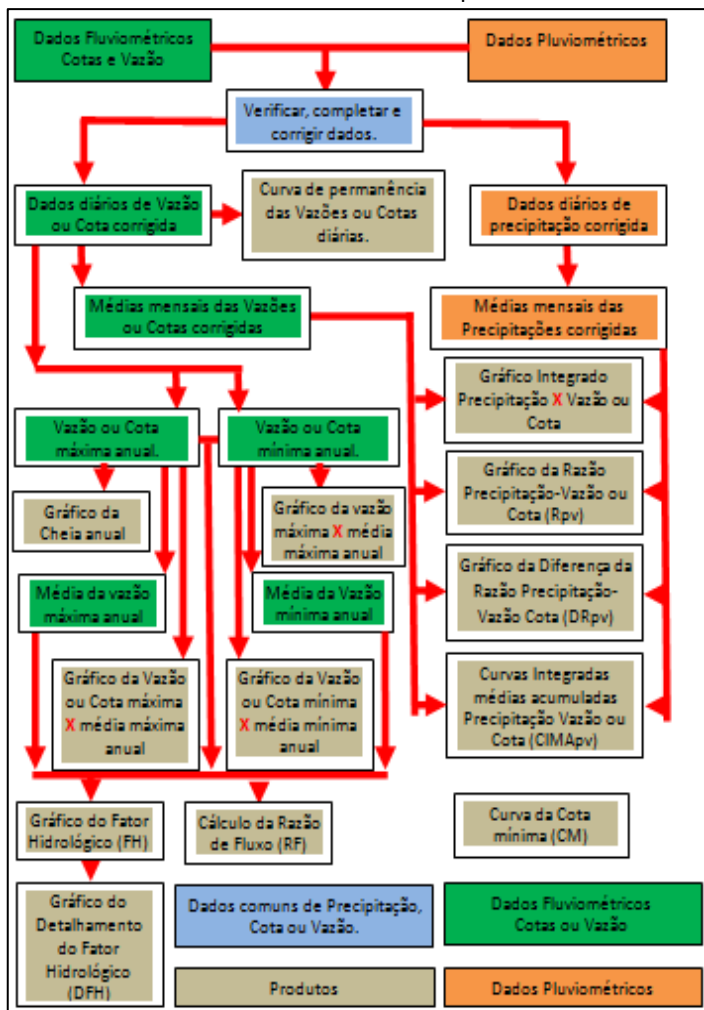
Este trabalho foi desenvolvido a partir da metodologia de correção de séries históricas de Gonçalves (2019a) aplicado aos dados da Agência Nacional das Águas.

A metodologia de Gonçalves (2019a) consiste, basicamente, em buscar uma estação pluviométrica (montante) e uma estação fluviométrica (jusante), que possua dados do mesmo período. Posteriormente, esses dados passaram por uma análise, foram completados e consolidados, produzindo-se os seguintes gráficos: vazão versus precipitação (com e sem correção de tempo de retardo médio), de curva das vazões máximas, curva das vazões mínimas, Fator Hidrológico, cota mínima, Curvas integradas das médias acumuladas de precipitação e vazão (CIMA_{pv}), Detalhamento do Fator Hidrológico (DFH), Diferença da Razão precipitação vazão (Dr_{pv}) e curvas de permanência. Essa metodologia foi expressa por meio de um fluxograma abaixo (Figura 3).

Nesse estudo, utilizam-se os dados da estação de monitoramento 01045006 (pluviométrica) e 46770000 (fluviométrica), sendo a última submetida ao método de correção. Através dessas informações, desenvolveram-se os gráficos apresentados aqui, que apontam algumas características da sub-bacia do rio Sapão.

Utilizou-se, ainda, dados de BRASIL (2019a e 2019b), BAHIA (2019) e o trabalho de Castro *et al.* (2013), que aborda sobre a dinâmica da paisagem de Formosa do Rio Preto.

Figura 3 – Fluxograma dos principais aspectos da metodologia (e alguns dos seus produtos) utilizada na avaliação quantitativa das vazões do rio Sapão



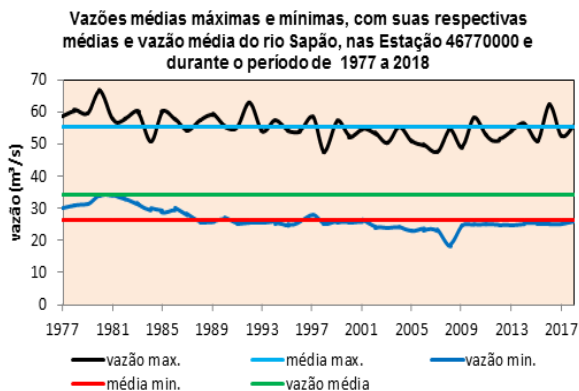
Fonte: Gonçalves, no prelo (2019c).

RESULTADOS

Por meio das informações obtidas da estação pluviométrica e fluviométrica (após a correção dos dados) foi possível construir os seguintes gráficos abaixo.

A Figura 4 exibe a relação das vazões médias máximas e das vazões médias mínimas com suas respectivas médias, associadas à média das vazões. Observa-se que as vazões médias máximas estão muito acima da média das vazões e isso se mantém ao longo desse período. Entretanto, as vazões médias mínimas ficam sempre abaixo das vazões médias, exceto em um intervalo de 4 anos, aproximadamente.

Figura 4 – Vazões médias máximas e mínimas com suas respectivas médias, associadas à média das vazões no rio Sapão, no período de 1977 a 2018, na estação 46770000



Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

As Figuras 5 e 6 exibem, com maior detalhe, a relação das vazões médias máximas com a média máxima e das vazões médias mínimas com a média mínima, respectivamente, no período de 1977 a 2018.

A partir das vazões médias máximas e mínimas nesse período foram gerados os gráficos do Fator Hidrológico (FH) descrito por Gonçalves (2014a) e do Detalhamento do Fator Hidrológico (DFH),

também apresentado por Gonçalves (2015a), indicados nas Figuras 7 e 8, respectivamente. Neles compreendem os anos hidrológicos: deficitários (0), normais (1) e excedentes (2).

Para classificar o FH, realizou-se a análise da vazão média máxima e vazão média mínima, em todos os anos no período de 1977 a 2018, em relação as suas respectivas médias. Nos deficitários, as vazões médias máximas e médias mínimas estão abaixo das respectivas médias; nos anos hidrológicos normais, a vazão média máxima está acima da sua média e a vazão média mínima está abaixo da sua média, ou também no caso contrário; nos anos excedentes, ambos, vazões médias mínimas e vazões médias máximas, estão acima das suas respectivas médias (GONÇALVES, 2014a).

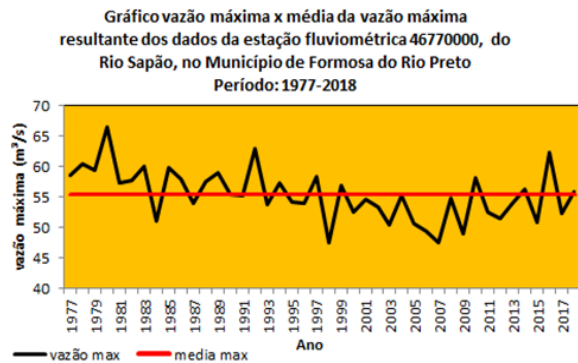
Nota-se que a Figura 7 exhibe uma sequência de 10 anos deficitários, associados ao mesmo período em que há diminuição das vazões médias máximas e vazões médias mínimas verificadas na Figura 5 e 6.

A partir da Figura 8, verifica-se, com mais detalhe, que, após os 10 anos hidrológicos deficitários, a tendência a ter anos hidrológicos deficitários permanece. Nesse gráfico, o detalhamento ocorre a partir da verificação dos anos hidrológicos normais, ou seja, quem influencia para que esse ano seja classificado assim (GONÇALVES, 2015a). Se são as vazões médias mínimas, verifica-se o valor 0,5, se as vazões médias máximas, o valor 1,5, conforme Gonçalves (2015a).

O Quadro 1 exhibe a média mensal das precipitações (Estação 01045006) e das vazões (Estação 46770000) no rio Sapão no período de 2001 a 2018. Como não há correspondência entre a maior média mensal da precipitação com a maior média mensal da vazão (indicado em verde), implica que existe um Tempo de Retardo Médio (TRM) ≥ 30 dias, mais especificamente ≥ 90 dias, configurando-se como uma bacia do tipo 2, segundo Gonçalves (2019d, no prelo).

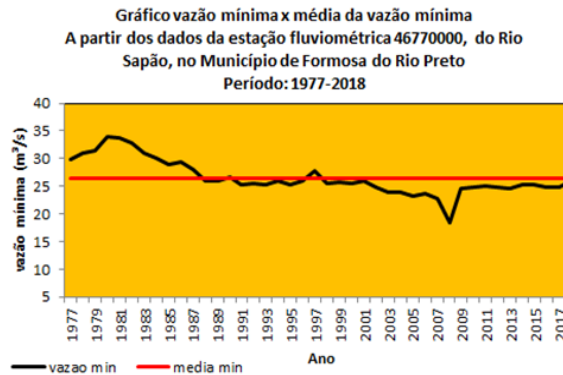
Para a confecção do gráfico da vazão em função da precipitação ordenou-se a tabela de forma a alinhar os valores destacados em verde (Quadro 2), esse processo compreende a correção do TRM, para reduzir o desalinhamento entre as precipitações e as vazões existentes.

Figura 5 – Vazões médias máximas e sua média máxima no rio Sapão, no período de 1977 a 2018, na estação 46770000



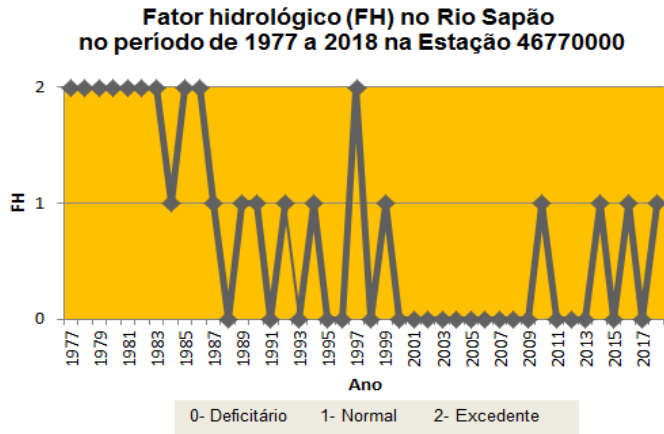
Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Figura 6 – Vazões médias mínimas e sua média mínima no rio Sapão, no período de 1977 a 2018, na estação 46770000



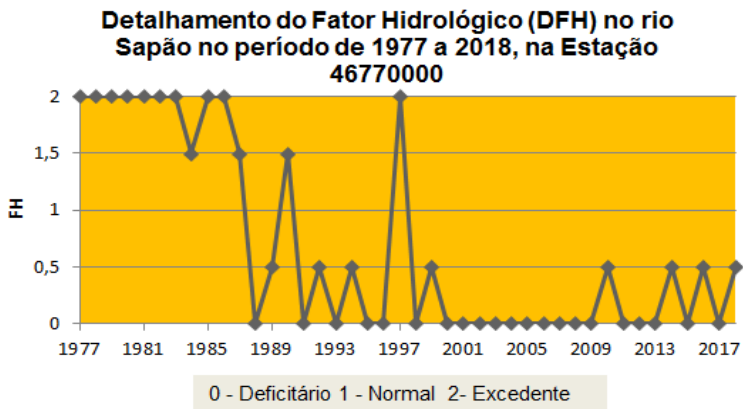
Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Figura 7 - Fator Hidrológico no rio Sapão



Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Figura 8 - Detalhamento do Fator Hidrológico no rio Sapão



Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Quadro 1 - Valores de precipitação e vazão com correção do TRM

Precipitação (mm)		Vazão (m³/s)		Rpv
jan	171,9	jan	36,6	4,70
fev	148,1	fev	36,1	4,10
mar	175,9	mar	37,3	4,71
abr	80,1	abr	34,5	2,32
mai	20,3	mai	30,8	0,66
jun	1,3	jun	28,2	0,05
jul	0,1	jul	27,0	0,00
ago	0,6	ago	26,0	0,02
set	7,9	set	25,4	0,31
out	73,3	out	27,4	2,67
nov	149,3	nov	32,1	4,65
dez	188,0	dez	36,0	5,22

Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Quadro 2 - Valores de precipitação e vazão sem correção do TR

Precipitação (mm)		Vazão (m³/s)		Rpv
jan	171,9	abr	34,5	4,99
fev	148,1	mai	30,8	4,81
mar	175,9	jun	28,2	6,24
abr	80,1	jul	27,0	2,96
mai	20,3	ago	26,0	0,78
jun	1,3	set	25,4	0,05
jul	0,1	out	27,4	0,00
ago	0,6	nov	32,1	0,02
set	7,9	dez	36,0	0,22
out	73,3	jan	36,6	2,00
nov	149,3	fev	36,1	4,13
dez	188,0	mar	37,3	5,04

Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Os efeitos da correção do retardo podem ser visualizados comparando as Figuras 9 e 10.

O gráfico da Figura 11 é produzido a partir dos dados da Razão precipitação-vazão (Rpv) exibidos nos Quadros 1 e 2, onde se verificam duas curvas, uma com correção de TRM e outra sem. Conforme Gonçalves (2019a), esse gráfico corresponde às condições do aquífero em relação à vazão do rio, indicando quando o aquífero está cheio, além de apontar a forma como a vazão e precipitação média mensal flutuam ao longo dos 12 meses.

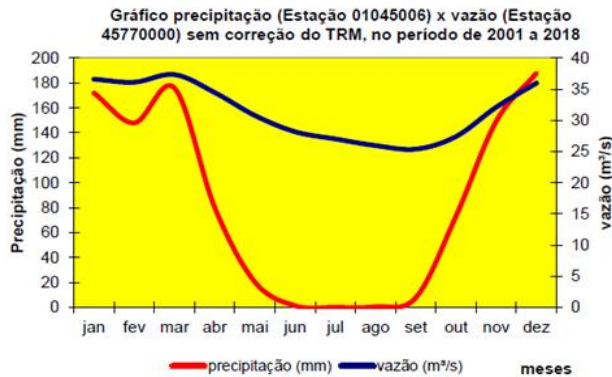
O gráfico 12 corresponde às Curvas Integradas das Médias Acumuladas de precipitação e vazão (CIMApv), produzidas por Gonçalves (2019b), que compreende unir o gráfico de precipitação média acumulada e vazão média acumulada (sendo esse termo justificado por Gonçalves (2019b) devido à influência da precipitação na vazão que permite avaliar a vazão média acumulada, desde que, integrada à precipitação média acumulada). Desta forma, no período de 2001 a 2017, conforme a classificação de Gonçalves (2019b), o rio Sapão apresenta curvas do tipo C7 (Média dependência da chuva e média dependência do aquífero), C8 (Grande dependência da chuva e pequena dependência do aquífero) e C5 (Pequena dependência da chuva e Grande dependência do aquífero), predominando o tipo C8.

O Quadro 3 exhibe os valores da Diferença da Razão precipitação-vazão (Drpv) que consiste na subtração dos valores de Rpv com a correção do TRM pelo Rpv sem a correção do TRM.

A partir dos dados do Quadro 3 é possível gerar o gráfico da Figura 13, em que se observa a relação entre os aquíferos e as precipitações ao classificarmos o período em que o rio Sapão é efluente ou influente. Observa-se que, quando o rio possui DRpv acima de 0, tem um período de influência, em que o rio alimenta o aquífero. E quando tem o Drpv abaixo de 0, verifica-se um período de efluência, em que o aquífero alimenta o rio. E quando o Drpv está em torno de zero, há uma contribuição mútua.

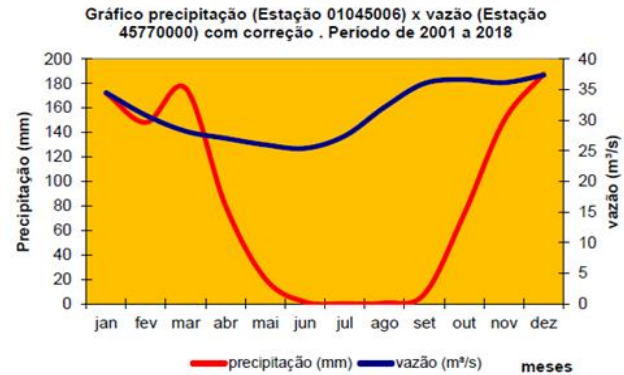
A Figura 14 exhibe duas curvas de permanência (Cruz & Tucci, 2007) que estão associadas aos períodos de 1977 a 1997 e de 1998 a 2018. Dividiu-se dessa forma em razão das notórias reduções das vazões médias máximas e mínimas exibidas na Figura 4 e 5, respectivamente, a partir do segundo período.

Figura 9 - Gráfico precipitação x vazão sem correção do tempo de retardo



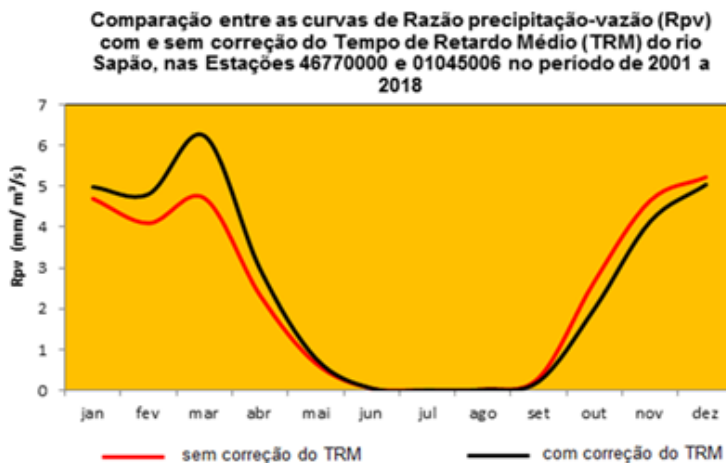
Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Figura 10 - Gráfico precipitação x vazão com correção do tempo de retardo



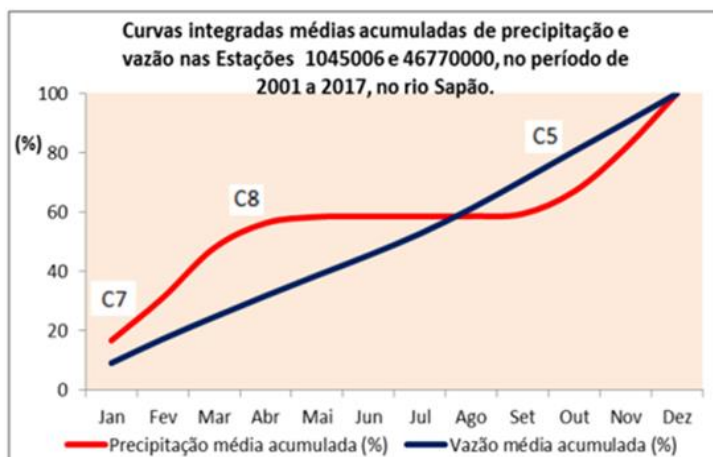
Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Figura 11 - Comparação entre as curvas Rpv com e sem correção do TRM do rio Sapão, nas Estações 46770000 e 01045006 no período de 2001 a 2018



Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Figura 12 - Gráfico CIMApv do rio Sapão, no período de 2001 a 2017



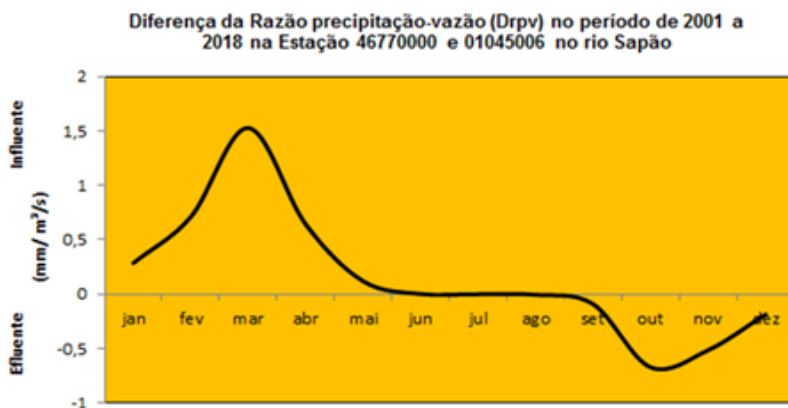
Fonte: Gonçalves (2019b).

Quadro 3 – Valores da Diferença da Razão precipitação-vazão (DRpv) para o período de 2001 a 2018 no rio Sapão

mês	Rpv sem correção do TRM	Rpv com correção do TRM	DRpv
jan	4,695275777	4,982608696	0,287333
fev	4,097402566	4,808441558	0,711039
mar	4,710321211	6,237588652	1,527267
abr	2,32394718	2,966666667	0,642719
mai	0,660287915	0,780769231	0,120481
jun	0,047509381	0,051181102	0,003672
jul	0,002466843	0,003649635	0,001183
ago	0,022465616	0,018691589	-0,00377
set	0,30956228	0,219444444	-0,09012
out	2,672662343	2,00273224	-0,66993
nov	4,648200608	4,135734072	-0,51247
dez	5,22427783	5,040214477	-0,18406

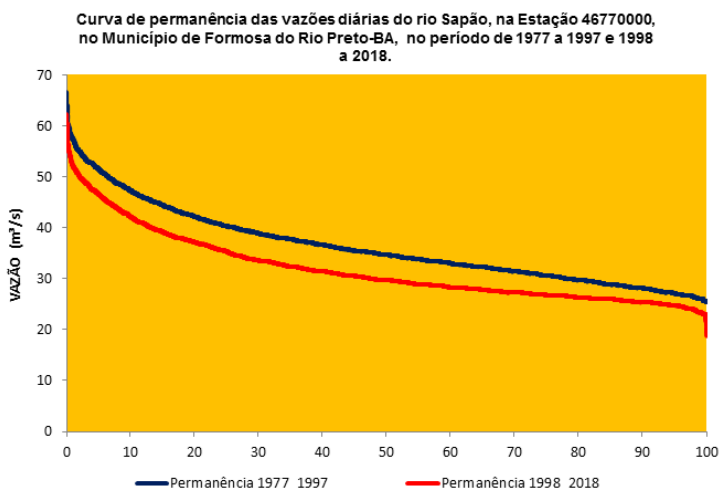
Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Figura 13 – Gráfico de DRpv do rio Sapão, de 2001 a 2018, onde verifica-se o período em que o rio é efluente ou influente



Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Figura 14 – Curvas de Permanência de dois períodos diferentes, com a redução da vazão máxima em 6,53% e das mínimas em 25,61% de um período para outro



Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

O gráfico da Figura 15 representa a cota mínima do rio Sapão no período de 1977 a 2018. Sendo a cota mínima desse rio constante e igual a 0, o que indica a inexistência de assoreamento nem erosão na estação 46770000.

Analisando o comportamento das chuvas durante o período de 2001 a 2018 (Figura 16), é possível perceber uma distribuição das precipitações dentro da normalidade, visto que a maioria está em torno da média, nesse período.

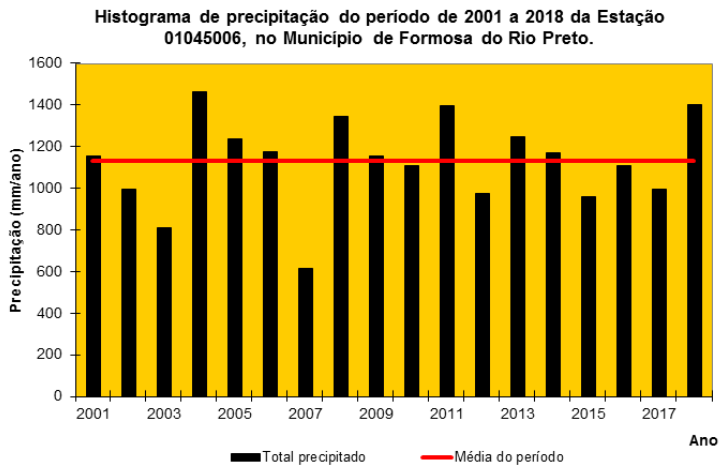
A partir da Figura 17, nota-se que, concomitantemente com o aumento da precipitação, há o aumento das vazões diárias na Estação associada nos últimos 5 anos.

Figura 15 – Gráfico de cota mínima da régua do rio Sapão no período de 1977 a 2018



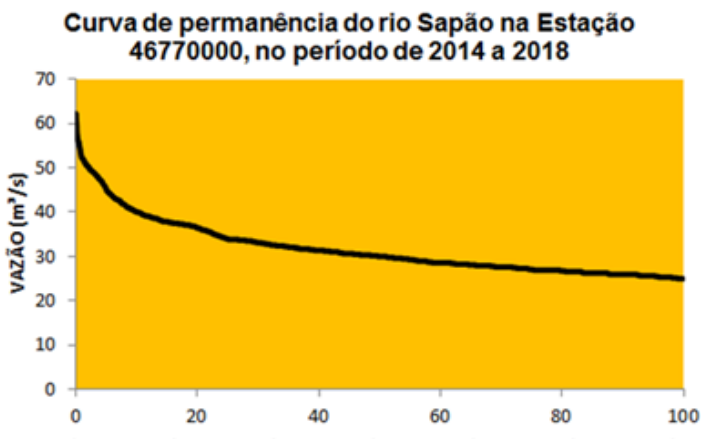
Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Figura 16 – Histograma da precipitação em relação a sua média no rio Sapão, no período de 2001 a 2018 na Estação 01045006



Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Figura 17 – Curva de Permanência do rio Sapão na Estação 46770000, no período de 2014 a 2018



Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

Outro parâmetro avaliado no rio Sapão é a razão de Fluxo (Rf), que compreende uma maneira de se avaliar se o fluxo d'água na drenagem é excedente, normal excedente, normal deficitário ou deficitário (Gonçalves, 2015b). E, a partir disso, segundo Gonçalves (2015b), avaliar se o rio é perene ou temporário, podendo dizer, conseqüentemente, se um rio é mais ou menos perene ou temporário em relação à outra drenagem, sem levar em consideração as vazões existentes. No caso do rio Sapão, na Estação 46770000 foi encontrado um valor de Razão de Fluxo (Rf) = 1,4 e desta maneira classificando o rio como tendo um Fluxo Excedente (Quadro 4).

Ademais, Gonçalves (2016) aborda, em seu trabalho sobre as secas e cheias hidrológicas de um rio, que tanto as cheias como as secas hidrológicas são divididas em grande, média e pequena amplitude. A partir desse conceito e dos dados de vazões máximas e vazão média máxima, bem como das vazões mínimas e vazão média mínima do rio Sapão, produziu-se os gráficos da Figura 18 e 19.

Em consulta com Gonçalves (co-autor deste trabalho), obteve-se o Quadro 5, onde pode-se observar a classificação das cheias e secas hidrológicas. As amplitudes das secas e cheias hidrológicas aponta a

evolução desses fenômenos ao longo de uma série histórica em uma estação monitorada.

Quadro 4 – Classificação do Fluxo no rio Sapão. Diz-nos sobre o comportamento do fluxo d’água no rio e conseqüentemente faz inferência sobre sua perenicidade

Razão de Fluxo (Rf)	Classificação do Fluxo do Rio
<2	Excedente
≥ 2 e < 4	Normal Excedente
≥ 4 e < 10	Normal Deficitário
≥ 10	Deficitário

Fonte: Gonçalves (2015b).

Quadro 5 – Classificação das amplitudes das secas e cheias hidrológicas

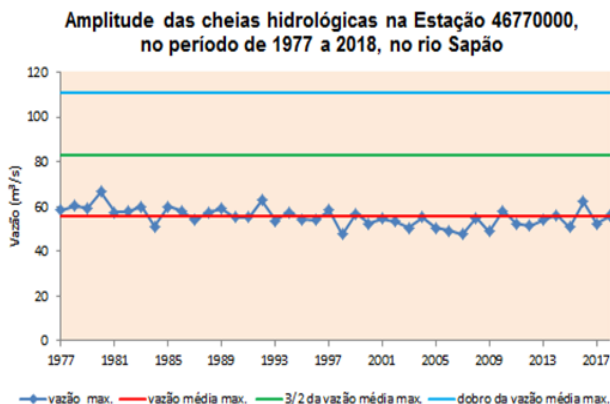
Amplitude	Limite da Seca Hidrológica	Limite da Cheia hidrológica
Pequena	Vazão média mínima – (2/3 vazão média mínima)	Vazão média máxima – 3/2 (vazão média máxima)
Média	2/3 vazão média mínima – 1/3 (vazão média mínima)	3/2 vazão média máxima - 2 (vazão média máxima)
Grande	< 1/3 vazão média mínima	>2 vezes a Vazão média máxima

Fonte: Gonçalves (2016)

Na Figura 18 observa-se que o rio Sapão não exhibe nem grande e nem média amplitude de cheias hidrológicas, pois todos os valores estão em torno da vazão média máxima.

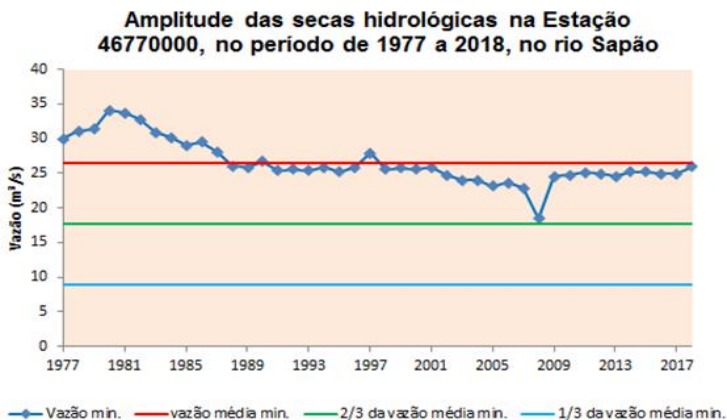
Visualizando a Figura 19, nota-se que o rio Sapão não tem secas hidrológicas de grande amplitude, apenas de média e baixa amplitude.

Figura 18 – Gráfico da amplitude das cheias hidrológicas na Estação 46770000, no período de 1977 a 2018, no rio Sapão



Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

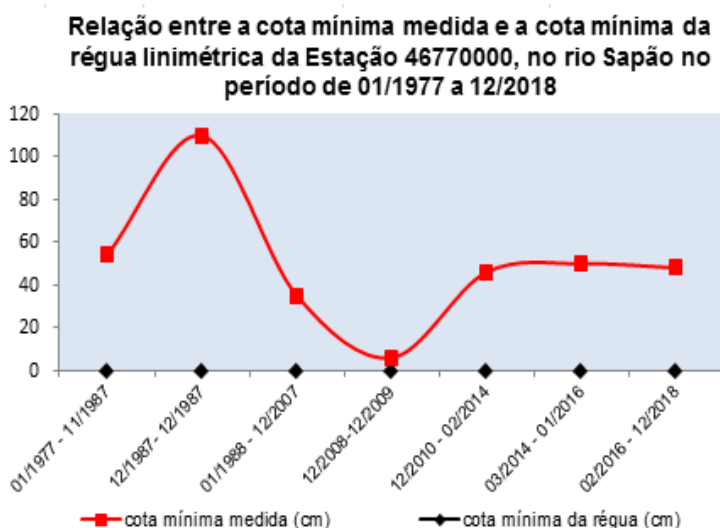
Figura 19 – Gráfico da amplitude das secas hidrológicas na Estação 46770000, no período de 1977 a 2018, no rio Sapão



Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

O gráfico exibido na Figura 20 representa a relação entre a cota mínima da régua (valor que pode ser medido) e a cota mínima registrada (nível do rio) em cada período. Esses dados relevam se há erosão ou assoreamento na estação monitorada. Como constatado, também, na Figura 15, o rio Sapão possui um perfil em que não ocorre nem assoreamento nem erosão, desta forma, todos os níveis do rio estão acima de 0 cm (cota mínima da régua).

Figura 20 – Gráfico exhibe relação entre as cotas mínimas medida e a cota mínima da régua e revela se está ocorrendo assoreamento ou erosão na estação monitorada



Fonte dos dados: Brasil (2019). Elaborado pelos autores.

CONCLUSÃO

Constata-se que a metodologia aplicada possibilita obter informações confiáveis. E, em vista da relação entre precipitação e vazão, apresentada no Quadro 1 e na Figura 9, infere-se que a sub-bacia do rio Sapão possui Tempo de Retardo Médio (TRM) ≥ 90 dias.

Suas curvas de permanência apontam vazões bem distribuídas ao longo do ano e isso também é ratificado pelo seu caráter de regime de fluxo excedente, que indica um rio perene. Além disso, observando o

gráfico de razão-precipitação-vazão (Figura 11) nota-se que, durante os meses de junho a setembro, a vazão do rio Sapão é sustentada majoritariamente pelo aquífero Urucuia, já que, para produzir 1 m³ de vazão, é necessário 0 mm de precipitação. E, a partir da Figura 12, observa-se que as vazões da sub-bacia do rio Sapão possuem grande dependência da chuva (durante metade do ano), portanto, o fato das chuvas serem constantes na região permite a estabilidade das vazões desse rio.

Analisando a Diferença da Razão precipitação-vazão (DRpv) associada a essa sub-bacia, infere-se que é necessário cerca de 0,7 mm para manter 1 m³/s de vazão nos períodos de efluência (aquífero sustenta o rio) e cerca de 1,5 mm para manter 1 m³/s de vazão no período de influência (rio sustenta aquífero).

Nos gráficos que apresentam os valores de vazões médias máximas e de vazões médias mínimas (Figura 5 e 6, respectivamente), identifica-se, que, apesar da queda desses valores no período de 1998 até 2018, no fim do período as vazões tendem a aumentar.

O Fator hidrológico (Figura 7) indica uma redução das vazões do período de 1977 a 1997 quando comparado ao período 1998 a 2018, o que compreende uma alteração do comportamento hidrológico desta sub-bacia. Ainda é possível perceber que não houve reestabelecimento das vazões originais no segundo período, já que esse não apresenta anos hidrológicos excedentes.

E, através do histograma de precipitações (Figura 16), nota-se que a sequência de 10 anos deficitários (indicado na Figura 7) não está relacionada às chuvas, uma vez que elas estão em torno da média nesse período. Assim, a redução significativa das vazões, ao longo dos 10 deficitários (Figura 14), aponta um problema associado ao uso da água, intensificado pela expansão agrícola que ocorre na região.

Entretanto, nos últimos cinco anos, esse cenário vem sendo modificado, como observado na Figura 17, em que as vazões voltam a aumentar. Isso ocorre porque, durante metade do ano aproximadamente, há maior dependência das vazões desse rio em relação às precipitações. Além disso, segundo o histograma da Figura 16, houve o aumento das precipitações nos últimos 5 anos, o que favorece esse contexto. E, embora haja o crescimento das vazões, nota-se, pelo do Gráfico do Detalhamento do Fator Hidrológico (DRH), que essas não são tão significativas, visto que ainda há uma tendência de anos hidrológicos deficitários.

O gráfico de cota mínima indica um perfil constante para o rio Sapão, onde não há nem assoreamento, nem erosão. Desta forma, é possível afirmar que as modificações associadas à evolução do agronegócio nessa região não chegaram a um patamar que permite deposição ou erosão. Visto que o rio Sapão possui capacidade de carrear seus sedimentos, uma vez que sua relação com o aquífero Uruçuia e precipitações acima da média permite manter sua vazão constante.

Embora a área destinada para uso agrícola cresça, como verificado por Castro *et al.* (2013), observa-se, a partir dos gráficos de cheias e secas hidrológicas (Figura 18 e 19 respectivamente), que, na Estação fluviométrica (46770000) estudada, não houve intervenção significativa do agronegócio. Visto que não houve cheias de médias e grandes amplitudes e secas de grandes amplitudes.

Ainda é possível verificar, por meio da Figura 20, que a cota mínima de nenhum período está abaixo da cota mínima da régua, isso ratifica a ausência de erosão ou assoreamento, visto que o rio Sapão possui um perfil constante. Ademais, exceto o período 12/2008 a 12/2009 (que possui cota mínima muito próxima da cota mínima da régua), em todos os outros períodos o nível do rio está muito acima do valor mínimo da régua.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer ao Grupo de pesquisa Observatório das Águas da Bahia (OBA – BA) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

REFERÊNCIAS

- BAHIA. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI – BA)**. 2017. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_13.pdf. Acesso em: 1 out. 2019.
- BRASIL. **Agência Nacional das Águas (ANA)**. 2019a Disponível em: <http://www.snirh.gov.br/hidroweb/serieshistoricas>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2019b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2019.

CAMPOS, José Eloi Guimarães; DARDENNE, Marcel Auguste. Origem e Evolução Tectônica da Bacia Sanfranciscana. **Revista Brasileira de Geociências**, v.27, n.3, p. 283-294, 1997.

CASTRO, Aracelly dos Santos; GOMES, Roberto Arnaldo Trancoso; GUIMARÃES, Renato Fontes; CARVALHO JÚNIOR, Osmar Abílio de; MARTINS, Éder de Souza. Análise da dinâmica da paisagem no Município de Formosa do Rio Preto (BA). **Revista Espaço & Geografia**, v.16, n. 1, p. 307-323, 2013.

CRUZ, Jussara Cabral; TUCCI, Carlos Eduardo Morelli. (2007). Estimativa da Disponibilidade Hídrica Através da Curva de Permanência. **RBRH — Revista Brasileira de Recursos Hídricos**. v.13, n. 1 p.111-124, 2008.

GASPAR, Márcia Tereza Pantoja.; CAMPOS, José Eloi Guimarães. O Sistema Aquífero Urucuia. **Revista Brasileira de Geociências**, n. 37, (4 - suplemento), p. 216-226, 2007.

GONÇALVES, Mario Jorge de Souza. **Gestão quantitativa das águas superficiais da bacia hidrográfica do rio Paraguçu no estado da Bahia – Brasil**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2014a.

GONÇALVES, Mario Jorge de Souza; MARQUES, Edna Cristina de Lucena; DIAS, Marcos de Oliveira. (2014b) Avaliação qualitativa da porosidade/permeabilidade de aquíferos em função da dinâmica sazonal das precipitações e das vazões na bacia hidrográfica do rio Verde-BA. XII Simpósio de Recurso Hídricos do Nordeste. Natal, Rio Grande do Norte. 2014. **Anais**. Disponível em: <http://eventos.abrh.org.br/xiisrhn/anais/>. Acesso em: 13 jan. 2019.

GONÇALVES, Mario Jorge de Souza **Metodologia de avaliação quantitativa das águas superficiais em bacias hidrográficas**. 2019a. Palestra ministrada no dia 16 de maio de 2019.

GONÇALVES, Mario Jorge de Souza. **Curvas integradas das médias acumuladas de precipitação e vazão (CIMA_{pv}) e sua interação com o tempo de retardo médio (TRM)**. 2019b. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334446843_Curvas_integradas_das_medias_acumuladas_de_precipitacao_e_vazao_CIMA_pv_e_sua_interacao_com_o_tempo_de_retardo_medio_TRM. Acesso em: 16 jul. 2019.

GONÇALVES, Mario Jorge de Souza & TORRES, Antônio Puentes. (2019 d). Distinção entre sub-bacias hidrográficas dos rios Carinhanha, Preto e Sapão, localizadas no Sistema Aquífero do Urucuia-SAU, a partir do tempo de retardo médio. **Revista Mercator** (no prelo). Submissão abril/2019.

GONÇALVES, Mario Jorge de Souza (2015 a). Detalhamento do fator hidrológico: um novo parâmetro para se avaliar anos hidrológicos excedentes, anos hidrológicos normais excedentes, anos hidrológicos normais deficitários e anos hidrológicos deficitários, além dos impactos nas vazões à jusante de barramentos. **Cadernos de Geociências**. Submissão 24/08/2015. No prelo.

GONÇALVES, Mario Jorge de Souza. (2015 b). Classificação do fluxo no rio utilizando a razão de fluxo (Rf). **Cadernos de Geociências**. Submissão 01/12/2015. No prelo.

GONÇALVES, Mario Jorge de Souza. Avaliação do impacto ambiental da redução de vazão na foz do rio São Francisco. **1º Simpósio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. 2016. Disponível em: <http://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2019/06/Avaliza%C3%A7%C3%A3o-do-impacto-ambiental-da-redu%C3%A7%C3%A3o-de-vaz%C3%A3o-na-foz-do-Rio-SF.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

GOOGLE. Google Earth Pro. 2019. **Formosa do Rio Preto, Bahia, Brasil**. Disponível em: https://www.google.com/intl/pt-BR_ALL/earth/versions/#earth-pro. Acesso em: 28 out. 2019.

A reestruturação produtiva dos cerrados baianos: os casos das cidades de Luís Eduardo Magalhães e São Desidério no Oeste da Bahia

Elton Andrade dos Santos
Agripino Souza Coelho Neto

INTRODUÇÃO

A literatura da Geografia Agrária reconhece que os Cerrados brasileiros foram impactados pela reestruturação produtiva do capital, dando continuidade ao processo de modernização do campo e refletindo o avanço da industrialização da agricultura. Esse processo não pode ser entendido dispensando a compreensão do papel do Estado no patrocínio da acumulação capitalista, com políticas territoriais decisivas para viabilizar o avanço da chamada “agricultura moderna”¹.

¹ Usaremos o termo “agricultura moderna” entre aspas, com o propósito de problematizar o conteúdo da modernidade atribuída ao modelo de agricultura

A reestruturação produtiva dos Cerrados se assenta na lógica de ocupação das áreas de fronteiras e tem produzidos significativas transformações nas regiões e cidades atingidas. Este é o caso do Oeste da Bahia, cujo processo tem produzidos impactos urbano-regionais marcantes, como o surgimento e o crescimento de cidades e a gestação de processos e formas nos espaços urbanos. Nesse sentido, este artigo objetiva realizar uma análise dos impactos gerados pela reestruturação produtiva nos Cerrados, focalizando os casos das cidades de Luís Eduardo Magalhães e São Desidério.

Trata-se de uma pesquisa que se apoia em estudos realizados sobre as chamadas “cidades do agronegócio” no Oeste da Bahia, mas que se vale, também, de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (dados da Pesquisa Agrícola Municipal), e das informações de sites de empresas imobiliárias e jornais *online*. O texto principia com uma caracterização da reestruturação produtiva nos cerrados brasileiros e uma discussão do papel do Estado neste processo, para, em seguida, identifica e analisar os seus impactos nas cidades de Luís Eduardo Magalhães e São Desidério.

A RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DOS CERRADOS BRASILEIROS

A reestruturação produtiva: apontamentos gerais

Considerando que as estruturas são momentos provisórios, como afirmou Lefebvre (1971), podemos afirmar que a reestruturação é um movimento ao mesmo tempo de “continuidades” e “descontinuidades”. Assim, a reestruturação não quer dizer que uma estrutura se sobrepõe à outra e a primeira deixa de existir. Ela deixa resíduos, passando a coexistir elementos característicos da primeira e da segunda, formando um híbrido. Esta indicação teórica reaparece em Soja (1993, p. 194), que reafirma o caráter de continuidade e transformação, diríamos, a coexistência de permanências e mudanças:

A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes,

implantado, baseada no latifúndio e na monocultura, cujos resultados revelam a produção de profundas desigualdades socioespaciais.

desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle de forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente. (SOJA,1993, p.194)

A noção de reestruturação foi sendo objeto de várias adjetivações: reestruturação urbana, reestruturação social, reestruturação espacial e reestruturação produtiva são alguns dos desdobramentos conceituais que cumpriram o papel de qualificar a natureza e a especificidade dos processos de reestruturação. Interessa aos propósitos deste texto, discutir e caracterizar a reestruturação produtiva nos Cerrados baianos, cujo movimento se insere no processo mais geral de reestruturação do capital iniciado na década de 1970, como resposta à crise do capitalismo e ao esgotamento do modo de acumulação fordista, resultando na gestação do modo de acumulação flexível, e na promoção de alterações socioterritoriais que influenciaram na produção do espaço, conforme descreveram Benko (1996) e Harvey (1992).

Segundo Harvey (1992), a reestruturação produtiva envolveu diferentes setores e implicou mudanças no papel do Estado, com amplas repercussões sociais, inclusive gerando processos que impactaram na reorganização dos espaços regionais, por meio da flexibilização na produção industrial e agropecuária, da emergência de novos centros de serviços e da integração econômica e financeira.

Batista e Alves (2009) advogam que a reestruturação produtiva acentuou o processo de mundialização do capital, promovendo profundas transformações políticas, econômicas e sociais. O peso da indústria na economia diminuiu, enquanto se fortaleceu e se difundiu o setor de serviços, além de um vigoroso crescimento do setor financeiro. Segundo Clark (1991), a reestruturação produtiva teria por objetivo restabelecer o controle do capital sobre o processo de trabalho, condição indispensável para que o capitalismo superasse sua crise do final dos anos 1970.

Segundo Pacheco e Negri (1994), ocorreu uma desconcentração industrial, passando as empresas a buscar novos lugares, onde a mão-de-obra seja mais barata e não ocorram “deseconomias de

aglomeração”. O conjunto de novos fatores locacionais, como os incentivos fiscais e a dotação de infraestruturas de circulação, energia e comunicação, passa a ser elemento fortemente considerado, configurando-se o que Santos e Silveira (2001) chamou de guerra dos lugares.

O debate sobre reestruturação produtiva no Brasil ganha dimensão em função das visíveis transformações que vêm ocorrendo desde então em nosso país, com a incorporação de novas tecnologias organizacionais, ocasionando alterações na gestão e organização do trabalho, reconfigurando o mercado de trabalho, bem como nas relações entre empresas.

No âmbito da reestruturação produtiva no setor agrícola, diversas repercussões podem ser verificadas, especialmente no plano da produção do espaço: (i) a incorporação de novas áreas pela chamada “agricultura moderna” (casos das regiões Centro-oeste e Amazônia, e do Oeste da Bahia), (ii) a construção de infraestruturas territoriais de circulação pelo Estado (transportes, energia e comunicação), (iii) estímulo a processos migratórios inter-regionais, com forte afluxo populacional para as novas regiões produtoras, e (iv) a dinamização econômica de cidades, chamadas de “cidades do agronegócio” (ELIAS; PEQUENO, 2015).

A reestruturação produtiva nos cerrados brasileiros

As tendências mais flexíveis do capitalismo, no momento atual, além de sua tendência concentradora, há a centralização do terciário nas principais metrópoles, que passam a controlar não apenas espaços regionais imediatos, como distantes. Dada a necessidade de estruturação de redes técnicas para o controle destes espaços longínquos, bem como a integração com outras metrópoles de comando do capital, surgem redes que se materializam a partir de eixos econômicos, ocasionando alterações no emprego, na qualificação dos trabalhadores, na gestão e organização da força de trabalho, nas relações entre empresas, bem como sua repercussão no território com o processo de desconcentração industrial e a formação de “novos espaços industriais” (SOUZA, 2016).

Nesse momento, é necessário qualificar melhor a ideia de modernização na agropecuária. Tal discussão foi feita por Graziano da Silva (1996), que define tal processo como sendo a transformação da base técnica que visa aumentar a produtividade. Estas mudanças estão

ligadas não apenas à melhoria nas técnicas de produção, mas também no modelo de consumo, provocando incremento no consumo intermediário na agricultura (tratores, fertilizantes químicos e agrotóxicos). O mesmo autor retoma a ideia da modernização, referindo-se a este processo como “processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial” (DA SILVA, 1996, p. 30). A partir deste conceito, percebe-se que a modernização está ligada à ruptura das relações de produção arcaicas, visto que associa tal processo especificamente ao uso de máquinas, insumos ou técnicas mais modernas.

A expansão da agropecuária moderna, de acordo com Elias (2003), aponta para um processo constante de internacionalização das atividades agrícolas, sendo que “a agricultura se realiza de forma globalizada, se não na sua produção propriamente, na sua circulação, distribuição ou seu consumo, mostrando-se uma das atividades mais contagiadas pela revolução tecnológica” (ELIAS, 2003, p. 59). A autora argumenta que há uma reestruturação da relação entre os três fatores clássicos da produção no campo: terra, trabalho e capital. Evidência disto é que, no momento atual, o aumento da produção não ocorre apenas pela incorporação de novos espaços à produção, de forma extensiva.

Há uma crescente integração da agropecuária em relação aos outros setores da economia, reduzindo um isolamento antes existente. Elias (2003) argumenta que o campo possuía alto potencial de recepção de novas tecnologias e reduzida resistência, haja vista possuir (por conta do isolamento apontado) menor quantidade de técnica empregada, logo, menor quantidade de trabalho morto. Desta forma é que se torna claro que o campo passa pela reestruturação produtiva capitalista absorvendo tecnologia, mas, ao mesmo tempo, tornando-se um espaço de produção essencial ao capital. É assim que a produção rural é revalorizada neste processo e passará, como se verá à frente, pelos processos de flexibilização da produção, terceirização de relações e alienação de espaços de produção em relação aos espaços de comando (ELIAS, 2003).

O processo de reestruturação produtiva no país inicia a partir do final dos anos 1970, mas é nos anos 1990 que ganha dimensão com a abertura econômica e da política neoliberal. Esse processo de

reestruturação acarretou transformações no processo produtivo, organização e gestão do trabalho, bem como na dinâmica do espaço, fortemente associada a convergência e circulação de fluxos migratórios.

Um fator fundamental para esse resultado foi o estímulo que o governo militar concedeu à “ocupação do cerrado” e à expansão da fronteira agrícola, visto que o país adotou uma estratégia de gerar divisas e equilibrar sua balança comercial por meio do aumento de suas exportações. (WESZ JUNIOR, 2014, p. 119).

Entretanto estas transformações ocorreram mais tardiamente, em relação aos principais países do mundo, tornando-se mais significativas a partir da década de 1990. A inserção da economia brasileira no processo de globalização gerou significativas alterações sobre os fluxos de comércio e de capitais, sobre a base tecnológica, gerencial e organizacional das empresas e, conseqüentemente, sobre as relações de trabalho, pois, a produção passou a visar ao melhor aproveitamento possível do tempo de produção.

A reestruturação produtiva no Brasil ocorre num contexto de recessão, desemprego, instabilidade econômica e abertura comercial. Esse processo ocorre com a implementação de práticas e técnicas baseadas no modelo japonês, que inicialmente ocorreu no setor automobilístico (*toyotismo*) e, mais tarde, no setor bancário, atinge a quase totalidade dos ramos produtivos e serviços, acarretando alterações significativas na estrutura dos empregos.

Wesz Junior (2011, p. 56) destaca o Plano Real como o principal mecanismo desta mudança, pois este plano econômico reduziu a proteção tarifária e a presença estatal, implementando um modelo econômico pautado na competitividade e na abertura comercial. Segundo o autor, um dos principais reflexos desta orientação foi o crescente número de fusões e aquisições, que afetou fortemente todos os setores da indústria brasileira. O novo arranjo da estrutura espacial desta cadeia, propiciada pela mudança de postura do Estado brasileiro, que substituiu o modelo desenvolvimentista-intervencionista pelo modelo neoliberal de abertura econômica ao mercado estrangeiro pautado na competitividade.

Os campos brasileiros, especialmente os cerrados, passam a ser considerados estratégicos, pois ocorre o fortalecimento da ação das

grandes corporações, que passam a controlar, importante fatia da produção. Os cerrados brasileiros iniciaram um processo de reestruturação produtiva, principalmente no setor da agropecuária, com a inserção de novas tecnologias sofisticadas para produzir mais com menos recursos.

A descrição de Mendonça (2002, p. 6) sobre a formação geográfica do cerrado, informando suas potencialidades econômicas e ajuda a esclarecer o interesse despertado por este bioma.

Um conjunto de diversos elementos, portador de um ecossistema complexo e de extrema importância para a sociedade, na medida em que, apresenta uma das maiores biodiversidades do mundo, uma extensa área agricultável, volumosos mananciais e cursos d'água disponíveis para irrigação e potencial energético e, uma potencialidade turística e de pesquisa inesgotáveis (MENDONÇA, 2002, p. 6).

Inserida no contexto geográfico do cerrado, a região Oeste da Bahia faz parte da mais recente fronteira agrícola do país, denominada MATOPIBA², com maior destaque para as cidades de Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, como as áreas de cerrado que tiveram os resultados mais significativos quanto à expansão agrícola no estado da Bahia nas últimas duas décadas.

As técnicas rudimentares, característica das atividades econômicas tradicionais, foram substituídas por técnicas modernas, sustentadas por um potente aparato científico e tecnológico. Os núcleos urbanos agora têm que se adaptar ao novo contexto econômico da região, tendo a obrigação de atender às necessidades técnicas de uma economia cada vez mais internacionalizada. A população, exclusivamente de sertanejos nativos da região, agora se mistura aos imigrantes originários dos mais diversos lugares do Brasil, principalmente sulistas, em sua maioria, gaúchos, e nordestinos, em sua maioria, baianos da Região de Irecê (RIOS FILHO, 2012).

² A expressão MATOPIBA resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A delimitação foi realizada pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa (GITE) que utilizou como primeiro grande critério as áreas de cerrados existentes nos Estados. Foi baseada em informações numéricas, cartográficas e iconográficas, resultando na caracterização territorial dos quadros natural, agrário, agrícola e socioeconômico.

O dinamismo da economia foi impulsionado pela inserção e expansão da cultura da soja, amplamente estimulada por subsídios governamentais que possibilitaram o alcance sistemático de ganhos de produtividade com a incorporação de tecnologias no cultivo. A incorporação dos cerrados baianos revela tendências de uma concentração espacial de recursos e investimentos que priorizaram uma restrita parcela da população, os migrantes de outras regiões do país, que encontraram as condições favoráveis para reprodução do capital.

Os resultados desse processo no país possibilitaram que várias infraestruturas (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos) fossem projetadas com o intuito de conectar a capital nacional aos principais centros do país, incluindo Salvador. Tal iniciativa foi benéfica para os cerrados baianos pela sua localização entre os dois importantes centros urbanos.

Os cerrados baianos, que antes eram espaços com pouca expressividade econômica (destacando-se a agricultura de subsistência, a pecuária extensiva, com núcleos urbanos pouco povoados, formados basicamente pela população nativa da região), tornaram-se, nas últimas duas décadas, uma região com importantes centros urbanos, com a produção de grandes áreas produtoras de grãos, principalmente a soja.

O papel do estado na reestruturação produtiva

A inauguração de Brasília, durante a década de 1960, representou o início do processo de integração territorial do interior do país. A construção de novas estradas permitiu a criação de uma malha rodoviária capaz de promover a expansão da agricultura por todo o cerrado.

Os programas de ocupação do cerrado tiveram como principal importância a criação de mecanismos de crédito oficial para o financiamento de compra de terras, custeio e investimento. Esses programas e o investimento embrionário da infraestrutura de transporte no período foram os incentivos para que os produtores agrícolas de outras regiões migrassem para áreas de expansão em busca de terras para a ampliação do cultivo, visto que já ocorria a escassez de terras em áreas tradicionais de cultivo.

O governo federal intensificou as políticas públicas através dos créditos financeiros facilitados e de programas agropecuários. As ações

governamentais foram direcionadas às pesquisas das potencialidades agrícolas dos cerrados, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1972, e, posteriormente, a atuação da EMBRAPA nas áreas de Cerrado com a criação do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC), em 1975.

Estas iniciativas foram fundamentais na transformação de espaços antes não aproveitados em localizações estratégicas para a “agricultura moderna”. Um exemplo destacado ocorreu por intermédio de investidores japoneses que implantaram por todo o cerrado, em ação conjunta com o Governo Federal, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Esse projeto teve três fases: PRODECER I (1979-1984), em Minas Gerais; PRODECER II (1985 – 1993), na Região Oeste da Bahia, além de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás; PRODECER III (1995-2001), no Maranhão e Tocantins.

Tal situação foi possível, em grande parte, pela presença da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), instalada no início da década de 1970, no município de Barreiras, que foi a responsável pela implantação do primeiro projeto de colonização e irrigação da Região – Perímetro Irrigado Barreiras-São Desidério –, como parte integrante do PRODECER II, graças ao financiamento de agricultores e da EMBRAPA, pelas pesquisas voltadas ao aproveitamento agrícola do cerrado baiano (SANTOS, 2007).

O PRODECER tinha como objetivo a expansão da área de cultivo de grãos, através do assentamento de agricultores do Sul e Sudeste em terras de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão e Tocantins. Vale ressaltar que o programa promoveu o financiamento integrado que contempla, além do crédito fundiário, custeio e investimento para a colonização de áreas agricultáveis através de financiamento para o agricultor, não incluindo nenhuma melhoria de infraestrutura de transporte e energia.

As primeiras ações do Governo Federal com o intuito de estabelecer bases nos cerrados baianos foi a construção do Aeroporto Internacional de Barreiras. Segundo Haesbaert (1997), Barreiras possuía um dos melhores aeroportos da América, entre o período 1942-1949, contava com escalas internacionais, evidenciando o objetivo de inserir a região nos planos do capital estrangeiro. Em 1943 foi instalada a primeira agência do Banco do Brasil e, em 1957, foi implantado o Instituto de Fomento Econômico, pelo Ministério da

Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico.

Além dos incentivos oferecidos pelo Governo Federal, o Governo Estadual da Bahia também implementou programas para aumentar a produção agrícola. Esses programas repercutiram diretamente na região, com destaque para o Programa de Investimento da Modernização da Agricultura Baiana (AGRINVEST), iniciado no ano de 2000, e o Programa de Incentivo ao Algodão (PROALBA), instituído em 2001 (SPAGNOLO, 2011). Entre as ações do Governo Estadual podemos mencionar a implantação de duas unidades do Departamento de Estrada e Rodagem da Bahia (DERBA) em Barreiras (1968) e a criação do Programa de Ocupação Econômica do Oeste e Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano, na década de 1980. Todas essas ações e programas visavam permitir o investimento e o custeio da produção em áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Em decorrência dessas ações estatais, foram detectadas duas consequências marcantes. A primeira foi a grande concentração fundiária, promovida pela migração de produtores agrícolas “sulistas” (gaúchos, paranaenses, catarinenses e paulistas), ação possibilitada pelos baixos preços e pelos incentivos financeiros do Estado. A segunda consequência foi a criação de uma nova dinâmica urbana com o aumento populacional de aglomerações já existentes e a criação de novos núcleos populacionais às margens das rodovias federais onde se instalaram as primeiras fazendas de soja (RIOS FILHO, 2017).

As consequências deste processo foram a expansão da urbanização, com a criação de novos espaços urbanos, seja pelo surgimento de novas aglomerações ou pela reestruturação de antigos e pequenos centros urbanos para atender à nova demanda pela agricultura moderna.

As transformações do setor agropecuário têm não somente promovido mudanças nas bases técnicas, mas também transformado as relações sociais de produção no campo. Foram gerados impactos sobre diversos espaços agrícolas e urbanos, os quais são reorganizados para que se tornem funcionais à realização do agronegócio no interior, em especial nas áreas de cerrado.

Segundo Elias (2012), tal reorganização espacial traz como consequência um fortalecimento da urbanização e cria processos de reestruturação urbana e regional, resultando na formação ou consolidação de Regiões Produtivas Agrícolas (RPA), as quais

correspondem a vastos territórios produtivos do agronegócio globalizado, composto por espaços agrícolas e urbanos. Nessas regiões, encontram-se os focos dinâmicos da economia agrária moderna e são difundidos diversos ramos do agronegócio mundial.

O cenário apresentando alerta para algumas repercussões na dinâmica urbana regional com a intensificação da modernização do campo, impulsionada pela demanda por produtos e serviços agropecuários. Essa demanda faz surgir novas cidades, ou reestrutura centros urbanos já existentes, com o objetivo de garantir o suporte à produção agrícola cada vez mais moderna e mecanizada.

Exemplos expressivos desses processos serão focalizados na seção seguinte, tendo foco as cidades Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, no Oeste baiano, que foram marcadamente afetadas pela reestruturação produtiva nos cerrados, inseridas na expansão das novas fronteiras agrícolas.

IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NOS CERRADOS BAIANOS: CASOS DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO DESIDÉRIO (BA)

A análise do processo histórico no Oeste baiano possibilita compreender a reconfiguração desse espaço e como os novos centros urbanos que aí se desenvolveram estão relacionados com a produção agrícola. Até meados da década de 1980, o Oeste da Bahia se caracterizava por uma ocupação lenta e rarefeita.

A partir da década de 1980, o oeste baiano aparece como um espaço economicamente dinâmico no contexto das economias nacional e estadual, concentrando um dos mais promissores e modernos polos agroindustriais do estado, com crescente relevância na produção de grãos, destacando-se a soja, um dos cultivos de maior importância no agronegócio nacional (RIOS FILHO, 2017). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2016), no Oeste baiano está concentrada 92% de toda a produção de grãos do estado, ressaltando-se que alguns estudos estimam que a região possua um grande potencial para expansão.

Primeiramente, identificamos em Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, a produção de soja e a extensão de suas zonas produtoras. Os dados da pesquisa Produção Agrícola municipal (IBGE, 2019) nos permitiram identificar a área plantada com soja em 2018, conforme

pode ser observado na Tabela 1. Podemos observar na tabela que estes municípios são dependentes de uma parcela significativa da renda gerada pela produção de soja.

Tabela 1 – Participação da produção de soja na área plantada dos municípios de São Desidério e Luís Eduardo Magalhaes - 2018

Municípios	Área plantada total (ha)	Área plantada com soja (ha)	Participação da área plantada com soja
São Desidério	2.719.112	1.568.781	57,69%
Luís Eduardo	235.259	179.540	76,31%

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da Produção Agrícola Municipal 2018 (IBGE, 2019).

Tabela 2 – Participação da produção de soja no total da produção agrícola dos municípios de São Desidério e Luís Eduardo Magalhaes - 2018

Municípios	Produção total (tonelada)	Produção de soja (tonelada)	Participação da produção de soja
São Desidério	590.723	392.416	66,42%
Luís Eduardo	1.030.307	746.678	72,47%

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da Produção Agrícola Municipal 2018 (IBGE, 2019).

Tabela 3 – Participação da soja no total da renda agrícola dos municípios de São Desidério e Luís Eduardo Magalhaes - 2018

Municípios	Valor total da produção (R\$ x 1000)	Valor da Produção de soja (R\$ x 1000)	Participação da soja no total da renda agrícola do município
São Desidério	3.588.052	1.782.920	49,69%
Luís Eduardo	1.160.896	858.680	73,96%

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da Produção Agrícola Municipal 2018 (IBGE, 2019).

Com base nos dados das tabelas 1, 2 e 3, notam-se os altos índices de área plantada, produção total e valor da produção de soja em São Desidério, que se situa entre os maiores produtores de soja do país, com uma área plantada de 1.568.781 hectares de soja e valor de produção agrícola por volta de R\$ 3.558.052.000,00, tendo, portanto, a soja uma contribuição importante (49,69%) da renda do município). Luís Eduardo Magalhães, por outro lado, apesar de não ter os números

expressivos de São Desidério, se caracteriza pela alta produtividade de soja, tendo uma área menor de plantio, se comparada a São Desidério, mas obtendo resultados destacados na produção de soja com 746.678 toneladas e como produto principal no percentual de área plantada, produção e renda agrícola do município.

Outro aspecto importante a ser observado é o crescimento acelerado de cidades que, neste período, estavam em processo de reestruturação territorial, de cidades pequenas, sem expressão econômica para cidades do agronegócio, polos comerciais de apoio à produção agrícola moderna.

Este intenso fluxo migratório criou uma nova dinâmica urbana, pois, cidades que antes possuíam um contingente populacional relativamente baixo cresceram consideravelmente em poucos anos. Os dados dos censos entre 1991 a 2010 revelam a evolução populacional e a proporção do crescimento urbano tanto na cidade de São Desidério quanto em Luís Eduardo Magalhães (tabelas 4 e 5).

Tabela 4 – Evolução populacional e proporção do crescimento urbano das cidades de São Desidério. 1991 - 2010

Ano	População Total	População Urbana		População Rural	
		absoluta	Relativa	absoluta	relativa
1991	19.553	5.539	28,32%	14.014	71,67%
2000	19.325	7.129	36,89%	12.196	63,11%
2010	27.659	8.633	31,21%	19.026	68,79%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991/2000/2010.

Os resultados da tabela 4 mostram que São Desidério apresentou uma expressiva taxa de crescimento de sua população entre 2000 e 2010 (em torno de 3,8%). Entretanto o grau de urbanização reduziu (representando pouco mais de 31%), isso pode ser atribuído por conta da proximidade com Barreiras, que apresenta melhor infraestrutura urbana, e a Luís Eduardo Magalhães, que serve de apoio às necessidades e demandas do setor agrícola, contribuindo para que muitas famílias fixem residência nessas duas cidades e realizem seus trabalhos nas áreas rurais em São Desidério.

Tabela 5 – Evolução populacional e proporção do crescimento urbano das cidades de Luís Eduardo Magalhães - 1991 - 2010

Ano	População Total	População Urbana		População Rural	
		absoluta	Relativa	absoluta	relativa
1991	6.600	0	0	6.600	100%
2000	18.757	15.699	83,70%	3.058	16,30%
2010	60.105	54.881	91,30%	5.224	8,70%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991/2000/2010.

Os resultados da tabela 5 refletem a intensa urbanização, especialmente nas duas últimas décadas, concentrando em Luís Eduardo Magalhães mais de 90% da população em áreas urbanas, com perspectivas e projeções ainda maiores. Outra consequência foi o surgimento de um novo núcleo urbano na região, a cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães, cujos dados revelam um intenso crescimento, pois o município sai de 18.757 em 2000, para uma projeção de 87.519 habitantes (projeção do IBGE para o ano de 2019), um crescimento da ordem de superior a 78% em apenas duas décadas. A cidade deixa de ser um povoado com 6.600 habitantes em 1991, para se tornar uma cidade média em menos de 30 anos.

Se analisarmos os municípios em relação aos seus PIB's (tabela 6), podemos perceber que São Desidério e Luís Eduardo Magalhães se encontram na contramão da realidade econômica brasileira, pois elas não param de crescer e são estimuladas pelo agronegócio.

Com a leitura das informações colhidas foi possível identificar as principais transformações urbanas ocorridas nessa região a partir do desenvolvimento do agronegócio, compreendendo a dinâmica produtiva e social em que se inserem tanto em Luís Eduardo quanto em São Desidério. Hoje, a região Oeste é a principal área agrícola da Bahia, com o maior PIB agrícola do Estado. Com base nos dados disponíveis pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a região ocupa uma área de 28,5% do território baiano e abriga 39 municípios, é a maior fronteira agrícola da Bahia, com uma área cultivada de 1,5 milhões de hectares e capacidade de expansão de mais de 3 milhões de hectares, sendo a maior produtora de grãos da Bahia e uma das maiores do Brasil (BAHIA, 2017).

Tabela 6 – Valor da agropecuária, PIB e PIB per capita a preços correntes - Bahia, 2013

Municípios do Oeste baiano	PIB	PIB per capita (R\$1,00)	Atividade econômica predominante
São Desidério	1.965	61.822,13	Agropecuária
Luís Eduardo Magalhães	3.385	46.333,96	Serviços
Total municípios do Oeste	14.373	17.480,09	Serviços
Total municípios da Bahia	204.844	13.616,22	Serviços

Fonte: base de dados do IBGE (2016).

Em consequência do grande desempenho agrícola, atraiu para a região grandes empresas multinacionais e nacionais. Mendonça (2002) associa a aceleração do processo de urbanização e modernização da agricultura nos países periféricos (impulsionada pela Revolução Verde), com destaque para o Brasil, precisamente nas áreas de cerrado. A conjuntura internacional favorável à produção de *commodities*, principalmente a soja, assumiu proporções significativas mediante o aparato técnico e científico disponibilizado pelo Estado, além da infraestrutura necessária ao processo de ampliação e reprodução do capital em suas diversas expressões.

De acordo com Vieira (2007, p. 57), a maioria dos sulistas que atualmente compõe a população do município, “chegaram a este espaço nos anos de 1980, época de maior expansão da produtividade, e hoje possuem importantes funções na política, na economia”. Foi assim que muitos migrantes deixaram de ser agricultores para se tornarem empresários agrícolas no Cerrado baiano. Como considera Elias (2006), estes são signos da formação de uma classe média agrícola, cuja residência passa a ser a cidade próxima ao espaço agrícola de produção, predominantemente em cidades que foram chamadas de cidades do agronegócio.

Este aspecto permite duas reflexões importantes: (i) a influência da migração europeia na criação e no desenvolvimento de indústrias no sul e sudeste, em função da atividade criada pela produção agrícola praticada nestas regiões; (ii) a histórica desigualdade regional existente no país, em termos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos.

Segundo Brandão (2010), a transformação na dinâmica territorial do Oeste teve caráter demográfico,

[...] em decorrência, num primeiro momento, (a) da introdução de meios de transportes mais modernos, (b) da ampliação das relações capitalistas, (c) da maior presença do Estado e, em momentos mais recentes, (d) do avanço paulatino da agricultura de alto rendimento em direção à fronteira oeste da Bahia e (e) da crescente especialização do território, com consequência direta na urbanização da sociedade, o aparecimento de objetos técnicos se tornou cada vez mais comum no antigo Além São Francisco, subvertendo o tempo da natureza e implantando outro, caracterizado pela racionalidade plena que torna possível todo e qualquer interesse das forças hegemônicas da economia (BRANDÃO, 2010, p. 47-48).

Segundo Elias (2012), a reorganização espacial traz como consequência um fortalecimento da urbanização e cria processos de reestruturação urbana e regional, resultando na formação ou consolidação de regiões produtivas agrícolas, as quais correspondem a vastos territórios produtivos do agronegócio globalizado, composto por espaços agrícolas e urbanos.

As formas e os processos espaciais se refletem na segregação socioespacial, contrapondo os condomínios de classe média com os bairros periféricos no zoneamento das cidades. Na cidade de Luís Eduardo Magalhães se proliferam os condomínios fechados (Figura 1), contrastando com a existência de bairros que enfrentam a precariedade de infraestrutura para a população de baixa renda (Figura 2). A própria formação dos condomínios residenciais privados de alto padrão decorre da dinâmica econômica do agronegócio que estrutura uma classe capaz de adquirir e sustentar um mercado imobiliário.

A concentração dos setores de atividades (comércio, serviços e indústria) vinculadas à agricultura estimula o crescimento urbano desigual e a dependência da população. Apesar do crescimento desigual dos seus espaços urbanos por um processo que fortaleceu os grandes proprietários de terras e os empresários, onde se deve a essa parcela a crescente participação econômica da região no PIB estadual. Os dados elevados do PIB per capita escondem as profundas desigualdades sociais, pois, os valores elevados informam a

concentração da renda gerada contrastando com a pobreza de grande parte da população como podem ser observadas nas tabelas 7 e 8.

Figura 1 – Folder de divulgação do Condomínio Quinta do Paraíso na cidade de Luís Eduardo Magalhães - 2019



Fonte: <http://imobiliariachapadao.com.br/blog/quinta-do-paraiso-luis-eduardo-magalhaes/>. Acesso em: 6 fev. 2020.

Figura 2 – Residências precárias em bairro da periferia da cidade de Luís Eduardo Magalhães - 2019



Fonte: <https://www.google.com.br/imgres?imgurl=http%3A%2F%2F01.video.glbimg.com%2F720%2F7488996.jpg&imgrefurl=http%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Fbahia%2Fjornal-da-manha>. Acesso em: 6 fev. 2020.

Tabela 7 – Renda, Pobreza e Desigualdade em São Desidério - BA

	1991	2000	2010
Renda per capita	125,52	163,73	302,20
% de extremamente pobres	52,60	34,86	25,76
% de pobres	75,96	60,62	40,12
Índice de Gini	0,59	0,55	0,57

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Com base nos dados PNUD, Ipea e FJP.

Tabela 8 – Renda, pobreza e desigualdade em Luís Eduardo Magalhães - BA

	1991	2000	2010
Renda per capita	508,25	625,07	871,12
% de extremamente pobres	17,45	4,04	2,92
% de pobres	40,52	17,28	10,52
Índice de Gini	0,71	0,63	0,62

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Com base nos dados PNUD, Ipea e FJP.

Os resultados são a expressão espacial das desigualdades sociais que, apesar das pequenas melhorias, ainda assolam de modo mais

marcado as grandes cidades brasileiras, mas que se repetem nas cidades do agronegócio no Oeste baiano, revelando o caráter socialmente excludente e desigual do avanço da chamada “agricultura moderna” nos Cerrados.

Nas cidades mais influenciadas pela dinâmica da “agricultura moderna”, observa-se a coexistência de conteúdos urbanos e rurais na conformação das cidades, componente fundamental para compreender os processos socioespaciais e entender como se estruturam e se organizam as atividades produtivas voltadas para as demandas do agronegócio. Trata-se de atividades comerciais, logo, urbanas, mas completamente implicadas com o desenvolvimento da agricultura moderna nos Cerrados. Segundo Oliveira (2015), observa-se a intensificação do fluxo de pessoas, mercadorias e informações, bem como a diversificação do comércio e da oferta de serviços de educação, saúde, lazer no Oeste baiano. De acordo com o Brandão (2010), esses processos foram fundamentais na dinamização da vida urbana, muito por conta da influência dos migrantes advindos do centro-sul do país, com o surgimento de núcleos e a ascensão de antigos arraiais à condição de vilas e cidades, repercutindo na consolidação de uma rede urbana-regional.

No entanto, a difusão do agronegócio tem-se traduzido não apenas na reestruturação produtiva da agropecuária, mas no reforço de históricos problemas regionais, como a concentração fundiária e de renda, a desarticulação dos pequenos produtores e a expansão da monocultura, bem como na criação de novos problemas, a exemplo da privatização da água, da degradação ambiental, da exploração da mão de obra do campo e da intensa urbanização (OLIVEIRA, 2015).

O uso corporativo do território propiciou eficiência produtiva e competitividade do setor agropecuário em escala geográfica local, regional e global. As novas organizações espaciais são resultantes da relação de interdependência entre agricultura, indústria, população, urbanização e política. Esta interação promove o funcionamento, a estruturação e a dinâmica econômica da organização espacial do Extremo Oeste da Bahia (GÓES, 2011).

Nesse sentido, muitas empresas ligadas ao agronegócio globalizado, oriundas do Centro-Sul, se instalaram nas cidades do Oeste Baiano. As grandes empresas, via de regra, oriundas do Centro-Sul, quase sempre se deslocaram para a região Oeste Baiana dispondo de instrumentos técnicos e tecnológicos que aumentaram o seu poder,

mobilizando importantes recursos de capital para esse espaço, seja em termos de instalações, maquinários e equipamentos, seja em estoques armazenados ou em infraestrutura e, conseqüentemente, gerando atração de mão-de-obra para essas atividades.

A despeito dos processos de crescimento de algumas cidades, verifica-se que o Oeste baiano se constitui em um espaço de baixa densidade de centros urbanos, exigindo grandes deslocamentos para a obtenção de serviços e infraestrutura. A expansão do comércio e dos serviços, estimulados pelo agronegócio de soja da própria Bahia, pode promover o desenvolvimento de algumas cidades e o surgimento de novas aglomerações urbanas no Oeste, de modo que resulte em uma redefinição do próprio espaço urbano regional (RIOS FILHO, 2012), mas não repercutiu, ainda, na criação de uma densa e articulada rede de cidades.

Com o avanço do processo de reestruturação produtiva, a reorganização do arranjo territorial e a ampliação do cultivo de soja nos cerrados baianos, a necessidade da emergência de um centro urbano mais próximo à zona produtora elevou a posição de Luís Eduardo Magalhães, cidade que vai paulatinamente substituindo a cidade de Barreiras (núcleo urbano mais antigo e importante do Oeste da Bahia), como localidade central no arranjo produtivo do Agronegócio da Soja no Oeste da Bahia, com melhor localização e posição de centralidade urbana. São Desidério vem se destacando e surge com possibilidade de crescimento para se tornar importante cidade para o agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e as análises deste estudo informam os impactos gerados pela reestruturação produtiva nos Cerrados, de modo mais marcante na cidade de Luís Eduardo Magalhaes, mas secundariamente na cidade de São Desidério.

Verificou-se um processo expressivo de urbanização, com o crescimento da população urbana das cidades, de modo mais destacado, de Luís Eduardo Magalhaes. Esta cidade deixa a condição de pequeno povoado, no final do século XX, e se transforma em uma cidade média, dispondo de uma densa infraestrutura de serviços e comércio diretamente vinculados à atividade do agronegócio.

Os dados revelam que os indicadores de produção foram elevados, com crescimento da área plantada, do volume de produção e da importância da produção da soja para os municípios estudados. Os

municípios alcançaram elevado patamar de PIB per capita que, contudo, não refletem em melhoria geral das condições de vida da população. No entanto, a despeito desses índices, a cidade de Luís Eduardo Magalhães revela a face mais contraditória deste processo, reproduzindo, por um lado, bairros com enormes precariedades de infraestrutura, enquanto ativa um forte mercado imobiliário, com a proliferação de condomínios fechados de elevado padrão, para uma pequena parcela da população de alto poder aquisitivo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio e suporte financeiro para o desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Cidades do agronegócio no Oeste Baiano. **Textos para discussão**, n.13. 2017.

BATISTA, R. L.; ALVES, G. A ideologia da educação profissional no contexto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva do capital. *In: Seminário de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"*, VIII. 2009.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BRANDÃO, P. R. B. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do "Além São Francisco" (1827-1985). **Geotextos** (Salvador), v. 6, p. 35-50, 2010.

CLARK, S. **Crise do fordismo ou crise da social democracia?** Rio de Janeiro: Lua nova, 1991.

DA SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1996.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v. 17, n. 35, p. 10-39, 2015.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, n. 8, p. 29-51, 2006.

ELIAS, Denise. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. *In: Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica*. Independências y

construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX, p. 7-11, 2012.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto**, SP. São Paulo: Edusp, 2003.

GÓES, Liliâne Matos. **Abordagem sistêmica aplicada aos complexos agroindustriais da soja e do algodão no território do extremo oeste da Bahia**. 218p. 2011. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2011.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. Censo demográfico. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 fev. 2020.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 fev. 2020.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 mar. 2020.

IBGE. **Produção agrícola municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. **Produção agrícola municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **Everyday life in the modern world**. London: Allen Lane, 1971.

MENDONÇA, M. R. A reestruturação do capital e a modernização da agricultura no sudeste de Goiás. **PEGADA- A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, n. 1, 2002.

NEGRI, B.; PACHECO, C. A. Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 38, p. 62-83, 1994.

OLIVEIRA, M. A. B. **Do Além São Francisco ao Novo Oeste: uma investigação das políticas do Estado ao longo da formação territorial**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, 2013. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>. Acesso em 30 jan. 2020.

RIOS FILHO, J. N. V. **As “novas” formas espaciais urbanas da agricultura: as cidades do agronegócio do Oeste Baiano e a cidade-campo em Salvador/BA.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2017.

RIOS FILHO, J. N. V. **Segregação socioespacial na cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães (BA).** 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2012.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Oeste da Bahia: modernização com (des) articulação econômica e social de uma região.** 239f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade na sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, S. M. C. de. **Reestruturação produtiva, produção de subcentros e desigualdades socioespaciais na Ride-DF.** 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Brasília, 2016.

SPAGNOLO, T. F. de O. **Análise da dinâmica espacial da expansão agrícola no Oeste Baiano entre 1984 e 2008: estudo de caso do Município de São Desidério - BA.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, 2011.

VIEIRA, V. da S. **O governo local e a promoção econômica a partir do marketing territorial no município de Luís Eduardo Magalhães/Bahia.** 138p. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santos Antonio de Jesus, 2007.

WESZ JUNIOR, V. J. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2011.

WESZ JUNIOR, V. J. **O mercado da soja no Brasil e na Argentina: semelhanças, diferenças e interconexões.** Século XXI. Revista de Ciências Sociais, v. 4, n. 1, p. 114-161, jan/jun. 2014.

A produção do espaço da cidade de São Felipe - BA e sua relação com o espaço rural

Maiara Cerqueira Leandro
Ana Emília de Quadros Ferraz

INTRODUÇÃO

Com o propósito de pensar a cidade pequena busca-se, neste artigo, traçar reflexões a respeito dessa temática sob a perspectiva crítica da abordagem dialética e do diálogo com a realidade empírica da cidade de São Felipe. Problematizar a produção do espaço da cidade pequena é algo complexo, sobretudo, porque não há definição consensual de conceitos capazes de expressar a realidade dos múltiplos espaços urbanos inseridos nesse perfil de cidade.

Parte-se do entendimento da cidade pequena como um recorte “empírico/teórico” que tem dimensão específica e, simultaneamente, envolvida na totalidade em que se insere a sociedade urbana e o mundo. Bem como “[...] possui ainda uma totalidade particular que a anima e a movimenta no processo de produção capitalista, na

formação socioespacial e no desenvolvimento desigual e combinado [...]” (JURADO DA SILVA, 2011, p. 21).

São Felipe, localizada geograficamente no Recôncavo Baiano, caracteriza-se por ser uma cidade pequena, seja com relação à questão demográfica, pois o município concentra população absoluta de 20.305 habitantes, desses 9.820 (48,36%) correspondem à população urbana (IBGE, 2010), assim como pelas funções de sua dinâmica urbana, papéis desempenhados, características da centralidade de seus conteúdos urbanos e ligação com o rural.

No contexto de São Felipe, destaca-se a realidade de uma cidade pequena com sua especificidade de produção, consumo e reprodução do espaço urbano diretamente influenciado pelo setor primário. As atividades agrícolas desenvolvidas no município ainda representam a ocupação da maioria da população e impulsiona a vida comercial no centro urbano, juntamente com as ocupações provenientes do comércio local e serviços (especificamente, públicos). Segundo dados do IBGE (2010), o percentual da população ocupada em São Felipe, por setor de atividade, corresponde: 55,67% no setor primário; indústria 3,56% e terciário 40,77%. Por sua vez, os maiores consumidores dos serviços oferecidos na cidade de São Felipe são os próprios moradores do espaço urbano e de seu entorno, mormente do espaço rural. Cabe ressaltar que, em São Felipe, em consonância com as afirmações de Moreira Junior (2014, p. 52) “[...] mesmo a especialização nos setores secundários e terciários, tem vínculos com o rural”.

No que se refere à metodologia da pesquisa para a realização deste artigo, foram realizados os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica para construção da discussão teórico-metodológica, com debates sobre produção do espaço urbano, cotidiano e reprodução do espaço da cidade; pesquisa documental e *in loco*, como subsídios para a fundamentação da coleta de informações históricas e levantamento de dados sobre o fenômeno em estudo; instrumentos de coleta de dados com o uso de entrevista semiestruturada e tomada de fotografias, como procedimentos de observação e apreensão do fenômeno na prática; organização e sistematização das informações; e análise dos resultados.

A interpretação do conteúdo da pesquisa se deu por meio de reflexões baseadas no método dialético, que nos possibilitaram abstrações teóricas importantes para compreensão do objeto de estudo. Daí a importância de apreender o movimento contraditório (processo) entre as formas e conteúdos reproduzidos pelas práticas

sociais no espaço urbano para além da simples descrição dos processos parciais. Como afirma Lefebvre (1995, p. 131), por meio da dialética do conhecimento deve-se apreender esses “dois momentos intimamente opostos e complementares: a redução do conteúdo (abstração) e o retorno para o concreto”.

Desse modo, adota-se a perspectiva teórico-metodológica de abordagem dialética como campo de interpretação empírica da cidade de São Felipe, pautada na análise das relações socioespaciais urbana e rural, que se encontram imbricadas no processo de reprodução do espaço. Para tanto, a compreensão desse movimento de produção do espaço na cidade pequena é referenciada no entendimento de Jurado da Silva (2011, p. 58), ao apontar que “[...] nas cidades pequenas a relação campo-cidade e urbano-rural ganha um significado especial, sobretudo, no limiar inferior dessa categoria de núcleos urbanos [...]”. Especificamente, porque a produção de ruralidades nesses espaços urbanos interfere diretamente na dimensão do vivido.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo possui duas partes. A primeira apresenta discussão teórica sobre a produção do espaço da cidade pequena, a fim de contribuir com reflexões teórico-metodológicas para se pensar a realidade empírica da cidade de São Felipe. Na parte seguinte, apresentam-se os resultados alcançados com a pesquisa.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE PEQUENA

De modo a traçar algumas reflexões sobre as condições de produção da cidade pequena, antes, é necessário compreender o conceito de espaço como meio e condição para reprodução das relações sociais. Parte-se, assim, da abordagem teórico-metodológica apontada por Lefebvre (2013) em sua teoria sobre a produção do espaço. De acordo com o autor, o espaço deve ser interpretado de modo dialético pelas relações sociais de produção e suas significações dadas às formas espaciais; o conteúdo do espaço, para além da análise das partes, dos recortes e fragmentos estruturais. Assim, entende-se a produção como “criação de obras (tempos e espaços incluídos) pelos e para os homens nas e pelas quais possam realizar e reconhecer a trajetória de formação do humano” (LEFEBVRE, 2008, p. 08). Desse modo, a produção constitui um corpo social vinculado às interações entre sujeito e objeto em suas especificidades de relações e modos de produção.

Com isso, é importante considerar a produção do espaço não apenas como condição para o processo de reprodução do capital, mas, também, como necessidade para reprodução da vida em sociedade. Ao trabalhar com a teoria da produção do espaço, Lefebvre (2013) considera três dimensões de análise da realidade que se realizam indissociavelmente: o espaço percebido (prática espacial), a representação do espaço (concebido) e o espaço de representação (vivido), como dimensões da reprodução social que se estabelecem por meio dos significantes e significados atribuídos à produção do espaço.

(a) La práctica espacial, que engloba producción y reproducción, lugares específicos y conjuntos espaciales propios de cada formación social; practica que asegura la continuidad en el seno de una relativa cohesión. Por lo que concierne al espacio social y a la relación con el espacio de cada miembro de una sociedad determinada, esta cohesión implica a la vez un nivel de competencia y un grado específico de performance. (b) Las representaciones del espacio, que se vinculan a las relaciones de producción, al «orden» que imponen y, de ese modo, a los conocimientos, signos, códigos y relaciones «frontales». (c) Los espacios de representación, que expresan (con o sin codificación) simbolismos complejos ligados al lado clandestino y subterráneo de la vida social, pero también al arte (que eventualmente podría definirse no como código del espacio, sino como código de los espacios de representación) (LEFEBVRE, 2013, p. 92).¹

Para tanto, a compreensão das dimensões de análise dos espaços percebido e concebido se concretiza na dimensão do espaço vivido, o

¹ a) A prática espacial, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Essa coesão implica, no que concerne ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ao mesmo tempo uma competência certa e uma certa performance. b) As representações do espaço, ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações “frontais”. c) os espaços de representação, apresentam (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterráneo da vida social, mas também à arte, que eventualmente poder-se-ia definir não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação (LEFEBVRE, 2000, p. 59). Tradução com base no texto não publicado: LEFEBVRE, Henri. (1974). *A produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sergio Martins, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

espaço de representação do real, das contradições e práticas espaciais experienciadas cotidianamente. Sendo assim, a cidade é a dimensão mais concreta para compreensão das contradições do espaço, pois nela se realizam todas as formas de interesses e necessidades sociais e de reprodução do capital.

Com base no entendimento de Lefebvre (2008), as contradições do espaço advêm, especificamente, do conteúdo capitalista, uma vez que o espaço na sociedade capitalista pretende ser racional quando, na prática, é comercializado, fragmentado, vendido em parcelas e intencionalmente manipulado nas mãos de “alguém”, de um grupo, classe ou instituição. Consequentemente, tais relações são mediadas pela representação do poder que pode ser da ordem de atuação do Estado, da Igreja, de uma classe dominante (comerciantes, agentes imobiliários) ou por um grupo político que pode representar tanto os anseios da sociedade, quanto atender seus próprios interesses.

Por sua vez, “a cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho”, objetos, atividades e situações, produtos, produtores e obras. Ela centraliza as criações e os signos do urbano, “[...] das coisas que permitem a reunião (a rua e a superfície da rua, pedra, asfalto, calçada etc.) e as estipulações da reunião (praças, luzes etc.)” (LEFEBVRE, 1999, p. 111).

Como esclarece o autor, até o início do capitalismo, a cidade era muito mais obra do que produto, porque a terra urbana e a rural ainda não tinham se transformado em mercadoria. Para tanto, o conceito de cidade evolui mediante as transformações da sociedade ao longo do tempo, com a evolução do período histórico que perpassa a concepção de cidade política até chegar à fase de “zona crítica” (o urbano), mediadas pela cidade mercantil/comercial e a cidade industrial (LEFEBVRE, 1999).

Com base nos pressupostos teóricos de Henri Lefebvre, sobre os tipos de cidade de acordo com o contexto histórico vivenciado em cada época “[...] não há, nessa perspectiva, uma ciência da cidade (sociologia urbana, economia urbana etc.), mas um conhecimento em formação do processo global, assim como de seu fim (objetivo e sentido)”. (LEFEBVRE, 1999, p. 25). Destaca-se, assim, a importância do campo teórico, que possibilita um olhar atento sobre a realidade, à busca da criticidade dos fenômenos como meio de entender o processo de reprodução do espaço, suas condicionalidades, contradições e possibilidades.

Diante dos fatos, a cidade é a forma espacial que permite o urbano. Ela se realiza como espaço social por meio da reprodução das práticas espaciais como forma de uso deste espaço, “[...] realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o ‘urbano’, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo ‘pensamento’” (LEFEBVRE, 1991, p. 49).

Por conseguinte, neste trabalho, a análise a respeito da produção do espaço urbano recaí sobre a realidade vivenciada no cotidiano de uma cidade pequena, em que a lógica das relações ocorre conforme suas particularidades, mesmo que determinada pelo modo de produção capitalista regente na sociedade contemporânea. Porém, não se pode perder de vista as transgressões produzidas pelas práticas espaciais e pelo vivido. Desse modo, a cidade de São Felipe, presente na problemática da pesquisa como o nível de análise da realidade, contribui com o estudo de novos elementos de interpretação da dinâmica reprodutiva do espaço da cidade pequena.

Com base nos pressupostos teórico-conceituais de autores como Moreira Junior (2014); Jurado da Silva (2011); Melo (2008); Bernardelli (2004); entre outros, ao pensar as cidades pequenas, alguns elementos são característicos em meio ao processo de reprodução desse espaço: espaço urbano com reduzidos papéis, estreita relação com o espaço rural, práticas de sociabilidade mais intensa, proximidade nas relações sociais, políticas e econômicas, questão demográfica reduzida etc. Entretanto, as funções desempenhadas por essas cidades também são variadas e a origem do processo de formação espacial se diferencia. Há, portanto, cidades pequenas que assumem papéis eminentemente agrícolas, outras com perfil industrial, turístico, histórica, centro especializado, reservatório de força de trabalho, entre outras atribuições (MOREIRA JUNIOR, 2014).

No Brasil, oficialmente, as cidades são definidas como sedes municipais, indiferente de suas características qualitativas ou quantitativas. E, no caso específico das cidades pequenas, há uma variedade de realidades urbanas tanto com relação às diferenças espaciais quanto de conteúdos (MOREIRA JUNIOR, 2014). Para Moreira Junior (2014, p. 07), no que se refere ao quantitativo populacional, existem variações significativas, “[...] núcleos urbanos com menos de mil habitantes, bem como alguns casos particulares de cidades que chegam a ultrapassar 50 mil que adquirem características de cidades locais na estruturação interurbana”. Assim, em conformidade com as

análises de Moreira Junior (2014) e de Jurado da Silva (2011), não é intenção reduzir o entendimento do perfil da cidade a uma expressão numérica, mas somente refletir a questão demográfica como parte do debate sobre as cidades pequenas.

Nessa perspectiva, ressalta-se a necessidade de superação das análises espaciais ligadas apenas ao tamanho e/ou quantitativo populacional como se, por si só, fossem capazes de revelar a realidade presente nesses espaços, sobretudo, porque essa forma de entendimento “[...] engessa a discussão conceitual por se tratar apenas de uma definição ao compasso que é determinista, reduz a cidade a uma expressão numérica e não leva em conta a diversidade regional e os vários recortes espaciais que poderiam ser empreendidos” (JURADO DA SILVA, 2011, p. 49-50).

Nesse sentido, ao estudar a temática sobre as cidades pequenas é preciso apreender a diversidade das relações espaciais estabelecidas em seu cotidiano, suas características, conteúdos e formas urbanas, articuladas ao movimento de reprodução do espaço por inteiro. Por conseguinte, um elemento importante que deve ser considerado e que será discutido no próximo tópico, é a relação da cidade pequena com o campo, cujas práticas espaciais reproduzidas socialmente estão completamente entrelaçadas. De acordo com Sposito e Jurado da Silva (2013),

[...] Nas cidades pequenas a relação campo-cidade e urbano-rural ganha um significado especial, sobretudo, no limiar inferior dessa categoria de núcleos urbanos e, por isso, enfatizamos a valorização da escala municipal. O que pensar, por exemplo, de núcleos que possuem grande quantidade de trabalhadores do campo morando na cidade? Ou mesmo de pessoas que tiveram de migrar para cidade e ainda não incorporaram hábitos urbanos? Isso acaba por refletir na dimensão do vivido e no modo antropológico/sociológico das condições experimentadas no cotidiano (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p. 44).

Conforme Damiani (2006), as cidades pequenas constituem verdadeiras fronteiras entre processos rurais e urbanos, representadas por menor expressividade dos processos acumulativos próprios da modernidade. Nessa perspectiva, Moreira Junior (2014) esclarece,

[...] como consequência deste vínculo estreito com o campo, as cidades pequenas conservam uma maior multiplicidade de vivências e de contradições entre o urbano e o rural. Assim, em geral, a morfologia destas cidades é marcada pelo ténue contraste urbano-rural, na qual, não raramente, se observa atividades agrícolas inseridas na cidade [...] (MOREIRA JUNIOR, 2014, p. 52).

Ao pensar a realidade vivenciada em São Felipe, observa-se a presença de tais relações, essa tendência se expressa nas formas espaciais da cidade imbricadas com elementos da condição de vida do espaço rural. Pessoas que moram na cidade e possuem hábitos e relações com o espaço rural – plantações de hortas nos quintais de casa, na entrada da cidade há uma pequena plantação de mandioca, área de plantação de capim etc (Figuras 1 e 2), bem como, aqueles sujeitos que trabalham na zona rural. Como ressalta o relato de uma entrevistada, moradora da cidade, ao ser questionada sobre a sua ocupação, “trabalho na roça, tenho um pequeno pedaço de terra aqui próximo e gosto de plantar minhas coisas [...] planto para o consumo assim como vendo na feira também [...]” (ENTREVISTADA A, entrevista realizada no dia 30 de abril de 2019).

Figura 1 – Presença de horta no quintal de casa na cidade de São Felipe-BA, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2018. Acervo das autoras.

Figura 2 – Vista da entrada da cidade de São Felipe - BA, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Acervo das autoras.

Como se verifica, o processo de produção do espaço na cidade pequena envolve múltiplas dimensões de análise, e o entendimento das relações espaciais cotidianas é o caminho possível para se chegar à compreensão da realidade estudada. Na tentativa de melhor compreender as relações de produção do espaço urbano em São Felipe, no próximo tópico apresenta-se a análise dos resultados alcançados referentes às práticas socioespaciais de (re)produção do espaço da cidade e sua relação com o espaço rural.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, as transformações espaciais se intensificam nas diferentes tipologias de cidades, sendo essas, ao mesmo tempo, produto e condição da divisão social e territorial do trabalho. Logo, as relações entre metrópoles, cidades médias, cidades pequenas e áreas agrícolas se complementam e/ou dissociam “[...] a partir de lógicas particulares do capitalismo, pelos diversos tipos de capitais e, assim, pelos capitalistas, sujeitos que ocupam determinada posição no contexto da luta de classes, os quais

se apropriam de lucro, da renda da terra, enfim, da mais-valia” (BERNARDELLI, 2004, p. 33). Em São Felipe, essa relação se evidencia na forma como a cidade se reproduz, articulada a relações mais complexas de interdependência com o espaço rural.

Em contraposição, as tendências do processo de urbanização vivenciado no Brasil nos últimos anos, a concentração populacional nas áreas rurais de São Felipe ainda é predominante com relação à população urbana. São Felipe localiza-se no Território de Identidade Recôncavo do Estado da Bahia² (Mapa 1). Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), o município tinha uma população de 20.305 habitantes em 2010 e, em 2020, a população estimada pelo instituto foi de 21.080 pessoas. Com população urbana de 9.820 (48,36%) pessoas (9.517 residentes na sede), e a população rural com 10.485 (51,64%) habitantes.

Levando-se em consideração os estudos desenvolvidos pela “Região de Influência das Cidades” (REGIC, IBGE, 2008, São Felipe é considerada um “Centro Local” com pequena expressividade dentro da rede de influências de hierarquia urbana, por apresentar uma centralidade funcional e de atuação concentrada no próprio município.

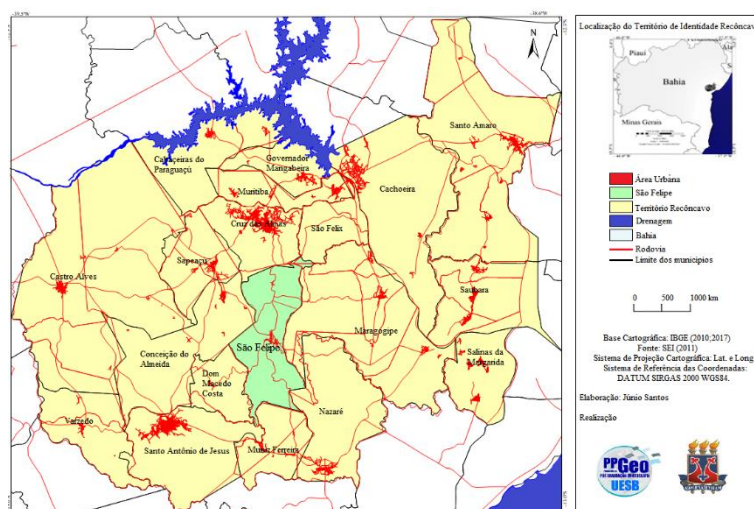
No caso de São Felipe, pode-se inferir que o predomínio da população rural possui relação intrínseca com o campo, devido à base econômica do município ser predominantemente agrícola, e os dados da ocupação da população por setor de atividade econômica acabam por confirmar essa realidade. Segundo dados do IBGE (2010), o setor primário se destaca como condutor da dinâmica econômica de produção do espaço em São Felipe.

Nas décadas de 1970 e 1980, a população ocupada no setor primário era em torno de 80%, todavia, em 1991, esse setor começa a apresentar um decréscimo, e conseqüentemente, o número de pessoas dependentes do setor terciário começa a crescer, sobretudo,

² Cabe ressaltar que não concordamos com essa nomenclatura “Território de Identidade” usada pelo Governo do Estado como proposta de regionalização. Utilizou-se apenas como recurso para destacar a localização de São Felipe. É importante ressaltar que essa forma de divisão territorial é uma imposição, que implica relações de poder e interesses bem definidos, principalmente, econômicos. Entretanto, a adoção do termo “identidade” abre espaço para alguns questionamentos: identidade de quê, para quem e como se representa? Afinal, é praticamente impossível representar a “identidade” de um território tão amplo e com particularidades tão diversas nos municípios que o compõe, na maioria das vezes com características que lhes são próprias e ao mesmo tempo tão distintas uma das outras. Destarte, no decorrer do texto será utilizada apenas a expressão Recôncavo Baiano.

associado ao comércio e serviços de consumo coletivo (educação, saúde, administração pública e segurança etc.) vinculado aos empregos na Prefeitura e relação com os grupos de aposentados e pensionistas. Todavia, no que se referem ao setor secundário, os dados são inexpressivos, representados apenas pela presença de engenhos de açúcar mascavo e aguardente, bem como pelas casas de farinha de mandioca. Conforme pode ser observado na Tabela 1.

Mapa 1 – Localização de São Felipe – BA no Território de Identidade Recôncavo, Bahia, 2019



Fonte: Elaborado por Júnio Santos (2019).

Tabela 1 – População ocupada em São Felipe - Bahia, por setor de atividade econômica, em percentual, 1970 -2010

Períodos	Primário	Indústria	Terciário
1970	79,06%	5,19%	15,75%
1980	80,86%	3,29%	15,85%
1991	69,31%	4,50%	26,2%
2000	65,17%	5,51%	29,32%
2010	55,67%	3,56%	40,77%

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010). Elaborada pelas autoras, 2019.

Nos últimos anos, mesmo com papéis urbanos restritos, o Produto Interno Bruto (PIB) no setor de comércio e serviço apresenta parcela crescente na economia do município, especificamente, a partir de 2002, com 65,40% no terciário, que saltou para 74,01% em 2009, e, em 2016, apresentou 75,58% (Tabela 2). Entretanto, as informações sobre a ocupação da população revelam um percentual predominante de trabalhadores ainda vinculados às atividades primárias, visto que, em 2010, 55,67% estavam ocupados na agricultura, extrativismo ou pesca, e 40,77% no setor terciário - comércio ou serviços. Quanto a esse aspecto, os valores do PIB por setores devem ser relativizados, principalmente, porque há divergência, na medida em que a maioria da população está ocupada no setor primário, mesmo este tendo apresentado menor participação no PIB em 2016 (18,78%).

Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) por setores (%), São Felipe – Bahia, 1949-2016

Setores	Primário	Secundário	Terciário
1949	70,01%	3,54%	26,45%
1959	66,60%	7,06%	26,34%
1970	44,78%	3,48%	51,73%
1980	59,33%	7,09%	33,58%
1996	63,01%	1,43%	35,56%
2002	30,53%	4,07%	65,40%
2009	21,86%	4,13%	74,01%
2016	18,78%	5,64%	75,58%

Fonte: IBGE (1949, 1959, 1970, 1980, 1996, 2002, 2009, 2016). Elaborada pelas autoras, 2019.

De acordo com Moreira Junior (2014, p. 18), “[...] a dependência destas cidades em relação ao setor primário é tão significativa que variações nas atividades produtivas do campo reverberam em modificações no espaço intra-urbano”. Por sua vez, as diferenciações nos setores primário, secundário e terciário indicam particularidades nos processos socioespaciais de produção local e suas influências na reconfiguração do espaço urbano.

No centro da cidade de São Felipe coexistem usos comerciais e residenciais, além da comercialização de serviços e produtos agrícolas, especialmente, com a presença da Feira Livre (sextas-feiras e sábados), integrada à própria dinâmica do espaço urbano. Nas cidades pequenas, é comum referir-se ao Centro apenas como o local da praça central em torno da Igreja Matriz, que acaba por representar o espaço onde estão

localizados os serviços (sobretudo, públicos), o comércio, órgãos do poder municipal, instituições religiosas e a principal opção de lazer para os seus moradores (Figura 3). Como aponta Melo (2008, p. 429), “a praça principal ainda é o local mais importante de encontro e lazer, nas pequenas cidades”.

Figura 3 – Centro da cidade de São Felipe em torno da Igreja Matriz, 2019



Elaborado pelas autoras. Fotos: pesquisa de campo, 2019. Foto de Drone, Mauricio Andrade (2017), obtida na página da Prefeitura Municipal de São Felipe – BA (<https://www.facebook.com/PMSFOficial>).

Portanto, as relações de comércio na cidade de São Felipe ainda giram em torno da agricultura, principal base econômica do município. E a presença da feira livre, que acontece às sextas-feiras e sábados, também mantém forte influência na dinamização do comércio local. Nesse aspecto, representa um dos elementos significativos das relações de centralidade em uma cidade pequena como São Felipe, pois movimenta as mais diferentes formas de relações no espaço urbano, desde as trocas comerciais à sociabilidade cotidiana do espaço de lazer para as pessoas que vivenciam na cidade e/ou na zona rural. Destacam-se, a seguir, dois relatos de moradores da cidade de São Felipe, referentes à importância da atividade agrícola no município e da influência da feira livre na vida das pessoas:

[...] a cidade sempre teve um potencial de muita roça, pecuária também [...] zona rural sempre teve um poder aquisitivo muito forte, o comércio é bem equilibrado [...] o pessoal consegue se manter em pé. São Felipe tem um potencial muito grande, na zona rural mesmo, tem terras férteis, têm culturas variadas, uma produção muito grande de alimentos, principalmente, da mandioca [...]. Tem uma localização privilegiada também, porque nós estamos aqui perto da capital [Salvador] [...] (ENTREVISTADO B, comerciante na cidade, entrevista realizada no dia 04 de outubro de 2019. Grifo nosso).

[...] a feira onde a gente encontra todo mundo, é gente daqui da cidade e gente que vem da roça. [...] Muita gente da zona rural vem vender os produtos na feira, tem também a feira de boi e, tudo isso faz a cidade ficar melhor para visitar [...] (ENTREVISTADO C, morador do centro da cidade, entrevista realizada no dia 29 de abril de 2019).

Destarte, a produção de relações de ruralidades e urbanidades na cidade pequena interfere diretamente na dimensão do vivido, onde as práticas espaciais são mais próximas e possuem valor de uso para além da simples relação de troca. Contudo, não se pode desconsiderar, também, que os modos de vida rural e urbano se transformam no tempo e espaço mediante as relações de produção e da inserção de novos conteúdos socioespaciais. Como aponta Lefebvre (1991), as relações se transformam e as formas ganham novos conteúdos. Segundo o autor, há uma expansão da sociedade urbana, mas o campo não deixa de existir, persiste com suas atividades e práticas agrícolas, mesmo que imbuídas de transformações nas relações entre formas e conteúdos sociais diferenciados (“urbanidade e ruralidade”), esses espaços seguem com suas características peculiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas neste trabalho, compreende-se que o estudo desse par dialético urbanidade e ruralidade é fundamental para a análise crítica da produção do espaço da cidade pequena. Os modos de vida rural e urbano estão completamente imbricados, apresentam aspectos particulares e singulares com relação

ao cotidiano da cidade de São Felipe, marcado por proximidade nas relações socioespaciais.

No que se refere à reprodução dos espaços urbano e rural, compreende-se que as transformações em São Felipe ocorrem por meio das práticas cotidianas reproduzidas em determinado espaço e tempo, mediadas pela relação entre “ordem próxima” (na apropriação do espaço cotidiano da cidade e do campo, sobretudo, pelas práticas do habitar, trabalho, lazer e consumo). E pela “ordem distante” através da dominação do espaço como instrumento político, influenciado por meio da atuação estratégica do Estado (representado pelo poder público municipal) e de (re)produção ampliada do capital.

Destaca-se, assim, a necessidade de pensar a relação cidade e campo para além da concepção “lógica-formal” da materialidade do espaço acabado e/ou separado, de modo a apreender as relações sociais que dão sentido a estes espaços em meio à reprodução das práticas socioespaciais. Desse modo, o processo de produção do espaço segundo a relação campo-cidade apresenta uma dinâmica complexa, diferentes fatores estão interligados e precisam ser analisados de acordo com cada realidade estudada.

REFERÊNCIAS

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva-SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2004.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. *In*: GERAIGES, A. I. L.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org). **América Latina**: cidade, campo e turismo. São Paulo, CLACSO, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292870>, acesso em: 20 de julho de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1940**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1950**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1960**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1970**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1980**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1991**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sidra**: Banco de dados sobre Censo Demográfico, 2000. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria**: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP. 2011. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2011.

LEFEBVRE, Henri. (1974). **La producción del espacio**. Trad. Emílio Martínez Gutiérrez. España: edición: Capitán Swing Libros, S. L. 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

MELO, Nágela A. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas-SP**: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)produção do

espaço. 2014. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2014.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

Agricultura familiar, novo rural e a produção de hortaliças hidropônicas na comunidade do Jenipapo em São Felipe - BA

Edmare Correia dos Santos
Matheus da Silva Ribeiro

INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura familiar foi sendo fortalecida ao longo dos anos por conta das políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelas ações dos estados da Federação, principalmente no Nordeste. Nesse sentido, a agricultura familiar está ancorada no sistema de produção agrícola, porém, os modelos de produção na contemporaneidade têm se (re)significado a partir das necessidades do agricultor, que é forçado a buscar novas estratégias e formas de trabalho para se manter no campo.

No entanto, as políticas públicas não atenderam, de forma efetiva, a todos os agricultores familiares que resistem a viver no campo e lutando frente aos grandes produtores do agronegócio, que

fazem uso dos mais diversos profissionais para potencializar a produção que precisa ser constante e atender à demanda crescente dos centros urbanos.

Os problemas impostos pelas condições geográficas também tendem a afetar a produção do pequeno agricultor familiar, que carece da falta de conhecimento técnico sobre o solo, de como irrigar corretamente e também falta de recursos para desenvolver as atividades agrícolas de forma sustentável e economicamente viável. Essa dificuldade no manejo faz com que o agricultor familiar não consiga concorrer com os grandes produtores, que tendem a dominar a comercialização dos produtos no espaço urbano, devido à grande produtividade, aparência e qualidade do produto.

Então, um dos maiores obstáculos do trabalho na agricultura familiar é justamente a forma como os agricultores permanecerão no espaço rural, frente a tamanhas dificuldades surgidas historicamente. Entretanto, diante de tamanho desestímulo ainda existem casos em que as famílias produtoras resistem e buscam novas formas de produzir e permanecer no espaço rural.

Diante disso, buscou-se compreender as diversas relações de trabalho desenvolvidas no espaço rural, de modo particular na escala local, direcionando o olhar para o município de São Felipe/BA, localizado a cerca de 185Km da capital Salvador. Observou-se a dinâmica realizada por uma determinada família de agricultores, que residem na comunidade conhecida como “Jenipapo”, lugar cujos agricultores enfrentavam diversos problemas com a produção de horticultura no cultivo tradicional e na agricultura familiar.

A família passou a ressignificar seu modo de trabalho, com auxílio da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e com a parceria do Prof. Dr. Tales Miler Soares, que orientou os agricultores como produzir hortaliças hidropônicas, tornando-as uma saída para crises no sistema de cultivo em solo. Assim, a hidropônia foi a técnica encontrada pelos produtores para enfrentar os problemas com a infertilidade do solo, a falta de água e outros demais fatores.

A hidropônia é uma técnica de cultivo onde as plantas se desenvolvem na água e a quantidade do recurso utilizado varia em torno de 75ml por cultura, sendo menor do que quando cultivado em solo, uma vez que a água pode ser reaproveitada. No cultivo hidropônico, quando realizado corretamente, a qualidade da água se torna mais criteriosa e os problemas encontrados são menores se comparados ao cultivo em solo (LABHIDRO, 2012).

A proposta deste artigo é fazer uma reflexão sobre como uma família agricultora viu na hidropônia uma possibilidade de se manter no espaço rural produzindo hortaliças, visto que já era tradição familiar, mas estava em declínio devido a problemas na produção tradicional em solo, e também analisar as relações entre agricultura familiar e o novo rural instituído pelas novas formas de produção de hortaliças no espaço rural.

Este artigo é resultado de uma atividade curricular do curso de licenciatura em geografia da Universidade do Estado da Bahia, Campus V, em Santo Antônio de Jesus, a qual tem como objetivo aproximar os discentes da pesquisa. A atividade também resultou na pesquisa monográfica de Edmare Santos. Durante a pesquisa e escrita do artigo foram feitas leituras de bibliografias para elaboração da fundamentação teórica.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, e como procedimento metodológico utiliza-se da história oral com a família produtora de hortaliças hidropônicas e entrevista semiestruturada com um dos membros da família, o filho mais novo, que, no texto, é chamado de “Agricultor 1”; este é que conheceu a técnica em uma reportagem do Programa Globo Rural e motivou toda família a buscar o conhecimento técnico sobre a hidropônia.

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução. Na primeira seção, intitulada “A Agricultura Familiar no Novo Rural”, é discutido como o espaço rural tem se transformado com as novas técnicas inseridas e como a agricultura familiar tem feito uso dessas técnicas para melhoria da qualidade de vida no rural, sem migrar para o espaço urbano. No segundo, “A Hidropônia Como Solução Para Crises no Cultivo Tradicional”, é feita uma análise de como a hidropônia tornou-se eficaz na solução de crises em cultivos tradicionais em solo.

A terceira seção, intitulada de “A Produção Hidropônica na Comunidade do Jenipapo em São Felipe – BA”, apresenta a realidade da produção hidropônica e como a família conheceu a hidropônia e as técnicas que mudaram as condições de vida e trabalho dos agricultores, que já possuíam a tradição de viver da produção de hortaliças, mas que, em certo momento, se viram fragilizados por problemas na produção em solo.

A AGRICULTURA FAMILIAR NO NOVO RURAL

Mesmo o espaço rural sendo visto por muitos como “lugar” de atraso e precariedade, é onde o agricultor constrói sua identidade e pertencimento, é onde se instituem suas relações sociais, a partir do trabalho que organizam e produzem no espaço. A agricultura familiar é uma das relações de trabalho mais recorrentes no espaço rural, e, muitas vezes, são afetadas pela ineficácia das políticas públicas, fragilidade na qualificação dos agricultores, além de outros fatores físicos e adversos que contribuem para o declínio da produção agrícola.

Existe uma distinção entre atividades agrícolas desenvolvidas no espaço rural e isso é exposto por Alves (1997) ao propor um conceito para agricultura familiar. Conforme o autor, a agricultura tradicional está ligada diretamente à terra, seja nas relações instruídas com arrendatários e pequenos proprietários de terra, na qual é vendido apenas o excedente, de forma que o agricultor produz para consumo próprio, seguindo a linha da agricultura de subsistência.

Já a proposta da agricultura familiar tem ligação com os atores envolvidos, podendo apenas membros do núcleo familiar se envolver nas atividades. É nesse sentido que Alves (1997, p. 29), afirma que “a agricultura familiar é um subconjunto da agricultura, cujo proprietário administra e trabalha no estabelecimento, em conjunto com a família”, podendo o agricultor inserir novas formas de produção agrícola pensando na melhoria da qualidade do trabalho, da potencialização de lucros e desenvolvimento de relações comerciais.

E é pautada nessa estrutura de trabalho que tendem a funcionar as políticas voltadas para agricultura familiar, na qual a mão de obra assalariada deve ser um evento inexistente. Esta pesquisa se direciona para a agricultura familiar, tendo como exemplo a inserção de novas técnicas agrícolas na Comunidade do Jenipapo, onde todos os agentes envolvidos no processo de produção de hortaliças são do núcleo familiar do “agricultor” 1, que fez uso da hidroponia como técnica que transpassa o rural, tido por muitos como “atrasado” para uma concepção do novo.

O fortalecimento da agricultura familiar tornou-se uma tentativa de manutenção das famílias no espaço rural, mesmo com os diversos atrativos que o espaço urbano tende a oferecer. Embora nem todas as famílias consigam se manter no campo, este é de grande importância para manutenção da vida na cidade, por isso a relação campo x cidade

não deve ser analisada apenas de forma dicotômica, mas também pela perspectiva de *continnum*.

É nesse sentido que as políticas públicas governamentais tendem a atuar, abrindo caminhos para que o agricultor familiar também comercialize seus produtos na cidade. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é uma dessas políticas, na qual o estado e município compram a produção familiar com o objetivo de servir na alimentação das escolas, favorecendo a produção e a comercialização da agricultura familiar (SCHROETTER; BÜTTENBENDER, 2011).

Os autores supracitados também afirmam que, desde à década de 1990, o interesse pela agricultura familiar no Brasil tem sido crescente, e, segundo eles, esse interesse se materializou, devido à melhor aplicabilidade de políticas públicas, como o programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Mesmo com as políticas públicas, os agricultores familiares no Brasil enfrentam muitos problemas, principalmente pela falta de acesso à informação, como apontam Savoldi e Cunha (2010) que vêm afirmando que, no Brasil, a agricultura familiar nos minifúndios tende a não crescer devido ao tamanho da propriedade e à falta de acesso à informação:

[...] os agricultores familiares são de fato pequenos agricultores, representando o tamanho das propriedades, uma das mais fortes restrições para o crescimento sustentável da agricultura familiar. Um número significativo de estabelecimentos familiares são minifúndios que não oferecem condições apropriadas para a sobrevivência da família (SAVOLDI; CUNHA, 2010 p. 29).

A citação apresenta um dos empecilhos que afeta o agricultor familiar que dispõe de poucos recursos financeiros, visto que os problemas extrapolam a dimensão da propriedade rural. No entanto, é necessário se fazer uma leitura dialética e do processo de formação histórico do Brasil em relação ao pequeno produtor, buscando entender quais motivos não garantiram a sua ascensão, enquanto o grande proprietário de terra expande a produção e comercialização de forma acelerada. Todavia, o avanço dos meios de comunicação, em

alguns casos, faz quebrar essa barreira, o que tem permitido ao agricultor familiar encontrar novas saídas para produzir no campo.

Pensando nas novas formas de produção agrária e nas novas atividades econômicas desenvolvidas no espaço rural, Graziano Silva propôs o conceito de Novo Rural pensando as novas ruralidades e as urbanidades que têm (re)significado o espaço.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural (SILVA, 1999, p. 1).

As proposições de Silva (1999) apontavam como, nas décadas de 1980 e 1990, o rural brasileiro estava se urbanizando, devido à inserção de novas atividades econômicas e novas formas de trabalho ligadas à agricultura, à agropecuária, e à indústria no espaço rural. Todavia, cabe questionar a generalização feita, uma vez que nem todo rural passou por processo de modernização, ou como o autor aponta “urbanização”. O que foi presenciado, e que é vivido ainda nos dias atuais, é exatamente o processo de inserção de novas atividades econômicas que, segundo Carneiro (1998), são alternativas ao êxodo rural, ao desemprego urbano e à ineficiência do incentivo à permanência no campo.

Inspirados nas proposições de Graziano Silva, Ribeiro e Carvalho (2016) apontam que, no novo rural, as atividades econômicas são as mesmas do rural tradicional, agregadas a novos valores e significados. Discorrem também que as atividades não se restringem à agricultura, e destacam sobre o surgimento do “turismo de habitação e o agro turismo que respectivamente são os serviços de hospedagem familiar em casas antigas com valor histórico e hospedagens integradas a atividades agrícolas em propriedades privadas” (RIBEIRO e CARVALHO, 2016, p. 8).

No caso em estudo, o novo rural se emprega pelo fato de a família de agricultores adentrar na utilização de novas técnicas agrícolas dentro do marco da agricultura familiar, de modo que o rural não pode ser mais visto como um lugar atrasado e também não pode ser visto como urbano. O que se tem vivenciado com as novas dinâmicas territoriais é a ressignificação do espaço com as novas ruralidades, que,

em certo momento histórico, forçou o êxodo rural, mas hoje se apresenta como possibilidade também para o pequeno agricultor¹. O rural não deixa de ser rural por conta da inserção de novas técnicas, assim como a agricultura familiar também não deixa de ser familiar por melhorar a qualidade de vida e trabalho.

A HIDROPÔNIA COMO SOLUÇÃO PARA CRISES NO CULTIVO TRADICIONAL

A hidropônia é um conjunto de técnicas de cultivo agrícola, a qual não faz uso de solo, de forma que os nutrientes necessários para o crescimento das plantas são colocados na água em forma de soluções nutritivas. Nesta técnica, o cultivo é feito em um ambiente protegido (estufas), onde os fatores climáticos tendem a não influenciar no cultivo, assim, as plantas crescem em canais, onde circulam as soluções nutritivas em intervalos definidos e controlados por temporizadores (NETO; BARRETO, 2000).

A técnica agrícola de cultivo sem solo surgiu a partir de estudos sobre a nutrição das plantas. De acordo com Neto e Barreto (2012), o primeiro pesquisador que tratou da produção hidropônica foi o inglês John Woodward no século XVII, que cultivou mudas de menta em vasos com água da chuva, torneira, enxurrada e líquido de esgoto diluído, tendo observado maior crescimento nas plantas cultivadas com líquido de esgoto diluído sem fazer o uso da terra.

Ao longo do tempo, pesquisadores das ciências agrárias foram desenvolvendo métodos e fórmulas para o cultivo de plantas em solução nutritiva (BATAGLIA, 2003). Em 1950, Hoagland; Arnon elaboraram duas soluções nutritivas para o cultivo de tomates, na época, foram consideradas as mais adequadas, sendo que, na atualidade, estas soluções nutritivas são amplamente utilizadas como base para a elaboração de diversas outras soluções nutritivas (NETO; BARRETO, 2000).

¹ Embora neste artigo se apresente um caso no qual uma determinada família conseguiu inserir uma técnica de cultivo considerada moderna, a hidropônia, nem todos os agricultores têm acesso à informação e à infraestrutura básica para a melhoria da estrutura produtiva e das condições de trabalho. O que se analisa é que, embora com a revolução verde, a aceleração da urbanização e os fluxos do êxodo rural, no caso em estudo, os agricultores permanecem no campo, vivendo do que aquele lugar pode oferecer e ainda buscando novas formas de permanência e reprodução social.

De acordo com Furlani *et al* (1999), a técnica hidropônica passou a ter maior expressão quando, em 1937, na Universidade da Califórnia, o professor W. F. Gericke definiu o termo “hidropônia” e levou as pesquisas laboratoriais para o campo, desenvolvendo um sistema de cultivo hidropônico que pudesse ser usado em escala comercial.

A utilização da técnica hidropônica se popularizou após crises nos sistemas de produção tradicional, em especial no Canadá, onde cultivos de tomate foram afetados por pragas e doenças provenientes do solo. Mundialmente, nas décadas de 1970 e 1980, a alta do preço do petróleo obrigou os produtores a migrarem para a produção hidropônica, como forma de obter mais lucros, pois, no processo tradicional, a planta necessita de mais tempo para se desenvolver, mesmo fazendo uso de agrotóxicos e fertilizantes.

Segundo Furlani (1998), no Brasil, a hidropônia se expandiu na década de 1990, quando começa seu alargamento em áreas próximas aos centros urbanos, em especial no Sudeste, no entorno de São Paulo. Atualmente, a cultura hidropônica cresce de forma significativa, atingindo também o estado de Minas Gerais e a região Sul. Com a industrialização e intensificação do êxodo rural, a produção agrícola tradicional torna-se não suficiente para abastecer a demanda, e, nesse contexto, a hidropônia tornou-se uma saída para o aumento da produtividade, seja pelo menor investimento em mão de obra, como, também, por não precisar de grandes áreas férteis para o cultivo (SANTOS *et al.*, 2008).

A hidropônia tem sido uma saída para alguns agricultores que desejam se manter no espaço rural, o cultivo tradicional tende a sofrer muitos problemas no contexto da agricultura familiar. Desse modo, o cultivo hidropônico surge como uma solução para diversos problemas nos sistemas tradicionais de produção, entre eles: pragas, que na hidropônia são praticamente inexistentes, e doenças oriundas do solo; perda na qualidade do produto; elevado custo de manutenção; poluição do solo e lençol freático devido à utilização de agrotóxicos e defensivos e demora na produção e comercialização do produto (FURLANI *et al.*, 1999).

Segundo Paiva (1998), para o consumidor, as hortaliças hidropônicas são mais saudáveis que as tradicionais, porque as plantas não entram em contato com contaminantes e crescem em ambiente controlado para atender às exigências de cada espécie. Os produtos hidropônicos não entram em contato com caminhões, caixas ou mãos,

são vendidos embalados e costumam durar mais tempo dentro e fora da geladeira, pois são comercializados com raiz.

No sistema hidropônico, a colheita é precoce, as plantas crescem rapidamente, acelerando o processo de comercialização. Por ser em ambiente protegido, o cultivo se torna possível durante o ano inteiro, sem levar em conta as condições geográficas ou climáticas, por isso pode ser instalado em qualquer região morfoclimática que tenha disponibilidade de água, que, embora seja o elemento principal para o desenvolvimento da cultura, é 75% mais viável, pois a mesma água pode ser reutilizada diversas vezes, enquanto no tradicional a irrigação causa um grande desperdício e consumo.

Na hidropônia a água é bombeada diversas vezes nos canos com as soluções nutritivas e todo processo é controlado por equipamentos eletrônicos, porém, ainda assim é necessário que haja um acompanhamento do processo, para se ter certeza de que está ocorrendo corretamente. Esse processo é descrito pelo agricultor entrevistado:

A cada 15 minutos a água com a solução nutritiva é bombeada nos canos, enquanto isso a planta fica sustentada pela esponja, e a raiz acaba subindo [...]. A cada 15 minutos a água passa, e o temporizador (Time) é o que controla o ligamento e desligamento da bomba, ela liga e desliga automaticamente, o temporizador é programado e quando muda de pino ele desliga, e assim as horas são programadas, é um uso prático, porém sempre existe aquela preocupação de estar olhando e observando todo procedimento (AGRICULTOR 1).

Também é necessário, no processo produtivo de hortaliças hidropônicas, o acompanhamento do potencial Hidrogeniônico (Ph) da água para saber se acidez, neutralidade e alcalinidade se enquadram nas necessidades das plantas, a fim de que as soluções nutritivas sejam aplicadas corretamente. A Figura 1 apresenta a análise do Ph.

Figura 1 – Análise do Ph



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

A hidropônia pode ser classificada em quatro tipos, conforme Neto e Barreto (2000) e LABHIDRO (2012), as quais apresentam especificidades e objetivos distintos:

- I. Hidropônia científica: na qual elementos químicos precisam ter elevado grau de pureza e estrutura adequada. Maior rigor no manuseio das fórmulas e controle do PH da água.
- II. Hidropônia didática: desenvolvida de forma simples, e não necessita de grande estrutura, serve para ensino ou demonstração.
- III. Hidropônia ornamental: Como o nome já explicita, tem fins decorativos, principalmente para locais onde não se pode utilizar o solo, a fim de evitar sujeira que se pode causar.
- IV. Hidropônia comercial: Investimento econômico em estrutura, pensada para comercialização com padrão de qualidade, estufas organizadas e adequado manuseio das soluções nutritivas.

Nesta pesquisa, a horta hidropônica da Comunidade do Jenipapo foi classificada como comercial, embora seja analisada dentro do marco da agricultura familiar, as características estruturais e a forma como o trabalho é desenvolvido se adequam com o que é proposto por Neto e Barreto (2000), ao inserir investimento financeiro, prática e técnica dos conhecimentos sobre hidropônia.

A PRODUÇÃO HIDROPÔNICA NA COMUNIDADE DO JENIPAPO EM SÃO FELIPE – BA

A instalação da horta hidropônica na Comunidade do Jenipapo, em São Felipe, se deu devido a crises no sistema de produção tradicional. Viver da horticultura já era tradição familiar desde a década de 1990; a princípio, trabalhavam com barraca, na feira, e resolveram cultivar hortaliças para complementar a renda familiar de forma ainda incerta, pois havia semanas com produção, e outras não. Com o passar do tempo, perceberam que a horticultura era algo rentável, então, ampliaram a produção, entretanto, sem se preocupar com a qualidade, no modo tradicional.

Como normalmente acontece nas famílias rurais, os filhos saem de casa em busca de melhores condições de vida, o que, segundo Matte et al (2010), resulta em dificuldades de reprodução social, bem como na falta de sucessores para assumir a gestão da propriedade e dar continuidade aos projetos familiares. Na família do “agricultor 2”, todos os filhos saíram de casa para estudar e outros para trabalhar e, assim, a produção acabou por não ter quem manejasse os produtos. Mas, por volta do ano de 2007, um dos filhos volta para o campo e resolve voltar a produzir as hortaliças, mas já pensando na melhoria da qualidade do trabalho e dos produtos.

Nesse retorno que eu comecei a tomar frente [...] a cada dia que foi passando eu fui procurando me qualificar e melhorando a qualidade do produto e de trabalho também. Porque a 20 anos atrás meu pai regava com regador, o tempo foi passando, as coisas foram fluindo e surgindo opções de trabalho, e melhoras de trabalho, veio a questão [...] de irrigar com a mangueira, e aí quando eu voltei a assumir, ativar o projeto, aí veio o sistema de irrigação, aí eu comecei com *microaspersor*, mas não deu muito certo e acabei colocando o *santeno* (AGRICULTOR 1).

O agricultor, pensando em melhores condições de trabalho, instalou sistemas de irrigação, como os *microaspersores* que, segundo Fernandes e Lima (2013), são emissores que funcionam como aspersores de porte reduzido, mas que precisam de uma instalação hidráulica eficaz, ainda com inserção de filtros para evitar o bloqueio das tubulações. Enquanto o *santeno* são mangueiras planas de polietileno linear de baixa densidade que são perfuradas com grande

precisão visando à eficácia na irrigação das culturas (GEISENHOF et al., 2016).

Nenhum desses modelos de irrigação foi eficiente para a família agricultora na sua ideia de modernização da produção, pois, segundo o “agricultor 1” entrevistado, os dois métodos utilizados consumiam muita água; ainda havia um problema relacionado ao solo, que secava muito rápido, forçando a irrigação de forma mais intensa. O problema se agravava principalmente no verão por conta escassez de água.

Em 2010 a família enfrentou uma grande crise no cultivo e, segundo o “agricultor 1”, as plantas não se desenvolviam no solo, mesmo mudando o local de cultivo e utilizando adubos químicos e esterco. Diante disso, fizeram análises do solo, constatando que não havia nada fora dos padrões (irregularidades). Ainda tentado reerguer o cultivo tradicional, o “agricultor 1” viu na televisão, no programa Globo Rural, uma reportagem sobre o cultivo hidropônico em água salobra, desenvolvida por pesquisadores da UFRB em Cruz das Almas, então, resolveu ir buscar apoio.

A universidade, cumprindo seu papel de pesquisa, ensino e extensão, através do curso de agronomia² mostrou quais caminhos deveriam ser seguidos para a instalação do sistema hidropônico. Então, o “agricultor 1” iniciou o processo de implantação da horta hidropônica. Em um pequeno viveiro, que não se adequava aos padrões exigidos para o cultivo hidropônico, com isso, a produção era afetada por conta de condições climáticas e os consumidores reclamavam e o desmotivavam.

Mesmo com grande dificuldade, dentre elas: a financeira pelo alto valor dos materiais, o projeto foi levado à frente e conseguiu instalar a primeira estufa hidropônica eficaz para a hidropônia. O sistema hidropônico foi instalado de forma eficaz e a família praticamente abandonou o modelo de produção tradicional, pois, além do grande trabalho que estava sendo empregado, o retorno financeiro não era significativo como no sistema de cultivo hidropônico.

Segundo Neto e Barreto (2012), a hidropônia traz um rápido retorno financeiro, devido à diminuição no ciclo de cultivo, e pelo maior preço de distribuição. Assim, o produtor pode obter um bom lucro, e,

² A família destaca o papel do professor Tales Miller Soares, doutor em Agronomia na área de Irrigação e Drenagem, que foi o principal responsável com os ensinamentos sobre a hidropônia, as formas de manejo, organização e produção.

portanto, um rápido retorno financeiro. No caso da hidropônia desenvolvida na Comunidade do Jenipapo, o “agricultor 1” afirma que “Melhorou. Porque como falei, a gente tem um controle, uma média. E na convencional, semana você alcançava média e semana não. E tudo isso descontrolava o rendimento”.

Ainda que a família tenha mudado o modelo de produção, deixando o tradicional para o novo rural, onde são empregadas novas técnicas ao trabalho, continuaram se encaixando nos critérios da agricultura familiar, pois não utilizam mão de obra assalariada, apenas a família trabalha no cultivo. Embora só o “agricultor 1” desenvolva o manuseio de soluções, os demais familiares participam dos demais processos de forma igualitária como ele afirma durante entrevista: “Na verdade, não é dividido porque todo mundo faz a mesma coisa. Agora, só em questão de manuseio da solução que painho não sabe fazer, aí só minha parte, mas em outras etapas, é tudo junto”.

Segundo Furlani (1998), uma das principais vantagens da hidropônia é a menor necessidade de mão-de-obra e melhores condições de trabalho, exatamente como acontece na produção estudada, a hidropônia proporcionou a melhoria na qualidade do trabalho, pois, antes trabalhavam abaixados, precisava capinar com enxada, enquanto no novo modelo de produção, fazem todo trabalho em pé. O autor supracitado também afirma que outro benefício da hidropônia é a ausência de pragas, pelo fato de a produção não ter contato com a terra e por ser cultivado em ambiente protegido.

A família de agricultores da Comunidade do Jenipapo afirma não ter problemas com pragas, embora, em alguns momentos, já tivessem aparecido umas manchas nas folhas de alface, mas que combatiam de forma manual, sem fazer uso de defensivos.

A hidropônia, para a família estudada, surgiu como uma solução para a crise no cultivo tradicional e enfrentou o preconceito e o receio do consumidor como afirma o “agricultor 1”.

Pessoas que não tinham conhecimento do que era o produto hidropônico, colocou pessimismo na minha frente... achou que não ia dá certo [...] colega produtor de hortalíça, que quando eu comecei, a falar dos problemas, ele achou que eu estava doido, investir um dinheiro tão alto (AGRICULTOR 1).

Mesmo com o pessimismo, a família continuou trabalhando e, com o apoio da UFRB, estabeleceu o viveiro hidropônico dentro dos

padrões. Hoje, com uma clientela fixa e crescente, que vai desde a entrega em domicílio até a uma rede de supermercados, e já visam à expansão do empreendimento, com a montagem do segundo viveiro para atender à demanda crescente, devido à propaganda feita pelo próprio consumidor, que reconhece a qualidade e a boa aparência do produto.

Diante disso, observou-se um problema que veio a surgir, sendo a falta de produtos que não atende à demanda de clientes, no entanto, a família, buscou organizar o sistema e aumentar a produtividade, a fim de atender à lógica da comercialização, passando a controlar a distribuição, para que todos os consumidores fossem abastecidos com as hortaliças hidropônicas.

Figura 2 – Plantio de Alface hidropônica



Fonte: Pesquisa de campo, (2016).

Figura 3 – Colheita de Alface



Fonte: Pesquisa de campo, (2016).

A produção hidropônica na Comunidade do Jenipapo é um referencial de como o rural pode se modernizar sem perder sua identidade. A partir da hidropônia, a família melhorou a qualidade de vida e de trabalho, e ainda desenvolve uma forma de cultivo que não é agressiva ao meio ambiente, no que se refere à dispersão de fertilizantes, pesticidas e agrotóxicos no solo. A produção foi modernizada, porém o manejo continua na tradição familiar. Portanto, continuam trabalhando para tirar o sustento sem fazer uso de mão de obra assalariada, incorporando sempre valores familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cultivo hidropônico tornou-se um importante marco para a agricultura familiar na Comunidade do Jenipapo em São Felipe/Ba. Pois, a família tinha pouca perspectiva em continuar produzindo no solo, com isso, a hidropônia se tornou uma possibilidade para que os agricultores familiares permanecessem no espaço rural, desenvolvendo novas técnicas e fazendo o que sempre fizeram que é trabalhar com o cultivo e comercialização de hortaliças.

Apesar de terem deixado em segundo plano o cultivo em solo, o trabalho continua a prezar pela base familiar. A produção de hortaliças hidropônicas tornou-se alvo de curiosidade das pessoas que não conheciam o sistema de cultivo e, hoje, buscam visitar a estufa e também consumir os produtos que chamam atenção pela boa aparência e qualidade. Os agricultores também têm recebido agrônomos, estudantes e professores das escolas e universidades do Recôncavo.

A mudança no modo de produção tem possibilitado melhores condições de trabalho e vida, além de proporcionar um maior lucro para os agricultores que utilizam a técnica de irrigação e outras tantas que compõem a estrutura da estufa. Uma vez que não existem perdas, como as encontradas no cultivo tradicional, os agricultores já conseguem tabular o tempo de plantação/germinação sabendo quando e quanto vão colher, fator este de grande importância para o trabalho familiar.

No entanto, essa não é a realidade da maioria dos agricultores familiares brasileiros, que enfrentam muitas dificuldades e acabam desistindo do rural, assumindo a tendência de migrarem para os centros urbanos em busca de melhores condições financeiras. O caso desta família agricultora da Comunidade do Jenipapo é um exemplo de trabalho e afirmação, que esboça a função social da Universidade, a partir das orientações e do acompanhamento científico desenvolvido durante as pesquisas participativas, que são divulgadas para a sociedade, possibilitando a reprodução social para os agricultores.

Contudo, fica evidente a gratidão da família agricultora à Universidade e ao professor do curso de agronomia por terem contribuído com a melhoria da qualidade de vida no campo com a inserção das tecnologias de trabalho. Mediante a isso, a família de agricultores tem buscado se capacitar cada vez mais, a fim de oferecer para o município um produto de excelência, que atenda às

necessidades sociais e alimentares. Deste modo, pretendem, futuramente, apresentar o sistema para outros agricultores, com palestras e visitas à horta, a fim de quebrar com paradigmas e evitar o desconhecimento sobre as soluções nutritivas e o sistema hidropônico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eliseu A. *A agricultura familiar*. **Revista de Política Agrícola**, v. 6, n. 3, p. 28-32, 1997

BATAGLIA, Ondino Cleante. Nutrição mineral de plantas: a contribuição brasileira. **O Agrônomo Campinas**, v. 55, n. 1, 2003.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: Teixeira da Silva, F.C., Santos, R., Costa, L.F.C. (orgs.) **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.

FERNANDES, André Luís Teixeira; LIMA, Luiz Antônio. Características dos principais sistemas de irrigação do cafeeiro. **Revista Visão Agrícola**, Piracicaba, n. 12, p. 40-42, 2013.

FURLANI, Pedro Roberto. **Instruções para o cultivo de hortaliças de folhas pela técnica de hidroponia-NFT**. Campinas: Instituto Agrônomo, 1998. (Boletim Técnico, 168).

FURLANI, Pedro Roberto; SILVEIRA, Luís Claudio Paterno; BOLONHEZI, Denizart; FAQUIN, Valdemar. **Cultivo hidropônico de plantas**. Campinas: Instituto Agrônomo, 1999. (Boletim técnico, 180).

GEISENHOFF, Luciano O. *et al.* Produção de alface-americana em cultivo protegido utilizando mulching, sob diferentes tensões de água no solo. **Engenharia Agrícola**, v. 36, n. 1, p. 46-54, 2016.

LABHIDRO-Laboratório de Hidroponia. **Hidroponia**, 2012. Disponível em: <<http://www.labhidro.cca.ufsc.br/hidroponia>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MATTE, Alessandra; SPANEVELLO, Rosani Marisa Spanevello; AZEVEDO, Leticia Fátima de AZEVEDO. A reprodução social na agricultura familiar: a saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessores. In: **Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia, Administração e Sociologia Rural**. 2010.

NETO, Egídio Bezerra; BARRETO, Levy Paes. **Técnicas de cultivo hidropônico**. Recife. UFRPE, 2000.

NETO, Egídio Bezerra; BARRETO, Levy Paes. As Técnicas de Hidropônia. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma**, v. 8, p. 107-137, 2012.

PAIVA, Milton César de. **Produção de hortaliças em ambiente protegido**. Cuiabá: Sebrae-MT, 1998.

RIBEIRO, Matheus da Silva; CARVALHO, Marlison dos Anjos. O Novo Rural e a Relação Rural – Urbano. In: **Anais do IV Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil**. UFBA, Salvador. 2016.

SANTOS, Ademir Oliveira. *et al.* Produção de alface hidropônica: Uma abordagem pela dinâmica de sistemas. In: **Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas—Centro Universitário de Franca Uni-FACEF**. 2008.

SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma *abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970*. **Revista Geografar**, Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, 2010.

SCHROETTER, Magnus Rodrigo; BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Agricultura familiar e consumo de alimentos na merenda escolar**: desafios da produção e comercialização o âmbito da fronteira noroeste. Santa Rosa: UNIJUÍ, 2011.

SILVA, José Graziano da Silva; GROSSI, Mauro Eduardo Del Grossi. **O novo rural brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999.

Relações campo-cidade e rural-urbano em cidades médias nos programas de doutorado na área Planejamento Urbano, Regional e Demografia

Valter Luiz dos Santos Marcelo
Cristina Maria Macêdo de Alencar

INTRODUÇÃO

As dinâmicas urbanas, regionais e demográficas constituem uma área de produção científica, no contexto brasileiro das ciências sociais aplicadas, fortemente relacionadas com as problemáticas e as intervenções públicas que direcionam, fomentam e induzem os padrões de desenvolvimento da sociedade brasileira. Na Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Ministério da Educação – MEC do Brasil, a temática reúne Programas de Pós-graduação em subárea das Ciências Sociais Aplicadas, denominada Planejamento Urbano e Regional/Demografia, composta por duas subáreas: a de planejamento urbano e regional e a de demografia.

Portanto, esta área reúne cientistas implicados com as explicações, as críticas e as proposições nas diversas perspectivas e sentidos atribuídos ao desenvolvimento.

A presença de temas de pesquisa e na formação de competências de alto nível (mestrado e doutorado) denota consensos científicos no que tange ao que se considera relevante como instrumental para o planejamento e para o desenvolvimento no e do país, do mesmo modo que a ausência de temas denota o que se considera irrelevante frente a determinado padrão civilizatório a ser consolidado ou superado. Por certo, outras áreas do conhecimento (conforme classificação CAPES) também produzem conhecimento científico e formam profissionais de alto nível que discutem problemáticas comuns às encontradas na área PUR/D, mas nossa atenção se volta para os programas desta área devido ao seu contexto de origem: o de formação de inteligência para o sistema nacional de planejamento no período de governo militar decorrente do golpe de 1964 (CAPES, 2013).

O rural e o urbano, o campo e a cidade, a sociedade agroexportadora e a sociedade industrial transitam, se opõem, enfim, perpassam o desenvolvimento do Brasil nos diferentes momentos históricos da consolidação do capitalismo que configura a formação econômica do país. Nesse sentido, reconhece-se a relevância da temática no contexto do desenvolvimento urbano, do regional e da dinâmica demográfica. Considerando-se o potencial performativo da cooperação entre ciência e política, este artigo objetiva analisar as relações Campo-Cidade/Rural-Urbano e suas territorialidades nos Programas de Pós-graduação, especificamente aqueles com curso de doutorado acadêmico na subárea de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, que integra a grande área das Ciências Sociais Aplicadas no sistema de avaliação da CAPES.

As relações Campo-Cidade/Rural-Urbano, embora não sejam amplamente estudadas como campo de estudos científicos nos meios acadêmicos e sejam pouco discutidas em eventos nacionais e internacionais, em periódicos e em livros como campo de estudos relacionais, quando se referem a estudos temáticos específicos, o Campo, a Cidade, o Rural ou o Urbano são valorizados e discutidos por diversos profissionais das áreas do conhecimento da Agronomia, Antropologia, Arquitetura, Ciências Políticas, Economia, Geografia, Sociologia, entre outras, nos meios acadêmicos e em eventos nas diversas escalas geográficas.

De modo a examinarmos o lugar de fala da produção acadêmica que dá foco a este artigo, analisamos de que modo campo e cidade, rural e urbano e suas territorialidades estão expressos na produção científica dos programas de doutorado em Planejamento Urbano e Regional. O critério utilizado para inclusão dos cursos de doutorado e exclusão dos cursos de mestrado foi a obrigatoriedade de produção científica original para os egressos, e, portanto, o fato de formarem cientistas com condições e possibilidades de estabelecer novos consensos.

A abordagem da pesquisa é bibliométrica com interpretações cienciométricas (VANTI, 2002) e foi metodologicamente tratada por revisão bibliográfica de material publicado em livros, revistas, redes eletrônicas, tomando para busca as categorias campo e cidade / rural e urbano e suas territorialidades. Desse modo, a estratégia da pesquisa considerou todos os PPG da área até o primeiro semestre de 2019 e foi composta por: levantamento dos Cursos de Doutorado Reconhecidos e Recomendados pelo Ministério de Educação, na Plataforma Sucupira, na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, os quais foram analisados considerando-se: periodização para analisar a evolução dos Programas da PUR/D; instituições e sua localização regional, áreas de concentração dos cursos e o ano de implantação dos mesmos; as disciplinas que tratam das relações campo/cidade, rural/urbano e suas territorialidades e os professores que as lecionam; identificação dos conteúdos e abordagens e das publicações que tratam das relações campo e cidade, rural e urbano e suas territorialidades; análise dos estudos sobre a temática da pesquisa quando focalizam as cidades médias.

PROGRAMAS DE DOUTORADO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL/DEMOGRAFIA

Os programas de Planejamento Urbano e Regional/Demografia (PUR/D) no Brasil iniciaram no ano de 1970, com a criação do primeiro mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre; o segundo em 1972 na Universidade Federal do Rio de Janeiro e o terceiro em 1975 na Universidade Federal de Pernambuco, na cidade de Recife (PORTO; THEIS, 2016). Como podemos observar, os primeiros cursos da PUR/D foram implantados em três grandes cidades de regiões diferentes do território brasileiro.

Esse período de implantação dos cursos da PUR/D é marcado pelo Estado interventor, com planejamento verticalizado, voltado para uma economia urbano industrial, com suporte teórico das Teoria dos Polos de Crescimento de François Perroux e da Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller, como destacou Silva (1976). Teorias essas, embasadas no neopositivismo e focadas principalmente nas inovações dos territórios. Nesse mesmo contexto é implantado, em 1976, na Fundação Getúlio Vargas, o mestrado em Desenvolvimento Agrícola (MOREIRA, 2007), explicitando-se, assim, a separação entre a inteligência para o desenvolvimento urbano e regional e aquela para o desenvolvimento agrícola então emblemático do rural, tendo em vista a formação de equipes do planejamento governamental.

É importante salientar que, na trajetória de consolidação da PUR/D, ocorreram alguns eventos que impulsionaram sua respeitabilidade no meio acadêmico, entre os quais podemos destacar, em 1980, a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) no Centro de Ciências Econômicas e Jurídicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (RANDOLPH, 2013 *apud* PORTO; THEIS, 2016, p.39) e, em 1983, a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, como destacou Porto e Theis (2016, p. 39), formada por programas de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento, que estão envolvidas nas discussões sobre desenvolvimento, planejamento e projetos urbanos e regionais.

Segundo Porto e Theis (2016), as contribuições teóricas e metodológicas para formação do pensamento da PUR/D no Brasil contou com influências de áreas do conhecimento como “Arquitetura, Geografia e Sociologia, entre outras” (PORTO; THEIS, 2016, p. 39) acrescenta-se, ainda, a Antropologia, Ciência Política, Ciências Agrárias e Economia, o que possibilitou o desenvolvimento e consolidação da área, que se configura, assim, como multidisciplinar.

Os cursos de Doutorado da PUR/D no Brasil, objeto deste estudo, iniciaram na década de 1990, como se observa na Figura 1, no período de abertura econômica e política, marcado pelo processo de globalização, calcado no conhecimento científico, na tecnologia e na informação, como destacou Santos e Silveira (2001). É neste contexto que os agentes hegemônicos do capital passam a atuar de maneira avassaladora sobre o território e emergem as lutas e os conflitos pelo acesso à terra, à moradia e aos recursos naturais, entre outros.

Figura 1 – Cartograma Programas de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, 2019



id	Região	Instituição/Local	Programas	Data	Conceito
1	Norte	UNAMA-PA/Belem	Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano	2019	4
2	Norte	UFT-TO/Palmas	Desenvolvimento Regional	2015	4
3	Nordeste	UFRN-RN/Natal	Estudos Urbanos e Regionais	2019	4
4	Nordeste	UFPE-PE/Recife	Desenvolvimento Urbano	1999	5
5	Nordeste	UNIFACS-BA/Salvador	Desenvolvimento Regional e Urbano	2006	4
6	Nordeste	UCSAL-BA/Salvador	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social	2012	4
7	Sudeste	UFRRJ-RJ	Planejamento Urbano e Regional	1993	6
8	Sudeste	UCAM-RJ/RJ	Planejamento Regional e Gestão de Cidade	2015	4
9	Sudeste	UFABC-SP/SBC	Planejamento e Gestão do Território	2013	4
10	Sudeste	UNIVAP-SP/SJC	Planejamento Urbano e Regional	2014	4
11	Sul	FLURB-SC/Blumenau	Desenvolvimento Regional	2012	4
12	Sul	PLUC-PR/Curitiba	Gestão Urbana	2009	4
13	Sul	UDESC-SC/Florianópolis	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio Ambiental	2016	4
14	Sul	UINUIJUI-RS/Ijuí	Desenvolvimento Regional	2016	4
15	Sul	UFTPR-PR/Pato Branco	Desenvolvimento Regional	2018	4
16	Sul	UFRGS-RS/POA	Planejamento Urbano e Regional	2004	5
17	Sul	UNISC-RS/SCS	Desenvolvimento Regional	2005	4
18	Sul	UNIOESTE-PR/Toledo	Desenvolvimento Regional e Agronegócio	2010	4

Fonte: CAPES- Plataforma Sucupira, 2019. Disponível em: (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>). Acesso em: 25 out. 2019.

É importante destacar que os cursos de doutorado se desenvolveram a partir do amadurecimento dos cursos de mestrado e do crescimento do número de doutores no Brasil, o que possibilitou a abertura dos doutorados na área da PUR/D. Para o entendimento da espacialização dos cursos destaca-se o período de 1993 ao primeiro

semestre de 2019. A escolha deste período justifica-se pela identificação do registro de implantação do primeiro e do mais recente curso de doutorado na subárea da PUR/D no Brasil.

Para melhor compreensão da evolução dos cursos de doutorado da PUR/D, subdividiu-se esse período em três subperíodos. O primeiro corresponde à última década do século XX, entre os anos de 1993 – 1999, marcado pela implantação dos primeiros cursos; o segundo corresponde à primeira década do século XXI, entre os anos de 2000 – 2009, destacados pela expansão e início da interiorização dos cursos e o terceiro entre 2010 – 2019, ressaltado pela expansão e descentralização dos cursos.

Analisando os dados da Figura 1, é possível observar que, entre os anos de 1993 – 1999, foram implantados os dois primeiros cursos de doutorado, sendo o primeiro na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, no programa e área de concentração de Planejamento Urbano e Regional, e o segundo na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1999, na cidade de Recife, no programa e área de concentração em Desenvolvimento Urbano. O primeiro curso apresenta como objetivo o enfoque nas questões urbanas e regional, com atuação de profissionais das áreas de conhecimento da Arquitetura, Ciência Política, Direito, Economia, Geografia e Sociologia, enquanto o segundo objetiva seu enfoque na análise dos estudos urbanos e vinculado ao Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFPE.

Na primeira década do século XXI, entre 2000 e 2009, foram implantados quatro cursos de doutorado da PUR/D, sendo um na Região Nordeste e três na Região Sul do Brasil. Em 2004 é implantado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na cidade de Porto Alegre, o Programa de Planejamento Urbano e Regional, com área de concentração em Planejamento Urbano e Regional e os Processos Sociais e Sistemas de Suporte à Decisão em Planejamento e Desenho Urbano, vinculado ao Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, curso este, voltado para o planejamento urbano; enquanto em 2006 é criado, na Universidade de Santa Cruz do Sul – RS (UNISC), o programa e área de concentração denominado Desenvolvimento Regional, com objetivo de discutir as mudanças econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais e suas repercussões no território, sendo o primeiro doutorado localizado no interior do Estado brasileiro.

Nesse período, é implantado na Universidade Salvador (UNIFACS), na cidade de Salvador – BA, o programa Desenvolvimento Regional e Urbano, com área de concentração em Processos Urbanos e Regionais do Desenvolvimento, cujo objetivo é analisar as alterações na sociedade marcada pelo fenômeno da globalização e, em 2009, é implantado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), na cidade de Curitiba, o programa e área de concentração em Gestão Urbana, com objetivo de desenvolver estudos e projetos na área urbana.

O terceiro período é marcado pela expansão, descentralização e interiorização dos cursos entre 2010 – 2019. Em 2010 é criado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), na cidade de Toledo – PR, o programa e área de concentração em Desenvolvimento Rural e Agronegócio com enfoque nas cadeias produtivas e gestão dos negócios agroindustriais. Este é o primeiro doutorado na área PUR/D em que o desenvolvimento rural é explicitado. Em 2012 foram criados dois cursos, um na Universidade Regional de Blumenau (FURB), na cidade de Blumenau – SC, no programa denominado de Desenvolvimento Regional, com área de concentração em Desenvolvimento Regional Sustentável, de enfoque no desenvolvimento socioeconômico; na Universidade Católica do Salvador (UCSAL), na cidade de Salvador – BA foi verticalizado o mestrado (2007) com implantação do programa e área de concentração Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, primeiro PPG na área PUR/D que explicita a abordagem territorial para o planejamento, aglutinando o urbano e regional, e o social e meio ambiente, com enfoque em questões relacionadas com os territórios, em diferentes escalas (geográfica, econômica, arquitetônica e histórica) | no meio urbano, no meio rural, no contexto regional e no contexto nacional.

Dando continuidade à expansão da área, em 2013 foi criado na Universidade Federal do ABC (UFABC), na cidade de São Bernardo do Campo – SP, o programa e área de concentração em Planejamento e Gestão do Território, com enfoque em gestão do território em suas múltiplas escalas. Em 2014 é criado, na Universidade do Vale da Paraíba (UNIVAP), na cidade de São José dos Campos – SP, o programa e área de concentração em Planejamento Urbano e Regional, com enfoque em processo de produção do espaço urbano e regional da sociedade contemporânea.

Prosseguindo, em 2015 foram implantados três programas da PUR/D, um na Universidade Cândido Mendes (UCAM), na cidade do Rio de Janeiro – RJ, no programa e área de concentração em Planejamento Regional e Gestão de Cidade; outro na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), na cidade de Ijuí – RS, no programa de Desenvolvimento Regional e na área de concentração em Direitos Humanos e Desenvolvimento, Gestão de Organizações e Desenvolvimento e Gestão de Organizações e do Desenvolvimento. Novamente, na expansão da área surge outra inovação temática como o PPG da UNIJUÍ, que é a relação entre direitos humanos e desenvolvimento. Neste mesmo ano é implantado, também, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), na cidade de Palmas, o programa e área de concentração em Desenvolvimento Regional.

É importante ressaltar que o programa da UCAM objetiva seus estudos na área petrolífera e de planejamento e gestão de cidades; enquanto o curso da UNIJUÍ objetiva seus estudos para as questões do desenvolvimento regional e territorial e o programa da UFT foca seus estudos nos setores das atividades produtivas relacionadas com o desenvolvimento regional.

Em 2016, foi implantado, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na cidade de Florianópolis – SC, o programa Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio - Ambiental, com área de concentração em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, com enfoque no planejamento e gestão ambiental, levando em considerações a cultura e o território. E em 2018 foi implantado, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), na cidade de Pato Branco – PR, o programa Desenvolvimento Regional, com área de concentração em Desenvolvimento Regional Sustentável, com objetivo de estudar as relações entre sociedade e natureza na perspectiva da sustentabilidade, sendo o primeiro programa a incluir as discussões referentes à educação no desenvolvimento regional.

E em 2019, foram implantados dois cursos, um na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGN), na cidade de Natal - RN, no programa Estudos Urbanos e Regionais, na área de concentração em Dinâmicas Urbanas e Regionais e Políticas Públicas, com objetivo de tratar das dinâmicas urbanas e regionais e as ações de políticas públicas de governo e do terceiro setor e outro na Universidade da Amazônia (UNAMA), na cidade de Belém – PA, no programa Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, na área de concentração em Urbanização e

Meio Ambiente, com objetivo de estudar os aspectos físico-territoriais, sociais, econômicos, políticos e culturais relacionados à questão do meio ambiente urbano na Amazônia.

Quantitativamente, a evolução dos doutorados do programa da PUR/D, entre 1993 e 1999, foi apresentada em 2 cursos: 1 na Região Sudeste, correspondendo ao primeiro curso do programa e 1 na Região Nordeste; entre 2000 e 2009 foram implantados 4 cursos, sendo 3 na Região Sul e 1 na Região Nordeste e, entre 2010 e 2019, foram implantados 12 cursos, dos quais foram 3 na Região Sudeste, 5 na Região Sul, 2 na Região Nordeste e 2 na Região Norte, o que retrata uma evolução significativa dos cursos do programa. É importante destacar que, entre 2000 e 2009, não foram implantados cursos na Região Sudeste e a Região Centro Oeste não conta com cursos de doutorado do programa da PUR/D, apenas mestrado. Qualitativamente, a evolução da área apresenta a formação de novos campos de estudo, integrando dimensões até então dissociadas do planejamento urbano e regional, o que ocorre a partir de 2010, com as temáticas rural, agronegócios, territorial, social e meio ambiente, desenvolvimento humano, educação, políticas públicas e gestão.

Dos dados de distribuição dos 18 cursos de doutorado acadêmico da PUR/D por regiões no Brasil, no período de 1993 a 2019, constata-se que a Região Sul conta com 8 cursos, Região Sudeste com 4 cursos, Região Nordeste com 4 cursos e a Região Norte com 2 cursos. É importante salientar, ainda, que o processo de interiorização dos cursos de doutorado da PUR/D se deu no período de 2000 a 2009, com a implantação de apenas 1 curso na UNISC, em Santa Cruz do Sul – RS.

Esse processo de descentralização e interiorização ganha força entre os anos de 2010 a 2019, com a implantação de 4 cursos na Região Sul, nas cidades de Toledo – PR, Blumenau – SC, Ijuí – RS e Pato Branco – PR; 2 na Região Sudeste, nas cidades de São Bernardo do Campo - SP e São José dos Campos – SP; e na Região Norte na cidade de Palmas – TO e Belém - PA. Esta interiorização está relacionada com o crescimento e fortalecimento das cidades médias e a relevância do planejamento para pensar o desenvolvimento no território brasileiro, intensificado e expandido pelas relações de produção capitalista com as conflitualidades que lhes são inerentes. Isto nos leva a inferir que as mudanças na realidade social concreta exigem novas explicações científicas, donde emergiram as temáticas que oxigenam a área PUR/D.

É importante destacar, ainda, que os cursos de doutorados acadêmicos da PUR/D na Região Nordeste do Brasil foram implantados

nas capitais dos Estados de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte, demonstrando que as discussões teóricas e metodológicas acerca do planejamento a partir da CAPES estão centralizadas nas referidas capitais dos Estados mencionados. Enquanto na Região Sudeste, os cursos foram implantados nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, não existindo cursos nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E RURAL-URBANO NAS DISCIPLINAS DOS PROGRAMAS DA PUR/D

Constatamos, na evolução da área PUR/D, em termos de temáticas e abordagens, que, a partir de 2010, surgem programas que abordam temas como rural, agronegócios, territorial, social e meio ambiente, desenvolvimento humano, educação, políticas públicas e gestão. Isto significa dizer que o urbano e o regional passam a ser examinados no contexto da totalidade social, mesmo que nem sempre esse perfil acadêmico problematize o caráter homogeneizante e colonizador da urbanização e da industrialização, ainda que o regional seja a escala considerada.

Nos dias 11 e 12 de abril de 2019, a Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó - realizou o conjunto dos eventos denominados IV Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento – SNPD, III Seminário Território, Territorialidades e Desenvolvimento Regional, VI Encontro dos Mestrados Profissionais da Área Planejamento Urbano e Regional/Demografia - PUR/D - Capes com a temática “Ruralidades – Urbanidades: potencialidades e desafios para o desenvolvimento”. No sítio da UNOCHAPECÓ é explicitado que:

De modo geral, o evento pretende: oportunizar espaços de discussão e interação envolvendo Instituições de Ensino Superior e Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* vinculados à Área Planejamento Urbano Regional e Demografia da Capes, com destaque aos Mestrados Profissionais. De modo específico, o evento tem como propósito discutir e debater, a partir de trabalhos científicos desenvolvidos no meio acadêmico e profissional: a temática ruralidades contemporâneas e a agricultura de base familiar; as relações e as interdependências entre planejamento e desenvolvimento; questões relacionadas ao desenvolvimento em escala local, considerando abordagens disciplinares e recortes territoriais. (UNOCHAPECÓ, 2019, p.2).

Evidencia-se, neste evento, que relações estabelecidas entre campo e cidade ou rural e urbano, ganhara visibilidade na área a partir de um dos PPG que trouxeram novas ênfases à área PUR/D. Mas, o que se poderia dizer do conjunto da área sobre como aparece a relação campo-cidade e a rural-urbana na perspectiva territorial que, teoricamente, deve superar as dicotomias setoriais?

Para reconhecer as abordagens para aquelas temáticas, nesta seção do artigo, o objetivo é identificar, nos programas da PUR/D, as disciplinas e os respectivos professores que trabalham com as relações campo-cidade/rural-urbano e suas territorialidades. Os critérios de escolha das disciplinas foram: o nome dado à disciplina e os conteúdos propostos nas ementas. Para isso, a Figura 2, em anexo, destaca as instituições mantenedoras dos cursos, os programas, disciplinas e professores que as lecionam. A ordem de enumeração dos cursos respeita a data de implantação dos mesmos. O outro critério utilizado foi a escolha de disciplinas que tratam do campo/rural, isto é, olhar os conteúdos das ementas e não apenas a denominação. Este critério considerou o fato de que a trajetória da área nos PPG anteriores a 2010 não enfatiza a temática, embora ela exista.

Como se observa na Figura 2, entre os 18 programas da PUR/D apenas 4 contam com disciplinas que tratam do mundo rural; 2 das relações campo-cidade e rural-urbano e 1 que trabalha a temática cidade e campo. Enquanto nos 13 programas, o enfoque é no desenvolvimento regional, no planejamento urbano e regional, no planejamento territorial, na gestão ambiental de cidades e territórios.

O primeiro programa a abordar a temática urbano e rural foi o de Desenvolvimento Regional na UNISC, implantado em 2005, em Santa Cruz do Sul – RS, com as disciplinas obrigatórias: 1) Desenvolvimento Rural, ministrada pelas Professoras Cidonea Machado Deponti (Economista) e Erica Karnopp (Geógrafa) e 2) Desenvolvimento Urbano, ministrada pela Professora graduada em Relações Públicas Grazielle Betina Brandt e pelo Professor Geógrafo Rogério Leandro L. da Silva. No programa, as ementas das disciplinas não foram disponibilizadas, o que nos leva a considerar a concepção do programa como referência de conteúdo. Tomando a compreensão de Souza (2013) sobre desenvolvimento, como transformação social para melhor, propiciador de melhor qualidade de vida e maior justiça social, observamos que, no Programa Desenvolvimento Regional, o conceito de desenvolvimento que deve estar norteando as disciplinas difere de

Souza; é considerado sinônimo de desenvolvimento econômico e observamos que Rural e Urbano é trabalhado de maneira dicotômica.

Figura 2 – Cartograma das disciplinas que tratam das relações campo, cidade/rural e urbano e suas territorialidades nos Programas de Planejamento Urbano e Regional, 2019



Id	Instituição / Local	Programa	Matérias	Professores	Ano
1	UNISC-RS/Santa Cruz do Sul	Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento Rural Desenvolvimento Urbano	Cidonea M. Depoeti Érica Karnapp Grazielle B. Brandt Regenio L. da Silva	2005
2	UNIOESTE-PR/Toledo	Desenvolvimento Regional e Agronegócio	Agronegócio Desenvolvimento Rural e Agronegócio	Pery F. A. Shikida Cristiano Stamm Jefferson Anderson R. Studski	2010
3	UCSAL-BA/Salvador	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social	territorialidade da relação campo e cidade	Cristina Maria M. de Alencar	2012
4	UNISC-SP/São Bernardo do Campo	Planejamento e Gestão do Território	Relações urbano rural	Arilson Faverato	2013
5	UCAM-RJ/Rio de Janeiro	Planejamento Regional e Gestão de Cidade	Economia e Território	Roselia Peres da S. Piquet	2015
6	UTFPR-PR/Pato Branco	Desenvolvimento Regional	Agroecologia Diversificação dos Meios de Vida no Mundo Rural	Wilson Ramar Gody Márcia Maria P. Corson Cimone R. de Sousa Fernando B. Costa	2018
7	UFRRN-RN/Natal	Estudos Urbanos e Regionais	Dinâmicas Territoriais e Novas Ruralidades Multifuncionalidade e Novas Ruralidades	Wilfried Klotz Joana Tereza V. Moura	2019

Fonte: CAPES- Plataforma Supcupira, 2019. Disponível em: (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>). Acesso em: 27 out. 2019.

No segundo programa, Desenvolvimento Regional e Agronegócio na UNIOESTE, implantado em 2010, em Toledo – PR, focando a temática do agronegócio, destacam-se as disciplinas obrigatórias: 1) Agronegócio, ministrada pelo Professor Economista Pery Francisco Assis Shikida e 2) a disciplina Desenvolvimento Rural e Agroindústria,

ministrada pelos Professores Cristiano Stamm (Economista) e Jefferson Andronio Raimundo Staduto (Engenheiro Agrônomo).

Para o programa, o desenvolvimento regional parte da premissa de criar “endogenias” capazes de alavancar o desenvolvimento e crescimento socioeconômico dentro das regiões. Esta proposta considera, sobretudo, os aspectos particulares das regiões que têm grande participação na produção e são dinamizadas pelas atividades produtivas associadas ao agronegócio.

Esta proposta é evidenciada tanto na ementa da disciplina Agronegócio como na ementa da disciplina Desenvolvimento Rural e Agroindústria. A primeira, objetiva analisar as “principais atividades produtivas do agronegócio brasileiro”, enfatizando “questões como a modernização tecnológica, comércio agrícola, política de bioenergia e cooperativismo”, levando em consideração a “sustentabilidade ambiental”. A segunda, objetiva discutir o “processo de desenvolvimento da produção da agropecuária e o crescimento da agroindústria no Brasil”, destacando o “papel do Estado na organização da agropecuária, desenvolvimento rural e na dinâmica da agroindústria de grande porte e rural” como foi destacado em documento da UNIOESTE (2017). Sendo assim, o rural é definido pela natureza das atividades econômicas mediada pela tecnologia e conhecimento científico.

O terceiro programa, Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSAL, implantado em 2012, em Salvador – BA foi o primeiro programa da PUR/D a discutir as relações campo/cidade na disciplina optativa Territorialidade da relação campo e cidade, ministrada pela Professora Economista Cristina Maria Macêdo de Alencar. O objetivo da disciplina é “identificar análises interpretativas sobre a relação Campo e Cidade buscando reconhecer os fundamentos teóricos dessas interpretações para, a partir daí, estabelecer suas implicações em termos de padrões de desenvolvimento”. (ALENCAR, 2017a, p.1)

A Professora Cristina Alencar prossegue, propondo, na ementa, trabalhar primeiramente “conceitos/noções Campo e Cidade/Rural e Urbano em áreas disciplinares (economia, sociologia, geografia, antropologia e literatura) e em estudos interdisciplinares. Tradição epistemológica, o método crítico e o pensamento complexo nas formulações de conceitos/noções” (ALENCAR, 2017a, p.1). Em seguida, a “relação Campo e Cidade no Desenvolvimento: modos de vida rural e urbano; natureza e sociedade; local e global; capitalismo contemporâneo” (ALENCAR, 2017a). Na proposta, Alencar rompe com

a dicotomia Campo e Cidade/Rural e Urbano, apresentando uma metodologia já expressa na ementa que valoriza as ações do sujeito social.

O quarto programa, Planejamento e Gestão do Território na UFABC, implantado em 2013, em São Bernardo do Campo – SP, conta com a segunda disciplina optativa que trabalha, agora, as Relações urbano-rural, ministrada pelo Professor Cientista Social, Arilson Favareto, com o objetivo de compreender, a partir de informações e instrumentos teóricos, as relações entre o rural e o urbano, em perspectiva histórica; as mudanças na integração crescente entre estes dois polos e avaliar as expectativas futuras materializadas em exercícios de cenários. Adicionalmente, o curso pretende, ainda, à luz desta abordagem histórica, refletir sobre a validade das principais formas de interpretação do desenvolvimento urbano e rural. E, por fim, pretende-se, ainda, traçar algumas implicações destes aspectos históricos e teóricos para a prática do planejamento territorial, como foi apontado no plano de ensino (UFABC, 2017).

A proposta de trabalho do Professor Arilson Favareto é apresentada na ementa que aborda:

[...] a longa evolução das relações entre o rural e o urbano: determinantes do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural através da história e suas mudanças. As novas configurações e as tipologias das relações entre o rural e o urbano no Brasil e no mundo contemporâneo: para além da dicotomia e do *continuum*. Cenários futuros do desenvolvimento urbano e rural. Crise e inovações nas teorias e nas formas de interpretação das relações entre o rural e o urbano. Desafios para o planejamento territorial. (UFABC, 2017, p.3).

Analisando as duas propostas de disciplina/conteúdos, Alencar, pioneiramente, propõe trabalhar com as relações das categorias Campo e Cidade/Rural e Urbano e territorialidades e desenvolvimento, na perspectiva do método crítico e do pensamento complexo. Enquanto Favareto propõe trabalhar as relações entre as categorias urbano-rural e planejamento territorial na perspectiva histórica.

O quinto programa analisado, Planejamento Regional e Gestão de Cidade da UCAM, implantado em 2015, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, conta, em sua grade, com a disciplina Obrigatória Economia e Território, ministrada pela Professora Economista Rosélia Perissé da

Silva Piqueti. A escolha da disciplina se deu por tratar das cidades de porte médio e do papel dos pequenos centros urbanos, da questão agrária e do novo papel da agricultura no Brasil.

Os conteúdos, na disciplina citada, são abordados dicotomicamente como é constatado na ementa que aborda:

A configuração territorial do Brasil: herança regional e urbana. Localização da produção, desde os anos 1950 até a atualidade. Concentração industrial. A perda relativa das regiões metropolitanas primazes, o crescimento das cidades de porte médio e o papel dos pequenos centros urbanos. A questão agrária. Exclusão social. Desnacionalização e desemprego nos anos 1990. O Brasil no início do século XXI: as mudanças patrimoniais; o novo papel da agricultura. O uso competitivo do território. A retomada do desenvolvimento nos anos recentes” (UCAM, 2017, p.3).

Vale, ainda, ressaltar que o programa é referência na discussão sobre a distribuição dos *royalties* e que desenvolve pesquisa em outros temas relevantes ao Planejamento e Gestão de Cidades como habitação, educação, saúde, patrimônio histórico e outras demandas sociais.

No sexto programa, Desenvolvimento Regional, implantado em 2018, na UTFPR, na cidade de Pato Branco – PR foram encontradas, na estrutura curricular, três disciplinas eletivas que tratam da temática do mundo rural: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Regional, Agroecologia e Diversificação dos Meios de Vida no Mundo Rural. No referido programa, não foram disponibilizadas as ementas das disciplinas e o nome dos professores que lecionam. Consultamos o currículo lattes dos professores e chegamos à conclusão de quem leciona as disciplinas do programa. Sendo assim, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Regional é ministrada pelo Professor Engenheiro Agrônomo Marcio Gazolla; Agroecologia é ministrada pelo Professor Engenheiro Agrônomo Wilson Itamar Gody e Diversificação dos Meios de Vida no Mundo Rural é ministrada pela Professora Socióloga Hieda Maria Pagliosa Corona (UTFPR, 2019).

Este é o primeiro programa da PUR/D a incluir o papel da Educação em uma linha de pesquisa, como foi constatada na estrutura curricular do curso, que conta com duas linhas de pesquisa, a primeira trata da Regionalidade e Desenvolvimento e a segunda da Educação e Desenvolvimento. É importante ressaltar que está em andamento o

Projeto de Doutorado Profissional Programa Planejamento e Governança Pública.

O sétimo e último programa, Estudos Urbanos e Regionais, que se iniciou no primeiro semestre de 2019, na UFRN, na cidade de Natal – RN, conta, em sua estrutura curricular, apenas duas disciplinas optativas que se complementam e tratam do rural, são: Dinâmicas Territoriais e Novas Ruralidade, Multifuncionalidade e Novas Ruralidades. As respectivas disciplinas são ministradas pelas Professoras: Joana Tereza Vaz Moura (Administradora), Cimone Rozendo de Souza (Socióloga) e Winifred Knox (Antropóloga e Socióloga) e pelo Professor Economista Fernando Bastos Costa.

Na ementa de Dinâmicas Territoriais e Novas Ruralidades, abordou-se:

Desenvolvimento e capacidade. Novas percepções do rural na relação campo-cidade. Desenvolvimento territorial. Multifuncionalidades dos espaços rurais; oportunidades para empreendimentos singulares. Novos atores sociais e suas implicações no desenvolvimento territorial (assentados, neo-rurais, agricultores familiares, prestadores de serviços etc.). Serviços ambientais e dinâmicas territoriais: novas perspectivas. Políticas de modernização dos espaços regionais e suas diferentes escalas. As políticas públicas no Nordeste: do assistencialismo (velho e novo) às diversas intervenções de mudanças sub-regionais. (UFRN, 2019, p.3).

Já na disciplina Multifuncionalidade e Novas Ruralidade, abordou-se: “O espaço rural frente a uma sociedade em movimento. Ocupações agrícolas e não-agrícolas. A pluriatividade com estratégia de reprodução das famílias rurais. Novas percepções do rural na relação campo-cidade. Novos atores sociais e suas implicações no desenvolvimento rural. A agroecologia como resposta aos problemas socioambientais decorrentes da modernização” (UFRN, 2019, p.3).

As duas disciplinas se complementam e tratam o mundo rural nas dimensões social, econômica, política, cultural e ambiental e não valorizam as diferenças entre campo/cidade e rural/urbano e os conflitos decorrentes dessas relações.

Entre os programas, apenas 2 apresentam disciplinas que tratam das relações campo e cidade/rural e urbano, UCSAL e UFABC; 1 valoriza o Agronegócio, UNIOESTE; 1 trabalha urbano e rural dicotomicamente em disciplinas separadas, UNISC; 1 aborda a temática cidade e agricultura, separadamente, UCAM; 1 aborda a temática do rural na

perspectiva do desenvolvimento e da sustentabilidade, UTFPR e 1 trabalha o mundo rural na dimensão percepção e complexidade.

AS ABORDAGENS DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E RURAL-URBANO E SUAS TERRITORIALIDADES NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DOS PROGRAMAS DA PUR/D: COM DESTAQUE PARA CIDADES MÉDIAS

Nesta seção, optou-se por trabalhar com artigos de professores que lecionam as disciplinas nos programas da PUR/D enumeradas no Quadro 2 e que estejam relacionados diretamente com o item proposto. Entre as publicações são destacadas as dos(as) professores(as): Cidonea Depointi, UNISC; Cristina Alencar, UCSAL; Arilson Favareto, UFABC; Cristiano Stamm e Jefferson Staduto, UNIOESTE e Hieda Corona, UTFPR. É importante ressaltar que as produções encontradas da professora Rosélia Perissé Piquet, UCAM, estão relacionadas com a produção petrolífera e os serviços de saúde; a abordagem das temáticas se distancia, em nosso entendimento, daquela relativa a campo-cidade e rural-urbano e suas territorialidades, quando se considera a matriz energética que supre as metrópoles, interferindo nas relações entre campo- cidade e rural-urbana (ALENCAR, 2008, 2017b). Por esse motivo não foram elencados e analisados.

No tocante às produções acadêmicas das professoras Cimone Rozendo Souza, Joana Tereza Vaz Moura e Winifred Knox e do professor Fernando Bastos da Costa, UFRN, não foram indicadas aqui no trabalho por ser contempladas nas produções dos artigos anteriormente analisados e para não valorizar o trabalho de um dos(as) pesquisador(as) em detrimento de outro(a). Mesmo assim, foram levantadas as temáticas trabalhadas nos artigos publicados pelo (as) professores(as).

Cimone Souza desenvolveu estudos analisando as questões relacionadas com a agricultura familiar, tendo como objeto a Região Metropolitana de Curitiba, PR e, em seguida, o Estado do Rio Grande do Norte e a região Nordeste do Brasil. Fernando Bastos destaca, em seus trabalhos, questões relacionadas predominantemente com reforma agrária, agricultura familiar e políticas públicas no Brasil; enquanto Joana Moura trata de organizações sociais, ações do Estado e desenvolvimento e Knox trata das comunidades pesqueiras e os efeitos da globalização.

Entre os artigos produzidos pelos professores (as) foram destacados e analisados os de Cidonea Deponti (2014), *As “agruas” da Gestão da propriedade rural pela agricultura familiar*; Cristina Alencar (2007), *Indicador qualitativo de ruralidade em espaço regional metropolitano*; Arilson Favoreto (2010), *As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações*; Cristiano Stamm et al. (2013), *A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil* e Hieda Corona (2013), *O desenvolvimento rural e a agricultura familiar na RMC: da modernização à alternatividade à crise socioambiental*. A escolha dos artigos foi motivada pelas temáticas abordadas e escalas de análises que abordam as dimensões do local, regional e nacional.

O artigo de Deponti (2014) é resultado do projeto de intervenção “Desenvolvimento Rural e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)”, que busca introduzir as TICs na agricultura familiar no Vale do Caí, em um projeto piloto em Montenegro, município polo da região, visando o desenvolvimento rural e regional.

O mesmo autor ressalta que o projeto foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, em parceria com os cursos de Administração e de Ciências Contábeis do Campus de Montenegro e de Ciências Econômicas da Universidade de Santa Cruz do Sul. A autora destaca, ainda, que o projeto conta com a parceira da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER - RS), Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR - RS) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Montenegro-RS, instituições responsáveis pela seleção das 10 famílias que compõem o projeto piloto. E aponta os critérios para seleção dos agricultores, que foi intencional, baseada no acesso ao computador e à internet, fundamentais para participação no projeto.

Deponti (2014) chama atenção para as atividades extensivas do projeto, onde os agentes organizadores apresentavam, em oficinas, propostas e discussões da importância da gestão da propriedade rural, uso da internet, e-mail, acesso a sites, entre outros. No percurso do artigo, a autora destaca, ainda, a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural/regional; apresenta as potencialidades e desafios do uso das TICs pela agricultura familiar; indica os entraves da gestão da propriedade rural e discute a desconexão entre o cotidiano dos agricultores e os processos de gestão da propriedade rural.

Para este autor, o rural é visto na perspectiva do desenvolvimento econômico, levando em consideração o conhecimento científico e tecnológico, onde o uso da tecnologia da informação e da comunicação no meio rural pode proporcionar o desenvolvimento do setor agrícola. A autora ressalta o aumento no índice de escolaridade no campo e a necessidade da capacitação dos jovens agricultores para romper com a herança tradicional na gerência da propriedade.

O rural não é visto como “modo de vida” como ressalta (PEREIRA, 2010), onde as relações cotidianas são construídas tendo como base uma intensa ligação com a terra e com as relações face a face.

A professora Cristina Maria Macêdo de Alencar (2007) no artigo *Indicador qualitativo de ruralidade em espaço regional metropolitano* propõe analisar ruralidade em espaço regional metropolitano a partir de indicadores qualitativos. Para isso, a autora elabora pesquisa refletindo acerca do rural e urbano na região metropolitana de Salvador-Bahia, entre os anos de 2000 e 2003.

As reflexões iniciam com as discussões acerca do rural e urbano e elaboram uma trajetória do desenvolvimento regional na Bahia. O rural é constituído de natureza e decorre de relações mais diretas entre homem e natureza. Enquanto o urbano é a transformação da natureza em ambiente construído (ALENCAR, 2007, p. 110).

Para Alencar (2007), as novas tensões entre o rural e o urbano vão sendo estabelecidas e agregando dimensões políticas, econômicas e sociais que periodizam o processo de desenvolvimento até sua configuração como desenvolvimento regional (ALENCAR, 2007). No artigo, a autora elabora uma trajetória desse desenvolvimento levando em consideração os papéis dos agentes econômicos, políticos e sociais e suas ações na transformação da natureza em um espaço construído e reconstruído, com destruição do setor primário.

Dando continuidade à análise das produções acadêmicas dos programas da PUR/D, ganha destaque o trabalho desenvolvido pelo professor Arilson Favareto (2010) *As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações*. O artigo analisa as políticas para o desenvolvimento territorial rural durante os anos de 2000 a 2010. Para Favareto, a ideia de território, para os movimentos sociais e planejadores, é a principal inovação nas políticas públicas para o rural brasileiro. Destaca, ainda, a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O autor prossegue, apresentando, de maneira pontual, o desenvolvimento rural no Brasil, com diferentes interpretações sobre a produção agrícola e os recursos das políticas sociais no campo; em seguida, comenta a falta de estratégias consistentes para o desenvolvimento rural; dando continuidade, apresenta os problemas de planejamento de incentivo ao desenvolvimento rural e finaliza comentando a gestão social das políticas desarticuladas com o momento a contemporaneidade.

Um outro artigo analisado, fruto do trabalho desenvolvido pelos professores Cristiano Stamm, Jefferson A. Staduto, Jandir F. Lima e Yonissa M. Wadi (2013), com o título *A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil*, analisou o crescimento do número de cidades de porte médio no período de 1970 a 2010, destacando o papel das referidas cidades no planejamento urbano e regional, e apresentou os critérios para definir uma cidade média como os dados demográficos e os das funcionalidades. Apresentou, ainda, o conceito de cidade como “local de vitalidade econômica, cultural e social e centro de decisões políticas” e como “um fenômeno de aglomerados industriais, comerciais, financeiro, religioso e de lazer” (STAMM et al., 2013, p.252). Conclui comentando a difusão das cidades de porte médio no território brasileiro, que são analisadas como sinônimo de cidades média e não trabalharam o conceito de urbano e sim de cidade.

O último trabalho analisado foi elaborado pela professora Hieda Maria P. Corona (2013), intitulado *O desenvolvimento rural e a agricultura familiar no RMC: da modernização à alternatividade à crise socioambiental*. O artigo foi resultado de pesquisa de campo na comunidade do Mergulhão, no município de São José dos Pinhás, na região Metropolitana de Curitiba, com o objetivo de analisar o mundo rural, especificamente a agricultura familiar no contexto do desenvolvimento rural e crise da sociedade moderna, levando em considerações as políticas públicas e práticas da agricultura familiar.

O artigo foi dividido em duas partes, na primeira, a autora elaborou reflexões sobre o mundo rural e o desenvolvimento da agricultura familiar e, na segunda, analisou as políticas públicas para a Região Metropolitana de Curitiba, destacando os impactos ambientais decorrentes do processo de modernização. Nele, Corona (2013), ao tratar das transformações do mundo rural, fundamentou sua análise na Sociologia Rural, levando em consideração o processo de ocupação da região e as dificuldades encontradas pelos imigrantes italianos e

alemães na consolidação da formação do espaço da agricultura familiar. A autora comenta que o “projeto desenvolvimentista prioriza a grande propriedade” (CORONA, 2013, p. 36) e exclui o campesinato.

Para Corona (2013), a “Nova Ruralidade” está vinculada ao turismo rural, produção orgânica, áreas de preservação ambiental, população tradicional, assentamento de reforma agrária, a pluriatividade, entre outros que estão vinculados a este processo, e o conceito de “agricultura familiar” está relacionado aos movimentos sociais de agricultores com pequena extensão de área e que acessaram as políticas públicas de modernização.

Em seguida, a autora analisou a comunidade do Mergulhão, destacando sua formação e organização através de cooperativas, o que proporcionou o fortalecimento político e econômico dos agricultores familiares na manutenção de seu modo de vida diante da expansão urbana dos condomínios residências dos de “fora”, moradores da cidade de São José dos Pinhais e Curitiba.

Finaliza o texto comentando sobre as transformações no campo com a nova ruralidade, apropriação do natural como qualidade de vida e destaca a necessidade de diálogos alternativos entre cientistas, gestores públicos, ONG, e agricultores familiar para superar o produtivismo.

CONCLUSÃO

Os cursos de doutorado da subárea da PUR/D, que iniciam sua implantação no final do século XX, estão presentes, atualmente, nas quatro das cinco regiões brasileiras, qualificando profissionais com objetivo de discutir e produzir conhecimento acerca de questões regionais, urbanas e rurais, levando em consideração as transformações socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais que rebatem sobre os territórios.

Entre os 18 cursos do programa da PUR/D, apenas 7 contam com disciplinas que tratam do campo e do rural, assim distribuídas: 4 tratam do rural, sendo que, entre estes, 1 está direcionado para o Agronegócio, 1 estuda rural e urbano dicotomicamente, 1 estuda o rural na perspectiva do desenvolvimento sustentável e 1 aborda o rural na perspectiva da complexidade; 2 tratam das relações campo e cidade/rural e urbano e 1 trata da cidade e agricultura. Foi observado, ainda, que, entre os 18 cursos, apenas 1 conta com o enfoque no rural, especificamente o agronegócio.

O tratamento das categorias campo e cidade/rural e urbano aparece apenas em duas das publicações dos autores que foram selecionados. Onde o Campo é visto como lugar das relações diretas com a natureza, valorização das vivências e controle do tempo pelos sujeitos sociais e a Cidade como lugar de apropriação e transformação da natureza e de valorização do indivíduo. Por outro lado, o Rural é tratado como modo de vida onde predominam as relações com a natureza e conta com diferentes grupos sociais, quilombolas, índios, ribeirinhos, entre outros, e o Urbano como modo de vida de transformação e apropriação da natureza através da tecnologia, da ideologia e do consumo, promovendo diferenças, tensões e conflitos.

Foi observado, na pesquisa, que predomina nos programas da PUR/D, a valorização dos estudos com enfoque em cidades e no urbano e regional e a categoria região está sendo substituída pela categoria território, utilizada como sinônimo de espaço e região, necessitando de maior aprofundamento teórico metodológico, o que enriqueceria as produções acadêmicas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Cristina Maria M. Indicador qualitativo de ruralidade no espaço regional metropolitano. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.12, n.2, p.109-126, 2007.

ALENCAR, Cristina Maria M. Apresentação. In: Cristina Maria Macêdo de Alencar; Peter José Schweitzer. (Org.). **Transformações territoriais de rural a metropolitano**. 1. ed. Campinas - SP: Alínea, 2008. p. 7-14.

ALENCAR, Cristina Maria M. **Territorialidade da relação campo e cidade**. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2017a. Disponível em: www.ucsal.br/stricto-sensu. Acesso em: 4 dez. 2017.

ALENCAR, Cristina Maria M. **Campo e Rural na metrópole**: sinais de um padrão civilizatório. Curitiba: CRV, 2017b.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área 2013**. 2013. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_d_e_area/Planejamento_Urbano_Demografia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16_out.pdf. Acesso em: 21 ago. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: www.sucupira.capes.gov.br. Acesso em: 21 ago. 2018.

- CORONA, Hieda M. P. O desenvolvimento rural e a agricultura familiar na RMC: da modernização à alternatividade à crise socioambiental. **INFORME GEPEC**, v.17, p.3449, 3013.
- DEPONTI, Cidonea M. As “agruras” da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.19, ed. Especial, p.9-24, 2014.
- FAVARETO, Arilson. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectivas – uma década de experimentação. **Seminário Políticas públicas, atores e agricultura no Brasil** – Desafios e possibilidade em jogo, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.47-63, 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. **Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional**. Disponível em: www.ippur.ufrj.br. Acesso em: 11 dez. 2017.
- MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- PEREIRA, Cláudio S. S. O urbano e o rural: discussões teóricas e perspectivas de análise. **A MARgem – Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Letras e Artes**, Uberlândia, ano 3, n.5, p.71-77, 2010.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. **Programa de Pós Graduação em Gestão Urbana**. Disponível em: www.pucpr.br/ppgtu. Acesso em: ago.2018.
- PORTO, Jadson L. R.; THEIS, Ivo M. A pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil: quatro décadas de reflexões territoriais. **Revista Eletrônica de Humanidades**, Macapá, v.9, n.3, p.33-46, 2016.
- STAMM, Cristiano *et al.* A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. **Interações**, Campo Grande, v.14, n.2, p.252-265, 2013.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, Sylvio C. B. de M. Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional. **Geografia**, Rio Claro, v.1, n.2, p.1- 23,1976.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.
- UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. **Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade**. Campos dos Goytacazes, 2017. Disponível em: <https://www.candidomendes.edu.br/cursos/pos-graduacao/stricto-sensu/doutorado-em-planejamento-regional-e-gestao-da-cidade/>. Acesso em: 11 mar. 2017.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ. **Ruralidades Urbanidades**: potencialidades e desafios para o desenvolvimento. Chapecó, 2019. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/ruralidades-urbanidades>. Acesso em: 7 fev. 2019.

UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. **Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano**. Disponível em: www.unama.br/mestrado/desenvolvimento. Acesso em 8 jun. 2019.

UNIVERSIDADE DE BLUMENAU. **Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional**. Disponível em: www.furb.br/ppgdr. Acesso em: 7 fev. 2019.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. **Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional**. Disponível em: www.unisc.br/ppgdr. Acesso em: 8 jun. 2018.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental**. Disponível em: <https://www.udesc.br/faed/ppgplanacad>. Acesso em: 7 fev. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio**. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portaunioeste/pos/ppgdra>. Acesso em: jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento urbano**. Disponível em: www.ufpe.br/mdu. Acesso em: 11 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão do Território**. Disponível em: https://sig.ufabc.edu.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt_BR&id=216. Acesso em: 8 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais**. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=5254&lc=pt_BR. Acesso em: 21 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional**. Disponível em: www.ufrgs.br/propur. Acesso em: 5 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/ppgdr>. Acesso em: 12 jun. 2018.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional**. Pato Branco, 2017. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/cursos/coordenacoes/stricto-sensu/ppgdr>. Acesso em: 11 mar. 2017.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO Sul. **Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional**. Disponível em: www.unijui.edu.br/estude/mestrado-e-doutorado/desenvolvimento. Acesso em: 11 mar. 2017.

UNIVERSIDADE SALVADOR. **Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano**. Disponível em: www.ppdru.unifacs.br. Acesso em: 11 mar. 2017.

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAIBA. **Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional**. Disponível em: www.univap.br/universidade/instituto-de-pesquisa/diutorado-em-planejamento-urbano-e-regional/programa.html. Acesso em: 8 abr. 2018.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.

Sobre os autores

Agripino Souza Coelho Neto

Doutorado em Geografia / Universidade Federal Fluminense (UFF).
Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / Professor Titular. Coordenador do
Grupo de Pesquisa Território, Rede e Ação Política (TERRITÓRIOS).
E-mail: agscneto@uneb.br

Ákila Soares de Britto

Mestrando em Planejamento Territorial (PLANTERR/UEFS). Bolsista de
Iniciação Científica por 3 anos atualmente vinculo voluntário do Grupo de
Pesquisa em Natureza, Sociedade e Ordenamento Territorial (GEONAT/UEFS).
E-mail: akilasbritto@hotmail.com

Ana Beatriz Oliveira Reis

Mestra em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF). Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Professora Assistente. Coordenadora do Grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém”. E-mail: reis.aboliveira@gmail.com

Ana Emília de Quadros Ferraz

Doutorado e Pós-Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Sergipe. Professora Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vice coordenadora do Grupo Centro de Estudos Urbanos e Territoriais – CEUT. E-mail: anaemiliaferraz@uesb.edu.br

Anelise Graciele Rambo

Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS). Docente do Departamento Interdisciplinar e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento da UFRGS. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento. E-mail: anelise.rambo@ufrgs.br

Antônio Puentes Torres

Doutor pela Universidad de Córdoba (Espanha). Universidade Federal da Bahia. Professor Associado I no Departamento de Geografia. Pesquisador no Grupo de pesquisa Observatório das Águas - Bahia (OBA-BA) UFBA e no Núcleo de Estudos Hidrológicos e do Meio Ambiente (NEHMA) UFBA. E-mail: antoniopuentes@hotmail.com

Aparecida Netto Teixeira

Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo/FAUUSP. Universidade Católica do Salvador – UCSAL, Profa Colaboradora do Programa de Pós-Graduação Território, Ambiente e Sociedade. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Gestão Democrática das Cidades. E-mail: aparecida.teixeira@ucsal.br

Carlos Martins Cardoso Lima

Mestrando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Universidade Católica do Salvador, Discente. E-mail: carlos.lima@ucsal.edu.br

Cristiano Kerber

Graduando em Bel./Lic. Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar.
E-mail: ckerberufsc@gmail.com

Cristina Maria Macêdo de Alencar

Doutora em Ciências Sociais Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade (PPGTAS/UCSAL). Líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza. E-mail: cristina.alencar@pro.ucsal.br

Daise Araújo dos Santos

Graduanda em Geologia, pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora no Observatório das Águas – Bahia (OBA-BA), na Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: das.daise@gmail.com

Dante Severo Giudice

Doutor em Geografia (UFS). Universidade Católica do Salvador, Professor do curso de Geografia. Pesquisador e Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica (GEOGEO). Grupo de Geografia Ambiental (GeoAmbiental). Grupo de Geoecologia e Planejamento Territorial (GEOPLAN). Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (GPTURIS).
E-mail: dasegu@gmail.com

Edmare Correia dos Santos

Mestranda em Estudos Territoriais, Universidade do Estado da Bahia, Campus I. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa DNAA – Estudos sobre degradação dos Recursos Naturais, Agricultura e Ambiente.
E-mail: marysantoss@outlook.com.br

Elton Andrade dos Santos

Bacharel em Urbanismo / Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET). Pesquisador no Grupo de Pesquisa Território, Rede e Ação Política (TERRITÓRIOS).
E-mail: eltonandrade13@gmail.com

Fabiana Letícia Costa de Sousa

Graduanda em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Estudante. Bolsista (2019-2020) no Grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém”. E-mail: fabiana.lcs23@outlook.com

Frederico Loureiro

Doutorado em Serviço Social – UFRJ. Professor titular da UFRJ. Coordenador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade – LIEAS. E-mail: fredericoloureiro89@gmail.com

Gustavo Bezerra de Brito

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ). Doutorando em Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO/UERJ). Pesquisador do NEGEF (Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense). E-mail: gustavo.geog@gmail.com

Grasieli de Fátima Rode

Mestre em Agroecologia E Desenvolvimento Rural Sustentável. Egressa da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: grasielirode@gmail.com

Janete Stoffel

Doutora em Desenvolvimento Regional pela UNISC/RS. Docente do Curso de Graduação em Ciências Econômicas e no Programa De Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)/Campus Laranjeiras do Sul/PR. Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (GPDR). E-mail: janete.stoffel@gmail.com

Jenna Valéria Santos de Sousa

Graduanda em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Estudante. Bolsista (2019-2020) no Grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém”. E-mail: jennavaleira.ss@icloud.com

Josué Miguel Ruppenthal

Graduado em Administração de Empresas (UNISC) e Graduando em Bel./Lic. em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar. E-mail: josumiguel02@hotmail.com

Júlio César Suzuki

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professor Doutor II da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP).
E-mail: jcsuzuki@usp.br

Laila Nazem Mourad

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA. Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Territórios em Resistência e Desenvolvimento Municipal. Integra o Observatório das Metrôpoles Núcleo Salvador.
E-mail: laila.mourad@pro.ucsal.br

Luis Henrique Couto Paixão

Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador (PPTDS/UCSAL). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza.
E-mail: paixao.lh@gmail.com

Maiara Cerqueira Leandro

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia – POSGEO/ UFBA. E-mail: maiara-sf@hotmail.com

Maina Pirajá Silva

Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade (PPGTAS) e do curso de Geografia na Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: maina.silva@ucsal.br

Marcos Paulo Sales do Nascimento

Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, pela Universidade Católica do Salvador. Universidade de São Paulo (USP), doutorando em Mudança Social e Participação Política. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN/UCSal).
E-mail: mp.sales@gmail.com

Mariana de Oliveira Santana

Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal).
Pesquisadora do Grupo de Estudos de Áreas Metropolitanas (GAM) e Grupo
de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica (GEPOGEO). E-mail:
mariana_oliveira018@hotmail.com

Mário Jorge de Souza Gonçalves

PhD pela Universidade Federal da Bahia. Instituto do Meio Ambiente e
Recursos Hídricos- INEMA. Especialista em Meio Ambiente e Recursos
Hídricos. Pesquisador no Grupo de pesquisa Observatório das Águas - Bahia
(OBA-BA) UFBA e no Grupo de pesquisa GEOLANDS - UEFS.
E-mail: mariotaboca@gmail.com

Matheus da Silva Ribeiro

Mestrando em Estudos Territoriais, Universidade do Estado da Bahia, Campus
I. E-mail: matheussilva77@live.com

Orivaldo Nunes Junior

Mestre em Educação e Comunicação (CED/UFSC), Bacharel em Filosofia
(CFH/UFSC), doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento
Socioambiental – PPGPlan/FAED/UDESC (Universidade do Estado de Santa
Catarina). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Práticas Interdisciplinares em
Sociabilidades e Territórios - PEST/UDESC. E-mail: nunonunes3@gmail.com

Pedro de Almeida Vasconcelos

Ph.D em Geografia - Université d'Ottawa, Professor e pesquisador do
Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade na
Universidade Católica do Salvador (PPGTAS/UCSAL).
E-mail: pavascon@uol.com.br

Pedro Lima Vasconcellos

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP). Professor da Unidade Educacional Palmeira dos Índios e do
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas
(UFAL). Membro do TORO – Escola de Psicanálise.

Poliana Nunes Santana

Graduanda em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional na Universidade
Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Universidade Federal do Oeste do Pará

(UFOPA). Estudante. Voluntária no Grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém”. E-mail: Polly.nunes123@gmail.com

Priscila Tamie Fernandes Barbosa

Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Discente da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: pribarbosa2014@gmail.com

Rita de Cássia Santos de Souza

Mestra em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – UFRRJ. Bióloga, servidora da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. E-mail: ecourban.rita@gmail.com

Leni do Nascimento Queiroz Monteiro

Graduanda de Licenciatura em Ciências Biológicas – UFRJ/CEDERJ. Estagiária da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. E-mail: lenimonteiro92@gmail.com

Nathany Pinto da Conceição Alves

Graduanda de Licenciatura em Ciências Biológicas – UFRJ/CEDERJ. Estagiária da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. E-mail: nathanyalves99@gmail.com

Paulo José Simplicio de Alcantara

Bacharel em Ciências Biológicas – Universidade Estácio de Sá. Mestrando em Educação Agrícola – PPGEA/UFRRJ. E-mail: pjsimplicio@gmail.com

Silvana de Oliveira Guimarães

Mestre em Planejamento Ambiental (UCSAL). Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Doutoranda do Programa de Pos-Graduação Território, Ambiente e Sociedade. Professora da Graduação nos Cursos de Licenciatura, Coordenadora da Especialização em Docência e Gestão Escolar e Coordenadora Institucional do PIBID UCSAL. Integrante do Grupo de Pesquisa Gestão Democrática das Cidades. E-mail: silvanaoguimaraes53@gmail.com; silvana.guimaraes@pro.ucsal.br

Silvana Sá de Carvalho

Doutora em Geografia (UFS). Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Professora do PPTDS e Reitora da UCSAL. E-mail: silvana.carvalho@ucsal.br

Solange A. Neves da Rocha

Mestre em Ciências Biológicas pela UFBA, Secretaria Estadual da Educação da Bahia. E-mail: solrocha07@gmail.com

Sonia Lúcia Modesto Zampieron

Doutorado em Ecologia – Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais - Universidade Federal de São Carlos -UFSCar. 1996. Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Acadêmica de Passos. Docente e pesquisadora. Colaboradora do Grupos de Pesquisa Estudos Ecogeoambientais (líder) e Insetos parasitoides (participante).
E-mail: sonia.zampieron@uemg.br

Valter Luiz dos Santos Marcelo

Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), atuando na área de Metodologia da Pesquisa e Estudos Urbanos e Regionais. E-mail: valtermarcelo@gmail.com; valtermarcelo@uesb.edu.br



UCSAL
UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DO SALVADOR



CAPES



an
pur

ISBN: 978-65-87378-12-1

